

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

A GESTÃO DA INTEGRIDADE:
corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento

Barbara Gomes Pires

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2020

**A Gestão da Integridade:
corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento**

Barbara Gomes Pires

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: María Elvira Díaz-Benítez

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2020

CIP - Catalogação na Publicação

PP667g Pires, Barbara Gomes
A Gestão da Integridade: corpo, sujeição e
regulação das variações intersexuais no esporte de
alto rendimento / Barbara Gomes Pires. -- Rio de
Janeiro, 2020.
322 f.

Orientador: María Elvira Díaz-Benítez.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social, 2020.

1. Intersexualidade. 2. Sexo/Gênero. 3.
Integridade. 4. Regulação Esportiva. 5. Ciência. I.
Díaz-Benítez, María Elvira, orient. II. Título.

**A Gestão da Integridade:
corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento**

Barbara Gomes Pires

Orientadora: María Elvira Díaz-Benítez

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a María Elvira Díaz-Benítez (Presidente)
PPGAS/MN/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Anne Fausto-Sterling
Brown University

Prof.^a Dr.^a Jane Araujo Russo
IMS/UERJ

Prof.^a Dr.^a Maria Filomena Gregori
PPGAS/IFCH/UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Adriana de Resende Barreto Vianna
PPGAS/MN/UFRJ

Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte
PPGAS/MN/UFRJ

Prof. Dr. Luiz Fernando Rojo (Suplente)
GAP/ICHF/UFF

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (Suplente)
PPGAS/MN/UFRJ

Para o Museu Nacional, que vive.
Para as figuras femininas que se refazem e que persistem em meio a debilitação.

AGRADECIMENTOS

Fazer um doutorado não é nada simples, em muitos momentos eu me senti dobrada e desdobrada em várias versões de mim mesma, aprendendo e lidando com muitas coisas novas, difíceis e importantes. Todo esse processo muito significativo e por vezes também muito cansativo não seria possível sem a ajuda e a companhia de diversas pessoas que integraram à minha vida durante esses últimos cinco anos. Quero deixar aqui expresso um pouco do meu carinho e da minha profunda gratidão.

Primeiramente, ao Museu Nacional, como a dedicatória anunciou, porque faz parte de mim como a instituição que me formou mais fielmente e me impulsionou para o mundo.

Da mesma forma, ao corpo técnico e profissional do Museu Nacional, todos seus funcionários, da secretaria à biblioteca, da faxina à segurança, agradeço também a todos os professores que contribuíram com a minha formação acadêmica e intelectual, porque tudo o que li, ouvi, aprendi e conversei naquele palácio me afetou de um modo difícil de mensurar e tento pelo menos esparramar um pedaço dessa bagagem nestas próximas páginas.

À UFRJ como um todo. São mais de dez anos sendo parte dessa universidade, que representa um pouco do nosso país dentro do Estado do Rio de Janeiro, em uma enorme tentativa de inclusão e expansão que marca nossas vontades por mais educação e ciência.

À minha orientadora querida, María Elvira Díaz-Benítez, por todo o apoio ao longo desses anos. Obrigada por me ajudar a crescer, me deixar respirar, me trazer para perto. Sua sabedoria acolhedora foi fundamental neste trabalho.

Aos professores da banca, que há muito tempo me inspiram e espero continuar aprendendo junto cada vez mais. Obrigada pelo aceite e pela leitura Adriana Vianna, Anne Fausto-Sterling, Antonio Carlos de Souza Lima, Jane Russo, Luiz Fernando Dias Duarte, Luiz Fernando Rojo e Maria Filomena Gregori.

Aos amigos e colegas de trabalho no terceiro setor, com quem aprendi muito. Em especial, à Marina Motta, que sempre lembra de mim, também sempre lembro de você.

Aos amigos que entre tantos cotidianos vão e voltam em encontros que precisamos tornar cada vez mais frequentes. Em especial, à Érica Sarmet, Isabelle Godinho e Tamara Lajtman, quero ter vocês três sempre perto de mim, obrigada por compartilharem tanto comigo durante esses anos, da adolescência à vida adulta.

Aos amigos do Museu Nacional e também do NuSEX. Sem a presença de vocês eu não teria pensado nem articulado metade do que tentei construir aqui, muito menos teria aguentado

toda essa saga acadêmica com a dignidade e a disposição que se precisa ter nesses cinco anos de doutorado. Praticamente todos os meus bons momentos têm algum de vocês por perto. Obrigada pela amizade, pelo carinho, pela companhia de copo, pela inquietação comum, pelas danças, confissões, tretas, chats e jobs. Por todas as viagens que fizemos juntos, entre tantos livros, conversas e congressos, mantenho esse desejo de seguir daqui pra frente com a boa companhia de todos vocês. Em especial, obrigada: Aline Rabelo, Ana Fiod, Annelise Gonçalves, Bárbara Rossin, Brena O'Dwyer, Camila Fernandes, Carol Maia, Carolina Castellitti, Daniela Alarcon, Dibe Ayoub, Everton Rangel, Fátima Lima, Igor Rolemberg, Laura Carvalho, Lorena Mochel, Lucas Freire, María Rossi, Morena Freitas, Montse Valle, Natalia Maia, Natânia Lopes, Nathalia Gonçalves, Oswaldo Zampiroli, Renata Lacerda, Rodrigo Coelho, Samara Freire, Telma Bemerguy e Victor Hugo Barreto.

Aos amigos e colegas de pesquisa e de ativismo. Ao IEDE, IMS, Fiocruz, instituições que transitei em vários momentos, com a pesquisa e como rede de apoio. Uma menção importante à Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), pelo reconhecimento de um trabalho institucional e político que tem que ser feito, também faço um agradecimento especial ao Amiel Vieira, Anacely Costa, Bárbara Fernandes (primeira orientanda!), Marina Cortez e Pamella Liz, vocês são fundamentais. Como referência e, principalmente, pela amizade.

Ao Michel Carvalho, amigo, parceiro, *roomie*, que sensação confusa e gostosa é essa de crescer junto por tanto tempo, ainda vamos muito longe, assim espero. Obrigada por estar em casa com a gente sendo parceiro sempre. Por muitos churras, novelas e bons drinks.

À família Alvellos, por toda a acolhida, carinho e preocupação.

À família Gomes. Ao meu avô, Hilário, à minha avó, Zenith, obrigada por serem duas fortalezas que confluem amorosamente na vida inteira dessa família. Ao meu irmão Vinicius Gomes e à Sonaly Fernandes, que nossa proximidade seja leve, respeitosa e contínua. À minha mãe, Gilza Mello Gomes, que me faz perceber a tarefa constante, minuciosa e complicada que é se responsabilizar por alguém, obrigada por tanto. Sem o seu cuidado nada disso teria sido possível, tudo o que me faz persistir hoje, eu aprendi com você. Te amo muito.

Ao Milo, ao Nino, à Cora, filhos felpudos e amados. Se ainda mantenho alguma sanidade mental depois desse exaustivo processo de escrita foi porque eu tive a companhia de vocês, todos os dias, me alegrando e me ocupando.

À Aline Abud, minha esposa, obrigada por construir uma vida comigo. Por me amparar, cuidar, ensinar, navegar junto e amar em todos os momentos. Nada do que eu escrever aqui, com poucas palavras, vai traduzir o amor incrível, complexo e persistente que acontece na vida

ordinária. Todas as partes chatas, lindas e futuras da nossa relação. Que tenhamos a humildade, a vontade e a vastidão necessária para nos refazermos juntas, somando em formas que nos bastam, neste cantinho do universo.

Por fim, ao CNPq, instituição de fomento vital para o nosso país, agradeço a bolsa de doutorado que recebi durante quatro anos, foi um recurso imprescindível para que eu pudesse me dedicar completamente ao trabalho desta pesquisa.

*Estamos dolorosamente conscientes do que
significa ter um corpo historicamente constituído.*

Donna Haraway

RESUMO

PIRES, Barbara

2020. A Gestão da Integridade: corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nesta tese, pretende-se analisar de forma crítica como se mensura cientificamente, articula-se social e moralmente, como também se regula institucional e politicamente os corpos de atletas com variações intersexuais. Pensando especificamente no âmbito do esporte de alto rendimento, em eventos internacionais e/ou olímpicos, a proposta mais significativa do trabalho reside em entender as maneiras como se imagina e também se encarna o corpo sexuado entre tantas disputas por valor, entre elas, a interpretação de que o “dimorfismo sexual” define o que seria o “sexo biológico” e, conseqüentemente, o que o “sexo atlético” deve ser. Para isso, há um rastreamento tanto histórico quanto simbólico da gestão do que chamo de um *desejo de integridade*, isto é, um modo de fomentar, inscrever e regular valorosamente os corpos de mulheres consideradas excessivamente masculinas para garantir a elegibilidade na categoria feminina. Discutiremos os atributos e os comportamentos que encarnam o que se considera masculino por excelência e por essência, como a força e o vigor no esporte de elite, justamente porque essas associações imaginativas e materiais integram formas de classificar e de gerir que existem como conflitos sociais, políticos e, principalmente, científicos. De modo que também importa esmiuçar as maneiras de conhecer e de legitimar determinado saber como mais validado, consensuado e verdadeiro para estabelecer um sexo/gênero ou um marcador biológico dentro do mundo esportivo. Assim, a tese também se dedica a analisar várias regulações esportivas feitas por instituições como o Comitê Olímpico Internacional para proteger o esporte feminino. Nesta tentativa de desfiar essas complexas racionalidades e acionamentos sobre o corpo elegível, veremos como a proteção se articula com a suspeição e a violência para estabelecer uma certa justiça esportiva. Para entender as investigações e os protocolos envolvidos nessas políticas regulatórias, vamos acompanhar algumas histórias, como a de Caster Semenya, Dutee Chand e Edinanci Silva. Todas essas histórias se entrelaçam em uma interpretação sobre a colonialidade do poder que fundamenta qualquer gestão generificada e racializada desses corpos femininos. Por fim, iremos analisar um *regime da excecionalidade* através dos direitos que ainda sustenta esse emaranhado regulatório sempre buscando alguma forma de normalização social.

Palavras-chave:

Intersexualidade, Sexo/Gênero, Integridade, Regulação Esportiva, Ciência.

ABSTRACT

PIRES, Barbara

2020. The Governance of Integrity: body, subjection and regulation of intersex variations in high-performance sport. PhD Thesis in Social Anthropology. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

In this thesis, it's intended to critically analyze how it's scientifically measured, socially and morally articulated, as well as institutionally and politically regulated the bodies of athletes with intersex variations. Thinking specifically in the context of high-performance sport, in international and/or Olympic events, the most significant proposal of this work is to understand how one imagines and also embodies the sexed body among so many disputes for value, among them, the interpretation that "sexual dimorphism" defines what "biological sex" would be and hence what "athletic sex" should be. To this end, there is both a historical and symbolic tracking of the governance of what I call a *desire for integrity*, that is, a way of valorously fostering, inscribing, and regulating the bodies of women considered to be overly masculine to ensure eligibility in the female category. We will discuss the attributes and behaviors that embody what is considered masculine par excellence and in essence, such as strength and vigor in elite sport, because these imaginative and material associations integrate ways of classifying and managing that exist as social, political and, mostly, scientific conflicts. So, it's also important to scrutinize the ways of knowing and legitimizing certain expertise as more validated, consensual and true to establish a sex/gender or a biological marker within the sports world. Thus, the thesis is also devoted to analyzing various sporting regulations made by institutions such as the International Olympic Committee to protect women's sport. In this attempt to unravel these complex rationalities and operations over the eligible body, we will see how protection articulates with suspicion and violence to establish a certain sporting justice. To understand the investigations and protocols involved in these regulatory policies, we will follow some stories, such as that of Caster Semenya, Dutee Chand, and Edinanci Silva. All these stories intertwine with an interpretation of the coloniality of power that underlies any gendered and racialized governance of these female bodies. Finally, we will analyze a *regime of exclusion* through rights that still sustains this regulatory meshwork that always seeks some form of social normalization.

Keywords:

Intersexuality, Sex/Gender, Integrity, Sports Regulation, Science.

RESUMEN

PIRES, Barbara

2020. La Gestión de la Integridad: cuerpo, sujeción y regulación de variaciones intersexuales en deportes de alto rendimiento. Tesis Doctoral en Antropología Social. Río de Janeiro: Museo Nacional, Universidad Federal de Río de Janeiro.

En esta tesis, se propone analizar de forma crítica cómo se mide científicamente, se articula social y moralmente, así como se regula institucional y políticamente los cuerpos de atletas con variaciones intersexuales. Pensando específicamente en el ámbito del deporte de alto rendimiento, en eventos internacionales e/o olímpicos, la propuesta más importante del trabajo radica en comprender las formas en las cuales se imagina y también se encarna el cuerpo sexuado en medio de tantas disputas sobre el valor, entre ellas, la interpretación de que el “dimorfismo sexual” define qué sería el “sexo biológico” y, en consecuencia, qué debería ser el “sexo atlético”. Para esto, hay una búsqueda tanto histórica como simbólica de la gestión de lo que llamo un *deseo de integridad*, es decir, una forma de promover, inscribir y regular valerosamente los cuerpos de las mujeres consideradas excesivamente masculinas para garantizar la elegibilidad en la categoría femenina. Discutiremos los atributos y comportamientos que encarnan lo que se considera masculino por excelencia y esencia, como la fuerza y el vigor en el deporte de élite, precisamente porque estas asociaciones imaginativas y materiales integran formas de clasificar y gestionar que existen como conflictos sociales, políticos y, sobre todo, científicos. Por lo tanto, también es importante examinar las formas de conocer y legitimar ciertos conocimientos como más validados, consensuados y verdaderos para establecer un sexo/género o un marcador biológico dentro del mundo deportivo. Así, la tesis también se dedica a analizar diversas regulaciones deportivas elaboradas por instituciones como el Comité Olímpico Internacional para proteger el deporte femenino. En este intento de revelar estas complejas racionalidades y acciones sobre el cuerpo elegible, veremos cómo la protección se articula con la sospecha y la violencia para establecer una cierta justicia deportiva. Para comprender las investigaciones y protocolos involucrados en estas políticas reguladoras, seguiremos algunas historias, como la de Caster Semenya, Dutee Chand y Edinanci Silva. Todas estas historias se mezclan en una interpretación de la colonialidad del poder que subyace cualquier gestión generificada y racializada de estos cuerpos femeninos. Por fin, analizaremos a través de los derechos un *régimen de excepcionalidad* que todavía respalda este enredo regulatorio, siempre buscando alguna forma de normalización social.

Palabras clave:

Intersexualidad, Sexo/Género, Integridad, Regulación Deportiva, Ciencia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5 α Adiol – 5 α -Androstane-3 α ,17 β -diol

5 β Adiol – 5 β -Androstane-3 α ,17 β -diol

A – androsterona

A4 – androstenediona

A5 ou Δ 5-diol – androstenediol

ABCD – Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem

ACTH – corticotrofina ou hormônio adrenocorticotrófico

AFI – Athletics Federation of India

AIIMS – All India Institutes of Medical Sciences

APO – Autoridade Pública Olímpica

ASA – Athletics South Africa

BJSM – British Journal of Sports Medicine

CAS – Corte Arbitral do Esporte

CBAt – Confederação Brasileira de Atletismo

CBJ – Confederação Brasileira de Judô

CBV – Confederação Brasileira de Voleibol

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COI – Comitê Olímpico Internacional

CONs – Comitês Olímpicos Nacionais

DAEM – Deficiência Androgênica do Envelhecimento Masculino

DDS ou **DSD** – Distúrbios/Diferenças do Desenvolvimento Sexual

DHEA – deidroepiandrosterona

DHEA-S – sulfato de deidroepiandrosterona

DHT – di-hidrotestosterona

E – epitestosterona

E2 – estradiol

EAA – Esteroides Anabólicos Androgênicos

ECHR – Convenção Europeia dos Direitos Humanos

Etio – etiocolanolona

ETIO-G – etiocolanolona inativa

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FIMS – Fédération Internationale de Médecine du Sport

FIVB – Federação Internacional de Voleibol

FSFI – Fédération Sportive Féminine Internationale

FSFSF – Fédération des Sociétés Féminines Sportives de France

GH – somatotropina ou hormônio de crescimento

HAC – Hiperplasia Adrenal Congênita

HRT0 – Human Rights Tribunal of Ontario

IAAF – Associação Internacional de Federações de Atletismo

IFs – Federações Esportivas Internacionais

IGF-1 – somatomedina C

IJF – Federação Internacional de Judô

IOA – Comitê Olímpico Indiano

JAMA – The Journal of the American Medical Association

LBCD – Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem

MRI – Imagem por Ressonância Magnética

NCSC – National Commission for Scheduled Castes

NFL – National Football League

NIS – Netaji Subhas National Institute of Sports

OHCHR – Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCOS – Síndrome dos Ovários Policísticos

PES – Pediatric Endocrine Society

SAI – Sports Authority of India

SOP – Standard Operating Procedure

SRD5A2 ou **5-ARD** – Deficiência de 5 α -redutase

T – testosterona

TOP – The Olympic Partners

TUE – Therapeutic Use Exemption

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNDHR – Declaração Universal dos Direitos Humanos

UNHRC – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USOC – Comitê Olímpico dos Estados Unidos

WADA – Agência Mundial Antidoping

WMA – World Medical Association

WPATH – World Professional Association for Transgender Health

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1: Final dos 800 m feminino na Rio 2016.	16
Figura 2: Diagrama com alguns caminhos da esteroidogênese humana.	77
Figura 3: Imagem sobre sexualidade feminina e masculina divulgada em Congressos de Sexologia.	79
Figura 4: Comparação da área de musculatura (cm ²) entre homens trans (46, XX) e mulheres trans (46, XY) antes e depois da hormonioterapia.	101
Figura 5: No pódio (da esquerda para direita): Naoto Tajima, Jesse Owens, Luz Long, todos em Berlim 1936.	107
Figura 6: Stella Walsh (direita) parabeniza Helen Stephens (esquerda) depois que a segunda ganha os 100 m feminino em Berlim 1936.	108
Figura 7: Heinrich Ratjen competindo ainda como Dora Rajten em Berlim 1936.	117
Figura 8: Na primeira foto: Zdeněk Koubek (esquerda) é abraçado por outra atleta em 1936. Na segunda foto: Foekje Dillema (esquerda) ao lado de Fanny Blankers-Koen (direita) em 1950.	118
Figura 9: Os atletas estadunidenses Tommie Smith (centro) e John Carlos (direita) levantam seus punhos cerrados num pódio da Olimpíada do México 1968 para simbolizar o Poder Negro [<i>Black Power</i>].	123
Figura 10: Ewa Kłobukowska (esquerda) correndo em 1966.	125
Figura 11: Tamara Press (esquerda) abraça Irina Press (direita) no que parece ser Roma 1960.	128
Figura 12: A romena Nadia Comăneci (esquerda) competindo na ginástica artística em Montreal 1976 e a alemã oriental Kornelia Ender (direita) no pódio após conquistar o ouro e o recorde mundial em quatro eventos de natação também em Montreal 1976.	135
Figura 13: Certificado de feminilidade de María José Martínez Patiño no Campeonato Mundial de Atletismo de 1983.	140
Figura 14: Edinanci Silva no pódio dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.	168
Figura 15: Pinki Pramanik sendo presa preventivamente por dois policiais.	186
Figura 16: Santhi Soundarajan posa para uma entrevista concedida em 2017.	196
Figura 17: Escalas Ferriman-Gallwey e Tanner-Whitehouse, respectivamente.	202
Figura 18: Dutee Chand no suplemento dominical do <i>The New Times</i> em julho de 2016 em comparação com ela em outra capa, desta vez na revista <i>India Today</i> , em agosto de 2016.	215
Figura 19: Caster Semenya na capa da revista sul-africana <i>YOU</i> , edição de setembro de 2009, assim que começou a investigação de feminilidade sob responsabilidade da IAAF.	228
Figura 20: Caster Semenya acena para a multidão enquanto é escoltada pela polícia e gestores assim que chega na África do Sul após o Mundial de Atletismo de 2009, no Aeroporto O.R. Tambo, em Johannesburg.	232

Figura 21: Annet Negesa em uma cena do documentário publicado por Sportschau / ARD.	250
Figura 22: Colin Kaepernick em uma publicidade lançada pela Nike em 2018.	255
Figura 23: Aminatou Seyni no Mundial de Atletismo de 2019, em Doha, no Catar.	258
Figura 24: Caster Semenya em fotografia feita para a publicação na plataforma The Players' Tribune.	265

Tabela 1: Dados de rendimento da jogadora Tiffany Abreu, pelo time Vôlei Bauru, na temporada 2017/2018 da Superliga Brasileira de Voleibol Feminino.	98
---	----

Tabela 2: Participação das mulheres nos Jogos Olímpicos durante a presidência de Pierre de Coubertin no Comitê Olímpico Internacional (1896-1925).	112
---	-----

SUMÁRIO

SOBRE O VALOR DO CORPO	1
CORPO, INTEGRIDADE E SUJEIÇÃO EM UMA CENA DA RIO 2016	12
A CARNE E A VERDADE	34
O CORPO MALEÁVEL, O CORPO CIENTÍFICO	35
NAS MARGENS DO CORPO CIENTÍFICO: FEMININOS PERIFÉRICOS, PERIGOSOS E OCULTOS	41
O CUIDADO, OS ESCRUTÍNIOS TERAPÊUTICOS E O PODER DA MEDICINA	44
UM SOBREVIVO SOBRE O “SEXO” NO SISTEMA DE OPOSIÇÕES	49
A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA, A NORMALIZAÇÃO E OS CORPOS IMPOSSÍVEIS	54
OS MARCADORES BIOLÓGICOS E O PARADIGMA DOS HORMÔNIOS	59
A MOLECULARIZAÇÃO DO SEXO/GÊNERO: DESCOBERTA E SÍNTESE HORMONAL	62
UMA NOVA FRONTEIRA: CÉREBROS, HORMÔNIOS, COMPORTAMENTOS E HABILIDADES	66
T: UMA COSMOLOGIA DA TESTOSTERONA E OUTROS ESTEROIDES	69
AS RAMIFICAÇÕES DO SABER HORMONAL NO ÂMBITO ESPORTIVO	84
REGULAÇÕES NO ESPORTE: ENTRE A CLASSIFICAÇÃO E A GESTÃO DO SEXO/GÊNERO NA COMPETIÇÃO DE ALTO RENDIMENTO	91
O NASCIMENTO DO MOVIMENTO OLÍMPICO E A PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE ATLÉTICA	104
QUANDO A PROTEÇÃO SE TORNA SUSPEITA	116
QUANDO A SUSPEITA SE TORNA JUSTIÇA	131
O TEMPO DO BRASIL	147
O LEGADO OLÍMPICO SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA E DA DESIGUALDADE	148
A EXPERIÊNCIA DO TEMPO ATRAVÉS DA HUMILHAÇÃO, DO RISCO E DA CRISE	152
SRY, O RENDIMENTO ESPORTIVO E AS NUANCES DA DETERMINAÇÃO SEXUAL	162
PROTOCOLOS, CODIFICAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS NO CONTROLE ANTIDOPAGEM	169
O LUGAR DA PROTEÇÃO	178
GENERIFICAÇÃO DO ESTADO: RECORTANDO A EXPERIÊNCIA INDIANA	180
EVENTOS CRÍTICOS, MORALIDADES E MUNDOS (IN)HABITÁVEIS	191
JUDICIALIZAÇÃO DA REALIDADE: ENTRE PROVAS, PROBABILIDADES, MAGNITUDES E DISCRIMINAÇÕES	198
A DEBILITAÇÃO DOS CORPOS DE COR	220
O CONFLITO DE NARRATIVAS: ENTRE CIÊNCIA, VERDADE, TRADIÇÃO E AUTENTICIDADE	223
A CONFIABILIDADE DO ECOSISTEMA REGULATÓRIO: ENTRE O “SEXO ATLÉTICO” E A INTEGRIDADE CIENTÍFICA	237
FABRICAÇÕES MODERNAS EM TEMPOS DEBILITANTES: SOBRE TESTEMUNHOS, ESFACELAMENTOS E RUÍNAS	248

REFRATANDO O DESEJO DE INTEGRIDADE	268
GLOSSÁRIO	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281

Introdução

Sobre o valor do corpo

Em 2015, defendi uma pesquisa de mestrado feita em três hospitais de alta complexidade na cidade do Rio de Janeiro, acompanhando profissionais de saúde que atendiam e gerenciavam vários casos de intersexualidade. A escolha de continuar um doutoramento pesquisando o mesmo fenômeno temático foi então muito simples de desatar, porque ao mesmo tempo em que sentia não ter esgotado as possibilidades de análise que poderia fazer sobre as formas com que as variações intersexuais são gestadas e reguladas diariamente, um movimento intersexo começou a se estruturar mais publicamente no país. Uma rede de ativismo, de apoio, como também de pesquisa foi organizada durante a década de 2010. Conheci outras histórias de intervenção médica, de como as pessoas viviam depois de descobrirem seus diagnósticos e históricos hospitalares, mas principalmente conheci as diversas maneiras com que essas pessoas (e seus familiares) se juntavam para visibilizar seus corpos em uma causa política, rememorando constantemente suas mutilações, tratamentos, dores e experiências de uma maneira que afetasse o público para que suas demandas fossem mais acolhidas e representadas.

Essa rede intersexo fez com que eu ficasse mais implicada afetivamente e politicamente, participando de congressos, mesas de debate, livros, grupos em redes sociais, isto é, acompanhando mais de perto a vida social de alguns ativistas em um momento em que também me tornava mais qualificada e reconhecida como mais uma especialista do tema. Alguém que poderia interpretar suas vivências médicas além de analisar criticamente contextos científicos, hospitalares, políticos e socioculturais sobre esses modos contemporâneos de assujeitamento e de controle do sexo/gênero. Por isso digo que foi uma escolha simples, já que desde o começo sinto que partilho uma responsabilidade social com essa parcela da população. Neste sentido, minha atuação profissional e intelectual está implicada nessa luta identitária que se sustenta na readequação crítica do conhecimento e da atuação médica sobre os ditos “corpos ambíguos”. Toda a articulação antropológica feita nesta tese está verdadeiramente comprometida com um recorte particular, de afetos e de valores, porque como constatou Donna Haraway: a “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (1995, p. 18).

Seguindo essa intuição da localização limitada do saber, desde 2015 eu também sabia que queria demonstrar o que percebo como essa constituição vasta, diversificada e em vários

momentos contraditória das nossas composições corporais. Em vista dessa pluralidade, acreditava (e foi o que tentei ilustrar) que também há um grande *desejo de integridade* que alimenta muitos tipos de produção, regulação e exclusão social a partir da ideia do corpo sexuado. Como disse, estávamos em 2015, a febre olímpica ainda tinha sua trajetória em alta, o Rio de Janeiro fervilhava com obras, estrangeiros, vontades e protestos. Ao mesmo tempo, eu lembrava vivamente da história de Edinanci Silva, no meio da década de 1990, com aquele corpo musculoso vencendo e rebatendo ideias sobre o que seria sua “masculinidade feminina” (Halberstam, 1998). Decidi, então, que queria pensar a partir desse conflituoso evento olímpico, notadamente em como atletas muito musculosas, muito fortes, com muita virilidade, que aparentavam serem excessivamente masculinas, eram enquadradas nessas conformações sociais que envolvem o esporte de alto rendimento.

Para isso, foi necessário mergulhar em um contexto sócio-histórico sobre as gestões e os gerenciamentos da “mulher” – enquanto categoria cultural, materialidade biológica e representação do feminino – com a finalidade de desfiar esses desejos e controles antigos. Porque não estava em jogo apenas a análise e a interpretação do manejo técnico-científico das variações intersexuais ao longo do tempo nessa profissionalização do esporte em nível internacional, também queria destrinchar o que *emanava* desse fundo coletivamente moral que nos envolve e que permite, ou melhor, que enquadra a sustentação de modos específicos de governo, de estratégia corporativa ou também de legislação. De uma só maneira, eu me interessei pelas formas com que sedimentamos em práticas administrativas, científicas e regulamentares uma noção muito particular do que seria o “corpo sexuado” e as possibilidades de encarnação da humanidade.

Portanto, a tese fala muito sobre o valor do corpo. Tentei dar conta de aspectos diversos que implicam a vida comum: direitos, ciência, saúde, esporte. De uma certa maneira, foi uma tese feita enquanto uma etnografia multisituada (Clifford & Marcus, 2016) entre inúmeros documentos, artigos científicos, reportagens midiáticas, entrevistas com informantes, observação de campo na medida em que também considerava o fazer da relacionalidade e da reflexividade nessa experiência antropológica (Strathern, 2005). Não só porque a intersexualidade tem uma forma específica de ser enunciada e de se materializar em cada tipo de *contexto* ou de *escala* no mundo social, mas principalmente porque todos esses aspectos estão vinculados, se incitam, até determinam certos tipos de distinção e de legitimidade à medida em que se embolam e se solidificam como uma “verdade”.

A verdade, por sinal, também tem uma força muito significativa neste trabalho. A verdade que se crava do corpo biológico, a verdade falada por cientistas e médicos, a verdade

disseminada pela mídia, a verdade que vem de sentimentos, histórias e relações particulares, são muitas expressões dessa verdade “do natural” que se coaduna com o que chamo do desejo de integridade. No fim das contas, quis demonstrar como essa fragmentação da verdade do corpo sexuado, que cada vez mais se encarna em coerências e tecnicidades, também existe em um lugar de disputa pelo valor do mundo, da humanidade, da vida. Porque definir o que se espera e o que se controla da feminilidade ou da masculinidade não é só uma constatação da materialidade e do funcionamento das composições corporais, tudo isso se translada em uma determinação contínua dos modos aceitáveis de ser mulher ou homem em cada sociedade, que persistem com as maneiras amplamente controversas de pensar, medir, qualificar, inscrever, legitimar e representar um determinado corpo.

Só que estamos falando de critérios e de operações globais para ser uma atleta de elite dentro da categoria feminina. O lugar da verdade e da moralidade se projetam, então, como espaços de disputa de valor onde a proteção, a violência e os direitos estão sendo constantemente definidos. Algumas filiações precisam ser preservadas enquanto outras alianças devem ser feitas para que essa cristalização momentânea do que é o corpo humano na figura do “sexo atlético” possa ser utilizada como fundamento que vai exprimir todo um *emaranhado regulatório* com o propósito de assentar essas variadas formas de sujeição, regulação e controle. Então a racionalidade que aparece por trás do desejo de integridade, isto é, a lógica que surge como o outro lado da moeda da “integração” não é simplesmente a exclusão radical ou constitutiva de certos sujeitos em nome de todos os outros, mas se promove por um específico *processo de debilidade* (Puar, 2017) dos corpos femininos, de cor e biologicamente diversos.

Ao longo das próximas páginas, espero apresentar para o leitor como esse duplo vínculo da integração e da debilitação operam para constituir a *imaginação* e a *encarnação* dos corpos atléticos dentro do esporte de alto rendimento.

*

O exercício de introduzir esta tese também é afetivamente retrospectivo. Por isso vale apontar que durante esses últimos cinco anos também ocorreu uma exaustiva debilitação do nosso campo acadêmico, sócio-político e institucional. Seja em termos financeiros ou infraestruturais, seja nas formas de confiança e de circulação do conhecimento mediado. De modo que pensar e escrever sobre o impacto de algumas regulações normativas do corpo político em determinados corpos individuais foi difícil em um momento em que eu também

sentia a deterioração do meu campo de atuação profissional, assim como das inúmeras redes protetivas, de direitos humanos, dos lugares deliberativos de políticas públicas mais inclusivas.

Neste sentido, muito do que vivemos nacional e globalmente transformou minha própria análise. Comecei a pensar sobre a sistemática violação, mutilação e violência de vertente médico-científica dentro das regulações esportivas para então construir toda uma interpretação sobre o lugar da proteção e do direito em uma discussão política e administrativa mais abrangente em torno das tessituras da soberania, do controle e da disciplina. O prisma da *excepcionalidade* foi fazendo sentido para minha conjuntura e também para contar essas histórias. Então retomei uma perspectiva histórica, dos passados imperiais e coloniais, para tentar dar conta dessas hierarquias e desigualdades que ainda movimentam nossas realidades mais banais até nossos governos instituídos.

A disputa de valor vai acontecer entre a unidade e a ambivalência. Porque são gestões não apenas ideológicas ou epistemológicas sobre o passado e o mundo comum, mas, acima de tudo, vontades morais sobre o que queremos forjar daqui para frente. As verdades, estratégias, regulações e governanças que estão sendo ora tensionadas, ora pleiteadas partem desse princípio da completude que encarna o desejo por integridade. Em tempos de crise e de debilitação, essas situações potencialmente críticas que pesquisamos e interpretamos podem ajudar a aprofundar algum entendimento desse jogo das posições normativas, dos valores pelo futuro, que habitam tanto as fisiologias do corpo encarnado quanto as representações da vida social.

**

Antes de descrever a estruturação dos capítulos, importa explicar o que são as “variações intersexuais” que em vários contextos mais atuais já aparecem como ativismo político e reconhecimento social na figura da *pessoa intersexo*. A solidificação dessa categoria identitária é fundamental para melhorar os processos de direito, saúde e ciência que fazem parte do funcionamento dos governos modernos. A própria construção de uma terceira via, ou de uma recusa ao modelo do dimorfismo sexual que qualifica as leis e regulações, se fortalece com esses movimentos ativistas. Entretanto, algumas pessoas não desejam integrar lutas identitárias tidas como não-normativas, então continuam sem perceber seus corpos e identidades para além da composição de “mulher”, especialmente no caso das atletas no esporte de alto rendimento, já que a necessidade de serem inscritas enquanto mulheres para que possam ser elegíveis e continuar em competição faz com que reconheçam a condição particular de suas corporalidades

biológicas, mas não reiterem um pertencimento político ou identitário dentro de um ativismo contemporâneo.

Neste sentido, a escolha da qualificação dessas atletas como “mulheres com variações intersexuais” (e não como pessoas intersexo) ocorre com o contínuo posicionamento dessas atletas enquanto *mulheres*, feitas em suas entrevistas, documentações, processos diversos, elegibilidades, entre outras formas de inscrição. Portanto, para fins explicativos, pessoas com variações intersexuais são pessoas que nascem com variações sexuais consideradas não-usuais para a frequência tipificada do que conformamos como homens e mulheres.

Essas variações inter/sexuais podem aparecer em termos cromossômicos, no tipo e no número dos cromossomos sexuais, então fora da forma típica que seria 46, XX para mulheres e 46, XY para homens. Por exemplo, a condição de Klinefelter onde dois ou mais cromossomos X integram o cariótipo considerado masculino, ou seja, 46, XXY ou mais. As variações também podem ser em diversos genes (ou em alelos, no caso, as formas alternativas de um mesmo gene) que transcrevem desenvolvimentos e funcionamentos físicos no corpo humano. De modo que as variações podem apresentar mudanças na forma e na funcionalidade da genitália e do aparelho reprodutor, assim como nos tipos e nos níveis dos hormônios. São variações que podem causar diferenças no desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários (tamanho das mamas, quantidade e distribuição de pelos, gordura corporal, proporcionalidade da forma corporal, timbre da voz, capacidade de oxigenação, entre outros marcadores) em comparação com um desenvolvimento típico masculino ou feminino.

São muitas variações de intersexualidade, estima-se que cerca de 1.7% da população mundial tenha algum tipo de “desenvolvimento sexual não-dimórfico” (Blackless *et al*, 2000). Aproximadamente a mesma porcentagem de rutilismo, uma característica genética responsável pelo fenótipo das pessoas ruivas. Em vista disso, algumas variações intersexuais possibilitam que as pessoas produzam gametas e, caso queiram, tenham a capacidade de reproduzir, enquanto outras variações desenvolvem formas de infertilidade. São condições heterogêneas que se agregam nessa terminologia inclusiva. Por isso utilizo a categoria intersexualidade ou a noção das variações intersexuais, já que pela literatura médica-científica estabelecida globalmente a terminologia ainda se traduz em “distúrbios/diferenças do desenvolvimento sexual” (DDS ou DSD, em inglês).

Uma persistente medicalização de corporalidades e formas de vida que não se findam com a necessidade de diagnóstico ou de correção que caracterizam o ambiente hospitalar. Então sem entrar na discussão terminológica, pois também é um debate sobre registro e classificação e, conseqüentemente, uma discussão mais profunda sobre autoridade e poder dos tipos de

conhecimento reconhecidos – algo que faremos dentro das regulações esportivas – vale apontar para como esses sistemas de enunciação tão diferentes e por vezes contraditórios agem para constituir pessoas legíveis. De modo que essas reimaginações, disputas ou denúncias na esfera pública em torno das classificações e dos reconhecimentos do corpo sexuado tentam facilitar um certo compartilhamento tanto coletivo quanto afetivo dessa encarnação diversa da experiência vivida não-dimórfica, da variação intersexual, do corpo da pessoa intersexo.

No primeiro capítulo, começo com a descrição de uma cena dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, onde vamos esmiuçar algumas relações, organizações e valores que permeiam a tese. A partir do escrutínio midiático e institucional que envolveu a vitória de Caster Semenya na modalidade dos 800 m feminino, quero entender alguns termos caros para o contexto de análise, como o *level playing field*, o risco de saúde e a justiça esportiva. Para isso, demonstro como a “integridade” aparece como motor imaginativo e também como racionalidade tanto moral quanto administrativa fazendo com que alguns corpos sejam mais investigados, debatidos e humilhados publicamente. Esse modo de gestão mobiliza estratégias (bio)políticas antigas, como algumas espetacularizações e violências raciais, na medida em que definem constantemente os parâmetros normativos que legitimam os sujeitos. Em meio a tantas maneiras desiguais de nomear e de visibilizar, busco em um histórico do esporte como ele foi construído como lugar de valor dentro de um rastro de ordenamento social, disciplinarização e controle, constituição de habitus e de sensibilidades. Assim, veremos que essa maneira de incorporar um certo saber social dentro da regulação da elegibilidade da categoria feminina também tem uma particularidade muito discernível. O desejo de integridade vai se associar com um processo de debilitação do que foge à norma para tentar sua própria preservação. Essa disputa pelo controle da completude e da unidade no esporte feminino vai se desdobrar, então, em um conflito pela capacidade de regulação normativa dos corpos e da vida social compartilhada.

No segundo capítulo, voltamos um pouco no tempo em uma tentativa de entender alguns controles, incitações e regulações do corpo sexuado, especialmente o corpo feminino, dentro da história ocidental que foi desenvolvida durante a modernidade. Foi importante destrinchar as maneiras com que os saberes e as práticas foram se atualizando para mensurar, explicar e classificar as especificidades do corpo da mulher. Essa historicização dos conceitos e dos processos de conhecimento mais ocidental faz sentido quando se busca demonstrar a

variabilidade das técnicas-somáticas que acompanhou o fenômeno do corpo mais dessacralizado, que foi sendo absorvido ao mesmo tempo em que também alimentava toda uma constituição de ontologias sobre a vida científica e material da realidade. Então o uso e o abuso do corpo feminino, o nascimento da clínica, a verdade do sexo em oposição, essas são questões que vou percorrer para aprendermos mais sobre os modos de criação e de manutenção dessas fronteiras sociais que tem no “dimorfismo sexual” o seu maior valor.

No terceiro capítulo, continuamos com esse processo de tutela e de controle se acentuando no corpo feminino através dos saberes e artefatos hormonais. Neste sentido, a intenção foi situar como o próprio campo de possibilidades do conhecimento endócrino foi sendo delineado por assunções generificadas e demandas clínicas, onde a atividade do aparelho reprodutor era mais interessante de ser entendida e regulada do que os aspectos não-reprodutivos dos hormônios esteroidais. Da mesma maneira, com a experimentação e disseminação dos medicamentos hormonais, há um acionamento massivo desse tipo de intervenção para sanar as “ambiguidades sexuais” e os problemas reprodutivos. Outros saberes também serão desenvolvidos para explicar diferenças biológicas e sociais, com ênfase na genética e na neurologia, mas será no gerenciamento da endocrinologia que a medicalização da vida se torna cada vez mais espalhada e cotidiana. Com isso, chegamos no sonho da testosterona que aglutina muitos desejos e comportamentos. Nesta seção, vamos acompanhar a busca pelo corpo viril, assim como algumas primeiras interpretações sobre essas substancializações de efeitos endócrinos em atributos primários do valor da masculinidade. Por fim, espera-se compreender como o saber hormonal modifica completamente o âmbito esportivo, com a escalada do uso de substâncias andrógenas e anabolizantes, no que culminaria em um novo modelo de gestão da pureza pela suspeição e pelo controle minucioso da dopagem.

No capítulo quatro, destrincho um longo histórico de classificação e de gestão da feminilidade no esporte de alto rendimento. Veremos como nasceu o movimento olímpico, com uma busca masculinista pela virtude e pela educação física como constituição moral e nacional, entremeada pela insistente tentativa das mulheres em acessar e participar dos eventos internacionais. Paralelamente a essa conformação social e institucional do esporte, começamos a entender de onde vem e como se estrutura essa necessidade de controle dos corpos atléticos das mulheres. Em um momento em que a proteção se translada em suspeita, onde projetos nacionalistas e humanistas estão sendo disputados em larga escala, em períodos de guerras e de geopolíticas acirradas, vemos que o corpo feminino dentro do esporte também ocupa um espaço pela luta de soberania. Assim, a defesa dos valores acontecia a todo momento, com a ciência e a medicina auxiliando na definição dessas fronteiras esportivas e sociais que traziam

visibilidade ao estado-nação. À medida em que esses conhecimentos técnico-científicos evoluem, todo um emaranhado regulatório também vai ser atualizado para dar conta das novas formas de inspecionar e selecionar as mulheres no esporte. Espero demonstrar aqui, portanto, como a proteção se faz tanto por meio da suspeição como também da justiça, com a linguagem dos direitos sendo cada vez mais incorporada na vida comum e nas instâncias deliberativas internacionais. Por outro lado, vamos também entender, desde o começo do capítulo, como a vontade de estipular marcadores biológicos essencialmente dimórficos ainda impera na contemporaneidade, especialmente com a história de Tiffany Abreu no voleibol brasileiro, onde saberes e práticas são constantemente acionadas para legitimar pertencimentos e exclusões com base em uma “verdade biológica” do corpo humano.

No quinto capítulo, vamos acompanhar a história de Edinanci Silva, ex-judoca brasileira que competiu em vários eventos internacionais, como nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996. Em uma tentativa de narrar um tempo do Brasil, espelhado em sua experiência esportiva, faço algumas reduções históricas e mediações sociais para entender como a memória e a desigualdade mobilizam projetos biográficos que se entrelaçam com migrações, escolhas profissionais, lutas (simbólicas e materiais) e formas de consentimento em torno de um legado tanto olímpico quanto nacional. Essa experiência do tempo da investigação e da intervenção regulatória sustenta um outro tempo de vida onde as escolhas são achatadas em um presente altamente corporificado na medida em que o risco e a crise são qualificações dessa forma de gestão generificada para integrar pessoas em um projeto corporativo ou uma imaginação nacional. Com a finalidade de dar conta dessa experiência de *humilhação venenosa*, que constitui o emaranhado regulatório que marca mais alguns do que outros com seus valores e racionalidades baseadas na exclusão normativa, formas de biolegitimidade e de negociação são descritas para demonstrar como existiu uma agência se esforçando para estar ali presente entre as violações e os escárnios do mundo esportivo. Tento relacionar suas maneiras de se proteger e de se fortalecer frente à exposição danosa de seu corpo com as cristalizações que fazemos enquanto sociedade sobre suas capacidades e habilidades sexualmente constituídas. Por fim, a partir de uma análise sobre experiência e expectativa no controle antidopagem, faço uma discussão sobre consentimento que demonstra como a gramática do risco, da humilhação e da codificação biológica fomentaram esse desejo por integridade (tanto institucional quanto imaginativa) dentro do esporte de alto rendimento. Um desejo que se alimenta, ou melhor, um certo prazer pela hierarquia (Díaz-Benítez, no prelo) que se utiliza de um *controle consentido* para fugir da ambiguidade e da incerteza através do regime da excecionalidade que fundamenta nossa existência política.

No capítulo seis, busco refinar os caminhos administrativos e as estratégias nacionais ou corporativas do que chamo de lugar da proteção dessa atleta com variação intersexual. Com a análise das histórias de Pinki Pramanik, Santhi Soundarajan, Pratima Gaonkar e Dutee Chand, recorto a experiência indiana em relação à imaginação de um estado-nação com as práticas burocráticas que sustentam suas elegibilidades e integrações no esporte de alto rendimento. Vamos acompanhar como a quantificação e a qualificação do risco através dessas technicalidades científicas e encarnações somáticas são antes de tudo gestadas e geridas (Souza Lima, 2002) dentro da linguagem da moral e do perigo. Do mesmo modo, tento fazer uma interpretação que considero imprescindível no trajeto da tese: desvincular a *virilidade* – enquanto expectativa simbólica e fenótipo encarnado – da relação entre “força” e “vigor” com uma “visibilidade” que costumeiramente acaba sendo marcada como um atributo da masculinidade. Essa distinção importa porque desvela um pouco sobre o papel do Estado, da institucionalidade esportiva e da autoridade científica como lugares de disputa, definição e estabilização da *proteção social*. Neste sentido, todas essas histórias contam alguma coisa sobre a busca por proteção, mas ao mesmo tempo também evidenciam que essa “remasculinização” do emaranhado regulatório (seja pelo Estado, seja pelas entidades esportivas) na verdade escora uma readequação generificada das atletas através de práticas debilitantes, humilhantes e reintegradoras. Neste registro social, sair da sombra da tutela generificada significaria entrar no campo de atuação da excecionalidade. Por outro lado, também acompanho a judicialização de uma disputa esportiva, então conseguimos entender quais os conhecimentos validados judicialmente, quais as estratégias de proteção normalizadas e quais as magnitudes aceitáveis de discriminação que podem ser implementadas legalmente. São formas de hierarquia e de desigualdade que precisam ser provadas como algo “necessário, razoável e proporcional” (CAS, 2019), com base em avaliações clínicas e científicas consensuadas, mas veremos como são argumentos apresentados a todo momento enquanto especulações e hipóteses apoiadas em critérios socialmente demarcados. De modo que será através dessa *relação valorosa* entre imaginações e encarnações de feminilidade que a aceitabilidade do que um corpo feminino pode fazer no esporte vai ser estabelecida e formalizada.

Por fim, no capítulo sete, volto com a história de Caster Semenya que se espraia e se adensa em outras narrativas, como a de Annet Negesa, para falar sobre a debilitação dos corpos das “mulheres de cor” (Lugones, 2008). A escolha por essa conceituação e não simplesmente pela ideia de “raça” passa por um entendimento de que os processos de racialização inscritos na sujeição desse emaranhado regulatório do sexo/gênero e da sexualidade no esporte de alto rendimento são bastante diversos, isto é, não falo sempre dos mesmos modos de racializar com

a finalidade de segregação ou de dominação. Por isso, quis resgatar como toda a regulação de feminilidade esmiuçada na tese teve um histórico bem particular, dentro de registros ocidentais, muitas vezes com raízes aristocráticas e imperiais, que salvaguardavam valores onde uma noção de humanidade acabava definida pela constituição de alteridade de outros que seriam mais pobres, impuros, bestiais ou incompletos. Seja a mulher europeia que não podia competir porque arriscava perder sua graça e encanto, seja o atleta não-amador que precisava sobreviver financeiramente e não conseguia competir somente pela virtude do “fair play”, o esporte de alto rendimento sempre se constituiu como um lugar de distinção (Bourdieu, 2007) altamente valorativo que marginalizava toda uma variedade de pessoas para assegurar esse centro de poder ou de visibilidade mais ou menos intacto. À medida em que o mundo social se entrelaça e se atenta cada vez mais, com os processos da globalização e do capitalismo se acentuando, novas modalidades de participação e de pertencimento são estabelecidas. Atletas de cor e atletas do “terceiro mundo” – que hoje são inscritas como do “Sul Global” – são cada vez mais incorporadas aos eventos e às institucionalidades do esporte internacional a partir do terceiro quarto do século XX, mas desde então também passam a ser os alvos prioritários dessas formas esportivas de *exclusão social*. Pretendo demonstrar, neste capítulo, como uma interpretação a partir da colonialidade do poder (Quijano, 2009) pode nos ajudar a entender como os corpos racializados ainda são mais escrutinados, descartados e invisibilizados no cenário do esporte de alto rendimento contemporâneo. Neste sentido, também busco reutilizar um conceito articulado pela historiadora conservadora Gertrude Himmelfarb – a ideia de *imaginação moral* (2005) – para tensionar as formas de imaginar e de incorporar valorosamente os sujeitos, as histórias e os atributos nos modos de fazer política. Considero importante essa manipulação conceitual porque a ferida colonial persiste na medida em que a exclusão e a violação se atualizam em políticas regulatórias de caráter discriminatório sem qualquer tipo de esquadramento nas maneiras com que os corpos são enquadrados, inscritos e validados por determinado saber/poder. Em meio ao conflito de narrativas, a gestão da integridade se encontra bem no âmago desse regime da excecionalidade com suas múltiplas intencionalidades e acionamentos. Neste sentido, qual seria o papel da justiça e dos direitos humanos? Veremos como se desenrola mais um embate jurídico. Do mesmo modo, também veremos como o testemunho parece ser a única saída para fomentar inclusão, visibilidade, proteção e direitos em uma época de esfacelamento e de debilitação acentuada pelas fabricações modernas que nos constituem.

Nas considerações finais, retomo um pouco da discussão sobre a veracidade da biologia, as composições corporais e os limites discursivos para tentar refratar esse desejo de integridade, no caso, essa integridade que tem prazer pela unidade e pela hierarquia, sempre pautada na

exclusão constitutiva e/ou na incorporação debilitada através da norma. Em outras palavras, minha intenção maior nesta tese foi de identificar como qualquer encarnação biológica não está isenta de valor. Sem a pretensão de apresentar uma síntese final para esse fenômeno tão complexo da intersexualidade, dentro e fora do esporte, quis apenas situar as minhas responsabilidades e os meus caminhos de análise intelectual, afetiva e política, para tentar promover algum outro tipo de sentido para o mundo que compartilhamos juntos.

1

Corpo, Integridade e Sujeição em uma cena da Rio 2016

Sete anos separam a primeira vitória da sul-africana Caster Semenya em uma competição de alto nível internacional de sua medalha de ouro durante os Jogos Olímpicos Rio 2016. Foram sete anos excruciantes, de coberturas midiáticas às regulações institucionais, que podem ser transmutados em uma cena: a final dos 800 metros feminino. Através dela, ao capturarmos o simbolismo das afetações e das performances, do que foi dito e não-dito, do recorte institucional da modalidade e da impiedosa cobertura jornalística, talvez seja possível evidenciar e esclarecer – de antemão – alguns temas e conflitos que enfrentaremos nesta tese.

Era um sábado à noite, no fim de agosto, quando a final aconteceu no Estádio Olímpico Nilton Santos. A última prova da noite, uma das mais esperadas no atletismo, foi precedida pela premiação do pódio dos 100 m masculino, em que Usain Bolt abocanhava o ouro olímpico pela terceira vez consecutiva. As oito atletas finalistas participaram dias antes de provas eliminatórias e semifinais, algumas competindo em outras categorias, antes da prova derradeira. Estavam há, pelo menos, uns quinze dias imersas no mundo competitivo, desde a abertura dos Jogos. Neste contexto que Sebastian Coe,¹ presidente da *Associação Internacional de Federações de Atletismo* (IAAF),² retoma um assunto espinhoso. Ele diz para a imprensa após uma reunião do conselho da IAAF durante os Jogos: “Nós estamos surpresos com a decisão da CAS, e acho que o *Comitê Olímpico Internacional* (COI) também, [mas] vamos olhar novamente para esse assunto e levá-lo à CAS em algum momento do ano que vem”.³ A surpresa se dava pela suspensão da resolução de “hiperandrogenismo”, em 2015, pela *Corte Arbitral do*

¹ Coe é ex atleta britânico, medalhista olímpico de várias modalidades, com recorde mundial estabelecido nos 800 m e 1500 m. Ele também detém inúmeras condecorações, alcançando o posto de “Barão” através de um par vitalício em 2000, além de uma Ordem Olímpica pela realização das Olimpíadas de Londres em 2012.

² A IAAF, no fim de 2019, decidiu através de seu conselho deliberativo mudar o nome e a marca para *World Athletics*. A entidade era abreviada enquanto IAAF desde 1912, quando foi criada como *International Amateur Athletic Federation*, logo após os Jogos Olímpicos de Verão em Estocolmo, na Suécia. Coe argumentou para a imprensa que essa mudança foi especialmente pensada para atrair uma audiência mais jovem. Portanto, como a tese foi escrita ao longo de cinco anos com a nomenclatura “IAAF” e ela ainda aparece desta maneira nos documentos analisados, manteve a antiga nomeação. Ver, por exemplo, em: https://tv5.espn.com/olympics/trackandfield/story/_/id/26933457/track-body-iaaf-rebrand-world-athletics

³ Tradução da autora. Ao longo da tese, toda tradução será feita da mesma maneira. A entrevista de Sebastian Coe pode ser acessada no seguinte link:

<https://www.theguardian.com/sport/2016/aug/11/caster-semenya-sebastian-coe-iaaf-cas-testosterone-olympics>

Esporte (CAS), na Suíça. Suspensão que possibilitou que Caster Semenya, entre outras atletas com variações intersexuais, pudesse competir livre de restrições clínicas e administrativas durante a Olimpíada.

A resolução de hiperandrogenismo surge a partir de uma longa lista de regulações esportivas que buscam proteger a elegibilidade feminina e garantir uma certa equidade competitiva, o que chamam de “level playing field”, isto é, “jogar no mesmo patamar”. Essa forma de competição seria similar, em sua expectativa, ao modelo de cooperação igualitária internacional que várias redes intergovernamentais fomentam em diversos níveis regulatórios. Ao longo da história, muitas versões de investigação, testagem e controle foram implementadas para atingir este objetivo. Vamos discutir algumas origens, contextos e transformações nos próximos capítulos, no momento importa dizer que a resolução de hiperandrogenismo surgiu deste antigo cenário onde proteção e justiça confluem na regulação de corpos de mulheres diversas, e neste caso em especial, do corpo e da performance esportiva de Caster Semenya no Campeonato Mundial de Atletismo de 2009, realizado em Berlim, ao conquistar o ouro nos 800 m com a melhor marca do ano.

Com sua estrondosa aparição a nível internacional, Semenya, na época com 18 anos de idade, foi submetida a um árduo processo de “verificação de gênero”. Claramente instigado pela sua capacidade atlética e aparência física – em uma das primeiras matérias do *The Guardian* publicadas sobre Caster, escreviam que ela “possui uma estrutura muscular excepcionalmente desenvolvida e uma voz profunda, com tempos cronometrados que enganam sua juventude”⁴ – esses procedimentos investigativos fomentaram uma avalanche de dúvidas, controvérsias e análises sobre a validade de sua performance esportiva, identidade de gênero e biologia. Voltaremos nesse desastroso escrutínio no capítulo seis e sete da tese. O ponto é que Caster Semenya se tornou um *problema* que mobilizou uma reorganização desses procedimentos. A partir de sua história, a IAAF e posteriormente o COI criaram a então resolução de hiperandrogenismo, em 2011 e 2012, respectivamente.

Tal resolução indicava que existiam “alguns casos raros de jovens atletas” afetadas por “hiperandrogenismo” que competiam em modalidades de atletismo e, se não fossem diagnosticadas ou fossem negligenciadas, poderiam acarretar “risco de saúde” (IAAF, 2011). Quando buscam definir o que seria essa *condição*, determinam antes que a aparição de “tempos em tempos” de tais atletas competindo no mais alto nível do atletismo feminino era controversa,

⁴ A matéria pode ser acessada no seguinte link:

<https://www.theguardian.com/sport/2009/aug/19/caster-semenya-gender-verification-test>

justamente porque essas mulheres exibiriam “traços masculinos” e teriam uma “capacidade atlética incomum em relação às competidoras”. O raciocínio era *lógico*, como homens e mulheres eram divididos “desde 1928” em classificações masculinas e femininas nas modalidades de atletismo, a fim de reconhecer e proteger essas diferenças específicas de aptidão e de performance, era necessário respeitar a “essência” das divisões sexuais.

Hoje a diferença estaria cristalizada nas altas doses de hormônios androgênicos que homens experimentam durante toda a vida resultando em “maior desenvolvimento muscular” e “aumento de força”. De acordo com a IAAF, qualquer menção à terminologia “política de gênero” ou “verificação de gênero” deveria ser abandonada a partir daquele momento. Era uma nova época, com profissionais sérios buscando respeitar tecnicamente a manutenção de categorias fundamentais para a existência do esporte feminino. A confidencialidade, o anonimato, o consentimento, a justiça – são categorias descritas e repetidas no documento. Ninguém ali buscava questionar a identidade de gênero de uma determinada atleta, mas marcadores sociais que identificavam feminilidade e masculinidade eram os gatilhos operantes para filtrar níveis de virilidade, heterossexualidade e capacidade atlética. O *emaranhado regulatório* não era capaz, evidentemente, de soltar suas amarras sociais e permanecer no terreno plenamente científico. Mesmo assim, um nível hormonal foi estabelecido para a normalidade. A testosterona (T) se torna o parâmetro para decidir se uma atleta tem seu nível hormonal acima ou abaixo da normalidade masculina (10 nmol/L). Toda a tramitação clínica e institucional dessa investigação tem como finalidade garantir a *integridade* da elegibilidade feminina no esporte. Veremos nos capítulos seguintes como essa definição – das materialidades hormonais, das técnicas de acesso, investigação e cuidado dos corpos, dos níveis de normalidade – são tão conflituosas e instáveis como a vida política desses documentos.

Dito isto, a ironia presente no parágrafo anterior pode passar despercebida em decorrência de constatações que nos parecem óbvias. Como negar diferenças na performance atlética de homens e de mulheres? Este não é o ponto central da análise, o que busco fazer nesta tese é a compreensão do que estou chamando de emaranhado regulatório, que através de certos critérios – científicos, morais e sociais – define e redefine constantemente o que significa ser atleta no mundo de hoje. Nesta interseção, onde o esporte também é palco de uma disputa um pouco maior do que seria a classificação e a gestão das populações contemporâneas, talvez seja possível perceber formas generificadas de existência. Se não há como negar *a priori* diferenças biológicas na performance atlética de homens e de mulheres, então como entender a *relação* e os *efeitos* dessas diferenças a partir da experiência desigual de assujeitamento, socialização e regulação em que corpos masculinos e femininos são estruturados?

A musculatura, a voz, a roupa, a vitória atlética, elas visibilizavam para a IAAF a marca da testosterona, uma marca que era masculina por excelência e por essência. Essas diferenças, em níveis biológicos e sociais, garantiam a norma, e no corpo de Caster Semenya constituíam uma *crise* representativa. Ao longo dos anos, o COI também submete e atualiza sua própria resolução de hiperandrogenismo (2012, 2014 e 2015). Mas ainda que fortalecida por um sentimento comum de “justiça” ou de “proteção”, essas regulações não estavam isentas de críticas, disputas e suspensões. Em 2015, por exemplo, a corredora indiana Dutee Chand submete um processo na CAS contra a IAAF e a *Athletics Federation of India* (AFI), o que possibilita a suspensão da resolução e a participação de Chand, Semenya e outras atletas com variações intersexuais na Rio 2016.

E aí voltamos para o fim de agosto. Naquele momento, a expectativa dentro do mundo esportivo era de que Semenya fosse ganhar com muita folga e, possivelmente, até quebrar o recorde mundial e olímpico da modalidade. O primeiro pertencente à tcheca Jarmila Kratochvílová desde 1983, com tempo de 1:53.28, sendo o recorde mundial mais antigo existente no atletismo. O segundo, o recorde olímpico, foi estabelecido pela soviética Nadezhda Olizarenko em 1980, com tempo de 1:53.43, e também se mantém em vigor até hoje. Então quando Caster arranca nos 200 metros finais da prova, existia uma certeza compartilhada de que era possível dismantelar todos os recordes anteriores. Uma sensação de que o poder da testosterona endógena, naturalmente aumentada no corpo de uma atleta com variação intersexual, poderia destronar o poder da testosterona exógena, sua versão sintética presente em anabolizantes variados comumente usados durante a Guerra Fria. Mas não foi o que aconteceu. Semenya venceu, sim, com fôlego; mas com tempo de 1:55.28.⁵

A cena que transmuta grande parte desses sentimentos, hipóteses e regulações acontece logo em seguida (ver fig. 1): Semenya comemora a vitória com sua tradicional celebração de “cobra”⁶ e mantém o esperado *fair play* esportivo ao cumprimentar suas adversárias. Primeiro, abraça fortemente a segunda colocada, Francine Niyonsaba, do Burundi. Acena ao público, dança e aperta a mão de Kate Grace, última colocada, representante dos Estados Unidos. Quando o *frame* da câmera retorna de Niyonsaba à Semenya, ela está andando até duas competidoras abraçadas, que não se movem com sua chegada, então dá um aperto com as mãos nos braços de cada uma e continua até cumprimentar a atleta Maryna Arzamasava da

⁵ É possível rever a cobertura nacional da final da modalidade no seguinte link:

<http://sportv.globo.com/olimpiadas/videos/v/caster-semenya-e-ouro-nos-800m-rasos-feminino-da-rio-2016/5250405/>

⁶ É uma maneira similar de comemorar a vitória tal como feita pelo corredor jamaicano Usain Bolt com sua celebração em forma de “raio”.

Bielorrússia, que está exaurida no chão do Estádio, acalmando sua respiração aos poucos. Mais além, comemora com o público. A câmera também filma Margaret Wambui, do Quênia, terceira colocada da prova. Um pouco depois, as três atletas com pódio correm pelo Estádio Olímpico enroladas nas bandeiras de seus países e interagem mais uma vez com o público.

Figura 1: Final dos 800 m feminino na Rio 2016.



Fonte: Antonio Lacerda/EPA.

A narração feita na cobertura do *SportTV*, canal pago de TV por assinatura ligado ao Grupo Globo, aciona palavras que compõem esse imaginário de *predominância* através de uma *vantagem hormonal*. “Ela está inteira”, dizem. Ou apontam que já vem de oito vitórias consecutivas na temporada – “ela não sabe o que é perder”. Neste registro, a ideia de “liderança” e que Semenya está “tranquila”, podendo “ter feito até um pouco mais forte” ou “batido um recorde”, se entrelaçam com outras frases sobre a necessidade de Caster “suspender remédios que controlavam a produção de testosterona de forma natural diferentemente da Kratochvílová em ‘83 e Olizarenko em ‘80 que usavam testosterona sintética de primeiríssima geração, aquela quase vindas das cavernas, utilizadas por algumas soviéticas”. A compreensão de ritmo, de acelerar, de ganhar vantagem, de assumir a ponta e da facilidade com que a performance atlética se desenvolve – eles dizem, “pareceu um treino” – está intimamente ligada a esse fundo essencializante de masculinidade, potência, intenção e virilidade – do que vem “das cavernas” em tempos primórdios – e assim dita as concepções e os limites do que se torna esportivamente viável para essas atletas.

Em entrevista após a prova, as duas corredoras que estavam envolvidas naquele abraço sofrido de derrota, a canadense Melissa Bishop e britânica Lynsey Sharp, dão algumas declarações que complexificam esse emaranhado regulatório para além de concepções, especulações e definições em torno do sexo, dos marcadores biológicos (como a testosterona) e do gênero. Além de disputas sobre os lugares comuns e as fronteiras que navegam no que compreendemos enquanto feminino ou masculino, outros marcadores, como a raça e a nacionalidade, vão aparecer dentro desse processo de regulação *biopolítica*. Em grande parte amparadas por dúvidas instigadas internamente e comentários antitéticos institucionais, como os feitos por Sebastian Coe durante os Jogos – quando chegou ao ponto de pedir para a imprensa lembrar que essas atletas com variações intersexuais eram “seres humanos”, mas que precisavam “ser muito claros quanto a isto” para “tratar de maneira muito sensível” a necessidade de regulação. Sharp, portanto, não se comporta fora da razão institucional quando diz que todo mundo podia notar “como tudo foi muito emotivo”, mas que confiava “nas pessoas no topo para resolverem a questão”.⁷ Ela aponta também que “nós”, no caso das atletas sem pódio, sabemos como cada uma se sente, e que o público “podia ver” como era difícil competir com a suspensão da resolução de hiperandrogenismo.

Essa aglutinação do espectador atento com o sofrimento das atletas e a saga da própria instituição pela justiça no esporte feminino carrega um apelo que vai muito além do sexo, do gênero ou da feminilidade para garantir a elegibilidade esportiva. De certo modo, essas são as categorias operantes (em conjunto com técnicas e científicas que marcam o corpo sexuado) que se sobrepõem e ofuscam outras categorias tão fundamentais quanto aquelas para a manutenção de qualquer regime classificatório. Essa forma de disrupção discursiva se intensifica quando uma gestão esportiva que se quer global, íntegra e equitativa ainda se materializa através de endereços, burocratas e vínculos em partes muito discerníveis do globo.⁸

A polonesa Joanna Józwik, quinta colocada na prova, afirma deliberadamente em outra entrevista que se sente “como uma medalhista de prata”. Ela chega a dizer que está feliz por ser “a primeira europeia na competição e a segunda branca”.⁹ O corte racial não é inócua, ao contrário, esse comentário encarna a própria constituição regulatória. Nesta entrevista, a atleta

⁷ A entrevista com Lynsey Sharp pode ser acessada no seguinte link:

<https://www.theguardian.com/sport/2016/aug/21/lynsey-sharp-caster-semenya-rio-2016-olympics>

⁸ Alguns textos foram fundamentais para a sistematização e verbalização coletiva deste momento olímpico, especialmente a matéria “The ignorance aimed at Caster Semenya flies in the face of the Olympic spirit”, escrita por Katrina Karkazis e publicada no *The Guardian* no dia 23 de agosto de 2016.

⁹ A entrevista com Joanna Józwik pode ser acessada no seguinte link:

<https://www.independent.co.uk/sport/olympics/rio-2016-joanna-jozwik-caster-semenya-800m-hyperandrogenism-a7203731.html>

mantém o raciocínio de fomentar uma narrativa de injustiça através de distinções hierárquicas ao pontuar que “as três atletas que estão no pódio geram muita controvérsia”. Para ela, é “um pouco estranho que as autoridades não façam nada a respeito”, e justamente porque “essas colegas” teriam “níveis altos de testosterona, similares aos homens,” que “elas se parecem dessa forma e correm desse jeito”.

A espetacularização imperialista no seio de um evento global desnuda a continuidade de políticas raciais antigas. Podemos dizer que em conjunto com modelos de normalidade sobre sexo, gênero e sexualidade, os dispositivos raciais ainda subjazem toda e qualquer construção contemporânea em que a identidade, a soberania e o reconhecimento estão em disputa. No que tange à constituição do corpo feminino preto e/ou africano, são várias referências que indicam o conflito racial dentro de discursos nacionais, notadamente em situações (pós-)coloniais. Anne McClintock, em *Couro Imperial* (2010), investiga como esses conflitos e discursos seguem repetidamente um mesmo padrão ao circunscrever e qualificar marginalidade a alguém – tornando-a mais ou menos perigosa – na medida em que distingue, segrega, invisibiliza, violenta, para depois reintegrar com um novo *status* (Ibid., p. 49). Seja através de uma obsessão vitoriana com a domesticidade ou o progresso da mercadoria, seja através de uma obsessão contemporânea com a justiça ou a equidade meritocrática – esses parâmetros valorativos policiam e reordenam os limites do que é considerado legítimo em cada época.

Outros pesquisadores em estudos africanos, como Brenna Munro (2010) e Neville Hoad (2010), apontam que a história da África do Sul foi marcada a nível internacional por diversos escândalos, apropriações e violências, citando especialmente a história de vida de Saartjie Baartman. Anne Fausto-Sterling (2000a) também escreveu sobre esse contexto em uma análise sobre corpo, raça e nação na construção da ciência da época. Cada trabalho nos ajuda a refletir, para além da recente memória do período de *apartheid*, de que a construção da ideia de nação sul-africana costurou-se ao longo do tempo com eventos e histórias sobre corpo, sexualidade, miscigenação e estigma. Foi neste conflituoso registro que Saartjie Baartman, conhecida dentro do contexto colonial como “Vênus Hotentote” ou “Vênus Negra”, acabou expropriada. Nascida em Cabo Oriental, supostamente de família *khoikhoi*, Saartjie chega ao Reino Unido em 1810 para ser exibida em atrações de *freak show*.¹⁰ Durante o começo do século XIX, mesmo após a aprovação do Ato contra o Comércio de Escravos de 1807, Saartjie continuava sendo exibida, vendida, deslocada por diversas partes da Europa e mantida em condições similares à

¹⁰ Outros casos de exibição de pessoas *khoikhoi* em *freak shows* podem ser conhecidas, por exemplo, através da vida de P. T. Barnum e seu famoso circo itinerante, mais tarde nomeado de Ringling Bros. and Barnum & Bailey Circus, para saber mais sobre a história do circo, ver Rangel (2015).

escravidão. Sua história termina em 1815, na França, apenas cinco anos depois de chegar ao Reino Unido, com seu corpo sendo dissecado e examinado por diversos cientistas naturalistas a fim de corroborarem teorias evolucionistas vigentes na época, entre eles o famoso naturalista Georges Cuvier (1769-1832).

Muito do que foi dito sobre a vida de Saartjie Baartman pode ser considerado uma extrapolação de histórias, documentos e descrições – principalmente visuais – de perspectivas racistas acerca da civilidade de certos humanos, construções científicas e sociais que dominaram fortemente tanto o século XVIII quanto o século XIX. Assim como ainda encharcam o nosso tempo histórico. Seus restos mortais ficaram, ao longo de 150 anos, expostos no Muséum d'Angers e posteriormente no Musée de l'Homme, na França. A negociação feita pela África do Sul para a retomada de seu corpo e conseqüentemente de sua memória é um capítulo à parte dentro da discussão colonial. Seu corpo negro – considerado excessivo em suas partes corporais e feminilidades “selvagens” – era a antítese construída e reforçada do corpo feminino europeu – preservado como civilizado, gracioso, doméstico. Então ao acionar a cor e a nacionalidade como uma forma de acusação de injustiça, a corredora polonesa Joanna Jóźwik torce mais um nó dentro do emaranhado regulatório e, claramente, também civilizatório que tece boa parte da construção discursiva da pessoa moderna. Sua acusação ecoa histórias como a de Saartjie. Corpos negros, tidos em excesso em sua carnatura e visibilidade, foram tratados com humilhação, violência, servidão e escárnio ao longo da temporalidade ocidental, não foram corpos que nos acostumamos a ver como um modelo de vitória, reconhecimento ou empatia. Essa disrupção discursiva – do que é falado, feito e aceito – frente ao ideal de humanidade (neste caso, também do movimento olímpico) se torna cada vez mais evidente nas tramas de um mundo contemporâneo. Logo, para muitos sul-africanos,

O questionamento do sexo de Semenya não traz à mente apenas as categorizações das pessoas em grupos raciais durante o *apartheid* – um processo traumático e caótico que envolveu a inspeção do corpo das pessoas em escala nacional –, mas também evoca a história de vida de Sara Baartman, um capítulo da história do imperialismo que foi central ao discurso nacionalista pós-*apartheid*. (Munro, 2010, p. 390)

Assim como os gestos e as falas encarnadas nessas relações, o “olhar” [*gaze*] também manifesta a materialização das experiências de desigualdade que citamos até aqui. bell hooks elabora mais sobre este funcionamento em *Black Looks: Race and Representation* (2015), especialmente ao constatar o olhar como uma forma de “contra-memória”, abrindo espaço para o conhecimento e a interrogação do presente ao mesmo tempo em que se inventa um futuro. Neste sentido, ela aponta, o olhar sempre foi um lugar de resistência. Pessoas em situações desiguais, dentro de relações específicas de poder, aprendem que existem formas de agência

em modos de olhar. Então seria possível “reivindicar e cultivar a ‘conscientização’ de maneira que politize as relações do ‘olhar’ – aprende-se a olhar de uma certa maneira para resistir” (Ibid., p. 116). De modo que olhar de certo modo, tocar com certo fair play, dizer certas palavras ou acolher certo silêncio seriam inserções de cuidado e de reconhecimento em busca de conquistas difíceis em tempos (pós-)coloniais, como a formulação de uma identidade ou a manutenção de uma integridade.

Em outra entrevista durante a Rio 2016, as atletas com pódio, Semenya, Niyonsaba e Wambui, são questionadas por parte da imprensa se a IAAF solicitou que todas elas suprimissem seus níveis naturais de testosterona e, em caso positivo, quais seriam os efeitos desses tratamentos. Elas conversam entre si e Wambui responde: “Vamos nos concentrar na performance coletiva de hoje, não vamos debater nenhuma medicação”.¹¹ Logo em seguida, Semenya faz coro – “desculpe, amigo, hoje é só sobre a performance, não estamos aqui para falar sobre a IAAF, não estamos aqui para falar sobre especulação, hoje vai ser só sobre a performance” – mas eventualmente esquece sua usual discrição com o assunto e dispara durante a coletiva de imprensa:

Eu acho que é sobre amar uns aos outros. É sobre não discriminar as pessoas. Não é sobre notar como as pessoas são, suas aparências, como elas falam, como elas correm, não se trata sobre ser musculosa. É tudo sobre o esporte. Quando você sai do seu apartamento e pensa sobre como quer se apresentar, você não pensa em como sua adversária se parece. Então eu acho que o meu conselho para todos é apenas ‘vá lá e se divirta’.

O apelo de Semenya à diversão não-discriminatória carrega uma marca moral – do esporte como espaço de afeto e de distinção não-hierárquica – que existe no próprio ideal olímpico. De certa maneira, são os valores positivos do esporte trazidos à tona em um momento de escrutínio institucional e de constrangimento público. Os ruídos das interações conflituosas dessas falas, ações e imagens são evidentes. Mas vale dar um passo atrás para entendermos como o esporte pode ser um lugar estratégico de construção e de controle social. Em outras palavras, em um regime de distinção e regulação dos corpos e afetos, o esporte aparece como vetor de análise privilegiada, pois facilitaria a descrição do “saber social incorporado”, o que Norbert Elias e posteriormente Pierre Bourdieu chamaram de “habitus”.

Em *O Processo Civilizador* (1990), Elias demonstra como as formações estatais europeias surgiram através de uma centralização política e administrativa, de uma pacificação forjada pelo uso restrito da força pelo aparato estatal, mas também por um refinamento e uma

¹¹ A matéria pode ser acessada no seguinte link:

<https://www.theguardian.com/sport/2016/aug/21/caster-semenya-wins-gold-but-faces-scrutiny>

regulação das condutas e sensibilidades na medida em que o corpo, o sexo e a sexualidade se aprofundavam como espaços de construção de si e de civilidade. Uma grande transformação desses padrões afetivos se dava em torno da vergonha e da privacidade – do que não podia mais ser tratado publicamente, do que precisava ser ocultado das crianças, das mudanças nas relações familiares, do ocultamento da sexualidade da corte, entre outros. Esses processos “naturais e históricos” que “interessam às funções psíquicas” dos sujeitos estavam inseridos em um contexto de intensa mudança na regulação das condutas e emoções, por exemplo, pela forma com que o asco e a vergonha eram sentidos, ou como as pessoas eram afetadas e podiam abordar seus sentimentos e moralidades.

O esporte surge, então, como um espaço regulado em que emoções outrora fortes e desmedidas, mas usuais, podiam ser vividas através de uma liberdade controlada. Elias compara alguns jogos com bola no fim do medievo com suas versões modernas, seja o futebol ou o rúgbi, onde seria possível notar “uma crescente sensibilidade em relação à violência” (Elias, Dunning, 1986, p. 21). Dito isto, essas práticas e as emoções que as compõem modificaram o caráter competitivo entre as classes, ou até mesmo entre as nações, adquirindo uma caracterização ao longo do século XIX de “especialização”, “novidade”, “satisfação” e “distinção” que mobilizava o esporte como um espaço de refinamento e ordenamento social.

Assim, as *formas de excitação* através do esporte ou do lazer também seriam modos de escapar de uma otimização ou rotinização exaustiva que o processo civilizatório engendra, funcionando como um “descontrole controlado” de emoções e comportamentos, na medida em que há um refinamento coercitivo dos padrões e das condutas. Quando Elias e Dunning apresentam a ideia de um determinado lazer como esfera de *ações miméticas*, eles querem descrever atividades, eventos e instituições que promovem uma excitação específica durante situações de lazer ou de esporte que diferem drasticamente em sua afetação e demonstração de quando alguém a experimenta durante a vida ordinária. O enquadramento mimético possibilitaria a afetação do corpo através do horror, do medo, do ódio e outros sentimentos deletérios, que se associariam em menor ou maior grau a sentimentos de prazer e de bem-estar. Em suma, “no contexto mimético, o comportamento emocional e as experiências da vida ordinária adquirem uma tonalidade diferente” (Elias, Dunning, 1986, p. 125). Os autores atribuem a uma forma de tensão emocional controlada, que alguém vivenciaria dentro dessas situações de esporte e de lazer, onde os sentimentos e as afetações se tornam explosivas, mas não desregulam nem arriscam as relações estabelecidas tal como aconteceria em um contexto de normalidade.

Neste sentido, a chave interpretativa se centra na promoção de um tipo de excitação controlada que não cause riscos nem danos ao funcionamento da vida social, mas a efetiva modulação desses afetos – dos que extrapolam, dos que causam continuidade, dos que promovem ojeriza, dos que satisfazem – que se bifurcam tanto em disciplina como em controle dentro de um regime historicamente colonial. Não há diversão nem esporte sem a consequente mobilização, classificação e discriminação desse entorno constitutivo. Ou seja, não seriam só pelas técnicas corporais (Mauss, 2003) conformando o que se aprende e se ensina de atos, hábitos, representações baseadas em tradições próprias que o esporte se constrói como terreno de afetação e de socialização, antes disso, há uma gestão do corpo que se insere aqui a partir dos processos de sujeição e de regulação. De modo que o tal processo civilizador se exprime desde o controle social através de uma regulação variada de costumes, etiquetas, técnicas, gostos, comportamentos e sensibilidades, até o autocontrole através de uma crescente racionalização e psicologização das condutas individuais.

Contudo, alguns sujeitos, algumas condutas e alguns corpos mobilizam mais regulação do que outros. Essa especificidade de controle populacional se expressa com a noção de “governamentalidade” presente em várias publicações de Michel Foucault. Ou seja, cada regime de poder, dentro do registro da biopolítica, articula e regula o corpo, a saúde e a normalidade de maneira distinta (Foucault, 2011 e 2008a). Neste rastro, surgem alguns corpos que não sabem se cuidar, que ameaçam, que sofrem, que destoam do ordenamento social desejado e, portanto, precisam de tutela ou de pedagogização. Esse *engajamento responsável* ocorre, se for possível colocar assim, pela acomodação da autonomia como produtora de subjetividade, em que as possibilidades de vida saudável e desejável são discutidas e ensinadas por especialistas, reguladores, influenciadores como uma forma de melhoria individual e desenvolvimento coletivo (Mol, 2008). Logo, esse funcionamento da governamentalidade se fundamenta em modos de regulação, isto é, uma forma de arte de governo segundo montagens, estratégias, burocracias, instituições, relações, enfim, todo um emaranhado de práticas e saberes em que tanto a segurança quanto a administração racionalizam cada vez mais os modos de governo dessas populações (Foucault, 2008b).

A consolidação dessas formas dispersas e infiltradas de regulação se transformam nas sociedades contemporâneas em maneiras mais específicas de (auto)controle. Importa explicitar esse funcionamento para compreendermos que, dentro da perspectiva da governamentalidade, problemas sociais devem ser entendidos através de suas múltiplas camadas, condições e limites em uma certa dimensão histórica (Tamboukou, 1999). Assim, pensar em *como* se governa passa a ser uma forma de investigar as complexas relações entre, por um lado, política, autoridade,

práticas administrativas, regulações e, de outro lado, questões de identidade, representação, pertencimento, afetos e moralidades. A vinculação dos regimes (neo)liberais analisados por Foucault, seus discursos, técnicas e táticas, com os trâmites atuais da regulação esportiva para fins de elegibilidade é que, no fim das contas, a racionalidade e a burocracia desses tipos de governança atravessam noções similares de como os sujeitos devem existir e produzir.

Em *Sport and Leisure in the Civilizing Process* (1992), uma edição também editada por Eric Dunning, um artigo de Jennifer Hargreaves articula a questão do esporte e lazer com o corpo sexuado e generificado ao se perguntar como essas relações de “dominação e subordinação” influenciam as necessidades, as classificações e os controles da participação esportiva. Para a autora, seria preciso ir além das descrições das “características psicológicas das sociedades” e relacioná-las aos significados, interesses e valores que integram os regimes de poder e, assim, demonstrar como elas afetam, de maneiras específicas, comportamentos e práticas esportivas. Essa posição é necessária para demonstrar como as formas de regulação pautadas em um “processo civilizador” foram organizadas e institucionalizadas por visões mais masculinistas. Assim, uma abordagem que acolha as relações generificadas e racializadas pode ajudar na compreensão das escolhas e dos mecanismos que perpetuam desigualdades e hegemonias ainda hoje.

Neste sentido, o esporte enquanto espaço de ordenamento social espraia tanto sua funcionalidade quanto seu valor para além da prática esportiva. A partir deste registro, também é possível notar a incorporação do que deve ser tolerado, de uma regulação minuciosa de afetos, impulsos e comportamentos em roupagens de lazer, onde a interdependência e a diferenciação seriam dois projetos comuns em uma realidade de controle do bem-estar e da violência. Mas dentro de um regime de distinção operando através da visibilidade e invisibilidade de corpos e sensibilidades, a *performance* vai se tornar um marcador imprescindível de estratificação e distribuição de “cultura” – aqui pensada como um campo de produção de inteligibilidade, segundo normas, moralidades e regulações específicas, em determinado tempo e local. Sendo a performance atlética constituída pela generificação e racialização dos corpos, muito está em jogo quando se visibiliza o que não se tolera: o excesso e a excelência em corpos femininos. Essas qualidades esportivas têm um modelo de sujeição e de representação há muito estabelecido e reforçado, não é um trabalho simples ressignificar atributos homogeneizados, então há um esforço de conformar esses corpos ao invisibilizar o que existe de excesso ou de excelência, trazendo à tona a falta hierarquizada que mobiliza a própria classificação.

De modo que não só o discurso esportivo, mas também o campo de elegibilidade, se constrói de maneira que não é possível falar de *performance* (seja atlética ou artística, seja a

performatividade da linguagem) sem falar de feminilidade e masculinidade.¹² Suscitar esses recursos semióticos – “língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais” (Borba, 2014) – moldam desde o começo o escopo de quais corpos, mulheres e atletas são consideradas dignas de interlocução e prática esportiva. Neste sentido, as afetações, jeitos e palavras que compõem a cena dos 800 m feminino só são possíveis quando a forma de sujeição no horizonte se baseia em uma noção valorativa e desigual do “dimorfismo sexual”. E, neste ponto, percebemos que o condicionamento sexual como “ideal regulatório” (Foucault, 2011) parte de concepções relacionais que são generificadas, racializadas e capacitistas. Podemos nos perguntar: quais são os pesos e efeitos de cada corpo se afetando e de cada sujeito se comunicando nesta cena?

Há, então, uma compreensão interligada do corpo. Ele está sendo tratado como “afetação”, segundo uma vertente fenomenológica em que os sentidos e as temporalidades desses eventos vão ser vividos em cada particularidade encarnada. Mas o corpo também está pautado por uma incorporação de normas e expectativas sociais, onde dispositivos disciplinares inscrevem e modulam essa corporalidade através de emaranhados de poder – as várias infraestruturas de treinamento e patrocínio, a apresentação das atletas a partir de suas nacionalidades, quais roupas devem usar em competição, os filtros midiáticos, o que se fala ou não durante uma coletiva de imprensa, e assim por diante. Por fim, o corpo também é regulado por mecanismos de controle específicos a cada ambiente produtivo, neste caso a partir de administrações e resoluções de elegibilidade esportiva. Essas versões do corpo atlético debatido também conformam o campo de sujeição do que é possível: da produção ontológica sobre o corpo humano contemporâneo. Como bem apontou Judith Butler em *Bodies That Matter* (1993), qualquer enquadramento cultural de inteligibilidade se constitui ao circunscrever o que vive fora do domínio de sujeição a fim de delimitar seu espaço de identificação e, com isso, a capacidade de cada um reivindicar a possibilidade de autonomia, integridade e vida digna.

Por isso a espetacularização não foi unanimamente espantosa. Convivemos com outras situações, falas e imagens que acumulam mais ou menos fragilidade e vulnerabilidade frente ao ritmo infundável de também nos definirmos e vivermos em posições minoritárias. Neste registro, a cena descrita não foi a única a transmitir a discriminação virulenta e o peso regulatório na vida de Caster Semenya, acompanharemos um pouco mais de sua história no capítulo sete da tese, mas o recorte me parece fundamental a partir do momento em que ocorre

¹² Sei que performance e performatividade no trabalho de Judith Butler são duas coisas completamente distintas, comparo aqui justamente para falar daquilo que “impõe e sustenta” (1993, p. 93) ambas as categorias: a regulação.

no evento esportivo de maior alcance mundial. Os Jogos Olímpicos foram reconstruídos no final do século XIX através de uma promessa humanista onde pesa a caracterização de “criar um mundo melhor e mais pacífico pela prática esportiva, sem discriminação de qualquer tipo, com um espírito de amizade, solidariedade e fair play”.¹³ Uma mensagem tão simbólica em sua potência quanto em seu desencantamento.

Em outras palavras, podemos dizer que a construção de uma *integridade esportiva* ressoa com essa promessa humanista. O valor que é buscado não necessariamente conduz e traduz a vida ordinária de todos os gestores, atletas, mídias e instituições esportivas. Espera-se manter a coesão do movimento e do espírito olímpico na medida em que se preza a governança dessa unidade imaginada. Assim, quando o corpo político ou institucional é intimidado, aumenta-se o escrutínio no corpo físico ou atlético. Em *Pureza e Perigo* (2012), Mary Douglas anunciava a partir de outro recorte etnográfico que “os limites ameaçados do corpo político estariam bem refletidos” na “preocupação pela integridade, unidade e pureza do corpo físico” (Douglas, p. 153). Percebemos, então, que há uma disputa em torno da completude ou da inviolabilidade desse *desejo de integridade* imaginado e encarnado como norma. Talvez seja por isso que, ao acompanhar o cotidiano político, institucional e burocrático desse mundo esportivo, ainda vemos acontecer violações e constrangimentos como forma de *proteger* essa ideia de integridade do desejado corpo alético.

Em 2013, um grupo de médicos ligados ao COI e à IAAF, publicaram um artigo que em que justificam e apresentam os tipos de intervenção que atletas “hiperandrogênicas” são submetidas. Nele, tratam as variações intersexuais como “anormalidades” que afligem o mundo esportivo desde as Olimpíadas de Berlim em 1936. Ao longo do texto, descrevem como atenderam e trataram quatro jovens atletas de “regiões montanhosas ou rurais de países em desenvolvimento” que foram investigadas na véspera das Olimpíadas de Londres em 2012. Ao retratá-las, os autores dizem que elas nunca menstruaram, tinham altas concentrações de testosterona endógena, eram musculosas, não tinham seios grandes, não tinham comportamento sexual masculino, mas tinham o clitóris aumentado. Foram avaliadas segundo escalas e critérios de virilização utilizados cotidianamente em ambientes clínicos. Associando-se com testagens citogenéticas, exames de imagens e outras taxas hormonais, esses eram os principais enquadramentos clínicos. O encaminhamento terapêutico realizado foi o seguinte:

Embora deixar gônadas masculinas em pacientes SRD5A2 não apresente nenhum risco à saúde, cada atleta foi informada de que a gonadectomia provavelmente diminuiria sua

¹³ Para um maior detalhamento do que é e de como se organiza o Movimento Olímpico, ver o seguinte link: <https://www.olympic.org/about-ioc-institution>

performance esportiva, mas permitiria que continuassem praticando esportes de alto rendimento na categoria feminina. Assim, propusemos uma clitoroplastia parcial com gonadectomia bilateral, seguida de uma vaginoplastia feminizante e terapia de reposição de estrogênio, com a qual as 4 atletas concordaram após consentimento informado sobre os procedimentos médicos e cirúrgicos. As autoridades esportivas permitiram que elas continuassem competindo na categoria feminina um ano após a gonadectomia. (Fénichel et al, 2013, p. E1057)

Os autores finalizaram o artigo afirmando que, para eles, a questão principal dessas regulações seria antes de tudo para “proteger a saúde, a privacidade, a integridade, e os direitos” das pacientes enquanto também “mantém definições rígidas de justiça para todas as mulheres”. Mas é evidente pela gravidade, alcance e irreversibilidade do procedimento cirúrgico que essas práticas não sustentam a integridade corporal, ou mesmo quaisquer direitos à saúde, ao consentimento ou à privacidade, das jovens atletas. Compõem, assim como os tratamentos precoces em crianças intersexos sem risco de vida (Pires, 2015), um regime de mutilação corporal da modernidade.

Acredito que a proposta de cirurgia feminizante, com clitoroplastia e vaginoplastia, somente reforça o caráter mutilatório desses procedimentos, guidelines e resoluções. Sem meias palavras: podemos dizer que as regulações que determinam a elegibilidade esportiva integram os mesmos mecanismos que reiteram e legitimam o poder do corpo social – ainda que ele também seja ficcionalizado (Foucault, 2011). Neste sentido, as corporalidades atípicas das variações intersexuais, mesmo sem planejar, desestabilizam o imaginário classificatório e a formulação de integridade que compõem o campo de possibilidade e de legitimidade do esporte contemporâneo. Essa crise representativa só existe, por sua vez, porque as “formações e transformações do corpo individual estão intimamente relacionadas com as constituições de integridade através da qual a sociedade, assim como seu corpo político, se mantém” (Stryker, Sullivan, 2009, p. 52).

Mas a integridade que arbitra essa unidade política e regulatória parece ser distinta, em seu ideal e em sua valoração, da integridade corporal pleiteada pelos movimentos sociais contemporâneos. A garantia de integridade corporal – isto é, de preservação do corpo intersexo, de respeito por sua autonomia,¹⁴ de não intervenção precoce, ou de acesso à saúde através do consentimento plenamente esclarecido – complexifica a ficção de integridade que fomenta a regulação do corpo social. Dito de outro modo, enquanto o ativismo luta por *manter* o corpo com variação intersexual *completo*, as práticas médicas e as regulações esportivas modernas

¹⁴ A questão da autonomia é mais complexa porque a escolha de uma identidade de gênero é feita dentro de processos discursivos, de instituições e de práticas normativas que já reforçam as opções possíveis de um determinado sexo/gênero. Ainda assim, trabalho por enquanto dentro desse “paradigma de direitos” da contemporaneidade.

buscam *integrar* na medida em que *mutilam* as corporalidades atípicas. Mais além, qualquer encarnação da vida no corpo político depende de algum modo desses saberes e práticas que produzem despedaçamento e incompletude (Ibid., p. 61). Assim, o reconhecimento do corpo íntegro, do corpo elegível, do corpo esportivo, só persiste a partir do momento em que se debilita o que transborda – material e simbolicamente – da condição hegemônica de existência.

Jasbir Puar, em *The Right to Maim* (2017), propõe a concepção de um “direito à mutilação” como uma nova forma de regulação biopolítica, do “fazer viver” moderno através dos cálculos, mecanismos, distribuições, técnicas disciplinares e tecnologias de poder que constituem a própria vida, do corpo à população. Em outras palavras, a prática mutilatória surge como uma nova estratégia de governamentalidade dentro do regime da colonialidade – ela fala especificamente da ocupação ilegal israelense em territórios palestinos a partir de uma extensiva e minuciosa ação militar – ao se construir através de uma contínua gestão da “capacidade” e da “debilidade” como experiências que conformam realidades e corporalidades. Um funcionamento que é tomado, no limite, como um “não deixar morrer”. Essa debilidade cotidiana que é expressa, acentuada e gerida pelas estruturas geopolíticas contemporâneas surge tanto como a “deficiência” mensurada e protegida institucionalmente em várias escalas de governo quanto como as estratégias e os acionamentos para manutenção de uma determinada população em constante vulnerabilidade social. Mas aqui falo especificamente da debilitação do corpo atlético com variação intersexual que se enuncia e que se perpetua em um *estado de cronicidade* ao ser descapacitado porque é tomado como excessivo para um típico corpo feminino. No mais, o objetivo final não seria o banimento esportivo da atleta, uma definitiva exclusão competitiva como aparece nas regulações, mas a reintegração através de uma debilidade sociomédica e de uma administração crônica do corpo intersexo: uma estratégia antiga e profundamente biopolítica.¹⁵

Acima de tudo, essas são histórias que apontam para estratégias de soberania e de representação, isto é, em que pesam formas de dominação alimentadas por teorias de regulações e direitos. A categoria “integridade” funciona como uma justificativa institucional, mas também como uma disputa moral neste problema da incorporação social do corpo sexuado. Ela serve, no fim, como motor imaginativo para os vários modos de sujeição e de controle. De modo que pensar em um desenvolvimento contemporâneo da noção de biopolítica, como pode ser visto pelas discussões propostas por Jasbir Puar, através desses novos modos de debilitação do corpo

¹⁵ Os cinco parágrafos anteriores foram publicados, em uma outra versão, no artigo “Integridade” e “Debilidade” como gestão das variações intersexuais no esporte de alto rendimento (Pires, 2018b), que compõe o livro *Intersexo* coordenado pela ex-desembargadora Maria Berenice Dias.

vivo, ou como também aparece em reflexões produzidas por Achille Mbembe (2016), quando demonstra a insuficiência da categoria foucaultiana para se pensar os mundos matáveis de hoje, ainda importa para entendermos essas maneiras particulares de compor ou decompor a legitimidade do que configura como corpo sexuado. Dentro deste registro, o fascínio pela matabilidade como forma de governança proposta na conceituação da “necropolítica” ou a debilidade como um tipo de inclusão normativa através da capacidade produtiva e liberal, podem adensar nossas articulações sobre as formas atuais de regulação do poder soberano nas mais assombrosas táticas de terror, mas também nas minúcias morais e administrativas da governamentalidade.

No próprio site do COI existe uma aba chamada “integrity”,¹⁶ em que discorrem sobre o comprometimento institucional da entidade com a integridade necessária às organizações, ao esporte e à proteção para os atletas “limpos”. De forma óbvia, essa integridade esportiva é descrita como uma luta contra o doping, contra a corrupção, a favor da transparência, responsabilidade e boa governança. São elaborações regulatórias de institucionalidades privadas que complexificam as formas de governo hoje estabelecidas. Os Comitês Olímpicos Nacionais já ultrapassam os países membros das Nações Unidas, são 206 a 193 (Boykoff, 2016). Dito de outro modo, acredito que tais esforços contínuos para “antecipar novos modelos e ajustar novas situações para o melhor funcionamento possível” (COI, *cf.* integrity) do mundo esportivo circunscrevem essas estratégias neoliberais mais atuais de governança e de (auto)regulação.¹⁷ Em artigo chamado “From Risk Society to Audit Society” (1997), Michael Power argumentou que no centro do processo de “auditoria” dessas novas institucionalidades está presente um sistema de gestão que foi sempre concebido como uma “oportunidade” para a aprendizagem organizacional, para a reestruturação de crises, para o cumprimento de fins sociais desejáveis. Em suas próprias palavras, ele diz:

Nos termos de Beck, as “fissuras e lacunas” entre a racionalidade científica e o social se remendam no sistema de gestão que é uma “promessa de segurança”. Auditoria aparece como um estilo de resposta regulatória que restaura a missão da regulação, isto é, produz sinais politicamente importantes de controle e conformidade. Os casos de auditoria médica, ambiental e derivativos sugerem como a criação interna de um sistema de gerenciamento se tornou um estilo particular de gerenciamento de risco. A ambivalência do que as auditorias produzem, como seu baixo-custo (em relação à inspeção),

¹⁶ A aba descrita pode ser encontrada no seguinte link:

<https://www.olympic.org/integrity>

¹⁷ Em uma nota *a posteriori*, com a revisão da tese, vale lembrar de outra nota colocada agora no começo do capítulo sobre a remodelagem do nome e da marca da entidade atlética internacional com o nome de World Athletics, à primeira vista mais uma tentativa de profissionalizar e modernizar (para os jovens) uma corporação com vínculos bem discerníveis, mas também inserida nessa rede moral, institucional e política do corpo social imaginado como mais íntegro.

torna-se uma atração tanto para os reguladores quanto para os auditores, uma vez que a cadeia de “controle de controle” fragmenta a responsabilidade. As auditorias são geralmente assuntos privados e a auto-auditoria local raramente gera uma maior transparência e participação. Além disso, a auditoria não é apenas um dispositivo de monitoramento neutro em uma cadeia de controle, mas atua como um próximo elo da cadeia para torná-la possível.

Então a (auto)regulação que atravessa a noção de integridade que investigamos se relaciona com uma certa *imaginação* que deseja completude e estabilidade, ainda que só seja possível quando regulada como um assunto privado. Neste sentido, tento me preocupar menos com a coerência de algum agente dentro desse enquadramento moral-corporativo, isto é, não quero discutir somente os propósitos ou as virtudes de determinada ação em uma situação específica, estou mais interessada em entender como essa integridade se relaciona com as imaginações e regulações políticas vinculadas a determinados contextos históricos, institucionais e sociais. Afinal, essa ambiguidade que costumeiramente arrisca a norma, a identidade, a razoabilidade em jogo, está ela mesma constituída nesta possibilidade de imaginar a completude. Dentro desse esquema regulatório, determinada norma antevê o que ameaça sua integridade através do risco de sua dissolução. Se não há possibilidade de perda, a noção de integridade não existiria com tamanha ânsia regulamentar. A repetição descrita por Judith Butler (2004) na feitura da materialidade aponta para algo irrecuperável que está em eterno retorno, pois o desejo de garantir o funcionamento dessas estruturas de inteligibilidade seria especulativo desde o começo.

De modo que a categoria se relaciona à ética, gestão e responsabilidade, mas também à completude, pertencimento e preservação. A proteção da categoria feminina pode ser vista como um grande acordo, do tipo simbólico mais contundente, porque imagina a encarnação do corpo político por atribuições masculinas, regulando sistematicamente a materialidade de corpos femininos, racializados, diversos sexualmente, cognitivamente e funcionalmente. É o típico controle da ficção biopolítica, que nunca foi embora, apenas se transformou com o tempo. Alguns dizem, por outro lado, que a participação no esporte de elite não deveria funcionar como uma garantia de direito humano, pois seria um espaço em que poucos são escolhidos depois de ocupar certos critérios garantindo, então, um privilégio (O'Connor, Dasgupta, 2012, p. 30). Esse privilégio decorre da capacidade do atleta seguir determinadas regras, arbitrárias e contingentes, que delimitam os parâmetros do jogo esportivo. Argumentam que o “entretenimento” precede, enquanto valor, dos direitos de qualquer atleta de alto nível. Discordo, primeiro, pelo histórico de socialização instituído por práticas esportivas e de lazer, segundo, porque as expectativas e ansiedades que espelham esse jogo de integridade nas regulações esportivas têm fundo psicossocial. Não há entretenimento vazio de significação

frente a realidade que está buscando representar, divertir, negociar e espetacularizar. Os direitos, assim como os anseios dos que se entretêm, se fundam na disputa desta imaginação voluntariosa.

A condição de integridade se impõe, portanto, a partir da materialização de um corpo atlético desejável, onde a noção de unidade, de inscrição e de autonomia seria desde o começo trabalhada pelo processo de governamentalidade que constitui o esporte de alto rendimento. Mas na prática, é claro, veremos que essa integração do corpo elegível com a ética olímpica vai ser bem mais complicada. Volto com Judith Butler (1993 e 2004) para aprofundar a questão. Por exemplo, vamos pensar que a reiteração de uma certa integridade, na forma da imaginação e da elegibilidade, definitivamente é uma forma de constituir realidade. Mas podemos dizer que é uma forma *fantasmagórica* (no sentido de ser imaginativa) de instituir o que é real, o que é desejável, o que é verdadeiro. Porque essa ficção do que é ideal também estrutura o enquadramento da relacionalidade, fundamentando também a encarnação social [*embodiment*] do sujeito (2004, p. 217). Em outras palavras, esse processo vai agir na tessitura da experiência do próprio corpo, ou do corpo de alguém, como algo que está sendo materializado neste processo de imaginar, condicionar e viver dentro das relações de poder.

Essas ficções voluntariosas conformam tanto nossa identidade quanto nossa representação, segundo relações com imagens, valores, desejos e ideações feitas por nós, com os outros, através das instituições. O gênero (assim como a raça e outros marcadores sociais da diferença)¹⁸ operado nas regulações esportivas aciona, portanto, algumas normas ideais que governam nossa inteligibilidade – isto é, a possibilidade de certos sujeitos serem legíveis ou certas encarnações terem reconhecimento social. Neste sentido, torna-se o aparato pelo qual “a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorre” (Ibid., p. 42) juntamente com os processos fisiológicos, simbólicos, psíquicos e culturais que conformam um corpo humano. Os termos que governam quais gêneros e conseqüentemente quais corpos que serão reconhecidos socialmente transpassam as fantasias normativas em leis, protocolos, pesquisas, literaturas, relações, diagnósticos e vida diária. As técnicas inventadas por reguladores – Estado, cientistas, burocratas, médicos, empresários, agentes esportivos, entre outros – para identificar e reconhecer quais corpos e gêneros são elegíveis vêm desse esforço de sistematizar o que é tido como ideal, desejado, digno e justo (Lauretis, 1994).

¹⁸ A análise racial que Butler faz não é tão desenvolvida como sua discussão sobre gênero e sexualidade, mas aponta em seus textos para a necessidade de pensar as contingências históricas desses modelos de poder e dessas regulações normativas. Assim, aproximo aqui porque tento, por um lado, pensar algumas histórias racializadas e políticas coloniais e, por outro lado, articular os “marcadores sociais da diferença” que inscrevem tanto pessoas quanto situações de modo desigual.

Então o “level playing field”, parâmetro para a esportividade equilibrada, deve ser considerado como mais uma das fantasias normativas que enquadram. Neste caso, uma elaboração em que todos os atletas estariam em pé de igualdade em uma determinada competição, com as mesmas chances de sucesso, já que estariam sujeitos as mesmas regras e regulações. De modo que essa noção de justiça esportiva se atrela a um corpo elegível que é produtivo e meritocrático. O jogo institucional precisa se manter minimamente mediado para garantir esse chão comum a todos. Mas é claro que a existência de um ambiente regrado não apaga automaticamente as desigualdades dessas/es atletas. Especialmente quando as regulações e os aparatos institucionais funcionam privadamente em detrimento de alguns para benefício de outros. Ainda que a noção de “outros” também seja tomada enquanto uma totalidade como busca ser a categoria de “mulher” no esporte.

De tal forma que a fragilidade dessa mulher ficcionalmente essencializada, que precisa de proteção e de tutela, esbarra na excecionalidade dos corpos atípicos com variações intersexuais. São corpos em excesso feridos por acusações vilanescas ou grotescas do que é tomado como uma virilidade “anormal”. Corpos que precisam frear seus dons. Serem refeitos. Consentir com escrutínios, justificativas e mudanças. Afinal, quem são as pessoas que podem almejar e conseguir sucesso em sua forma heroica? O dom, como aptidão natural de algum talento muito comemorado enquanto excelência no mundo esportivo, não pode existir aqui. Mulheres com variações intersexuais que quebram recordes, que ganham medalhas, que constroem com suas musculaturas, forças e velocidades – não são mulheres que cabem no nivelamento desigual do dimorfismo sexual. Suas óbvias diferenças corporais escancaram a “possibilidade de improvisação dentro de um campo de restrições” generificado e racializado (Ibid., p. 15), colocando em dúvida a hegemonia de posições sociais tão naturalizadas.

De modo que os testes e as regulações funcionam como clausuras técnicas na tentativa de imaginar e materializar alguma justiça esportiva. Quando, na verdade, há uma discriminação que modula toda a competição a partir da suspeição e da especulação de certas atletas escolhidas com base em noções desiguais de gênero, raça/etnia, nacionalidade e sexualidade. A fantasia do “level playing field” não acompanha outras diferenças biológicas que podem ou não impulsionar a performance atlética – cito, por exemplo, o gigantismo ou a acromegalia no basquete profissional – justamente porque não parece ser uma preocupação direta com a equidade esportiva, mas com a manutenção do esporte como terreno classificatório e regulatório (Buzuvis, 2010). A desejada “proteção” da categoria atravessa, então, essa necessidade de distinção do sexo/gênero. É por isso que as instituições arriscam a privacidade e a dignidade das atletas, ao mesmo tempo em que escrutinam seus corpos e mancham suas profissões, mesmo

que a ciência ainda não acompanhe com evidências a cristalização de um único marcador biológico que defina o sexo/gênero em termos exclusivamente binários ou que qualquer vantagem atlética não seja proporcional ao tipo de regulação discriminatória que se deseja implementar.

Esse corpo com variação intersexual é regulado, violado, integrado e transformado em nome dessa justiça esportiva esvaziada. Imaginada como unidade. Se por vezes usamos a ideia de “civilização” como garantia de desenvolvimento da nação ou do progresso, agora a busca por “equidade” alimenta algumas das engrenagens modernas. Neste sentido, a regulação de elegibilidade funciona como mais um projeto de disciplinarização dos corpos para torná-los legíveis às formas reconhecidas de existência. A sustentação dessas instituições esportivas ainda recai na docilidade dos corpos, caso resistam à incorporação do corpo político, eles devem ser tutelados, conformados e reintegrados.

Então como ainda sustentar que o enfraquecimento ou o banimento de corpos atípicos à norma é uma regulação *necessária* para o bom funcionamento do mundo esportivo? Quando entendemos que a criação dessa elegibilidade está intimamente vinculada aos ideais normativos e às expectativas generificadas/racializadas, que por sua vez integram a própria possibilidade de sujeição nas sociedades contemporâneas, as justificativas institucionais, os pertencimentos geopolíticos, as falas racistas, os procedimentos clínicos e cirúrgicos, os escrutínios midiáticos, a performance, o medo, o estigma, a integridade – exemplificam esse mesmo emaranhado regulatório moderno que, em outros contextos, seriam consideradas formas mutilatórias, criminosas ou desumanas de humanização.

Finalizando o capítulo, proponho uma pergunta que vai atravessar a tese a partir de agora: nós temos corpos, rendimentos, desejos e virilidades que fogem dessa normalidade fantasiosa, mas como expandir as formas de sujeição, regulação e controle para além da técnica e da autoridade do modelo atual? Em suma, seria possível haver alguma regulação sem uma consequente normalização? Para Judith Butler, o reconhecimento se dá tanto pela relação com o outro segundo as estruturações do inteligível, possível e vivível, mas também com o que resiste, escapa, não se conhece inteiramente na norma e persiste em uma repetição transformadora. Porque viver já pressupõe viver politicamente. Afinal, nossa “própria personalidade se liga ao desejo de reconhecimento” que “nos coloca fora de nós mesmos, na dimensão das normas sociais que não escolhemos completamente, mas que promovem o horizonte e os recursos para qualquer escolha que possamos fazer” (2004, p. 33). De certo modo, esse eco de sua formulação está sintetizado no que persisto em chamar de disputa pelo desejo de integridade. Por isso que a transformação social das perspectivas imaginadas que nos

assujeitam, mais do que o pleito por uma equidade política ou uma justiça esportiva, torna-se uma luta tanto pela possibilidade quanto pela qualidade de vida das pessoas, assim como pela contínua (re)articulação e expansão do que significa ser humano hoje.

Dito isto, acredito que alguma historicização de como vivemos e como chegamos aqui pode ser produtiva para a compreensão desses modos diferenciados de representar, transformar e encarnar corpos típicos e atípicos. Os próximos capítulos são tentativas de situar e adensar essa cena que apresentei até agora. Assim, por mais que busque apresentar ou tensionar caminhos, não garanto nenhuma solução para essa “crise” classificatória do esporte de alto rendimento. Precisamente porque as formas de sujeição e de regulação são tão integradas às maneiras legítimas de como devemos existir, a visibilidade do corpo atlético feminino não aprofunda, por si só, a imaginação coletiva sobre a feminilidade. Precisamos de novos modos de identificação, de reconhecimento, de produção de governança, de existência que transformem nossas imaginações, cotidianos e vontades em mundos mais habitáveis.

2

A Carne e a Verdade

Da tentativa de propor um desvelamento difuso da categoria “integridade”, apoiada nas experiências corporais de certas atletas em face de uma fabricação do conhecimento científico sobre o corpo sexuado e de uma manutenção regulatória esportiva – alinhada a discursos sociais variados sobre justiça, equidade, verdade – proponho regredirmos alguns passos neste capítulo. É necessário demonstrar como o “corpo”, esta estrutura que encarna o humano, deteve significados e materialidades distintas ao longo do tempo. Elucidar esta questão sempre teve um apelo, seja literário, filosófico ou teológico, mas se tornou um inquietante problema social pelo menos desde o século XIX com a crescente consolidação científica e tecnológica em torno da “maleabilidade” do corpo sexuado.

Pretendo acompanhar neste capítulo algumas articulações que existem sobre a pergunta “o que é um corpo sexuado?”, como também suas variações “o que é um homem?” e “o que é uma mulher?” – e como essas distinções e explicações foram, ao longo da história europeia (e posteriormente americana), se atualizando em diversos saberes e discursos, ao mesmo tempo em que também se imbricaram em variadas regulações, organizações e instituições sociais. Em termos gerais, vamos acompanhar como essas construções sobre o corpo sexuado surgem, se modificam e se estabilizam, apontando o sexo em suas comparações e metonímias, especialmente com o gênero e a sexualidade.

Veremos como a ciência e a medicina também nasceram como espaços de produção e regulação classificatória, ou seja, de como instituições, saberes, documentos, práticas e agentes estão sempre implicados na composição de quem é possível existir, ser reconhecido e legitimado enquanto “pessoa”.¹⁹

¹⁹ Ao longo da tese essas referências vão ser bem esmiuçadas, retomo esta nota para dizer que tenho em mente as discussões feitas sobre sujeição e regulação, especialmente as realizadas por Michel Foucault (2001, 2003, 2011, 2013) e Judith Butler (1993, 2004, 2008).

O corpo maleável, o corpo científico

Vamos, então, contextualizar o enquadramento que me disponho a organizar. Como comparar regulações esportivas, saberes científicos e práticas médicas sobre o corpo sexuado? São localizações distintas de aspectos sociais, mas que podem ser compreendidas a partir de um processo comum, ainda que múltiplo e diverso, de *construção cultural da diferença*. Avtar Brah (2006) tem um modelo analítico conciso sobre como conceituar e referir à diferença, ou seja, às distinções que marcam tanto nossas experiências individuais, corporais e psicológicas, quanto nossas histórias coletivas e consequentes cristalizações estatais, institucionais ou estruturais, a partir de especificidades que são articuladas e historicamente contingentes.

O ponto de discussão principal para Brah gira em torno da possibilidade de reconhecimento da diferença cultural pela própria constituição das especificidades e suas relações, e não por projetos universalistas ou essencialistas que fomentem desigualdades e hegemonias em um determinado cenário político. Em outras palavras, para a autora, uma vida social mais inclusiva e democrática dependeria do engajamento político e conceitual que informe como essas diferenças são construídas, delimitadas, conectadas, refutadas e/ou estabilizadas.

Mas surge um ponto de inflexão: quem indica uma diferença? Sim, quem decide o que é diferente em certo contexto? Ou que normas consensuadas marcam um indivíduo ou um grupo enquanto diferente? Para ela, uma diferença se distingue tanto lateralmente, ou seja, em termos de *diversidade*, quanto hierarquicamente, ou seja, em termos de *desigualdade*. Mas, de novo, como se qualifica cada diferença? Algumas dessas perguntas são feitas no livro *Cartographies of Diaspora* (1996) de Avtar Brah e são interessantes de serem replicadas aqui porque – mais do que reconhecer os modos políticos de se estar no mundo – a constituição de certas noções de diferença, como o sexo ou o gênero que são implicados no dimorfismo sexual podem imputar, por exemplo, caminhos epistemológicos, gestões estatais e reformas educacionais diferentes que se tornam valores culturais mais ou menos hegemônicos.

Nesta perspectiva, o discurso da diferença em termos coletivos ou comunitários irá se manifestar na relação entre a experiência subjetiva e a sistematização estrutural ou institucional de como essas diferenças (que ela propõe pensar analiticamente enquanto experiência, relação social, subjetividade e identidade) são inscritas e vividas pelos sujeitos. Assim, os efeitos das relações de poder que produzem os sujeitos se dão nas variadas formações discursivas em que a diferença é construída ou contestada, de modo que “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão”. Para Brah, “é uma questão *contextualmente contingente* saber se a

diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (2006, p. 374, grifo meu). Não é sempre fácil desconstruir esses movimentos de poder ou não apelar para certos essencialismos politicamente estratégicos, mas para a autora é imperativo a formulação de análises e políticas onde as opressões e desigualdades sejam compreendidas socialmente pelas conexões e articulações históricas de como as diferenças são feitas, qualificadas, reproduzidas ou desfeitas.

Similar discussão pode ser feita em torno dos consensos e dissensos de “cultura”, suas conceituações e usos desde o início do período moderno, especialmente dentro de uma estratégia política para fortalecer discursos teológicos a favor da Igreja Católica ou da Reforma Protestante. Livros de diversas áreas eram dispostos em bibliografias que regulavam os cunhos morais para as missões educacionais e religiosas no mundo, por exemplo, a *Bibliotheca Universalis* (1545) de um lado e a *Bibliotheca Selecta* (1593) do outro.²⁰ Neste contexto que ocorreu a transformação e a sedimentação do conceito moderno de cultura (Vermeir, 2017).²¹ Raymond Williams (1960) também discorre sobre o deslocamento histórico conceitual da categoria. Primeiro, de uma vinculação inicial ao cultivo propriamente agrário, passa-se para um cultivo de mentes no sentido de treinamento de um estado humano no final do século XVIII. Finalmente se prolifera como uma “situação geral de desenvolvimento intelectual em uma sociedade como um todo” e a partir do século XIX se consolida como uma abordagem para significar “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual” de uma determinada sociedade (Ibid., p. xiv). Faço esta breve comparação para situar como um termo completamente consolidado em nossas gramáticas contemporâneas também foi cunhado, refeito, debatido e repetido em certos contextos históricos e sociais.

Ao lado desta organização cultural e epistemológica de mundo, dentro de um mesmo contexto histórico, desencadeado mais fortemente a partir do século XVII, há disputas e análises sendo feitas em torno da construção de uma *ciência moderna*. Neste momento, o corpo aparece como um lugar de análise privilegiada, tanto simbólica quanto material, de vários projetos,

²⁰ Importante notar também que paralelo às bibliografias e textos com instruções de leitura e ensino religioso, também foi feito o *Index Librorum Prohibitorum*, com sua primeira versão publicada em 1559, autorizada pelo Concílio de Trento. Sua abolição só foi realizada em 1966 pelo Papa Paulo VI. De modo que interessa articular aqui como essas listas de dogmas ou proibições mobilizava um gerenciamento científico e literário do mundo social. De outros modos, e não só no âmbito do catolicismo, essas realidades religiosas ainda moldam como pensamos, nos relacionamos e produzimos conhecimento na atualidade. Ver mais em Encyclopædia Britannica: Index Librorum Prohibitorum:

<https://www.britannica.com/topic/Index-Librorum-Prohibitorum>

²¹ O autor indica que neste momento o conceito de cultura estava intimamente ligado à noção de “desenvolvimento” ou de “aperfeiçoamento”. Os embates religiosos em torno do termo – como tentativas de se diferenciarem também de noções humanistas – construíram uma realidade epistêmica ao potencializar o trabalho pedagógico e institucional da religião como modeladora do conhecimento e da vida.

descobertas e movimentos. Sigo a perspectiva desenhada por Luiz Fernando Dias Duarte (2012) sobre a conceituação da diferença e do holismo na tradição ocidental, isto é, reconhecendo a imbricação de pulsões modernistas e românticas na constituição de saberes e práticas.

Dentro desta tradição, podemos argumentar grosseiramente que o modelo cartesiano pressupunha uma compreensão da matéria corporal como regida por leis unificadoras, a partir de princípios claros, definidos pela física ou pela biologia. Em outras palavras, o corpo desta época seria tomado como base de percepções e construções mentais de natureza ontológica distinta de sua materialidade, fundando a divisão clássica que compreendemos entre “corpo/mente”. Uma divisão que será, desde o começo de sua formulação, contestada e debatida. Como analisa Duarte (Ibid.) sobre esses movimentos e correntes, a partir de uma reação e difusão gradual à pulsão moderna, ideais holistas – em uma promoção didática da diferença, solidariedade, relatividade, sensibilidade, experiência, vida – vão se contrapor e mobilizar outras conceituações para o pensamento ocidental.

Pesquisadores e pensadores continuamente se opunham “ao aristotelismo e ao cartesianismo”. São essas “relações entre o romantismo e a tradição nominalista-empirista, normalmente oposta ao realismo” que influenciarão o nascimento de um naturalismo vitalizado, contra uma temporalidade linear e uma fragmentação dos elementos, apostando na compreensão da experiência para acessar a vida social de maneira mais integrada e totalizante (Ibid., p. 424). Nas palavras de Duarte, “essa desconfiança em relação às ‘entidades abstratas’ ou ‘de segundo nível’ esteve na raiz das formulações românticas, de Herder a Nietzsche, com sua ênfase na experiência direta e na preeminência da sensibilidade sobre a inteligência” (Ibid., p. 425). Ainda em Duarte, nesta interpretação romântica desses movimentos, a totalidade deveria ser entendida segundo suas propriedades processuais, móveis, paradoxais – atentando às noções de “fluxo” e “devir” tão caras a essas cosmologias. Assim, antes de ser um “problema empírico”, a totalidade é sobretudo um “problema epistemológico”, como sublinha as críticas e correntes contra uma sistematização do conhecimento afastado da experiência, do sensível, do mutável, do dinâmico, enfim, do “inefável” – que escapa e inebria.

Neste sentido, continuamos a nos perguntar: como o corpo aparece neste início de modernidade? Como são esses embates em torno da definição e do acesso à materialidade corporal? Como essa materialidade implica na produção do conhecimento? De algum modo, com os desenvolvimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos feitos ao longo do século XX, nossa concepção de corpo e de como desvelamos a natureza para conhecermos, seja a realidade, seja a verdade, irá se modificar. Mas importa saber também se todas essas mudanças são continuidades deste embate moderno já explicitado, entre iluminismo e suas vertentes, de

um lado, e romantismo e suas variações, do outro, ou se de fato há rupturas com o modo de existência proposto pela racionalidade ocidental – bem como a superação ou a atualização de suas dicotomias fundacionais, como natureza/cultura, corpo/mente, sujeito/objeto.

Tal historicização dos conceitos e dos processos de conhecimento pode ser rastreada pela linha de pesquisa social que busca desvincular a questão da verdade de uma suposta validade intrínseca ao método científico. Thomas Kuhn (1970), a respeito da positividade das ciências, demonstra como os métodos e fatos científicos não possuem nada intrínseco a eles que faça seus enunciados se tornarem necessariamente verdadeiros. Para ele, o que há são paradigmas, quadros interpretativos que conseguem explicar a realidade em determinado momento histórico, que são deslocados e sucedidos por outros ao longo do tempo. Esta cientificidade característica de um certo paradigma não é anterior à ciência e seus processos, de modo oposto, são as práticas científicas realizadas diariamente que legitimam um enunciado como um “fato científico” e compõem este quadro interpretativo mais geral. De certo modo o paradigma é a episteme foucaultiana, lugar em que se estruturam os múltiplos saberes científicos de uma determinada época, justamente porque é por ele que os enunciados e fatos científicos se tornam inteligíveis, mas é também dentro do paradigma que as questões legítimas se esboçam e os critérios de validade de cada processo científico é mensurado.

Isabelle Stengers (2002) faz uma crítica às proposições de Kuhn, ou mais precisamente, ao deslocamento da “singularidade” na prática científica, o que possibilitou a constituição de uma análise sociológica da produção dos conhecimentos e artefatos tecnológicos. O argumento desloca-se das estruturas de poder que autorizam ou não a existência de uma prática científica, e seus resultados, para além de disputas de autoridade e legitimidade; Stengers centra-se na questão da autonomia e dos processos políticos envolvidos na constituição das ciências. Em uma resenha do livro, Márcia de Oliveira Teixeira (2004) sintetiza: “há uma diferença radical no estatuto da singularidade, produzida pelo esvaziamento da dimensão ontológica ‘da ciência’, deslocada para o modo como ‘suas práticas’ produzem ontologias”. Para Stengers, esse deslocamento seria uma redução. A desconstrução da cientificidade poderia diluir ou alterar os limites de demarcação entre ciência e não ciência. As implicações epistemológicas e políticas da equivalência, ou não, das ciências às suas práticas científicas parecem gerar mais do que incerteza e inquietação com a proposta científica, elas também demonstram as “invenções”²² dos meios de conhecer. Nas palavras de Stengers,

²² Stengers faz alusão à “invenção” relacionada a uma ideia de “acontecimento” paradigmático, que cria um antes e um depois no fazer científico, e potencializa a “singularidade” da ciência enquanto “poder de fazer a diferença” (Ibid. p. 113 – e não enquanto reveladora ou denunciadora de uma verdade). De certo modo, é

um paradigma é, antes de mais nada, da ordem da *prática*. O que se transmite não é uma visão de mundo, mas *uma maneira de fazer*, uma maneira não somente de avaliar os fenômenos, de lhes conferir um significado teórico, mas também de *intervir*, de submetê-los a situações inéditas, de explorar a menor das consequências ou o menor efeito implicado pelo paradigma para criar uma nova situação experimental. (Ibid., p. 64, grifo no original)

No geral, o que se pretende reter deste debate é a compreensão de que um fato científico, uma categoria, seja a natureza ou a forma, não existem antes do processo, ou seja, das práticas culturais e das materialidades que as compõem. Marko Monteiro, em sua tese intitulada *Os Dilemas do Humano: reinventando o corpo numa era (bio)tecnológica* (2005), conclui bem a intenção primeira do trabalho de historicização da prática científica, em suas palavras,

longe de ser uma forma neutra de “conhecer o real”, como foi imaginada a ciência desde o advento da modernidade, a prática científica pode ser percebida, nesse ponto de vista, como prática de construção da realidade, de efetivação de virtualidades e de materialização de concepções do real. Se a razão natural concebia a verdade como ontologicamente distinta dos métodos e do social, a sociologia da ciência permite romper esses limites, a fim de compreender melhor o papel social da ciência e dos cientistas. (Ibid.: p. 56)

O papel social da ciência e dos cientistas que estamos interessados aqui, de compreensão das práticas envolvidas na constituição dos sujeitos e das realidades, claramente não se esgota nesse fim nem é o único mobilizador dessa feitura de mundo. Como veremos, as regulações esportivas também se atualizam neste sentido. A realidade burocrática e administrativa dos Estados também atua como espaços de “gestar e gerir” (Souza Lima, 2002) pessoas e corpos sociais segundo categorias, instituições, técnicos, documentos e processos estatais dos mais variados. Ao longo da tese, tentarei imbricar e implicar esses âmbitos para uma melhor compreensão de como o corpo (enquanto fenômeno múltiplo)²³ pode ser pensado atualmente.

Seguindo, então, com uma análise sobre o papel do corpo no início e ao longo da modernidade, percebe-se, principalmente pela relação entre arte e ciência, como a concepção e expressão do mesmo ia paulatinamente se alterando e se ajustando durante os séculos. Representações como *O Homem Vitruviano* de Leonardo da Vinci, feito em 1490, *A Lição de Anatomia do Dr. Tulp* de Rembrandt, pintada em 1632, *Um Experimento com um Pássaro numa Bomba de Ar* de Joseph Wright of Derby, feito em 1768, e *The Gross Clinic* de Thomas Eakins, pintada em 1875, demonstram como certas práticas sociais se relacionavam com o corpo na

familiar à dialética “invenção” e “convenção” descrita por Roy Wagner (2009), como bem aponta Duarte (2012) sobre os dualismos estruturantes do enigma moderno.

²³ Um trabalho significativo que demonstra como diferentes contextos (ontológicos, epistemológicos, sociais) materializam realidades e corporalidades também de maneira diferenciada é o de Annemarie Mol em “The Body Multiple: Ontology in Medical Practice” (2002).

medida em que esse mesmo corpo era refeito e repensado dentro de um estatuto de humanidade que também se transformava com o tempo.

Monteiro descreve mais de como a releitura de um humanismo clássico – vindo de autores da Antiguidade e do pensamento escolástico-religioso – feito pelos renascentistas, transformou o modo como as pessoas percebiam e pensavam a realidade. Mais intensamente a partir do século XVII, a realidade passa a ser cada vez mais manipulável. Sobre essas ontologias distintas entre corpo e mente, o autor sintetiza que “despida de sua aura divina, ou de qualidades ocultas separadas da matéria, a natureza bem como o corpo passam a ser ‘acessados’ pela tecnologia de forma muito mais fácil, sem remorsos existenciais” (2005, p. 86). A ruptura “mecanicista” possibilita, de certo modo, “um desencantamento do mundo no sentido de torná-lo estritamente material” (Ibid., p. 88), ainda que submetido ao mundo da razão e às leis da física, da matemática e, agora, também da biologia e da química.

Nesta perspectiva, bem cartesiana, a mente teria uma preponderância ontológica sobre o corpo, diferindo em essência, ao mesmo tempo em que ambos existiriam em simbiose no mundo. Monteiro sinaliza que Isaac Newton, com seu conceito de força, e Francis Bacon, com sua consolidação da experimentação e do método empírico, transformaram ainda mais essa episteme moderna (Ibid., p. 92-95). A possibilidade da ciência, da investigação empírica, dos experimentos controlados para acessar e regular a natureza modificaram o estatuto ontológico que orientava a realidade, o modo de pensar e de se relacionar com o mundo. Outros autores desse início de modernidade, como Thomas Hobbes, Baruch Espinoza, Gottfried Wilhelm Leibniz e John Locke, também compartilhavam algumas afinidades desta orientação racional.

A hegemonia do pensamento mecanicista não foi total, como já exposto anteriormente, forças orgânicas, de um vitalismo romântico, se mobilizavam contra os princípios elementares e o reducionismo. Outros autores modernos, como David Hume, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, tentaram conciliar visões empiristas e racionalistas para refletir sobre aspectos como a experiência, a vontade, a soberania, a ética.²⁴ De modo que é necessário insistir na heterogeneidade dos contextos e papéis sociais da época; eles estimularam de maneiras distintas toda uma produção de conhecimento naturalista e científico (Shapin, 2006). Esses estudiosos fomentaram vários debates e explicações sobre a materialidade, o corpo, e como este se

²⁴ Novas interpretações da Idade da Razão mostram que pensadores não-europeus já tinham antecipado vários dos ideais e das filosofias que marcaram os filósofos iluministas, como o etíope Zera Yacob (1599-1692) ou o ganês Anton Amo (c. 1703-1755). Para saber mais sobre a relação da filosofia natural e seu esforço classificatório da realidade com o conceito moderno de raça, ver Smith (2015). A matéria de Dag Herbjørnsrud traduzida e publicada em 24 de dezembro de 2017 na Folha de São Paulo foi fundamental para a composição desta nota: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1945398-os-africanos-que-propuseram-ideias-do-iluminismo-antes-de-locke-e-kant.shtml>

relaciona com o conhecimento e com a vida. Monteiro aponta, fazendo referência ao historiador da ciência David Channell, como as descobertas feitas no final do século XIX nas áreas da eletricidade e do magnetismo reformularam, mais uma vez, os campos científicos e filosóficos em torno da vida. Mais além, tanto a teoria da relatividade de Albert Einstein quanto a mecânica quântica teorizada e desenvolvida por físicos alemães no começo do século XX influenciaram e rearticularam campos de conhecimento tão diversos como a cibernética, a nanotecnologia e a genética. Essas transformações tecnocientíficas marcam, nesses diversos cenários, “a manipulabilidade e a incerteza”, que são “motes para a exploração dos potenciais da matéria, viva ou não” (2005, p. 97).

Nas margens do corpo científico: femininos periféricos, perigosos e ocultos

Essas formas cada vez mais densas de conhecer o mundo, consolidadas entre os séculos XVI e XVIII, também se alimentaram do que Anne McClintock chamou de “tradição pornotrópica” (2010). Uma tradição que se forjou, dentre muitos caminhos, através de uma lógica da conquista imperial do globo, travada especialmente com a expansão do comércio e do conhecimento, que fora mapeada em grande parte por uma “metafísica da violência de gênero” (Ibid., p. 47). Em outras palavras, o feminino – local e exterior – representava um certo tecido conjuntivo, preenchendo e sustentando os espaços vazios, os limites da inteligibilidade, os novos mundos. As mulheres materializavam essa limiaridade do (re)descobrimto. Serviam, nas palavras de McClintock, como as “marcadoras das fronteiras do imperialismo” (Ibid., p. 48).

Como ao longo da tese pensaremos sobre os modos diversos e difusos com que o corpo feminino esportivo é encarnado e representado na história, torna-se fundamental também trazermos à tona corpos, histórias, saberes e práticas que há muito se tornaram notas e referências marginais nos textos canônicos sobre a constituição desse mundo moderno. Para compreender a diversidade do *corpo atlético* ou do *corpo intersexo* hoje, e como sua gestão no espaço científico, médico e esportivo qualifica uma tarefa classificatória, regulatória e governamental da contemporaneidade, precisamos saber melhor sobre a gestão desse corpo feminino em séculos passados. Então vamos acompanhar nesta seção um pouco da participação das mulheres na vida social e científica do período.

Em *The Death of Nature* (1980), a historiadora da ciência Carolyn Merchant argumenta como ocorre uma feminização da terra no início da modernidade que reinscreve como natural o excesso das hierarquias e desigualdades de gênero. Nesta interpretação, a constante

generificação da natureza pelo mundo científico reatualiza sua imagem como algo mais maleável e subjugável, que podia ser controlada e dissecada por experimentos e tecnologias, legitimando sua exploração. A representação da terra enquanto um corpo submisso se imbricava com outras imagens – maternais e orgânicas, materiais e mecanicistas. Essa ambivalência, como vimos na seção anterior, constitui desde o início o projeto científico e suas ramificações sociais.

McClintock retoma esse debate da crise das origens a partir de exemplos da erotização da terra “virgem”, fantasiosamente vazia e passiva, à espera da conquista do homem europeu a fim de toma-la e torna-la seu patrimônio. A jornada colonial acontece, sobretudo, através dessa atuação negada das mulheres e dos povos originários. Mas como tudo o que vimos até aqui, não foi uma experiência uniforme, a questão do gênero como também da raça ganhou vários contornos em diferentes partes do mundo. O expansionismo da época impulsionava de maneira distinta comércio, conhecimento e civilidade. A China, por exemplo, era um grande império comercial na Idade Média até pelo menos o século XVIII, controlando rotas e entrepostos comerciais na região da Afro-Eurásia (McKay *et al*, p. 429). As Guerras do Ópio, no século XIX, retratam essas diversas formas de expansão colonial e dominação mercantil (Brook, Wakabayashi, 2000).

Os projetos e as estratégias que produziram essas formas distintas de ocupação – simbólica e material – desses lugares eram a conversão moral dos modos diferenciados com que o corpo vivido estava sendo regulado. As relações se davam de acordo com o gênero, com a classe, com as concepções racializadas, com os pertencimentos religiosos; esses valores estruturavam as regulações coloniais. De modo que, nas palavras de McClintock, enquanto “as mulheres árabes deviam ser ‘civilizadas’ sendo despidas” – ao terem o véu retirado – as mulheres “subsaarianas deviam ser ‘civilizadas’ sendo vestidas” – com o racismo mercantil do sabão, do algodão e da limpeza exemplificando algumas hierarquias e desigualdades do período (Ibid., p. 59).

Afinal, essa circulação de mercadorias, saberes e valores ajudaram a moldar diferentes realidades no Novo Mundo. Londa Schiebinger trabalha em *Plants and Empire: colonial bioprospecting in the atlantic world* (2004) com o que chama de políticas de produção da ignorância nas colônias ocidentais durante o “longo século XVIII”.²⁵ No estudo, analisa como plantas abortíferas usadas na região do Caribe foram catalogadas, sistematizadas e então ignoradas pela ciência naturalista da época. Especialmente a partir das diferentes abordagens

²⁵ Similar à expressão cunhada por Eric Hobsbawm, essa passagem histórica começaria em 1670 com a consolidação do sistema de *plantation* até a abolição do tráfico negreiro nas colônias francesas e inglesas entre 1794 e 1807 (Schiebinger, 2004, p. 12).

feitas por “homens da ciência” de várias origens e viajantes como Maria Sibylla Merian – uma naturalista e ilustradora alemã que em suas viagens descreveu o consumo dessas plantas como forma de “resistência colonial” pelas mulheres escravizadas. Dito de outro modo, para a historiadora, mesmo com o reforço de uma circulação massiva de novos produtos e conhecimentos, o mundo colonial evidenciava as relações generificadas que o compunham quando essas plantas e tecnologias “perigosas” não eram transportadas, estudadas ou comercializadas na Europa como *materia medica* para mulheres.

Enquanto o mundo era classificado de maneira generificada e erotizada – por exemplo, em zonas térmicas: tropicais [*torrid*], temperadas [*temperate*] e polares [*frigid*] – na ocupação de territórios e culturas (Wiesner-Hanks, 2011, p. 208); também acontecia um criterioso colecionamento do conhecimento nativo e feminino que nutria essa autoridade masculina cada vez mais institucionalizada (Schiebinger, 2004, p. 96-97). Nomes eram dados para terras consideradas virgens e distantes, ao mesmo tempo em que se apagava o trabalho feito por parteiras, artesãs e trabalhadoras de todo o tipo que tinham seus saberes confiscados pela coroa. Em suma, “a maioria das mulheres cujos métodos de cura acabaram sendo adotados e publicados nas edições da *European Pharmacopoeia* permaneceram anônimas, como também era verdade para a maioria dos indígenas e escravizados das Índias Ocidentais que ofereciam curas” naquela época (Ibid., p. 98).

Não é difícil notar como esse *monopólio* do conhecimento autorizado vai culminar em patentes, guidelines e resoluções diversas no mundo moderno. As maneiras de habitar ou de cuidar do corpo estavam imbricadas nessas conflituosas realidades, entre conquista e resistência, entre economia sexual e domesticidade, entre modos de saber e lugares heterogêneos. As colônias, os mercados, as universidades, casas, senzalas, academias, livrarias, cortes, jardins, expedições, teatros, laboratórios, fortes e oficinas gráficas. Variações em espaços e temporalidades que aparavam – e que ainda aparam – quaisquer relações. O corpo ganha significado nessas interseções, principalmente o corpo feminino, que era regulado com maior desigualdade, avidez e escrutínio.

Silvia Federici, em *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), costura em sua análise como essa consolidação do capitalismo enquanto modo de produção também ocorreu pela incorporação e invisibilização do que era ou não relevante na época, neste caso em particular, dos saberes e ofícios femininos considerados perigosos. A noção de *periculosidade* é significativa para compreendermos as maneiras com que esses corpos foram sendo excluídos, marginalizados e regulados com mais intensidade a partir da virada colonial. Sua estruturação enquanto ameaça à ordem social importa porque ainda subjaz “o sentido de

responsabilidade” que conforma as regras, regulações e políticas do mundo contemporâneo. O funcionamento desse modo de produção que possibilita a acumulação primitiva da força de trabalho como algo *vital* para a garantia de, por exemplo, civilidade, atravessam várias concepções morais em disputa. Esse controle do corpo sexuado, principalmente o corpo racializado e efeminado como exterior à norma, foi crucial para a formação de noções hoje tão fundamentais, como cidadania, liberdade e republicanismo (Burton, 2013, p. 513-515).

Neste sentido, a criação de uma ciência moderna, especialmente dessas especialidades médicas detidas na compreensão dos fenômenos sexuais, se deu muito em parte pela “era de expansão” onde o colonialismo, a troca imperialista, a diplomacia mercantil ou a usurpação violenta de realidades e saberes atuavam em conjunto na consolidação de uma nova *norma* social. Enquanto no Brasil colonial a expectativa de vida, no século XIX, girava em torno dos 30 anos para os colonos – uma década a mais que os escravizados presos às plantações – regras, condutas e políticas públicas em torno da saúde se delineavam no Velho Mundo (Miskolci, 2012). A própria identidade sexual europeia, cerne do que Michel Foucault investigou enquanto uma construção de *biopolítica*, será “criada e sustentada por contrastes desenhados através das práticas de ‘Outros’ que eram imaginados fora dos parâmetros culturais e geográficos da norma” (Johnson, 2005 *apud* Burton, 2013, p. 495).

O apagamento sistemático de mulheres, nativos e outros não-europeus da história corrente da modernidade – que ainda resiste como uma forma de consciência coletiva embasando as políticas de instituições atuais – definitivamente se relaciona com essa pilhagem violenta de realidades, saberes e corpos periféricos. A epistemologia que promoveu ciências, revoluções e novas formas de produtividade está intimamente ligada às negociações, manipulações e incorporações ontológicas que continuam a ser vividas e narradas ao longo dos séculos. Pelo menos desde a virada do século XX reconhecemos mais ou menos abertamente os pesos e os efeitos diferenciados dessa contínua transferência entre culturas, imaginações e territórios. De modo que destrinchar esses mapas históricos nos capacita a avaliar mais detalhadamente outros emaranhados da nossa própria realidade.

O cuidado, os escrutínios terapêuticos e o poder da medicina

Ora, nessas transições analisadas entre os séculos XVII e XIX, o corpo também ganha uma roupagem fortemente medicalizante. Em *O Nascimento da Clínica* (2003), Michel Foucault analisa a transformação do saber médico durante o período. Ele discorre precisamente sobre como a medicina do século XIX, preocupada com sua consolidação e legitimação

enquanto ciência, se detém mais e mais com a regulação da “normalidade” do que com uma noção de “saúde”. Até o fim do século XVIII, essa medicina se referia a qualidades como “vigor, flexibilidade e fluidez, que eram perdidas com a doença” e que era trabalho dela restaurar (Ibid., p. 35). Ao longo do século XIX, contudo, a formação de conceitos e a prescrição de intervenções se tornaram cada vez mais protocolares em relação à estrutura e ao funcionamento do organismo. O papel do especialista, tanto da medicina quanto da nascente psicologia, passou a ser de estabilizar os limites entre o “normal” e o “patológico”. Em outras palavras, diz Foucault,

Se a ciência do homem apareceu como uma extensão da ciência da vida, é porque ela foi medicamente, bem como biologicamente, baseada: por transferência, por importação e, muitas vezes, por metáfora, a ciência do homem sem dúvida usou conceitos formados por biólogos; mas os próprios assuntos a que se dedicou (o homem, seu comportamento, suas realizações individuais e sociais) abriram um campo de análise que era dividido de acordo com princípios do normal e do patológico. Daí o caráter único da ciência do homem, que não pode ser separado dos aspectos negativos em que apareceu pela primeira vez, mas que também está vinculado ao papel positivo que ocupa implicitamente como norma. (Ibid., p. 36)

Em outros textos, como *Vigiar e Punir* (2013) ou *Os Anormais* (2001), Foucault identifica os mecanismos em que governos e instituições buscam “proteger” ou “defender” a sociedade dos indivíduos considerados “perigosos” ou “desviantes” dentro dos termos dessa construção de um saber/poder normalizante. Não interessa agora discorrer tanto sobre como os saberes jurídicos e penais perderam a relevância na conceituação e legitimação de uma *teoria da degeneração* para às ciências biomédicas na tentativa de regular e moralizar o desejo e a sexualidade. Ainda assim, é fundamental situar na discussão como os novos códigos morais estavam implicados nas transformações dos saberes científicos, tecnológicos e médicos da época. Por exemplo, houve uma transformação do papel da psiquiatria em relação ao seu *domínio* (da loucura para o comportamento), *lastro* (de alguns doentes para qualquer comportamento individual) e seus *efeitos* (movimentos de patologização e despatologização de inúmeros sujeitos e objetos) a fim de consolidar sua autoridade enquanto produtora de saber/poder sobre o que consiste a normalidade e seus desvios.

De modo geral, Foucault também descreve em *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (2011) como ocorre ao longo do século XIX uma multiplicação de discursos sobre o sexo que foi sendo incorporada nos mais diversos controles sociais. Acumulam-se interrogatórios, confissões, observações, diagnósticos, relatórios, pareceres, casos clínicos, reformas, planos, terapêuticas, enfim, muitos tipos de saberes e práticas em torno do sexo – não a fim de proibi-lo ou de esconde-lo, mas de entende-lo em seus detalhes para regulá-lo melhor.

Assim como os deslocamentos epistemológicos, há uma transição moral do século XVIII – regido pelo direito canônico, a lei civil e a pastoral cristã, mais centrados na vigilância e regulação do matrimônio – para os séculos XIX e XX – em que a vigilância e regulação da *população* ocorre em torno da sexualidade infantil, dos homossexuais e “invertidos”, dos tidos como loucos, dos criminosos.

Esses mecanismos de saber/poder passaram a atuar de duas formas, ou melhor, produzindo dois efeitos. Ao mesmo tempo em que corporificaram e individualizaram as práticas sexuais que eram investigadas, engajando e transformando no corpo as extravagâncias sexuais dos indivíduos sobrepostas “às tecnologias da saúde e do patológico” (Ibid., p. 52), também promoveram uma incitação de prazeres através do desvelamento ou do avivamento de curiosidades, resistências e confrontos na medida em que tentavam investigar, questionar e capturar o que não seria normativo. Em suas palavras, “a implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” justamente porque o prazer e o poder não se anulam, eles não se voltam um contra o outro, mas seguem e entrelaçam-se “através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação” (Ibid., p. 56).

Ou seja, ao mesmo tempo em que o sexo se torna objeto de incitação, excitação e prazer, também é articulado como objeto de verdade a partir do esforço de racionalidade das ciências modernas, principalmente pela ciência médica consolidada no fim do século XIX. Na interpretação de Foucault, será essa produção de discursos sobre a verdade do sexo e da sexualidade que marcam as sociedades modernas, o que ele chama de “dispositivo de sexualidade”.²⁶ Essa análise é significativa, a meu ver, porque ele reformula a noção de poder como produtor e gestor da realidade. O poder não seria uma instituição nem uma estrutura, não seria a cristalização em forma de Estado nem a formulação da lei, não seria uma potência que alguns são dotados nem as hegemonias sociais – ele descarta grande parte dos princípios organizadores das filosofias políticas modernas. O poder, para Foucault, seria “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Ibid., p. 103). Ainda definindo, ele continua,

²⁶ Algumas críticas surgem desta separação que Foucault faz entre *scientia sexualis*, que existiria nas sociedades ocidentais modernas, e *ars erotica*, que identifica em outras culturas periféricas ou históricas em relação à Europa. Justamente porque separar tão apressadamente arte e ciência, ou prazer e conhecimento, reproduziria (e de certo modo também legitimaria) a mesma distinção que ele busca historicizar. Na seção anterior embasamos essa discussão da construção de um saber científico através das relações com outras realidades, culturas e práticas (principalmente nativas, racializadas e femininas), mas para um ponto de vista mais aprofundado ver, por exemplo, Burton (2013).

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixa-las. (Ibid.)

Algumas figuras se tornaram objetos privilegiados de saber/poder, como a construção da mulher histórica, a pedagogização da criança masturbadora, a socialização do casal malthusiano e a psiquiatrização do prazer do adulto perverso. Cada figura relacionava uma estratégia específica de manifestação de saber/poder sobre o sexo. Desta forma, “o conjunto *perversão-hereditariedade-degenerescência* constituiu o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo” (Ibid., p. 130, grifo meu). Essas figuras tratavam, antes de tudo, da própria produção da sexualidade. Claro que tal produção se espalhava por outras figuras e moralidades, como os nativos, os escravizados e os colonos da época imperial, imbricando mais ainda as teorias de degeneração em discussões generificadas e racializadas com outros discursos sobre estagnação, progresso e civilidade. De todo modo, diz Foucault, esse dispositivo histórico se refere a processos múltiplos como “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências”, eles “encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Ibid., p. 117).

Dois pontos imprescindíveis para guardarmos dessa análise envolvem relações entre corpo/soberania, sexo/governo e sexualidade/poder. Primeiro, é fundamental a compreensão de que além das incitações e regulações dos corpos, há um princípio organizacional de *governo de morte e de vida* – resquícios das políticas de soberania do classicismo que se atualizaram em estratégias de sobrevivência (em termos mais biológicos do que jurídicos) de uma população. Esse poder sobre a vida se desenvolve em duas formas principais: sua vertente *disciplinar* datada do século XVII a partir dos procedimentos de poder onde trata o corpo como máquina de adestramento e estimulação para fins econômicos-políticos e sua vertente *biopolítica* datada do meio do século XVIII a partir da intervenção e regulação de processos biológicos da população. O “biopoder”, portanto, é simbolizado por uma administração disciplinar dos corpos e por uma gestão calculista da vida em termos populacionais. Neste ponto, atentando para a relação de saber/poder que se desloca do contexto proposto por seu método genealógico, conforme demonstramos na seção anterior, interessa investigar como essa imbricação de técnicas disciplinares com procedimentos reguladores se atualiza em gestões de normalização contemporâneas, principalmente nos aspectos científicos, tecnológicos e esportivos.

Segundo, com o questionamento do estatuto da soberania e do que é o poder (onde emana, seus efeitos, domínios e atuações), essa investigação também é marcada por embates entre pedagogias científicas e realidades ambíguas. As demandas por especializações, critérios e restrições em um cenário de desigualdade global complexifica a tarefa de demonstrar que o sexo não é pensado somente enquanto materialidade biológica pré-discursiva ou regulado a partir de suas próprias leis naturais. A partir dessas novas relações, é possível demonstrar que o sexo ainda é um efeito dos mecanismos de sujeição e regulação? Foucault chama de “reversão essencial” essa estratégia do sexo como *elemento especulativo* dentro do dispositivo da sexualidade, atuando na reorganização e na captação dos corpos, de suas materialidades, forças, energias, sensações, prazeres. De modo que mais do que o local onde o funcionamento do dispositivo da sexualidade acontece, ou em que a própria inteligibilidade é marcada, o sexo torna-se o *ponto fictício* onde “a vontade de saber” intrínseca às técnicas de poder da sexualidade vão atuar para descobrir o sexo do corpo, para articula-lo em discurso, para formular verdades, para regula-lo, e também para libera-lo.

Mais à frente, veremos como algumas autoras também trazem para discussão a suposta inflexibilidade do corpo biológico, não somente a maleabilidade do corpo social.²⁷ Neste ponto uma pergunta de Bruno Latour ecoa com o trabalho: em que “condições podemos mobilizar o corpo no nosso discurso sem nos deixarmos arrastar imediatamente para as habituais discussões sobre dualismo e holismo?” (2007, p. 40). Ele se questionava sobre uma saída possível para essas incessantes discussões sobre a sacralidade ou a validade do corpo em cada vertente teórica: mecanicista ou vitalista, racionalista ou empirista, fisiológica ou fenomenológica.²⁸ Mas até agora vimos que ao mesmo tempo em que se reduz, engessa e reprime o corpo e a materialidade, eles também são liberados, incitados e complexificados nos diversos contrapontos que se proliferam.²⁹

²⁷ Se distingue para fins analíticos, pois o que se descreve, na verdade, é como o corpo biológico só é compreendido enquanto tal pela sua inserção na linguagem, na cultura, no campo de inteligibilidade que conforma o próprio entendimento do que é natural, fisiológico e causal. O sexo como efeito e elemento especulativo, nas palavras de Foucault. Sobre essas relações já vimos a discussão de materialidade feita por Judith Butler (1993, 2004) e veremos algumas cientistas feministas como Donna Haraway (1995, 2000) e Anne Fausto-Sterling (1992, 2000b).

²⁸ De modo mais detalhado, Latour faz uma divisão entre a valoração das qualidades primárias em detrimento das qualidades secundárias como a “bifurcação da natureza” que origina toda a celeuma metafísica, epistemológica e científica onde se desenvolve o mundo ocidental (2007, p. 42).

²⁹ O conflito entre holismo e reducionismo, para Latour (1999), nada mais é do que uma disputa política que localiza mal o tipo de produção feita no ocidente entre circulações de “necessidades” e “potencialidades”. Nesta visão, mesmo um fazer científico bastante redutor ou biologizante, por exemplo, a busca de um gene que transcreveria e desenvolveria o comportamento homossexual, ainda seria parte de uma “política corporal” mais complexa, onde essa produção de entidade científica (um fato) só existiria pela montagem, instrumentalização e constituição de outros tipos diversos de agências (ou seja, de sujeitos, valores e práticas).

No geral, o que Latour promove neste artigo, em outra comunicação que cito em seguida e em textos subsequentes, é similar ao que autoras como Isabelle Stengers, Judith Butler ou Donna Haraway fazem em seus próprios trabalhos, isto é, reconciliar a tarefa política de recompor o mundo e a humanidade a partir de outros predicados do que seria a modernidade, a ciência, o saber, o poder, a normatividade. Então ainda que nem toda reconfiguração científica ou cosmológica aconteça pela mera motivação política de como se enquadra o fazer científico ou a vida, é relevante a constatação de que toda “epistemologia é uma epistemologia política” (Ibid., p. 54). Nesta interpretação, citando a filósofa da ciência Vinciane Despret inspirada pelas ideias de William James sobre emoções, Latour propõe que ter um corpo define-se pela “aprendizagem de ser afetado”, pois “quanto mais se aprende, mais diferenças existem” (Ibid., p. 39; 46).

Encarnar a política seria, portanto, se deixar afetar pelas diversas agências, conhecimentos, artefatos, relações e sujeitos que existem. Porque se opor ao corpo não consiste na capacidade de retomar um espírito, uma racionalidade, uma consciência, nem de se emancipar dos sentidos, o oposto do corpo é a morte (Latour, 1999, p. 11). Tento, deste modo, conectar saberes e discursos em torno do conhecimento e da vida, sobre como o corpo modifica a relação com a ciência, suas possibilidades e também com os mundos possíveis de serem criados e compartilhados, em suma,

Como é trazer a democracia para a questão de ter um corpo? Ainda mais provocativo: como é ter um corpo *democrático*? (...) Sim, uma nova questão surge: que tipos de corpos nós desejamos ter? Que tipo de corpos vale a pena ter? No passado, a discussão era feita pela religião, educação e ética somente sobre a alma; agora se discute sobre o corpo também, pela medicina, ciência, economia, política e moralidade. (Ibid., p. 2, grifo no original)

Um sobrevoo sobre o “sexo” no sistema de oposições

Seguindo a discussão sobre o corpo, para compreendermos alguns dos significados, dos conflitos e das verdades contemporâneas produzidas pelas disciplinas modernas, precisamos antes explorar mais detidamente sistemas médicos de épocas anteriores. O corpo era percebido de outra maneira não porque nossa fisiologia mudou radicalmente ao longo dos séculos, mas porque os paradigmas de entendimento e explicação, como também os objetivos de regulação, diferem dos que existem atualmente. A história da ciência, como vimos nas seções anteriores, mas também da medicina, nos ajudam a deslocar essa imagem de corpo, saúde, doença e

experiência que os processos de saberes e poderes tendem a homogeneizar e naturalizar com o tempo.

Publicado originalmente em 1990, *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001) de Thomas Laqueur, marcou profundamente a maneira como nós – acadêmicos, principalmente – pensamos a história do corpo. No livro, o historiador vai seguir a proposição de Michel Foucault em *Herculine Barbin: being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century french hermaphrodite* (1980), onde detalha que a busca por um “sexo verdadeiro” começou a ser demandada com mais vigor a partir de 1800. Essa transição se delineava justamente porque durante esses séculos, XVII a XIX, os estudos sobre a “natureza” dos fenômenos se deslocavam pouco a pouco dos processos quase divinos de causa e efeito, ou da ordem natural das coisas e suas cosmologias, para a experimentação e compreensão da maleabilidade da realidade e suas leis universais.³⁰ Dentre os objetos de estudo: a mulher. Buscavam entender sua fisiologia, diferenças, comportamentos, hierarquias sociais – a filosofia natural com os compêndios, tratados e modos de desenvolvimento; a medicina com a anatomia e sua consolidação disciplinar na ginecologia; a ciência enquanto profissão com os novos métodos, investigações e sua autoridade sobre o mundo – todas essas instâncias estavam atuando e influenciando uma crescente inquietação com o corpo sexuado e suas verdades.

Neste registro, Laqueur se propõe a acompanhar como essa “natureza sexual” humana foi sendo transformada a partir de deslocamentos e mudanças sobre o corpo, o sexo e o que hoje compreendemos como o gênero – definido aqui como uma determinada norma social sobre o que seria a masculinidade e a feminilidade. Assim, acompanhamos em seu livro um processo em que “uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem” (2001, p. 17). Como vimos, essas transformações de entendimento e explicação do mundo não se restringiram ao corpo sexuado propriamente dito, expandiram-se para todo um sistema de pensamento, de conhecimento e de valores que ia se formando em meio a embates e consolidações historicamente contingentes.

O modelo do “sexo único” interpretado por Laqueur, que marcava o período pré-Iluminista, estabeleceu que “ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis”. Para ele, “o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica

³⁰ Similar transição foi feita não só pelo conhecimento, seus métodos e possibilidades, ou pela maneira de acessar a realidade para sua compreensão, mas pelas próprias bases epistemológicas e ontológicas que sustentavam o mundo ocidental, como acompanhamos nas seções anteriores.

e não ontológica” (Ibid., p. 19, grifo original). A partir do século XIX, essas diferenças se tornaram politicamente importantes a ponto de investigações científicas e práticas médicas atuarem para reforçar o que seria masculino e feminino enquanto fundamento biológico. Circunstâncias epistemológicas e políticas teriam produzido a ruptura de um modelo de sexo único para um modelo de “dois sexos”. Outros historiadores, como Katharine Park, questionam este corte tão profundo de epistemes ao dizer que Laqueur confunde algumas tradições textuais e ignora certos problemas de transmissão “de maneira que obscurece a riqueza e a diversidade da escrita medieval sobre sexo e gênero” (2013, p. 98). De todo modo, Laqueur estaria correto ao propor a ideia de que passa a existir uma *construção ideológica* da ciência sobre a diferença sexual.

Essas diferenças eram explicadas a partir de tradições antigas vindas, principalmente, de Hipócrates (c. 460-370 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.) e Galeno (c. 129-200/216). A fisiologia e a anatomia, especialmente as que se voltavam para a compreensão da geração, seriam “instâncias locais de uma forma de falar sobre o corpo muito diferente da nossa” (2001, p. 58). O compromisso era com verdades maiores que poderiam ser ilustradas por certas características do corpo – a relação macrocosmo com microcosmo. Mas enquanto para Aristóteles as diferenças sexuais reforçavam uma hierarquia metafísica dos gêneros em um corpo de carne única, para Galeno a complementaridade dos sexos era mais evidente devido a sua interpretação da ligação dos órgãos reprodutivos com o sistema alimentar, comum a toda carne.

Seus deslocamentos giravam sobretudo na compreensão dos “princípios” masculinos e femininos em relação à gestação. Para Aristóteles, os homens produziam *sperma* (a causa eficiente da geração) e as mulheres produziam *catamenia* (a causa material da geração), já que teriam menos calor vital e conseqüente perfeição por suas constituições mais frias.³¹ Enquanto para Galeno, tanto o pai quanto a mãe contribuía igualmente para moldar e dar vida à matéria – ainda que ele também insistia em dizer que a semente da mulher seria “menos potente e menos ‘informativa’ que a do homem, em razão da própria natureza da mulher” (Ibid., p. 55). Nesta visão de Laqueur, as explicações sobre a geração e a natureza própria de cada corpo estariam inscritas em uma economia de fluidos que era complementar, ainda que hierarquizada

³¹ Nessa época, o cuidado com a saúde física e emocional humana se dava basicamente pela regulação dos elementos (quente, frio, seco e molhado) e dos humores segundo quatro fluidos corporais – o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e a bÍlis negra – que representavam quatro tipos de temperamento na constituição do indivíduo – o sanguíneo, o fleumático, o colérico e o melancólico.

metafisicamente, a todo ser humano.³² Os órgãos reprodutivos, o sêmen masculino, o sangue, a menstruação, os fluidos corporais, todos seriam “versões um do outro”, seriam articulações biológicas “na linguagem do corpo de sexo único, da política de dois gêneros e, em última instância, da procriação” (Ibid., p. 54).

Ao longo do livro, Laqueur diferencia mais esses autores, suas percepções sobre o corpo e os papéis sociais, e deixa cada vez mais ambíguo seu modelo de sexo único. Como quando ele fala da importância do sêmen para Aristóteles – “o esperma, em outras palavras, era como que a essência do cidadão” – e mais além completa que a mulher, por ser uma versão imperfeita, é “como o menino, em termos políticos e biológicos uma versão impotente do homem”. Outras “diferenças ainda maiores eram registradas no corpo; as diferenças insensíveis entre o calor sexual do homem e da mulher passaram a representar tanto quanto a diferença entre o céu e a terra” (Ibid., p. 68). Neste sentido, me parece que essa metafísica do corpo sexuado também seria ontológica, o que ele nega. A biologia aparece como múltipla e um pouco contraditória com a comparação dos diversos autores apresentados, mas para Laqueur, tais diferenças corporais diziam mais sobre poder, status, legitimidade e paternidade do que sobre a diferença sexual em si.

Alguns contrapontos aparecem para questionar a necessidade do modelo de sexo único em dois sentidos principais. Primeiro, ainda que tenha existido complementaridade na descrição anatômica dos corpos ou nas funções corporais e geradoras, para algumas estudiosas, os anatomistas medievais viam e falavam pouco da anatomia feminina em suas especificidades justamente porque o corpo masculino era o *não-marcado* e, portanto, o que era diagramado, representado e detalhado (Cadden, 1993; King, 2013; Kassell, 2013; Green, 2014). Além do fato de que essas representações visuais – como as ilustrações das anatomias homólogas de Andreas Vesalius (1514-1564) – em enciclopédias e textos anatômicos eram raras ou de difícil circulação até pelo menos o final do século XV com a invenção da prensa móvel (Green, 2014).³³

³² Ele cita outros exemplos textuais para corroborar esta versão, com referências à Hipócrates, Sorano de Éfeso (c. séc. I-II a.C.), Isidoro de Sevilha (c. 560-636) e Ibn Sina (c. 980-1037).

³³ Sobre o esforço de Laqueur para confirmar seu modelo de sexo único a partir das representações anatômicas do fim do período medieval e começo da modernidade, especialmente seu capítulo 3, Monica Green oferece uma outra versão ao dizer que: “And while surgeons developed a more precise sense of the structure of the vagina, the hymen, the labia, or the clitoris in the later medieval centuries—by the fifteenth century, the vaginal speculum had come into fairly regular use—they did not capture that knowledge in images. But all medieval medical practitioners, I believe, understood sexual difference to be real. Physicians and anatomists of the sixteenth and subsequent centuries did not ‘discover’ female difference but rather increased their visual scrutiny of those differences as traditions of anatomical practice, visual representation, and therapeutic responsibilities changed over the course of the postmedieval centuries” (2014, p. 161).

Por outro lado, a menstruação era a gênese de todo um cuidado com o corpo da mulher nesse período de fluidos e humores, ela era tratada como particular às fisiologias femininas, e não como um fenômeno comum.³⁴ Menções mais específicas desta anatomia, como o clitóris, aconteceram isoladamente durante a era medieval. No século XIV, ele é mencionado por cirurgiões a fim de corrigi-lo pelo o que seria seu tamanho excessivo [*tentigo*] (Green, 2008). As distinções corporais se davam, portanto, não só no âmbito da procriação, mas também em relação às especificidades da saúde feminina. O clitóris será “descoberto” no meio do século XVI com o aumento da curiosidade pelo corpo feminino (Tuana, 2004), contudo, entendimentos populares da anatomia sexual e suas funcionalidades existiram durante todo o período medieval, com terminologias diversas como “a língua” [*le langue*], que aparece em uma edição francesa da *Trotula* (Green, 2001 e 2008).³⁵

Segundo, para essas historiadoras, não haveria uma visão medieval única do corpo. A complicada circulação desses autores antigos, ou a falta de tradução para o latim de algumas obras, bem como a incorporação de referências médicas judias, bizantinas e árabes no saber europeu cristão sobre o corpo, ou a interpretação que os Padres da Igreja fizeram das filosofias naturais antigas³⁶ – todas essas interseções atuaram de modo a proliferar as maneiras com que o corpo sexuado foi diferenciado no período. Neste sentido, “diferentes áreas da Europa, diferentes classes sociais, diferentes religiões e diferentes instituições de ensino aceitavam essas mudanças [relativas à diferença sexual] de maneira bem variada” (Outram, 2006, p. 803, inserção minha). Não era somente o poder social e político que estava em jogo com esses debates sobre a “natureza” da mulher ou o “princípio” feminino, nem ao menos uma gestão de cuidado e de medicina que estava sendo disputada, mas também a própria discussão da capacidade intelectual feminina e sua autoridade em um mundo em transição. Realidades

³⁴ Alguns casos de sangramento hemorroidário em homens eram descritos em textos médicos do medievo como análogos à menstruação feminina, mas não por serem o mesmo fenômeno, e sim porque – em um cuidado pautado no equilíbrio de humores – tais sangramentos eram vistos como “processos purgatórios” similares (Green, 2014, p. 162).

³⁵ A *Trotula* consiste em um compilado de tratados sobre anatomia e fisiologia feminina do século XII, pelo menos um de seus textos é associado ao trabalho de uma médica italiana chamada Trota de Salerno, sendo um dos documentos sobre medicina feminina mais difundidos e traduzidos durante a Idade Média (Green, 2001).

³⁶ No artigo “Medicine and Natural Philosophy: naturalistic traditions” (2013) que citei de Katharine Park, ela faz uma interessante recontextualização das narrativas sobre diferença sexual, desde 500 até 1450, demonstrando como no começo da era medieval a importância de Sorano (com seu tratado sobre ginecologia) era bem maior do que Galeno para o mundo latino. A relevância do segundo só começou a ser maior (com suas teorias sobre humores e homologias) em textos gregos e árabes no mediterrâneo e mundo islâmico. Em relação à Aristóteles, suas visões eram bem diferentes dos autores anteriores, então estudiosos subsequentes (como Ibn Sina e Tomás de Aquino) uniram essas filosofias e fisiologias de formas variadas. Somente no fim do século XV que a obra *On the Usefulness of the Parts of the Body* de Galeno (que Laqueur usa como base de seu livro) é traduzida para o latim e ressurge com mais força dentro dos movimentos renascentistas de reavivamento dos clássicos.

diversas foram afetadas com as produções e regulações feitas sobre corpo, sexo e gênero na Idade Média.³⁷

Deixando claro esses diálogos, que iluminam melhor a interpretação da história do corpo feita por Laqueur, podemos seguir o processo que Foucault chamou de uma passagem (ainda que não definitiva) do “dispositivo de aliança” para o “dispositivo de sexualidade”. Em uma sociedade regida cada vez mais pela minuciosa vigilância e regulação de *corpos tutelados* – como o da criança, do criminoso, do louco, do perverso, da mulher – veremos novos discursos sobre o corpo sexuado e sua sexualidade. Onde antes o esforço produtivo se exprimia nos debates dos princípios, cuidados e disposições legais que qualificavam fisiologias e atos, teremos mais e mais análises institucionalizadas (científicas, médicas, entre outras) que irão discutir biologias e identidades.

A evolução científica, a normalização e os corpos impossíveis

Nessa transição do medieval para o início da era moderna, ainda que não estritamente pautado em um modelo de sexo único, “o corpo era muito menos estabelecido e muito menos restrito por categorias de diferença biológica do que viria a ser no século XVIII” em diante (Laqueur, 2001, p. 129). Essa alteração social, política, estética e epistemológica do corpo e da sua materialidade – como a possibilidade de investigar e acessar à realidade – se deu muito pela consolidação disciplinar da ciência que discutimos anteriormente e pelo novo olhar que constituiu o fazer médico. Claro que outros fatores também influenciaram essa alteração, desde o impacto religioso na vida das pessoas (com a Reforma Protestante modificando grande parte do *ethos* religioso europeu) até a incorporação cada vez mais significativa do “Novo Mundo”, por exemplo, seja pela colonização das Américas, pela dominação comercial e política das Índias Orientais ou pelo tráfico negreiro transatlântico.

De todo modo, o historiador Harold Cook aponta que no final do século XVII, “os médicos mais atualizados começaram a ver o corpo como uma estrutura bem tricotada de vasos e glândulas através das quais os fluidos se moviam (não mais os humores clássicos), sendo transformados em uma ou outra substância segundo processos químicos” (2006, p. 430). Desde meados do século XVII, a química havia sido incorporada na medicina acadêmica. O que era antes expressado como uma carne comum que se exprimia através de fluxos de sangue, fleuma,

³⁷ Para uma análise complementar e muito interessante sobre a construção diferenciada do corpo e da pessoa a partir das maneiras distintas em que a medicina ocidental e chinesa surgiram e se desenvolveram, ver Kuriyama (1999).

fezes e urina, tinha se tornado uma matéria precisa, sendo distinguida em seus movimentos, especificidades e mudanças. Aos poucos, durante todo o período da renascença até o Iluminismo, os discursos sobre humores desaparecem, os fluidos corporais ganham a cena, e “já não importava se o temperamento de alguém era otimista ou colérico, pois sua fisiologia era a mesma do vizinho” (Ibid., p. 432). No início do século XVIII, a causalidade cósmica que relacionava o microcosmo do corpo humano com a natureza e as disposições divinas deu lugar a uma outra verdade. “O eterno e o certo não poderiam ser encontrados em nada menos do que no estudo [científico] das coisas naturais” – nas “questões de fato” [*matters of fact*] (Ibid., p. 434, inscrição minha).

As mulheres, conforme vimos em seção anterior, não eram muito incorporadas nas instituições tradicionais de aprendizado, como as universidades, mas tiveram algum apoio em círculos cortesões, salões de ensino, oficinas artesanais e outras configurações que também promoveram o surgimento da ciência moderna (Schiebinger, 2006, p. 205). Em relação ao cuidado médico, o acesso de mulheres aos textos de fisiologia, anatomia e medicina ao longo de todo o período medieval era escasso. Antes da queda de Roma, havia indícios de parteiras profissionalizadas que eram responsáveis pelo cuidado da mulher, mas com o fortalecimento do direito canônico e da lei civil que legitimava o testemunho e a autoridade masculina, essa prática se perde aos poucos. A partir do século XIII há um retorno das parteiras, mas sem a instrução e a autoridade de antes (Green, 2013; Schiebinger, 2004).³⁸

A criação e a manutenção dessas fronteiras sociais se inscrevia na articulação dos saberes modernos, como no gerenciamento da autoridade e na capacidade da prática, mas também na própria regulação do *corpo jurídico generificado* que se tornava cada vez mais *biológico* onde distinções de “geração” como quente/frio, ativo/passivo, com forma/sem forma, potente/impotente, perdiam espaço para interpretações horizontais e incomensuráveis da “diferença sexual”. Esse processo acontece desde William Harvey (1578-1657) e Regnier de Graaf (1641-1673) com suas descobertas sobre anatomia e reprodução biológica no século XVII, atravessando a criação da nomenclatura binomial com Carl Linnaeus (1707-1778), Samuel Thomas von Sömmerring (1755-1830) com uma das primeiras ilustrações do esqueleto feminino, para encontrar Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) ao consolidar uma ideia de biologia evolutiva no século XVIII. Mais além, claro, teremos outras contribuições tão

³⁸ É importante notar que as parteiras eram, majoritariamente, as responsáveis pelo cuidado da mulher até a institucionalização da ginecologia. No entanto, foi sendo cada vez mais diferenciado os papéis e as legitimidades de suas atuações em relação aos médicos letrados. Por exemplo, enquanto as parteiras sabiam que plantas, ervas e remédios utilizar em casos de aborto, os médicos eram responsáveis por técnicas mais “seguras” – como o método de uso das mãos e com instrumentos cirúrgicos (Schiebinger, 2004, especialmente os capítulos 3 e 4).

fundacionais e impactantes para a compreensão da diferença sexual quanto para o desenvolvimento de qualquer campo científico moderno com a teoria da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882) e a genética de Gregor Mendel (1822-1884). São muitos os eventos selecionados como fundantes de um saber moderno que reafirmam seu privilégio de explicação da realidade. Laqueur atesta que o ceticismo, ainda que não tenha sido criado neste período, foi aguçado ali e que divisões “entre o possível e o impossível, entre o corpo e o espírito, entre a verdade e a falsidade, e entre o sexo biológico e o gênero teatral” (2001, p. 191) foram definidas e fortalecidas com essa história.

Foi justamente nessa transição do Renascimento ao Iluminismo, com o começo de uma urbanização e o impacto de uma economia mercantil interessada cada vez mais em um crescimento populacional, que as homologias anatômicas que faziam sentido no século XVI e XVII deram lugar a uma busca pela diferença sexual de maneira essencial entre homens e mulheres. O útero não era mais uma versão sem calor ou imperfeita do aparelho reprodutor masculino, ele passou a ser um dos fundamentos para a geração ocorrer. Uma constatação que hoje temos como óbvia. Então enquanto um ideal de maternidade florescia, a ciência tentava encontrar as especificidades femininas no que antes era percebido, de certo modo, como um organismo comum. Mas em um contexto cultural e político notadamente desigual, a investigação das diferenças sexuais (no esqueleto, nos nervos, nos órgãos) abria espaço para reafirmar no corpo o que seria uma inferioridade natural da mulher (e de outros povos “não-civilizados”) em relação ao homem branco europeu (Schiebinger, 2000).

Veremos no próximo capítulo essa regulação direta do corpo feminino. Mas um outro aspecto de preocupação e cuidado durante todo o medievo girava em torno dos “hermafroditas”. Enquanto na Roma antiga o problema da definição sexual relacionava-se aos direitos de herança, no mundo islâmico da Idade Média ao potencial disruptivo do cotidiano religioso (por exemplo, nas diferenças generificadas dos direitos funerários ou das práticas de oração), no mundo cristão europeu – até pelo menos o século XVIII – a inquietação se dava acerca da legitimidade do matrimônio heterossexual (Green, 2013). Em minha dissertação (2015), retomo de forma mais detalhada às passagens históricas envolvidas na investigação, no cuidado e na classificação dos antigos “hermafroditas” até os modernos “intersexos”.

Mas vale aprofundar a noção de que as preocupações legais se imbricavam cada vez mais com o corpo sexuado, que era inspecionado, compreendido e regulado em bases mais funcionais e biológicas. O *corpo intersexo* era, nesse cenário, um corpo em disputa. De seres fantásticos causadores de encantos e repulsas até uma judicialização de seus corpos e comportamentos, os intersexos foram ao longo da história por vezes invisibilizados, em muitas

situações violados e passaram a ser cada vez mais tutelados. A partir do século XIX, por exemplo, há um profundo debate sobre o desenvolvimento *correto* do organismo, com uma necessidade disseminada entre as disciplinas de encontrar a “verdadeira” origem das coisas: seja do sexo, do corpo, do progresso social, da civilidade.

Todo um campo de pesquisa, considerado científico na época, se desenvolve em torno de marcadores biológicos (ossos, cérebros, nervos, hormônios) para a promoção de classificações corporais, sexuais e psíquicas. Como a “teratologia” do século XIX, que investigava espécies desviantes do que considerava ser uma estrutura normal do desenvolvimento biológico, dentre eles os casos de “hermafroditismo”. Também se nota os estudos de Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), Havelock Ellis (1859-1939) e Magnus Hirschfeld (1868-1935) com o estabelecimento da sexologia e da psiquiatria das “patologias” sexuais. Há uma profunda relação das ciências *psi* na regulação das diferenças sexuais com a descoberta, sintetização e distribuição massificada dos hormônios sexuais para tratamento terapêutico. Esses saberes atuavam como ordens classificatórias e economias corretivas, não muito distantes das regulações esportivas de hoje.

Em resumo, na Renascença, a questão moderna sobre o sexo “real” de alguém ainda não fazia sentido. Tanto na interpretação de Foucault como na de Laqueur, o “hermafrodita” exemplificava o lugar político em que as diferenças sexuais se desenvolviam no sentido de que “eram questões de grau e não de espécie, em comparação com um mundo de homens e mulheres reais e das claras distinções jurídicas, sociais e culturais entre eles” (Laqueur, 2001, p. 161). Mas do século XIX em diante, com as mudanças epistemológicas, sociais e políticas – as transformações tecnológicas também tiveram um grande impacto, por exemplo, com a disseminação do uso do microscópio e do raio x – essa verificação do “verdadeiro” sexo vai se pautar cada vez mais pela investigação das funcionalidades reprodutivas dos sujeitos. Nesta época, as gônadas – isto é, a presença de testículos ou ovários – eram consideradas o marcador biológico definitivo da diferença sexual.

Em 1870 ocorre um episódio que expõe definitivamente todo o escrutínio da época. Herculine Barbin se suicida em Paris depois de vivenciar uma dolorosa saga de análise e regulação de seu corpo e vida. A morte de Herculine é paradigmática para o manejo da intersexualidade a partir do século XX. Suas memórias impactaram os saberes médicos da época, como demonstra Michel Foucault (1980) com o lançamento de seu diário e vários documentos – médicos, jurídicos, literários – que representam o momento. A mudança ocorre porque “o discurso científico começa a argumentar que tal sofrimento, levando ao suicídio, poderia ser evitado”. Então passam a alegar que

a angústia de ter que viver com um sexo “errado” poderia acabar se as intervenções médicas ocorressem em tempo de descobrir o sexo “verdadeiro” dessas pessoas. Essa nova interpretação modifica os manejos de indivíduos com ambiguidade sexual. A partir de então, segue-se uma contínua produção de discursividades medicalizantes através de guidelines, protocolos e intervenções cada vez mais urgentes e precoces. (Pires, 2015, p. 3)

Seguindo toda uma normalização de seus corpos e subjetividades, as pessoas com *ambiguidades sexuais* infelizmente se tornam casos emblemáticos para a compreensão dos processos sociais, classificatórios e regulatórios que integram as formas de governo das populações. Um fenômeno que na contemporaneidade vai se consolidar no âmbito hospitalar, com os atendimentos de bebês, crianças e jovens intersexos, mas que também vai se espriar por outros elementos e áreas, como nas regulações esportivas, onde a investigação e regulação das atletas com variações intersexuais fundamenta o próprio projeto esportivo através da elegibilidade na diferença sexual.

Em suma, o que tentei retratar até aqui foi como o corpo, com suas ambiguidades e multiplicidades, foi sendo manuseado e concebido ao logo dessa história da ciência e da medicina como um lugar central de produção de configurações sociais e de definição de autoridade do que é masculino ou feminino. Essa “história ontológica” (Hacking, 2002) de como nos constituímos através do corpo vai ter mais uma reviravolta no começo do século XX. A descoberta dos hormônios fomentará mais uma guinada para a criação, a modificação, a implosão e o implicamento de diversos outros aspectos do que compreendemos sobre corpos, sujeitos e realidades.

3

Os Marcadores Biológicos e o Paradigma dos Hormônios

O corpo sexuado, especialmente o corpo da *mulher*, foi sendo esmiuçado e regulado com mais afinco a partir do século XIX. A institucionalização da ginecologia, especialidade médica preocupada com o papel fisiológico e social desse corpo feminino, sobretudo com uma valorização da maternidade, aconteceu através de uma transformação nas relações científicas e políticas em torno do saber, da prática e da autoridade médica, como vimos no capítulo anterior. Essa transformação foi possível, como também foi impulsionada, a partir de uma mudança no modo com que os sexos – agora incomensuravelmente biológicos – podiam explicar as relações entre os gêneros. Discursos de controle populacional misturados com eugenia e uma noção de proteção à mulher ganham relevância na época. Neste momento, a normatização de corpos e sujeitos segundo o “dispositivo de sexualidade” de Michel Foucault se multiplica em diversas análises, classificações e agenciamentos sobre o que era considerado normal e anormal. Ou seja, dentro desse processo mais abrangente de sujeição da pessoa moderna e de regulação da ordem social, um vasto complexo tutelar vai ser consolidado, o que possibilita a construção de um sujeito mais distinto e singularizado, atravessado por novos conceitos de moralidade, família e saúde.

O papel do especialista, nesse contexto, é de gerenciar a profusão de corpos e indivíduos que precisam ser enquadrados, corrigidos, higienizados e moralizados. A mãe, a prostituta, a mulher histérica, a criança, todos são agentes que precisam ser regulados. Fabíola Rohden, em sua tese *Uma Ciência da Diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher* (2000), demonstra como as mulheres no período “eram consideradas muito mais vítimas da falta de tutela do que seres responsáveis por seus atos” (p. 9). Sua “infantilidade”, que fora construída com a ciência e a medicina da diferença sexual – as desigualdades nos esqueletos, crânios e nervos – era justificativa para um vigiar constante. Mas na virada do século XIX para o século XX, “o pensamento médico começa a enfatizar a periculosidade natural do sexo feminino, bem ao gosto das ideias vinculadas ao modelo da degeneração” (Ibid.). Logo, perceber as relações entre o âmbito orgânico e o domínio moral torna-se fundamental para a compreensão de qualquer projeto científico, médico ou político da época; seja, por exemplo, tanto em torno da perfectibilidade da natureza humana quanto da construção da nação. Os

médicos do período trabalhavam, portanto, com uma concepção de que a natureza havia provido diferenças básicas entre os sexos, mas que

Essas diferenças eram operacionalizadas e cristalizadas ao longo da vida de homens e mulheres. E a puberdade era um momento em que esta operacionalização ganhava um impulso mais forte. Embora naturais ou biológicas, as diferenças não estavam garantidas. Dependiam de uma boa administração dos fatores internos e externos que poderiam intervir no processo. As influências do meio, as ingerências da cultura, poderiam ser responsáveis pela boa finalização do percurso ou pela perversão dos caminhos traçados pela natureza. Nesse sentido, tratar do predomínio da diferença sexual nos textos médicos do século XIX, é tratar também de uma grande preocupação com a instabilidade dos sexos. (2003, p. 210-211)

Já em 1855 um fisiologista francês chamado Claude Bernard preconizava que o organismo era regulado por “secreções internas” que funcionavam a fim de manter o corpo em homeostase com o ambiente (Roberts, 2007, p. 32). Outros médicos, como o fisiologista e neurologista Charles-Édouard Brown-Séquard, também buscavam entender os mecanismos de atuação dessas secreções internas das gônadas com os processos fisiológicos em diferentes partes do corpo. Brown-Séquard é um caso à parte, especialmente por fomentar um renascimento das “organoterapias” com seus relatos sobre rejuvenescimento e extratos testiculares.³⁹ De modo que essa vinculação das gônadas com as questões sexuais, através de uma mediação química, começava a florescer.

Veremos como essa relação conflituosa entre processos “endógenos” e “exógenos” vai se intensificar com a descoberta dos hormônios e a consolidação das ciências *psi*. Décadas depois, em 1902, William Bayliss e Ernest Starling descobrem que um “mensageiro químico” – a secretina – regulava o funcionamento do pâncreas no sistema digestivo (Freeman, Bloom, McGuire, 2001). Neste mesmo ano, o zoólogo Clarence McClung também vai explicar qual o papel dos cromossomos na determinação sexual (Roberts, *Ibid.*, p. 37). Uns anos depois, Bayliss e Starling finalmente chamam de “hormônios” essas substâncias produzidas por um órgão que, deslocando-se pela corrente sanguínea, afetam outros órgãos no corpo (Hirst, 2004). As secreções, principalmente as produzidas pelos órgãos reprodutivos, passam a ser vistas como fundamentais para o bom funcionamento do organismo e para a manutenção da saúde, física e mental, da mulher e do homem.

Nesse período havia uma forçada “relação entre órgãos genitais, sexualidade feminina e doenças de caráter amplo e instável” que “constituiu um dos principais focos da atenção dos

³⁹ Ainda que pioneiro na formulação de uma ciência endócrina, a comunidade científica da época, preocupada com os métodos e abordagens de Brown-Séquard, rechaçou a maior parte de suas observações e experimentações tardias (Oudshoorn, 1994, p. 17).

médicos” (Rohden, 2008, p. 135). A autora explica que para alguns médicos brasileiros, inspirados em uma medicina europeia entre o final do século XIX e começo do século XX, havia uma conexão óbvia entre perturbações mentais e órgãos genitais – com alguns recorrendo “à cirurgia nos genitais como meio de pôr fim à alienação mental” (Ibid., p. 138). Nesta mesma época uma literatura médica também associada às “patologias sexuais” e ao nascente campo da psicanálise vai se opor às extirpações cirúrgicas e defender a influência das secreções hormonais no sistema nervoso, especialmente como método terapêutico em torno do desejo sexual.

Essa disseminação das ciências *psi* vai ocorrer no começo do século XX em grande parte a partir de uma acolhida do campo psiquiátrico com outras teorias organicistas da virada do século (Russo, 2002). Do mesmo modo, também ficava cada vez mais evidente uma certa medicalização da sexualidade – que podemos chamar de primeira onda da sexologia – acontecendo “na segunda metade do século XIX, com foco na nosografia, em contraste à terapêutica, privilegiando as doenças venéreas, a psicopatologia da sexualidade e a eugenia” (Rohden, Russo, 2011, p. 723). Mais além, uma segunda onda vai surgir muito reformulada pelas passagens científicas e sociais que estamos acompanhando na seção, a partir da década de 1920, “com marcos importantes como as obras de Reich sobre a função do orgasmo e de Kinsey que teria ajudado a concretizar o orgasmo como o problema central dos estudos sobre sexualidade” (Ibid.).

Desta forma, muitas das *desordens* físicas e mentais trabalhadas no período eram esclarecidas pela secreção interna dos ovários, que atuaria regulando e modificando todo o organismo feminino, principalmente a partir da puberdade. Com a menopausa, essa falta de secreção hormonal seria tão grande que “todos os males e desequilíbrios” derivavam dali (Rohden, 2008, p. 139). A presença dos ovários e das substâncias produzidas pelo órgão gonadal passam a explicar e a organizar a maior parte das diferenças entre os sexos/gêneros. Nesse contexto que uma nova especialidade médica, a endocrinologia, surge para regular a questão hormonal. Em suma,

se anteriormente, até a passagem para o século XX, prevalecia uma ideia de excesso, relativo à sexualidade feminina ou à própria concepção de feminilidade, tão marcadamente manifesta nos vários ciclos femininos, na nova etapa o que se destacava era uma imagem da falta, da chamada insuficiência ovariana, que representaria uma carência ou ausência de feminilidade, expressa de várias formas, do desejo sexual à capacidade de procriar. Acompanhando esse movimento, os tratamentos propostos também se alteraram. Em troca da extração dos ovários potencialmente perigosos, pregava-se a reposição das substâncias por eles secretadas, para que a mulher pudesse ter seu equilíbrio físico e mental recuperado. Saímos de uma lógica do excesso a ser coibido para uma lógica da falta que precisava ser suprida –

perspectiva que permanece ainda hoje governando as ideias sobre as diferenças entre os gêneros e especialmente sobre a sexualidade de homens e mulheres. (Ibid., p. 145)

Essa transição de uma lógica do *excesso* para uma lógica da *falta* pode ser compreendida por alguns pontos. Primeiro, a partir das mudanças em torno da ciência e da medicina da mulher, com destaque para a ginecologia, como vimos no capítulo anterior e com essas referências ao trabalho de Fabíola Rohden. Dito de outro modo, seriam mudanças com caráter científico e tecnológico, mas também social e político, justamente por acompanhar deslocamentos na moralidade, na concepção da família moderna e no papel da mulher no espaço público e na economia global. Segundo, na medida em que essa transição de produção e de existência se acentua a partir de uma pedagogização científica sobre a vida, todo e qualquer comportamento se torna passível de ser explicado e regulado cientificamente. Qualquer desordem poderia ser rastreada a uma origem orgânica, ou mais precisamente, a uma causa bioquímica. Mais de um século depois, essa transformação ainda é imprescindível para entendermos o papel das regulações esportivas, especialmente no caso das atletas com variações intersexuais.

A molecularização do sexo/gênero: descoberta e síntese hormonal

No livro *Beyond the Natural Body: an archaeology of sex hormones* (1994), Nelly Oudshoorn retrata a história do surgimento da endocrinologia até o posterior desenvolvimento dos hormônios de forma isolada e sintética em medicamentos e, finalmente, sua aplicação em larga escala com a pílula anticoncepcional. Parte principalmente da relação entre cientistas e laboratórios, por um lado, clínicos e indústria farmacêutica, de outro lado. Nesse momento a ginecologia se aproximava do cotidiano de biólogos e químicos. Enquanto os primeiros estavam interessados em descobrir mais sobre as desordens e os cuidados relativos ao corpo feminino, os segundos queriam entender o papel das gônadas e suas secreções no desenvolvimento do organismo. Assim, paulatinamente, uma fisiologia do sistema nervoso se transformava em uma fisiologia baseada na regulação química.

Em sua análise, Oudshoorn se inspira no trabalho de Ludwik Fleck (2010) sobre a história da sífilis e a gênese dos fatos científicos. Ele enfatiza que o conhecimento científico consensuado, a partir da noção de “pré-ideias”, se informaria de algumas crenças ou concepções culturais mais antigas para desenvolver seus projetos e pesquisas e, posteriormente, consolidá-los como fatos científicos. O trabalho da ciência seria, portanto, um acontecimento coletivo [ou melhor, *thought collective*], conformado por contextos culturais e históricos que constituem,

delimitam e informam sua própria prática e os fatos estabelecidos. A referência é um precursor ao debate sobre construção social da ciência que vimos anteriormente com Foucault, Kuhn, Stengers, Monteiro e Latour.

Portanto, “pré-ideias” sobre o corpo sexuado – como a relevância perversa dos órgãos sexuais para a manutenção da saúde física e mental das mulheres – podiam implicar no desenvolvimento de outras ideias e investigações na medida em que esse corpo se tornava mais medicalizado. O conceito de hormônios sexuais unia esses campos distintos de pesquisas, como os modelos genéticos e fisiológicos sobre determinação e diferenciação sexual ao enfatizar que “a intenção dos genes precisaria ser sempre realizada através dos hormônios desenvolvidos nas gônadas” (Lillie, 1939 *apud* Oudshoorn, 1994, p. 20). Uma interação que produzia consensos e dissensos sobre o *tipo* ou o *grau* de semelhanças e diferenças relativas aos corpos sexuados. Ou seja, interpretações dualistas acerca do papel antagônico dos hormônios – de que testículos só produziram hormônios masculinos e ovários só produziram hormônios femininos – se contrastavam com outras descobertas bioquímicas durante a década de 1920. Ernst Laqueur, tio-avô de Thomas Laqueur, reportava em 1927 que “hormônios femininos” foram achados não só nos testículos, mas também na urina de “homens saudáveis e normais” (Oudshoorn, p. 24).

A autora analisa como a comunidade científica da época processou mais essa descoberta. Uma das reações contrárias à noção de que os ditos hormônios masculinos e femininos estariam presentes em corpos tanto de homens quanto de mulheres foi explicar a presença desses hormônios a partir da dieta. A ambiguidade continuava a não ser suportada. É curioso notar que mesmo argumentando a favor de uma separação radical entre corpos biológicos de mulheres e de homens, esses cientistas de certo modo reorganizavam explicações classicistas, inspiradas em Galeno, quando supunham uma relação entre órgãos reprodutivos e sistema digestivo devido à importância dada a alimentação no equilíbrio corporal. Pela historicização desses contextos, percebemos como há tanto continuidades quanto deslocamentos dentro das tradições de pensamento.

Até o fim da década de 1930, dois pontos vão complexificar ainda mais o debate. Primeiro, forma-se um consenso de que as taxas hormonais em cada corpo se autorregulariam a partir de um processo de *feedback* entre o sistema nervoso e o sistema endócrino – inaugurando, assim, um “modelo quantitativo” de pensar o corpo sexuado. Esse consenso também abriu espaço para a discussão de que seria possível classificar o nível de feminilidade

e de masculinidade das pessoas.⁴⁰ Por isso, podemos rastrear a partir de uma construção da ciência hormonal – com o acesso aos materiais (gônadas ou urina), os tipos de testagem, a classificação e a padronização dos protocolos – como a noção de “normalidade” hormonal foi sendo cunhada e estabelecida.

Por um lado, os testes escolhidos para padronizar as pesquisas eram voltados para uma análise do aparelho reprodutor ou das características sexuais secundárias. Os métodos que analisavam o funcionamento dos hormônios com a atividade muscular ou a massa corporal, por exemplo, não tiveram tanta relevância na época (Oudshoorn, 1994, p. 42-52). Essa é uma referência importante de frisar. Por outro lado, a partir do isolamento químico do “hormônio masculino”, a testosterona, mesmo os experimentos feitos não eram reconhecidos enquanto satisfatórios para demonstrar o pleno funcionamento do hormônio sintetizado – como nos testes da crista de galos castrados. Essa insatisfação levou os cientistas a modificarem o hormônio em laboratório para reproduzir melhor o funcionamento ideal do que seria um desenvolvimento masculino do organismo (Ibid., p. 75-78). Por exemplo, encontramos hoje vários medicamentos de “éster” sintetizados da testosterona – com funções e efeitos que se sobrepõem, mas também divergem entre si. Vemos como toda a ideia de normalidade hormonal foi criada na medida em que sua própria materialidade biológica era desfeita e refeita artificialmente. Esse modelo de quantificação hormonal será fundamental para a compreensão das regulações esportivas atuais.

Segundo, descobre-se que os hormônios sexuais, agora também chamados de *esteroides*, não se restringiam às funções reprodutivas e sexuais. Experimentos passam a detalhar que os hormônios afetavam o fígado, o tamanho da hipófise, o metabolismo de nitrogênio, entre outras funções (Oudshoorn, 1994, p. 33). Em 1945, o microbiologista Paul de Kruif publica *The Male Hormone*, livro muito vendido na época, onde buscava desvendar o funcionamento da testosterona (Fausto-Sterling, 2000b, p. 146). Usuário da substância, na capa do livro, ele anunciava: “um novo brilho de esperança para prolongar o auge da vida do homem”. Durante todos esses anos, algumas naturalidades eram desfeitas e refeitas com a aposta na possibilidade de manipular cada realidade corporal estabelecida.

O corpo sexuado vai ser, a partir do século XX, a síntese desse tráfico contínuo de mensagens, bioquímicas e informacionais, tornando-se uma representação cristalina de uma globalização gradual. Nos termos de Paul B. Preciado (2013), “enquanto Freud está

⁴⁰ Oudshoorn também associa esse consenso, que no limite perceberia o corpo feminino a partir de uma regulação cíclica e o corpo masculino a partir de uma regulação estável de hormônios, com a sexologia do começo do século XX que encontra no corpo feminino a gênese de sua instabilidade e desordem – seja biológica, mental ou social (1994, p. 52-61 e 144-147).

conceituando o sujeito como um terreno arqueológico de signos invisíveis”, pautado pelo inconsciente, “o lugar escondido que precisa ser revelado pela escavação linguística do paciente”, Starling e Bayliss “estão esboçando um diagrama do indivíduo moderno como uma rede silenciosa de comunicação bioquímica” (Ibid., p. 158). Em oposição às encarnações corporais antigas – mecanizadas, unificadas, jurídicas – surge este corpo autônomo, maleável e hormonizado entrelaçando uma rede de “circuitos densamente conectados que emitem, recebem e decodificam informações” (Ibid.).

Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de proliferação de discursos médicos sobre o corpo, o paradigma informacional ganhará mais destaque com a produção e comercialização em larga escala dos hormônios sintéticos. A funcionalidade desses medicamentos, ainda que centrada na regulação do corpo e suas capacidades reprodutivas, vai se desdobrar para outros aspectos em uma gestão da saúde mental, do rendimento individual e das “inversões” sexuais. Nesta mesma época, o conceito científico de “gênero”, mais precisamente de “identidade de gênero”, estava sendo debatido e disseminado com as pesquisas de Robert Stoller, John Money, Milton Diamond e outros.⁴¹ Durante as décadas de 1950 e 1960, Harry Benjamin também passa a usar hormônios para o tratamento clínico da “mudança de sexo” (Ibid., p. 27-28).⁴²

Então há uma multiplicação de classificações, etiologias, diagnósticos e protocolos em torno da normalização de certos corpos e identidades. A busca por eliminar ambiguidades em

⁴¹ O psicólogo e pediatra John Money, em conjunto com sua equipe do hospital Johns Hopkins, publicou diversos artigos e definiu vários *guidelines* referente ao manejo da intersexualidade. A partir da década de 1950, todo um aparato médico foi sendo consolidado em torno do atendimento e da intervenção precoce em bebês com “ambiguidades genitais”. Money acreditava que a identidade de gênero de alguém era maleável até os dezoito meses de vida, antes que o padrão de comportamento sexual fosse cristalizado, por isso sua morfologia sexual poderia ser transformada (com hormonioterapias, cirurgias e técnicas pediátricas) para se adequar a um sexo social que seria reforçado cotidianamente. Essa ideia de “plasticidade de gênero” foi bem difundida durante as décadas de 1960 e 1970 com a segunda onda feminista. O questionamento do estatuto de naturalidade do “sexo” e do “corpo biológico” começaria a ser feito durante a década de 1980, principalmente com filósofas e biólogas feministas, como Donna Haraway e Anne Fausto-Sterling. A conturbada história de David Reimer marca o período, bem como as mudanças no manejo a partir da década de 1990. Essas mudanças também foram impulsionadas, por sua vez, com a crescente organização coletiva de grupos intersexos. Para saber mais sobre o tema, ver Kessler (1998), Dreger (1998), Karkazis (2008), Machado (2008), Reis (2009), Costa (2014), Pires (2015).

⁴² O endocrinologista Harry Benjamin publica em 1966 o livro *The Transsexual Phenomenon*, fruto de pesquisas realizadas nas décadas de 1950 e 1960. Nesta visão, a transexualidade seria marcada estritamente pelo seu caráter biológico. O sexo seria pluridimensional, com aspectos genéticos, gonadais, fenótipos, psicológicos e jurídicos. Mas Benjamin localiza o “verdadeiro sexo” do transexual a partir da distribuição hormonal no corpo; para ele, o aspecto psicológico é menos preponderante do que a distribuição hormonal individual neste processo de identificação sexual (Freire, 2015). Assim, propõe um nexos lógico entre sexo e gênero – um pouco distinto de Money, que pontuava mais a plasticidade da consolidação do gênero até pelo menos os dois anos de idade, ao mesmo tempo em que também enfatizava o caráter natural da continuidade entre sexo e gênero. Neste sentido, a “mudança de sexo” surge como a saída possível para o tratamento das pessoas “verdadeiramente transexuais”. Para saber mais sobre o tema, ver Bento (2006), Leite Jr. (2008), Freire (2015).

relação ao corpo sexuado, especialmente o corpo de intersexos e transexuais, direciona algumas políticas científicas e médicas a partir da metade do século XX. O imperativo da reprodução heterossexual, que marcou todo o século XIX, se realoca aqui em um regime “farmacopornográfico” para que novas estratégias, investigações e técnicas pudessem garantir que essas novas agências, corpos e desejos fossem incorporados à norma.

Por isso, para Preciado, pensar em exemplos antigos e modernos em torno das práticas corporais, sugere que a masculinidade ainda é muito engendrada e regulada a partir de um modelo de poder soberano e patriarcal, enquanto a feminilidade se constitui e é governada por técnicas biopolíticas que atuam principalmente através do controle populacional, dos discursos eugenistas, da redução dos “desvios” e da incorporação de qualquer marcador social à ordem hegemônica. Em ambos os casos, o objetivo maior desses processos seria a normalização e a capitalização das forças vitais dos corpos – a conversão da *potentia gaudendi* – em atividade política e econômica (Ibid., p. 167-172). Paralelo à análise, Preciado também descreve como a materialização diferenciada de corpos masculinos e femininos, seja pela encarnação de seus órgãos e hormônios ou pelas classificações e técnicas de gestão, estabelece valores distintos em torno do funcionamento do corpo humano. Em suma, toda a materialidade da vida seria forjada e reproduzida por essas ficções somáticas de feminilidade e masculinidade em constante disputa (Ibid., p. 190-191).

Uma nova fronteira: cérebros, hormônios, comportamentos e habilidades

Outras referências fundamentais que identificam o papel central da ciência na consolidação de definições corporais e de hierarquizações de gênero são as pesquisas de Marianne van den Wijngaard (1997) e de Anne Fausto-Sterling (1992, 2000b). As duas analisam como estudos científicos explicam, ao mesmo tempo em que criam, contradizem e reforçam, diferenças biológicas entre homens e mulheres. Nesta interpretação, cada vez mais são feitas autópsias, castrações, experimentos e análises diversas para demonstrar, por exemplo, como cérebros masculinos e femininos seriam fisiologicamente diferentes ou como o comportamento sexual seria distinto em atividade/passividade quando há presença ou ausência de hormônios andrógenos, isto é, ditos masculinos. É uma atualização da teoria da seleção natural em termos mais contemporâneos.⁴³ As comparações com grupos de animais é uma

⁴³ Tim Ingold (1990) critica os “neo-darwinistas” a partir de uma outra perspectiva, voltada mais para a relação entre ambiente, conhecimento e habilidade, mas também faz uma síntese similar às biólogas e neurofeministas quando indica a necessidade de pensar biologia e cultura não em termos populacionais, mas em termos

importante ferramenta especulativa para travar hipóteses de naturalidade de qualquer comportamento. Nesses novos estudos evolutivos, portanto, bases biológicas como a anatomia cerebral explicariam diferenças cognitivas ou comportamentais entre os sexos de cada espécie.

Ambas as autoras criticam a maneira com que essas pesquisas são construídas e também apresentadas, com dualismos conformando a maneira de pensar e conhecer o mundo, de modo que dimorfismos cerebrais ou funcionalidades hormonais informariam o que seria masculino ou feminino em cada corpo e em cada pessoa antes e em detrimento de qualquer socialização.⁴⁴ Desta forma, não haveria uma compreensão do ambiente, da experiência, da interação, da contingência história, nem como esses aspectos se relacionariam com o corpo biológico para explicar um comportamento ou habilidade. São pesquisas não apresentam uma constatação óbvia da “inferioridade feminina”, como nos séculos passados, mas a todo momento valorizam e hierarquizam diferenças como algo essencialmente natural.

Na tese *“Não chore, pesquise!”: reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo* (2015), Marina Nucci detalha várias perspectivas antidualistas de biólogas feministas e neurofeministas, como Fausto-Sterling e Wijngaard, mas também Donna Haraway, Evelyn Fox Keller, Ruth Bleier, Cordelia Fine, Deboleena Roy, Rebecca Jordan-Young. Vou fazer referência, por exemplo, à Jordan-Young na próxima seção, mas para um conhecimento mais detido é fundamental a leitura da tese de Nucci. No geral, as neurofeministas também apontam para a construção social do conhecimento científico. Levam em conta a relacionalidade do corpo com a contingência do que se estuda – o corpo não possui partes independentes – e o fato de que ele estaria profundamente entrelaçado por processos biológicos e sociais. Desta forma, as semelhanças e as sobreposições de características masculinas e femininas seriam maiores do que as diferenças entre homens e mulheres. Nucci cita o trabalho da neurofeminista Daphna Joel em que afirma,

No que diz respeito ao cérebro, comportamento, cognição e personalidade, os dados atuais revelam que as diferenças de sexo nestes domínios raramente são

relacionais. Neste sentido, ele propõe que vejamos o organismo não como um evento adaptativo separado do ambiente, mas como a corporificação de um processo vital em que tanto organismo quanto ambiente se desenvolvem em conjunto.

⁴⁴ As pesquisas do neurocientista Simon LeVay, por exemplo, que busca diferenças na anatomia do hipotálamo de homens e mulheres ou relações entre estruturas cerebrais e orientação sexual. Nucci explica que “o trabalho de LeVay foi amplamente criticado não apenas por questões metodológicas, como ter analisado cérebros de homens que morreram em decorrência do HIV/AIDS, mas também por pensar a homossexualidade e heterossexualidade de modo simplificante e dicotômico” além de estereotipar comportamentos héteros e homossexuais ao misturar “aspectos relativos ao gênero” com à orientação sexual (2015, p. 70). Mesmo com essas reações contrárias em algumas partes da academia, em 2016 foi publicada uma segunda edição do seu livro *Gay, Straight, and the Reason Why*, onde determina que a orientação sexual é um efeito da interação entre genes, hormônios sexuais e desenvolvimento cerebral.

dimórficas e, muitas vezes, não são consistentes. Especificamente, como apontado por diversos autores, para a maioria das diferenças sexuais documentadas no cérebro de seres humanos e animais, há uma sobreposição considerável entre as distribuições dos dois sexos. Na verdade, até o momento não há nenhuma região no cérebro humano em que um dimorfismo completo tenha sido encontrado. Por exemplo, o núcleo intermediário (InM) do hipotálamo humano (também conhecido como INAH1 e SDN-POA) é, em média, cerca de duas vezes maior em homens, mas há uma enorme sobreposição nas medidas de homens e mulheres. (Joel, 2012, p. 2-3 *apud* Nucci, 2015, p. 97)

Não há, portanto, um consenso sobre como compreendemos ou explicamos o corpo sexuado. Mas certamente a linguagem generificada, seja metafórica, seja científica, sempre atravessou a maneira com que concebemos e investigamos a diferença sexual. Se antes qualificávamos a carne, os fluidos, os humores, o calor, agora atribuímos qualidades masculinas ou femininas à transcrição de genes, à ação de moléculas, às taxas de hormônios, aos efeitos das gônadas, ao próprio cérebro. A relação entre microcosmo e macrocosmo perdeu o sentido a partir do momento em que o corpo e a natureza foram sendo desacralizados, manipulados, alterados, mas nem por isso houve uma perda da vontade de desvendar uma verdade, de explicar ontologicamente o ser ou de criar estatutos que naturalizem os múltiplos processos da vida. Ainda é no corpo e pelo corpo que qualquer mediação ou transformação da realidade é feita. Entender os processos de definição das fronteiras corporais nos ajuda a entender a conformação de outras fronteiras – mentais, sociais e políticas.

Todas essas transições que acompanhamos demonstram como os marcadores biológicos que explicam as diferenças sexuais também se transformaram com o tempo. O corpo, a biologia, a natureza, esses conceitos e suas noções derivadas foram ajustadas e modificadas continuamente, não são definições estáveis nem existem fora do contexto generificado que informam o próprio trabalho médico e científico. Mesmo assim, a persistência em separar mundos e achar no biológico uma origem para diferenças culturais ainda é muito significativa. Mesmo que o comportamento não seja um simples efeito de causas exógenas ou endógenas, mas uma relação complexa dos dois processos, tanto ele quanto o corpo são esmiuçados, repartidos e analisados constantemente para uma melhor compreensão da pessoa e da realidade.

Dito isto, podemos nos perguntar – como habilidades, gostos ou materialidades são entendidas dentro dessa cosmologia contemporânea que de certo modo atualiza a antiga perfeição do calor vital em uma hierarquia de efeitos corporais a partir de uma biologia masculinizante? Seja por gatilhos genéticos, pelo sexo cerebral ou simplesmente pela função da testosterona, veremos como a “substancialização da diferença” (Rohden, 2008) está presente em alguns discursos científicos atuais que informam os protocolos médicos e as resoluções esportivas centrais à nossa análise.

T: uma cosmologia da testosterona e outros esteroides

Até agora vimos como nos constituímos através de um corpo sexuado que está constantemente sendo refeito e reavaliado. Mesmo que esse processo de efetivação corporal, em termos simbólicos, científicos e materiais, não se reduza a uma coerção da forma à matéria como grande parte da nossa tradição concebe a relação “natureza” e “cultura”, cada vez mais percebemos no cotidiano um enraizamento de hierarquias e desigualdades de gênero a partir de marcas corporais. Vamos seguir alguns desses emaranhados materiais-discursivos em torno dos hormônios esteroides, seus significados e funcionalidades; mais precisamente, veremos qual o papel social da *testosterona* em um mundo cada vez mais hormonizado.

Esse processo de regulação dos corpos pode ser entendido a partir de um processo mais localizado de “medicalização” da vida (Conrad, 2007). Vimos como alguns problemas de saúde/doença foram sendo construídos ao longo do tempo, especialmente com o controle do corpo feminino. Mas paralelamente, durante o século XX, também ocorre uma intensificação das demandas feitas por pacientes, usuários e sociedade em geral por respostas médicas, suporte, rede e diagnósticos mais precisos. Um crescente apelo por “otimização” do próprio corpo que estaria submerso em expectativas e investimentos individuais dentro de uma rede mais extensa de transformação do corpo, da sexualidade e do prazer (Rohden, 2017a). Essa interação, aliada com outros atores contemporâneos, como a indústria farmacêutica, as empresas de plano de saúde, as gestões e políticas de Estado, os laboratórios universitários, enfim, conformam uma ampla rede de produção e difusão de conhecimentos, práticas e tecnologias de modificação do corpo de maneira mais encarnada, molecular e cotidiana.

Dos efeitos desse processo múltiplo podemos investigar tanto a farmacologização do sexo quanto o aprimoramento corporal, principalmente através do consumo de medicamentos e tecnologias hormonais.⁴⁵ John Hoberman em *Testosterone Dreams: Rejuvenation, Aphrodisia, Doping* (2005) e Lucas Tramontano em *Testosterona: as múltiplas faces de uma molécula* (2017a) buscam relacionar o hormônio com seus variados sentidos, histórias e usos, especialmente com essa expansão medicalizante da vida. Precisamente porque a partir do momento em que a indicação terapêutica é esfumada com os usos cotidianos dos

⁴⁵ Processos de *enhancement* das funções corporais estão cada vez mais incorporados ao cotidiano, já que “percebemos a tendência de ampliar as possibilidades e os usos dos fármacos, de modo a borrar cada vez mais a fronteira, já um tanto imprecisa, entre tratamento e aperfeiçoamento” (Rohden, Russo, Giami, 2014). Para saber mais sobre os processos farmacológicos e/ou biomédicos de aprimoramento corporal, ver Azize (2008), Faro *et al* (2013), Vilaça e Marques (2015).

medicamentos, onde a otimização e a gestão individual da saúde norteiam um cuidado de si contemporâneo (Rose, 2007), uma substância ou um medicamento não estão necessariamente vinculados a um enquadramento patológico. A testosterona aparece ligada, portanto, a diversas disputas, significados, consumos e materialidades.

Os processos científicos de isolamento e de produção medicamentosa dos hormônios foram complicados, como vimos em relação aos atores envolvidos, aos debates feitos (tanto no que tange às teorias em disputa, quanto aos métodos e classificações a serem padronizados) e também na incorporação e massificação do uso desses produtos em larga escala. A falta de uma ciência médica do homem, como a ginecologia foi para a mulher, de certa forma dificultou e também atrasou a medicalização do organismo masculino, como se percebe pela rápida produção e difusão da pílula feminina⁴⁶ e pela falta de um contraponto hormonal para a regulação da sexualidade masculina.⁴⁷

Sem retornar aos méritos desiguais que conformaram os processos de conhecimento, cuidado e industrialização que estamos acompanhando, podemos dizer que mudanças profundas aconteceram nas estratégias de regulação da sexualidade ao longo do século XX. O surgimento e a consolidação de uma Medicina Sexual envolvem alguns deslocamentos de objetos. Da sexualidade do casal heterossexual e do sexo marital, para as “perversões” e os “desvios”, passando por um intenso escrutínio da sexualidade feminina, além do “fenômeno” da homossexualidade e da transexualidade, até a cristalização da medicalização em torno da sexualidade masculina com suas “disfunções”.⁴⁸

Nesse cenário que a testosterona desperta como um valor mediada por uma concepção singular do corpo sexuado. Um corpo transformado com o tempo. Mas ainda que sejam configurações corporais e afetivas plasticamente distintas, desde o consumo médico feito por trans homens até a aplicação estética pelos fisiculturistas, a substância acionará algumas características comuns nas diversas experiências narradas pelos autores. Por exemplo, os simbolismos em torno das funções e partes corporais, como as gônadas e suas secreções, estão definitivamente carregados de valores. Assim como o útero, os ovários, a menstruação e os estrogênios substancializam uma “essência feminina”, os testículos – juntamente com a

⁴⁶ Foram menos de 30 anos desde o isolamento dos hormônios ditos femininos, ao longo da década de 1930, até a síntese, triagem e produção contraceptiva em larga escala a partir da década de 1960.

⁴⁷ Para saber mais sobre os processos em torno da contracepção masculina, ver Oudshoorn (2003) e Pereira (2017).

⁴⁸ Para saber mais sobre a terceira onda da sexologia através da medicalização da sexualidade masculina, ver Russo (2013).

testosterona – também encarnam atributos considerados masculinos por excelência, especialmente associados a noções de virilidade, atividade e potência sexual.

O “sonho da testosterona”, como Hoberman (2005) caracteriza, consiste em *fantasias* de rejuvenescimento hormonal, de intensidade sexual, de performance sobre-humana, de readequação de gênero, entre outros propósitos, desde que a substância foi sintetizada em 1935.⁴⁹ A partir do momento em que ela foi difundida enquanto terapia hormonal para várias “deficiências”, seus consumos e usos paralelos deslocaram a ideia da normalização e do cuidado para um aprimoramento cada vez maior dessas qualidades masculinas latentes que eram então desgastadas pelo envelhecimento ou pela guerra, pelo aumento e cansaço da produtividade, pela readequação moral das práticas sexuais ou pelos ajustes corporais com a determinação de uma identidade de gênero, entre outras expectativas.

A busca por um *corpo viril* – que pode como deve ser musculoso, vigoroso, atlético e/ou forte – está em absolutamente todas as falas dos informantes de Tramontano, de jovens transexuais, aos farmacêuticos de formação até fisiculturistas profissionais.⁵⁰ Conseguir este corpo tonificado é ser acolhido no ideal de masculinidade que atravessa às concepções mais ou menos hegemônicas de beleza e de virtude do homem moderno (2017a, p. 214-226). Então o uso da substância se associa a outras atividades, como o cuidado e a suplementação alimentar ou as práticas esportivas, a fim de garantir o condicionamento físico e a modelação do corpo necessária para manter o “bem-estar” ou para aumentar a “autoestima”. Do mesmo modo, Fatima Cecchetto, Danielle Moraes e Patrícia Farias (2012) refletem sobre como alguns lutadores de artes marciais que utilizam esteroides anabólicos androgênicos (EAA) também acabam por corroborar uma ideia de “musculosidade” que está em estreita associação com um tipo de masculinidade tradicional ancorada na positivação da força e na invencibilidade. Neste sentido, essa busca por algo que supra a *falta* de alguma qualidade masculina fundamental ou que reponha a *deficiência* androgênica diagnosticada vai se enquadrar completamente no paradigma hormonal e na moralidade generificada que conformam os corpos sexuados nesses últimos dois séculos.

⁴⁹ A testosterona foi isolada e sintetizada pela primeira vez pela equipe laboratorial de Ernst Laqueur, em conjunto com a farmacêutica holandesa Organon, sendo rapidamente isolada e sintetizada por outros grupos nos meses seguintes (Oudshoorn, 1994; Hoberman, 2005).

⁵⁰ Claro que essa associação entre virilidade e masculinidade vai ser tensionada durante o trabalho, a partir das conversas com os interlocutores de seu campo, mas vale notar que esse tipo de reflexividade sobre os atributos dessa interação não aparece como uma crítica e sim como um desejo. Para uma outra percepção desse vínculo, ver a seguinte postagem do blog de Leonardo Peçanha, professor de Educação Física e consultor de temas ligados à vivência de trans homens:

<http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidade-trans-pra-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>

Dentro desta realidade, outras partes do corpo se tornam masculinizadas através do efeito englobante que a substância se compromete a ter, como a laringe (no caso dos trans homens) ou a musculatura (no caso dos fisiculturistas ou dos atletas). Até Paul B. Preciado, em *Testo Yonqui* (2013), usa uma retórica de substancializar (ainda que criticamente) os efeitos desses esteroides em seu corpo sexuado “programado” para ser culturalmente feminino. Há pelo menos dez anos atrás, no início do seu consumo da testosterona, experimentando suas transformações corporais e identitárias, avaliando seu lugar no feminismo assim como suas relações na medida em que se apropriava estrategicamente da masculinidade, ele refletia:

A testosterona não altera radicalmente a percepção da realidade nem o sentido da identidade. As microdoses de testosterona que estou tomando não mudam essa situação. Mas elas produzem uma mudança sutil no meu afeto, na minha autopercepção, na minha excitação sexual, no meu cheiro corporal e na minha resistência ao cansaço. (...) Quatro dias passam sem que eu use uma dose de Testogel. Quando ela me rejeita, sinto um aumento do estrogênio e percebo que eu poderia chorar a qualquer momento. Mas eu me contenho, para evitar parecer um idiota apaixonado. Sob minha pele, o monstro do programa cultural feminino está despertando: meu corpo foi treinado para produzir os afetos de uma mulher, sofrer como uma mulher, amar como uma mulher. A testosterona não é suficiente para modificar este filtro sensorial. Foda-se Beauvoir. Foda-se o feminismo. Foda-se o amor. (Ibid., p. 141 e 329)

É uma associação poética que mostra a força da substância com seus efeitos, materiais e simbólicos, no corpo generificado. Seja a *testosterona*, seja o *estrogênio*, os hormônios amplificariam uma conformação corporal culturalmente determinada. Por outro lado, Tramontano (2017a) descreve relatos de homens cisgêneros que terminam o “ciclo” medicamentoso de EAA, mas descrevem que uma reação fisiológica comum era sentir a “perda” da ereção sexual. De modo que esse consumo não acaba em uma conformação linear nem estanca. Ainda que praticamente todos os informantes tenham relatado um aumento da libido com o uso hormonal, os impactos e as consequências dessas aplicações não são uniformes já que o *tipo* ou a *quantidade* medicamentosa pode desregular os níveis endógenos de outras substâncias bioquímicas do organismo, modificando a maneira com que o corpo sintetiza e sente as *partes* e os *funcionamentos* corporais.

De outra forma, algumas situações são mais complicadas do que os já complexos processos de medicalização da vida e de aprimoramento corporal, por exemplo, no caso do consumo de EAA por policiais ou pelas Forças Armadas. Hoberman (2005) também descreve casos onde a substância é consumida com a promessa de não só conformar corpos viris e atléticos, mas também de potencializar a realização de atividades que envolvam lidar com

pressão, intensidade e agressividade.⁵¹ Na maior parte dos casos narrados, a interação entre medicamento, corpo sexuado e masculinidade é aprofundada por estratégias governamentais, políticas de segurança, tráfico e racismo. Aspectos que intensificam essas experiências com as substâncias esteroidais, como também reforçam a própria busca por drogas (legais e ilegais) que condicionem seus corpos nas posições de poder que lhes são asseguradas.

A legitimação do uso da testosterona não está presa em um só movimento. Por exemplo, em outra situação, vemos que o valor da testosterona indicada para reposição hormonal no diagnóstico de Deficiência Androgênica do Envelhecimento Masculino (DAEM) não é tão consensual. Entre 250 a 550 ng/dL de testosterona livre, ou abaixo de 350 ng/dL, ou a dosagem hormonal com o relato de outros sintomas clínicos para a definição diagnóstica (Tramontano, Russo, 2015). Em outros manuais médicos ou a partir de uma simples busca na internet esses valores de normalidade e deficiência do hormônio se alteram incontáveis vezes. A partir de diagnósticos difusos associados a outras ideias, como um desejo por “rejuvenescimento” do corpo viril aliado também com um “fator sexual” inerente à masculinidade, que esses sentidos e reconhecimentos da substância se comunicam com o mundo social.⁵²

Nos casos de *andropausa*, como em outros de reposição hormonal androgênica, a tentativa de reinscrever corpos envelhecidos em imaginários heroicos, viris e atemporais marca uma busca pela recuperação de uma totalidade nostálgica perdida do corpo masculino. O que estava e ainda está em jogo é o ideal de masculinidade indissociavelmente ligado ao corpo em suas materialidades fisiológicas. Essa “inevitabilidade corporal na construção do homem” (Tramontano, 2017a) que potencializa o hormônio a categoria de semideus. De tal forma que

seja como anabolizante, como reposição na velhice, ou na transexualidade masculina, a testosterona é frequentemente vista como algo que amplia ou revela características do corpo que estavam dormentes ou enfraquecidas. (...) [Seu uso só] passa a ser questionado quando seu efeito carrega a acusação de afetar a *integridade* da pessoa, alterar sua personalidade, fazendo-a perder a identidade. (Ibid., p. 22, grifo e inserção minha).

Em suma, parece que o perigo da perda de *integridade* do ideal regulatório reside no esquecimento desse duplo vínculo entre o corpo biológico do “macho”, compreendido como

⁵¹ No final de 2017, Hoberman publicou *Dopers in Uniform: The Hidden World of Police on Steroids*, onde investiga o uso de esteroides anabolizantes em departamentos policiais.

⁵² O neurologista Brown-Séquard foi pioneiro neste sentido. Em 1889, em uma reunião na Sociéte de Biologie em Paris, ele descreveu um experimento: durante algumas semanas injetou em si mesmo uma mistura de fluidos extraídos de testículos de cachorros e porquinhos-da-índia. Com mais de 70 anos de idade, Brown-Séquard afirmou se sentir rejuvenescido, com mais energia e cognição mais afiada. Argumentou que seu elixir seria uma resposta para garantir a vitalidade masculina. A sociedade científica da época – constrangida – desmereceu suas tentativas de organoterapia, mas elas foram replicadas de várias formas diferentes em outros contextos (Oudshoorn, 1994, p. 17).

viril por *natureza*, e a masculinidade hegemônica, construto *cultural* delicado que necessita de reiteração constante. A noção de integridade, que já foi um pouco debatida durante o primeiro capítulo, retorna aqui a partir de outro prisma. A *ambivalência* da categoria é fundamental para a compreensão da tese, onde busco explorar essa capacidade do termo de se configurar de forma múltipla em contextos distintos, pois nasce sempre como uma constituição valorativa e relacional. Esboço outra interpretação: é pela mesma medida em que o homem encarnado existe através dessa dupla relação entre o abstrato com o sensorial, entre os desejos e valores da testosterona com a propriedade e o efeito da molécula química no organismo, que qualquer ideal regulatório de corpos – no caso, da masculinidade – também se cria e se dissemina a partir da relação entre os padrões hegemônicos com suas versões mais ou menos subordinadas.

Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013) explicam em artigo originalmente publicado em 2005 como essa formulação da relacionalidade supunha a existência de um padrão de práticas concretas (mas também de papéis, identidades e expectativas generificadas) que possibilitaram a “dominação” (seja violenta, persuasiva ou institucionalizada) dos homens sobre as mulheres. A concepção da “masculinidade hegemônica” seria, portanto, normativa, mas não estática. Para entender a circunstância de seu surgimento e conseqüente cristalização deve-se pensar em “hegemonia” a partir da mudança histórica. Essa masculinidade só existiria enquanto norma a partir das ambivalências e tensões com outras formas de masculinidade, consideradas menos hegemônicas ou subordinadas, como outras formas de feminilidades, consideradas menos legítimas ou até desacreditadas. Entender os mecanismos que operam a visibilidade ou a invisibilidade de uma forma generificada pressupõe que essa forma, prática ou representação esteja sempre em relação com outras. A abordagem relacional indicaria até os casos em que uma determinada masculinidade hegemônica, em um dado contexto, tem conotação positiva, e não inerentemente negativa.⁵³

De outra maneira, entende-se que “as masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (Ibid., p. 250). Ainda que elas também possam “ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real”, expressariam modelos “e em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos” (Ibid., p. 253). De modo que há desajustes e resistências entre as idealizações feitas, as repetições cotidianas e qualquer estabilização contingente e localizada das masculinidades.

⁵³ Ver os exemplos citados por Connell e Messerschmidt (2013) ou, por exemplo, o artigo “Senso de Honra” de Pierre Bourdieu (2002).

Além disso, os “padrões de masculinidade hegemônica podem mudar ao incorporarem elementos de outras masculinidades” mais marginalizadas (Ibid., p. 265).

Ao citar Pierre Bourdieu, Tramontano conclui em sua tese que “a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para outros homens e contra a feminilidade (...) e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (Bourdieu, 2010, p. 67 *apud* Tramontano, 2017a, p. 374). De fato, a relacionalidade é fundamental para compreender o funcionamento das regulações corporais através das construções e codificações do que se toma enquanto feminino ou masculino. Entretanto, não me parece ser sempre contra a feminilidade, mas sim junto dela. Ora horizontalmente, ora com mais desigualdade. Os ideais, as ficções, as expectativas em torno do corpo sexuado derivam de uma regulação interna onde tal disputa entre definições e posições vai atravessar os saberes sobre o biológico, as políticas de desejo e os regimes de governo. Não se trata, assim, somente de uma transformação epistemológica sobre a “naturalização” do corpo sexuado através dos gêneros, mas de permitir ontologicamente que outros corpos existam ao ocupar múltiplas definições e posições do que constitui a masculinidade e a feminilidade.

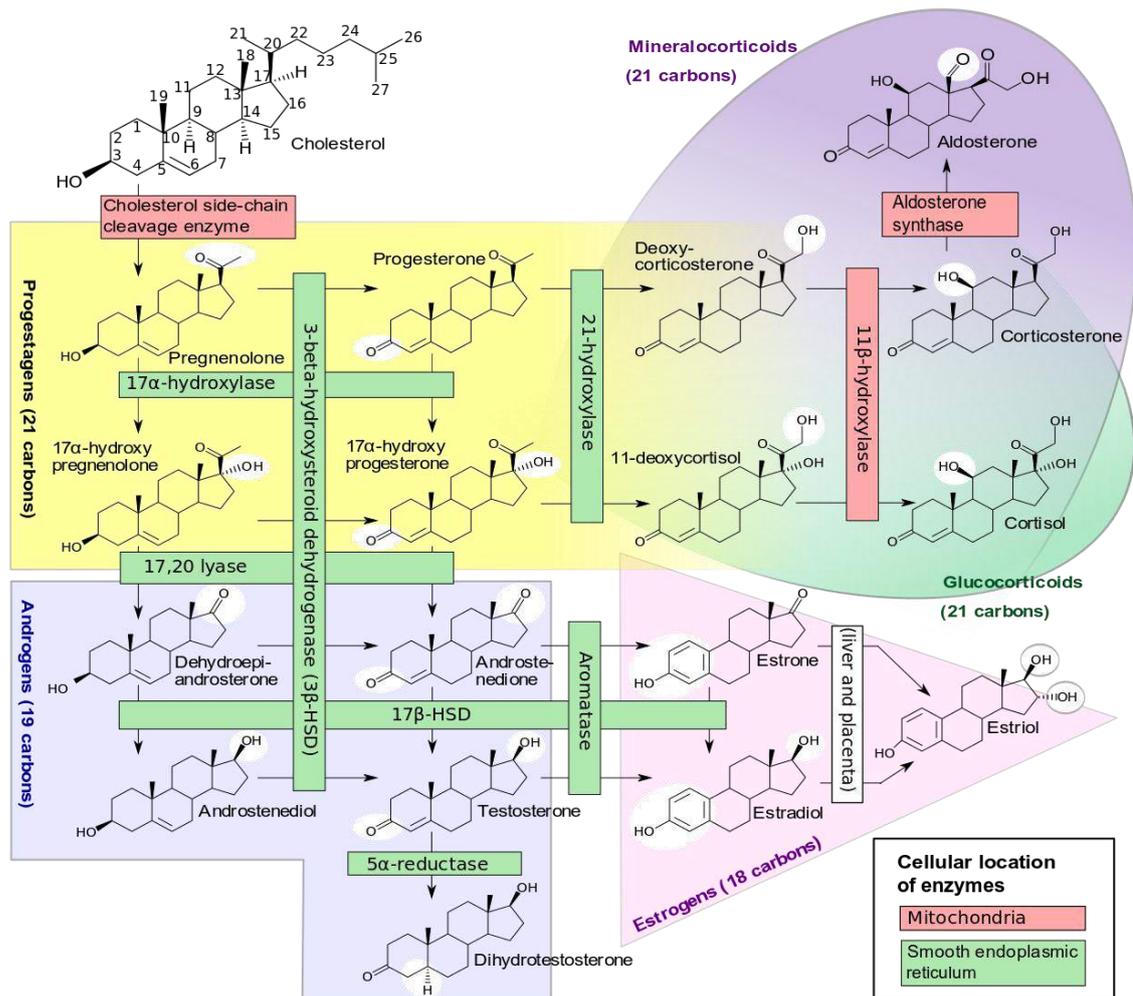
A noção de *masculinidade feminina* conceituada por Jack J. Halberstam (1998) também é significativa para nossa análise. Para o autor, o que entendemos enquanto masculinidade hegemônica – uma “masculinidade heroica” que seria idealizada e reiterada como o padrão dominante do modelo binário de sexo/gênero – pode ser produzida tanto por corpos masculinos quanto por corpos femininos. Em outras palavras, os corpos sexuais que produzem masculinidade (mesmo em sua versão hegemônica) não são necessariamente de “homens”. Mas é justamente a ligação crucial entre a masculinidade e o corpo sexuado masculino, ou seja, o *macho* em termos do que seria o biológico com suas funções fisiológicas-afetivas, que as normas generificadas – através de saberes, práticas e discursos – buscam estabilizar e sustentar.

Em outras palavras, quando Halberstam fala que há indiferença em relação a masculinidade feminina e a capacidade de produção da mesma de outras versões de masculinidade, ele indica que há um claro viés político e ideológico por trás desse apagamento, fato que possibilita a manutenção da relação “masculinidade-macho” com os processos de saber/poder, assim como a contínua hierarquização valorativa de todas as relações generificadas. A manutenção desses processos, relações e incorporações seriam frutos de *posicionamentos morais* que contaminam ao mesmo tempo em que constituem as regulações do sexo e do gênero em corporalidades “essencialmente” distintas. Como, por exemplo, a constante vinculação do *masculino* com a *virilidade*. Uma estratégia que parte da invisibilização de todos os atributos culturais que fazem com que esta relação somente tenha efeito de

naturalidade em um corpo sexuado habitando alguma forma legítima de masculinidade. Então a pergunta que tanto Halberstam quanto Connell e muitos outros autores ecoam parte desse questionamento: como desvincular a legitimidade da inscrição generificada desse roteiro de naturalização da virilidade com a masculinidade hegemônica, heroica ou dominante? Ou também, como podemos pensar e disseminar outras encarnações de masculinidade fora de um corpo sexuado masculino? Não há, obviamente, uma única resposta nem um único tipo de intervenção para tais questionamentos. Por ora, vamos acompanhar outras vidas da testosterona, perceber outros sentidos, para complexificar sua vinculação inicial.

Pode ser uma surpresa para alguns, mas a testosterona é apenas uma substância entre os vários tipos de hormônios esteroides androgênicos. Outros hormônios comuns da mesma classe são: androstenediona (A4), androstenediol (A5), deidroepiandrosterona (DHEA) e dihidrotestosterona (DHT). Existem muitos metabólitos e subprodutos derivados desses principais andrógenos. Dito isto, todos os hormônios esteroides derivam do colesterol, não só os androgênicos, mas também as progesteronas, os estrogênios, os glicocorticoides e os mineralocorticoides (ver fig. 2). Curioso que a primeira biossíntese gerada é a pregnenolona, um neurosteróide da classe das progesteronas, um grupo de hormônios tido como feminino. Ou que os andrógenos são percussores de todos os estrogênios. São sínteses complicadas que acontecem em várias partes do corpo a partir de reações bioquímicas e enzimáticas diversas gerando incontáveis processos metabólicos nas células. Ou seja, em geral, os hormônios esteroides são produzidos nas gônadas – testículos ou ovários – mas também se sintetizam ou se transformam no córtex adrenal das glândulas suprarrenais, na placenta, no cérebro, na conversão de outros hormônios esteroides em tecidos de gordura ou no fígado.

Figura 2: Diagrama com alguns caminhos da esteroidogênese humana.



Fonte: Häggström M, Richfield D. WikiJournal of Medicine 1 (1), 2014. DOI:10.15347/wjm/2014.005. ISSN 20024436.

A testosterona seria, assim, uma metonímia dos androgênios. Como Tramontano (2017a) enfatizou, uma parte que representa o todo. “São um grupo de moléculas estruturalmente similares, e que acionam os mesmos receptores (chamados receptores androgênicos), com maior ou menor afinidade” (Ibid., p. 210). A testosterona não é sequer a molécula com maior ação andrôgena, mas o DHT, seu metabólito mais ativo. De modo que todas as possibilidades virilizantes e anabólicas são reduzidas a simplesmente testosterona (Ibid., 2017b, p.179).⁵⁴ Invisibiliza-se a ação de hormônios androgênicos similares, mas

⁵⁴ Para saber mais sobre a biossíntese dos hormônios sexuais (“masculinos” e “femininos”), bem como esse conhecimento é discutido e difundido em manuais de formação de Fisiologia e Farmacologia, ver Tramontano (2017b).

também de outros hormônios anabólicos, como a somatotropina (GH).⁵⁵ Há uma certa dificuldade, tanto na difusão do conhecimento científico autorizado quanto nos discursos não-especializados, em separar os diferentes andrógenos. Justamente por isto que “a testosterona continua mantendo seu caráter metonímico frente a todas as outras substâncias, o que dá um indicativo de sua força simbólica e reafirma a generificação (no caso, masculinização) da molécula” (Ibid., 2017a, p. 212). Rohden (2017b) também analisa essa generificação do hormônio em um artigo onde entrevista alguns médicos sobre a relação entre o esteroide e o desejo, de modo que todos fazem essa mesma vinculação da testosterona como a força material virilizante que melhor exprime o desejo sexual.

Mas é importante notar, por outro lado, que os hormônios esteroides têm inúmeras funções que não se limitam às ações reprodutivas e sexuais. Já indiquei em seção anterior que a descoberta dos hormônios “femininos” na urina de homens foi um achado transformador no processo de investigação, classificação, isolamento e medicalização dos hormônios sexuais. Ainda assim, a terminologia associada à sexualidade reprodutiva se manteve, como também a noção dualista do funcionamento e da normalidade hormonal. Por isso é fundamental esclarecer alguns outros funcionamentos que não os reprodutivos e sexuais, por exemplo, a capacidade neuroprotetiva de certos hormônios (como a progesterona e o DHEA) ou a importância dos estrogênios (como o estradiol) para a formação óssea (Schumacher *et al*, 2004; Prough, Clark, Klinge, 2016; Väänänen, Härkönen, 1996; Cauley, 2015). Além do fato de que outros hormônios não esteroides possuem função reprodutiva e sexual, como os hormônios glicoproteicos chamados “gonadotrofinas”, que são secretados pelo eixo hipotálamo-hipófise (por exemplo, LH e FSH) e atuam em mecanismo de *feedback* com outras áreas do sistema endócrino (tais como as gônadas ou a tireoide).

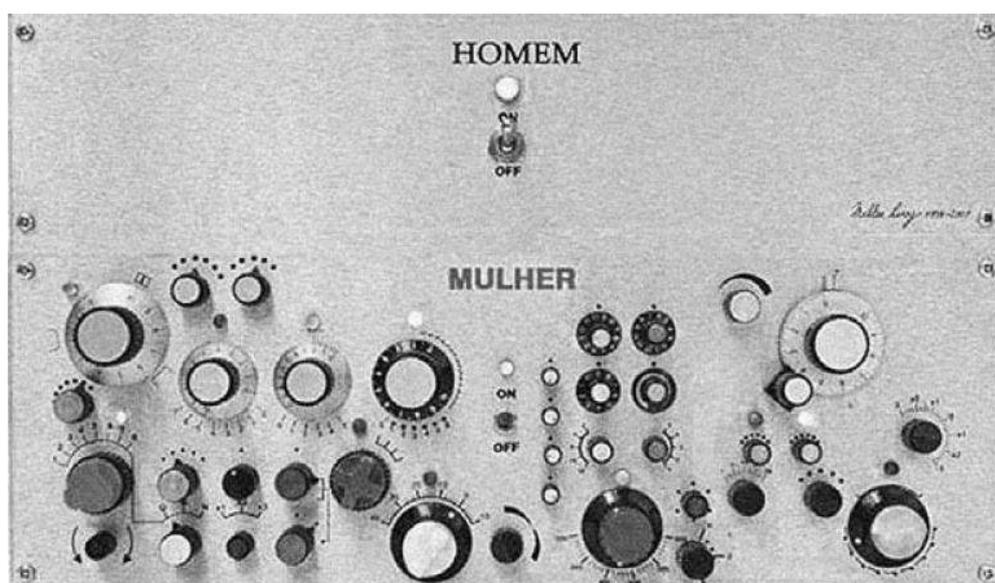
As substâncias esteroides têm várias funções no corpo humano – ajudam na regulação do metabolismo lipídico, na homeostase, na imunidade, melhoram o fluxo sanguíneo arterial, atuam no desenvolvimento ósseo e muscular, na inibição ou incitação de neurotransmissores – muitas funções e interações que ainda não estão completamente esclarecidas e outras que ainda estão sendo descobertas. Atualmente o estradiol, considerado um dos principais hormônios “femininos” e sintetizado no organismo principalmente através da testosterona, aparece com uma função crucial na modulação da libido e até na espermatogênese (Schulster, Bernie, Ramasamy, 2016; O'Donnell *et al*, 2001). Então a insistência em hierarquizar sexualmente

⁵⁵ O GH, comumente conhecido como hormônio de crescimento, também está (assim como vários hormônios esteroides anabolizantes) na lista de métodos e substâncias proibidas da World Anti-Doping Agency – WADA.

moléculas e hormônios em composições e comportamentos generificados se torna uma tarefa curiosa, definitivamente fadada ao fracasso, quando percebemos as complexas sínteses e funções dessas substâncias.

Mais um exemplo interessante dessa força da concepção generificada dos hormônios é visto no livro *Sexualidade, Ciência e Profissão no Brasil* (2011), de Jane Russo *et al*, em que fazem um mapeamento do campo da Sexologia no Brasil. Entre levantamento bibliográfico e entrevistas com profissionais da área, também analisam imagens e figuras disseminadas nos Congressos de Sexologia. Em um deles a sexualidade feminina é representada por um painel enorme de avião, com vários botões, enquanto a sexualidade masculina é representada por um único botão *on/off* (ver fig. 3). Certamente há hoje em dia – tanto quanto existiu no século XIX com a frenologia e outras pseudociências ou no século XX com a institucionalização da ginecologia e da sexologia como um todo – uma necessidade científica em justificar de forma biológica assimetrias de gênero. Dito de outro modo, todas as noções específicas de masculinidade e feminilidade são feitas e refeitas, legitimadas e descartadas, ao mesmo tempo em que também informam e validam nossa produção de conhecimento sobre o corpo sexuado. Vamos sempre interpretar nossas existências corporais de modo simultâneo à criação e vigilância de suas fronteiras.

Figura 3: Imagem sobre sexualidade feminina e masculina divulgada em Congressos de Sexologia.



Fonte: Russo, J et al. “Anexo D”. *Sexualidade, Ciência e Profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

De modo mais indireto temos outras relações materiais e discursivas com os efeitos da testosterona, ou dos hormônios esteroides em geral, que importam para nossa análise sobre o

corpo sexuado e as fronteiras biológicas, simbólicas e sociais que articulamos na carne. Lembro especialmente de um episódio familiar. Uma de minhas tias realizou um transplante de rim, há mais ou menos uma década, depois de anos aguardando na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) e fazendo hemodiálise semanalmente. No período de adaptação após a cirurgia era comum minha família – e até mesmo minha própria tia – brincarem com o fato de que ela estava meio “masculinizada” com o novo órgão em seu corpo (que tinha sido, anteriormente, de um homem). Ela engordou, ganhou mais pelos (nas pernas, braços e rosto) e suava constantemente, nas partes íntimas e nas axilas, com um cheiro forte de “cecê”. Todos ligávamos essas funções e características secundárias a um órgão propriamente masculino. Substancializando, assim, seus efeitos.

Anos depois perguntei a minha tia sobre o assunto. Segundo seus médicos a virilização temporária se deu pelas altas dosagens de um medicamento derivado da cortisona. A cortisona é um metabólito do cortisol, um hormônio esteroide glicocorticoide originalmente secretado no córtex adrenal. O medicamento foi usado como imunossupressor durante o período de adaptação do novo órgão ao seu organismo e gerava esses efeitos “indesejados”. Hoje em dia, com as dosagens mais controladas e o rim adaptado, ela diz que os efeitos passaram, tirando um braço que se ela “não cuidar” volta a cheirar mal.

Não deixa de ser curioso, mas essas associações estão presentes em vários espaços. Existem pesquisas que relacionam a quantidade dos hormônios esteroides produzidos durante a vida intrauterina com o desenvolvimento corporal e a organização cerebral do bebê. Esses estudos, denominados “teorias organizacionais do cérebro”, buscam explicar como comportamentos, habilidades e gostos pessoais existiriam de maneira biologicamente determinada. Em outros termos, as pesquisas especulam que pela exposição diferenciada aos hormônios pré-natais haveria uma relação causal entre a existência de um corpo biológico sexuado e um comportamento generificado. De modo que as pessoas seriam diferenciadas desde o princípio em funções sexualmente distintas – novamente, a teoria da seleção natural atualizada, dos homens caçadores e das mulheres coletoras para os homens “sistematizadores” e as mulheres “empáticas”.⁵⁶

Em *Brainstorm: The Flaws in the Science of Sex Differences* (2010), Rebecca Jordan-Young analisa como se organiza metodologicamente as pesquisas sobre sexo cerebral. Muitas dessas pesquisas realizam estudos caso-controle com pessoas que têm Hiperplasia Adrenal

⁵⁶ Essa terminologia foi usada em *The Essential Difference: The Truth about the Male and Female Brain* (2003), do psicólogo e neurocientista Simon Baron-Cohen, um dos principais alvos das críticas feitas pelas neurofeministas (Nucci, 2015).

Congênita (HAC), uma condição que se enquadra nas variações intersexuais. Em sua forma clássica a “HAC” é perdedora de sal. A pessoa com a condição desidrata de forma grave que se não tratada resulta em risco de morte. Ela é definida por vários tipos de mutações genéticas que provocam alterações enzimáticas modificando a biossíntese de hormônios esteroides no córtex adrenal. Em artigo derivado da pesquisa de mestrado, feita acompanhando o atendimento a bebês e crianças com variações intersexuais por profissionais de saúde de alguns hospitais do Rio de Janeiro, descrevo a condição:

Essa alteração transforma todo um quadro de conversão e secreção hormonal, de modo que desenvolve a hiperplasia na glândula e gera a superprodução colateral de hormônios androgênicos. Acontece [principalmente] em pessoas 46, XX, ou seja, cromossomicamente tidas como mulheres. Dessa forma, essa alteração e desregulação hormonal, que ocorre desde a vida intrauterina, acaba por virilizar o feto e posteriormente continua a virilizar o bebê. Então um bebê com cromossomo sexual feminino na verdade vai nascer parcialmente ou completamente masculinizado. (Pires, 2018a, p. 6, inserção minha)

Como não é possível realizar experimentos éticos com hormônios pré-natais em humanos, as crianças com “HAC” materializam um corpo privilegiado para observação e comparação com outras crianças 46, XX que não se expõem aos altos níveis de hormônios androgênicos durante a vida intrauterina. De modo que cientistas buscam relacionar essas diferentes taxas hormonais com outras diferenças, imediatas e futuras, em termos de cognição, brincadeiras durante a primeira infância, habilidades, gostos, escolhas de profissão, sexualidade, variações nas práticas sexuais, funcionalidades corporais (por exemplo, lubrificação), autoestima, libido, aparência, enfim, uma constelação de aspectos que determinariam a feminização ou a masculinização de determinada menina ou mulher.

Jordan-Young fez, então, um acompanhamento detalhado de artigos sobre “sexo cerebral” de 1967 até 2008, como também realizou um número considerável de entrevistas com especialistas da área. Em relação à “HAC” em especial, ela percebeu uma mudança nos resultados dos primeiros relatórios para os relatórios mais atuais. Em pesquisas das décadas de 1960 até 1980, muitos dos marcadores de análise relacionavam-se às fantasias sexuais ou à intensidade da libido, que eram percebidas como masculinas em termos de mais frequência e variabilidade. Em estudos com homens 46, XY afetados pela “HAC”, por exemplo, não havia uma diferença significativa na masculinização do comportamento, influência nas habilidades ou alteração da orientação sexual devido à exposição de mais hormônios andrógenos durante a gestação em comparação com homens 46, XY não afetados pela “HAC”. De modo que somente mulheres 46, XX com “HAC” teriam uma maior pré-disposição a comportamentos tipicamente

masculinos ou a sentirem mais atração homossexual do que mulheres 46, XX não-afetadas pela condição. A virilidade estaria encriptada desde o começo nos hormônios “masculinos”.

No entanto, para Jordan-Young, essas escolhas técnicas associadas a investigação e a quantificação da sexualidade, em termos mais masculinos ou femininos, já informariam e direcionariam a pesquisa científica. Para a autora, as teorias não levaram em conta outras variações corporais deste tipo de exposição hormonal, como mudanças no metabolismo e na morfologia, que geram mais casos de insatisfação corporal ou com o gênero designado. Ou seja, como a condição interfere na biossíntese de cortisol, causando o aumento de produção de androgênios (incluindo a testosterona), mais pelos aparecem no corpo, entre outras mudanças nas características secundárias tipicamente femininas, fazendo com que essas meninas e mulheres se distanciem de um ideal hegemônico de feminilidade. Recordam da história de minha tia com o medicamento derivado da cortisona? Pois bem.⁵⁷ Outro ponto necessário de considerar seria o intenso escrutínio biomédico. Os procedimentos e tratamentos que essas meninas e mulheres passam para tratar a condição são feitos ao longo de toda uma vida, o que gera impacto na maneira com que se percebem e se definem. Alguns procedimentos, que visam a correção estética de suas genitálias, são feitos precocemente durante a infância – então mulheres que foram operadas mais cedo relatam menos satisfação e mais efeitos negativos do que mulheres que não tiveram esse tipo de intervenção precoce. Alguns estudos relatam que mesmo com as cirurgias muitas delas apresentam problemas de lubrificação e dor, fato que modifica suas expectativas e práticas em torno do sexo.

Jordan-Young também aponta que o padrão de avaliação desses estudos seria a partir do sexo penetrativo – um marco para buscar uma consistência entre fantasias, comportamentos e identidade. Assim, utilizam como *marcadores de virilização* a frequência da masturbação, a certeza/maleabilidade do desejo sexual, as estratégias de navegação, até mesmo a frequência de canhotos. São definições metodológicas questionáveis que inscrevem desde o início essas meninas e mulheres em escalas generificadas e em expectativas heterossexuais. Por fim, o próprio diagnóstico afetaria e promoveria um quadro interpretativo do que se espera avaliar em torno da masculinização das pacientes. De modo que todos esses aspectos (biológicos, médicos, psicológicos e sociais), importam para uma conformação do gênero de acordo (ou não) com o sexo designado ao nascer, não só o papel da exposição hormonal ou da suposta organização do cérebro durante a vida intrauterina.

⁵⁷ De um lado, há ingestão excessiva de cortisona, do outro lado, há produção deficiente de cortisol, ainda que sejam condições contrárias, em relação aos andrógenos suas ações podem ter efeitos colaterais similares, através do medicamento ou do desvio metabólico na biossíntese, respectivamente.

Esses exemplos valem para a nossa análise sobre as regulações esportivas para a categoria feminina porque são através deles que nós podemos perceber como estão os debates mais atuais sobre a diferença sexual. Por meio desses exemplos somos capazes de entender como a ciência de hoje ainda qualifica o corpo e suas funções de maneira generificada, hierarquizada e também desigual. Supõe-se que a vantagem está registrada no cromossomo sexual Y, nos genes que transcrevem a determinação sexual masculina, nas altas taxas de hormônios androgênicos que inscrevem no cérebro cognição, habilidade e virilidade ou que marcam neste homem hipotético uma posição natural de poder. Em outras palavras, as diferenças sociais só ratificariam o que já estaria de algum modo determinado biologicamente.

Uma situação em especial que debate com mais cuidado no próximo capítulo se refere à jogadora de vôlei Tiffany Abreu. Uma mulher transexual. Antes de sua transição, ela já era atleta e atuava principalmente em campeonatos masculinos nas ligas europeias. No final do ano de 2017, com o início da participação de Tiffany na Superliga Brasileira de Voleibol Feminino, pelo time paulista Vôlei Bauru, uma avalanche de matérias jornalísticas, textos em redes sociais e comentários em geral se multiplicaram sobre o assunto. Os questionamentos raivosos, complacentes ou ignorantes, giravam em torno da pergunta: como alguém que tem cromossomos sexuais *masculinos*, que passou por uma puberdade com maior produção de hormônios *masculinos* e que adquiriu *mais* estatura e musculatura por ter este organismo, pode competir de igual para igual com jogadoras que teriam sexo cromossômico, taxas hormonais e anatomias dentro de uma média de *feminilidade*? Uma ex-jogadora de vôlei, Ana Paula Henkel, se pronunciou na rede social *Twitter* sobre o tema, entre suas críticas, ela dizia: “Não é preconceito, é fisiologia”.⁵⁸

De fato, há diferenças fisiológicas e materiais entre corpos tipicamente masculinos e femininos. Como vimos, funcionalidades da anatomia feminina, como a menstruação, ganharam destaque na conformação de uma ciência da mulher. Mas também existiu, principalmente a partir do século XIX, um insistente enquadramento generificado do fazer científico e do olhar médico que agravava pequenas diferenças interpretando-as como aspectos incomensuráveis e essenciais de homens e de mulheres. Não tentarei agora destrinchar os

⁵⁸ O *Globo Esporte* produziu uma matéria sobre o comentário, que pode ser acessada no link a seguir, mas Ana Paula também publicava mais ou menos semanalmente uma coluna de opinião no jornal *Estadão* e no final de dezembro de 2017 escreveu uma matéria chamada “Biologia não é de esquerda nem de direita”, que também indico a seguir. Veremos ao longo do capítulo quatro essas controvérsias de modo mais detido. Os links foram acessados pela última vez em 14 de janeiro de 2018:

<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/ana-paula-critica-liberacao-de-trans-na-superliga-nao-e-preconceito-e-fisiologia.ghtml>

<http://politica.estadao.com.br/blogs/ana-paula-henkel/biologia-nao-e-de-esquerda-nem-de-direita/>

discursos oficiais sobre o assunto nem mesmo apresentar as resoluções esportivas, veremos isso no próximo capítulo. Quero apenas apontar para a presença maciça dos discursos sobre a diferença sexual no esporte e para o lugar privilegiado que os hormônios ocupam nesta realidade. Na próxima seção, vamos seguir com o caminho hormonal se espraiando pelo esporte através do *doping* em níveis cada vez mais intensos e abrangentes.

As ramificações do saber hormonal no âmbito esportivo

Entre as décadas de 1930 e 1940 – no mesmo momento em que laboratórios isolavam as moléculas químicas dos hormônios, a indústria farmacêutica produzia em conjunto com cientistas medicamentos derivados das substâncias, classificações e protocolos eram estabelecidos no meio científico, ensaios clínicos eram realizados e as agências reguladoras começavam a se impor com mais vigor neste cenário – também se descobria que os hormônios esteroides, principalmente os androgênicos (como a testosterona), tinham funções anabólicas. Essa descoberta impulsionou, em paralelo ao universo médico e científico que acompanhamos até agora, o desenvolvimento de uma medicina esportiva em que experimentações não sancionadas com hormônios aconteciam com menos regulação e maior intensidade.

Nunca foi uma novidade no mundo esportivo a procura por melhorias no rendimento e na performance atlética. Os métodos eram variados: drogas, raios ultravioletas, tendas oxigenadas, transfusões de sangue (Hoberman, 2005, p. 179). Com a descoberta e consequente fabricação de medicamentos hormonais, tônicos e estimulantes eram receitados e consumidos para fomentar ou restaurar jovialidade, atividade e virilidade, muitas vezes prescritos de forma *off-label*. No meio esportivo, havia uma divisão cada vez menos evidente de atletas amadores que não consumiam substâncias e atletas profissionais que usavam drogas para aprimoramento com relativa frequência. Na Olimpíada de Roma de 1960, quando o ciclista Knud Enemark Jensen morre durante uma corrida de estrada devido ao uso de um estimulante para promover sua circulação sanguínea, o resto do mundo passa a prestar mais atenção nessas novas práticas (Ibid., p. 183). Hoberman afirma que na época “o uso de drogas por atletas olímpicos representou uma ameaça à divisão, ainda culturalmente significativa, entre atletas amadores moralizados e atletas profissionais desmoralizados” (Ibid., p. 184).

Os Jogos Olímpicos modernos, recriados a partir da institucionalização do Comitê Olímpico Internacional (COI) em 1894 por Pierre de Coubertin, tinham – em seu início – um código de ética muito singular. Coubertin acreditava que o ideal da competição atlética residia no esforço para superar seu oponente, no acontecimento em si da competição, e não

simplesmente em ganhar. Sua filosofia para o esporte olímpico era de promoção das diferenças culturais através da competição amadora entre atletas. Quando essa ética olímpica se embaça com a crescente profissionalização do esporte, principalmente no período entreguerras, também se intensifica a busca nacionalista por uma melhor performance atlética. O ambiente geopolítico de 1950 em diante, caracterizado pelas disputas estratégicas e pelos conflitos de ordens diversas entre Estados Unidos e União Soviética, também marcou a maneira com que essas substâncias eram consumidas e reguladas dentro do esporte.

Com a morte de Jensen, o COI forma seu Comitê Médico em 1961 e começa a implementar testes antidopagem nas Olimpíadas subsequentes (Maraniss, 2008). Em 1967 o COI define o *doping*, “na Regra 28 do Código Olímpico, como ‘o uso de substâncias ou técnicas em qualquer forma ou quantidade estrangeira ou não-natural para o corpo com o objetivo exclusivo de obter um aumento artificial ou injusto da performance na competição’” (Beamish, Ritchie, 2005, p. 361 *apud* Tramontano, 2017a, p. 187). Neste sentido, o doping de substâncias anabólicas passa a não ser mais percebido como um estimulante para rejuvenescimento ou um tônico muscular, mas sim como uma vantagem artificial e perigosa, uma estratégia desmoralizante, uma ameaça a honra nacional e um problema de relações públicas (Hoberman, 2005, p. 189). A ideia de que os métodos e as substâncias ilícitas estavam manchando o propósito esportivo e desnivelando injustamente a competição fez com que federações esportivas, instituições médicas e agências reguladoras endurecessem o controle em torno do consumo dessas substâncias e do uso dessas técnicas.

Mas o esporte de alto rendimento se tornou altamente significativo (e lucrativo) em todo o mundo, fomentando um ambiente de constante pressão, não só pelas estratégias e conflitos geopolíticos existentes, mas também pela massificação do esporte como entretenimento e pelo aumento da demanda popular por desempenhos melhores, com mais quebras de recorde e performances espetaculares.⁵⁹ A relação dos médicos com os atletas era, portanto, ambígua. Deveriam eles coibir o uso dessas substâncias, de acordo com as legislações e protocolos internacionais, ou assimilar essa nova realidade de superatletas e ajudar na gestão (terapêutica, logo, mais profissional) desse consumo? “Em 1984, o presidente da Federação Mundial de

⁵⁹ Discutir essa demanda popular seria uma tarefa em si mesma já que demonstrações mais “autônomas” da opinião pública só existem a partir do suporte ou desaprovação desse público em arenas esportivas, nos estádios, nas filas dos eventos, em redes sociais e outros espaços de circulação limitada ou fragmentada. De modo que essa demanda popular seria sempre mediada por jornalistas, políticos, burocratas das instituições esportivas, entre outros, que definem segundo seus próprios interesses qual a informação mais relevante ou legitimada de certa visão popular. Hoberman (2005) discute essa questão de modo mais detalhado no capítulo 6 de seu livro e acompanharemos essa forma de representação nos próximos capítulos da tese quando vou analisar material midiático sobre as atletas com variações intersexuais investigadas nas regulações esportivas mais atuais.

Medicina Esportiva, o cientista da Alemanha Ocidental Wildor Hollmann, afirmou: ‘Nós alcançamos o limite máximo; os atletas entraram em uma zona fronteira biológica’” (Ibid., p. 192). Um ano depois ele advertiu novamente que “a medicina esportiva deve considerar seriamente se ela vai colaborar ou se opor a esse desenvolvimento” (Ibid.).

Alexandre Vaz analisa que o consumo de drogas nas sociedades contemporâneas, especialmente com os esteroides anabólicos, integra um quadro atual de exigência e de investimento no rendimento do corpo. Neste sentido, “o uso de anabolizantes com fins de um investimento maciço sobre o corpo confirma, de certa forma, um movimento na busca da performance e do rendimento”, que pode ser feito por variados motivos, tanto porque “a forma física aumenta as possibilidades de inserção nos mercados de trabalho e sexual (Sabino, 2000) ou ainda porque há uma certa *esportivização* dessas práticas” (2005, p. 25). De modo que há um contrassenso entre as práticas e os consumos com as preocupações e regulações éticas em torno da performance de alto rendimento, ainda mais se considerarmos que o uso de substâncias sempre foi imprescindível para o esporte de elite e “nele há pouco do que se poderia chamar de ‘natural’ no que se refere à relação com o corpo – como se pudéssemos delimitar o que seria natureza ‘livre’ dos condicionantes culturais” (Ibid., p. 26).

Nesse cenário que a Agência Mundial Antidoping (WADA) é fundada, em 1999, por um coletivo do COI com a finalidade de promover, coordenar e monitorar a “luta” contra o doping no esporte. O escândalo na Tour de France de 1998, apelidado de “Tour du Dopage” pela mídia francesa, impulsionou a criação da agência reguladora. Na época, o governo francês processou atletas, técnicos, empresários, médicos, o que forçou uma mobilização mais contundente do COI (Hoberman, 2005, p. 243). Nos anos seguintes, a WADA vai se desvincular do COI e passa a operar como uma organização independente, mesmo recebendo metade do seu orçamento do Comitê. Em 2004, é lançado o World Anti-Doping Code (Code) com a finalidade de “harmonizar políticas, regras e regulamentos antidopagem dentro de organizações esportivas e entre autoridades públicas em todo o mundo”.⁶⁰ Ou seja, a WADA não se responsabiliza somente pela formulação e divulgação da lista de métodos e substâncias proibidas, o que era antes papel do COI, a entidade também se organiza a partir de outras técnicas e resoluções para coordenar o monitoramento, a testagem e a prevenção antidopagem de maneira mais unificada e consistente em um nível global.

⁶⁰ O Código mais recente pode ser visto no seguinte link:
<https://www.wada-ama.org/en/what-we-do/the-code>

A ideia de que o “doping é fundamentalmente contrário ao espírito esportivo” (Code, 2015, p. 14) norteia as estratégias de regulação do corpo atlético, mas as relações entre as organizações esportivas, agências reguladoras e entidades nacionais com os atletas e suas equipes não são tão lineares, nem mesmo isentas de interesses diversos que não se reduzem ao triunfo do “sonho olímpico”. Para Hoberman (2005), existe um equilíbrio controverso entre o suporte governamental de atletas para promover a competitividade nacional e a campanha contra o consumo de substâncias para o aumento da performance esportiva. De fato, a sensação de aptidão nacional encorajaria a noção de que o sucesso atlético nas competições internacionais seria um tipo de questão de honra, de soberania ou de segurança nacional, o que garantiria uma maior tolerância com o consumo de drogas que melhoram o desempenho (Ibid., p. 253). O autor narra vários exemplos de técnicos, médicos e burocratas confirmando essa hipótese, especialmente em relação à absorção pós-1990 de métodos e de agentes da Alemanha Oriental outrora criticados pelo lado Ocidental.

Assim, “a falta de vontade do COI de remover seus campeões dopados do registro histórico também deriva de um profundo senso de insegurança sobre a *integridade* de suas competições” (Ibid., p. 249, grifo meu). Revisar recordes, listas de medalhas e registros seria uma tarefa majoritariamente política que apontaria falhas no próprio corpo político que se quer proteger. “Essa reavaliação do passado investigaria a rede de relações entre vários funcionários do COI e das federações esportivas que tornam possível a empreitada olímpica”, evidenciando que a rede sempre operou na premissa de que o doping é mais uma questão de relações públicas sendo “controlada” principalmente pelos meios de comunicação do que reconhecido como um risco médico, uma imoralidade esportiva ou uma ação injusta (Ibid.). Dito de outra forma, para o autor, a rede de antidopagem formaria um engajamento mais distinto do que acontece com as regulações das atletas com variações intersexuais.

Aqui se controla individualmente, ainda que os processos dessa regulação também sejam múltiplos, com atores variados. Ao longo dos anos, vamos passar (mas não substituir) os métodos de detecção direta das substâncias dopantes em amostras biológicas dos atletas, feitas por entidades internacionais e replicadas pelas federações esportivas, até uma implementação mais enfática e cotidiana da regulação. Em 2009, a WADA lança o conceito de “passaporte biológico”, o Athlete Biological Passport (ABP), que monitora o perfil hematológico e esteroide do atleta ao longo do tempo.⁶¹ Há uma padronização dos testes, dos kits de coleta,

⁶¹ Link para entender melhor o passaporte biológico:
<https://www.wada-ama.org/en/athlete-biological-passport>

das estruturas de testagem, entre outros protocolos de homogeneização, para evitar contaminação ou alteração das amostras. Alguns atletas de elite também são obrigados a reportarem seu “paradeiro” [*whereabouts*] para testagens aleatórias fora da competição.⁶² Precisam selecionar um local e uma hora por dia, sete dias por semana, para serem encontrados por oficiais das agências reguladoras que necessitem testá-los. Toda essa informação é codificada no Sistema ADAMS,⁶³ um “banco de dados responsável por arquivar todas as informações da vida de um atleta” (Silveira, Rigo, 2015, p. 497). O programa é

baseado em amostras de sangue coletadas periodicamente, para ter um acompanhamento das variáveis individuais de cada atleta, traçando-lhes um perfil e acompanhando o andamento de sua carreira esportiva. Esse perfil poderá ser utilizado nos exames de doping, para auxiliar nos casos em que houver uma possível manipulação (seja de substâncias exógenas, seja de doping genético) que indique um perfil anormal do atleta. Além disso, os atletas são testados fora de competição. Segundo a WADA, é uma abordagem eficaz porque o atleta pode estar usando substâncias de forma intermitente e com baixa dosagem, método que torna o doping mais difícil de ser detectado por meios convencionais de análise. (Ibid., p. 498)

As amostras são agregadas estatisticamente para determinar um limite individual na qual o corpo “natural” e “puro” do atleta torna-se “contaminado” e “impuro”. Nesse limite de regulação, não se busca mais a substância com sua presença direta no organismo, mas seus efeitos indiretos ou suas evidências transitórias de algum consumo irregular e ilegal. As responsabilidades são compartilhadas nessa busca por equidade. Podem faltar acusações, mas sobram pedagogizações. Atletas, federações esportivas e organizações nacionais também devem acessar o banco de dados como uma “ferramenta educacional” na medida em que existiria um intercâmbio de informações e uma maior eficiência nas operações e regulações locais. A partir desses *guidelines*, procura-se uma garantia de justiça através da construção e da manutenção de uma certa estabilidade da fisiologia humana. Essa integridade (moral, além de corporal) pode ser perdida caso as partes interessadas – atletas, técnicos, médicos, entidades esportivas, indústria farmacêutica, pesquisadores, Estados – não se conformem às representações e regulações que estão constantemente moldando a realidade esportiva. De modo que o caráter ambivalente deste “dispositivo” antidopagem incita, ao mesmo tempo em

⁶² Link para informação sobre a modalidade “paradeiro” de vigilância antidopagem:

<https://www.wada-ama.org/en/questions-answers/whereabouts>

⁶³ Chamado de “Anti-Doping Administration & Management System”, o Sistema ADAMS está disponível em inglês, francês, espanhol, alemão, japonês, russo, italiano, holandês, chinês, coreano e árabe. Ele é apresentado como um sistema seguro, confidencial, eficiente e efetivo na “luta” contra o doping. Ver mais em:

<https://www.wada-ama.org/en/adams>

que reprime, o corpo atlético e a responsabilidade esportiva que se idealiza enquanto norma (Silbermann, 2014).

Parece razoável assumir que todos os processos que acompanhamos até o momento não se restringem às questões técnicas de rendimento esportivo nem aos limites éticos desse corpo atlético frente incorporações mais intensas de substâncias, mas de controversos processos classificatórios e de gestão do corpo humano. Não está em jogo somente a naturalidade ou a artificialidade do corpo, ou mesmo que experiências sejam maculadas de forma injusta por encarnações mais artificiais ou atípicas do organismo, mas de disputas morais e afetivas sobre as possibilidades de existência representadas no esporte. Justamente porque, como Pierre Bourdieu argumentou no artigo “Como se pode ser desportista?” (2003), o esporte foi “concebido como uma escola de *coragem* e de *virilidade*, capaz de ‘formar o caráter’ e de inculcar a vontade de vencer” (Ibid., p. 187, grifo meu).

Portanto, acompanhando as transformações do tempo e das relações, devemos apenas distinguir os cálculos, as verdades e os valores de cada tecnologia de controle. Na testagem antidopagem, busca-se uma garantia de *estabilidade* fictícia do corpo humanizado frente uma degeneração moral que vem das substâncias, enquanto nas regulações de feminilidade se produz uma *debilidade* crônica do corpo intersexo frente um ideal do corpo feminino que deve permanecer qualitativamente resguardado. Afinal, em um campo social altamente racionalizado, autonomizado e moralizado, escolher o que ou como proteger no esporte definitivamente direciona quais as categorias de integridade que estão sendo imaginadas, registradas e reguladas.

Por isso, podemos dizer que há certa ruptura, mas nada muito profundo. Todas as produções de conhecimento, técnica e sujeição que acompanhamos foram modificadas com o tempo, mas nos diversos contextos debatidos a necessidade de regulação corporal foi uma constante. Distinguimos para sistematizar e entender melhor. Conseguimos chegar na carne para afinar dentro dela modos de existência mais femininos ou masculinos. Mas só por elas, essas ficções somáticas, através do corpo sexuado, essa carne em vida, que disputamos os sentidos do mundo. É precisamente por essa vinculação, entre ficção e carne, que o corpo atlético também torna possível a materialização de uma forte imaginação moral e política.

Se como disse Preciado, “a masculinidade é para a sociedade o que o Estado é para a nação: o titular e o legítimo usuário da violência”,⁶⁴ possivelmente atletas com altas doses de

⁶⁴ Esse trecho é de uma matéria de Paul B. Preciado publicado no jornal *Libération* em 16 de janeiro de 2018. O link foi acessado pela última vez em 18 de janeiro de 2018:

http://www.liberation.fr/debats/2018/01/16/lettre-d-un-homme-trans-a-l-ancien-regime-sexuel_1622879

testosterona endógena no organismo, atletas lésbicas, atletas com aparência mais masculina, atletas que não se conformam ao *marketing* esportivo da mulher vitoriosa mas ainda assim vulnerável e/ou pequena,⁶⁵ terão problemas em se adaptar às realidades, aos protocolos e às expectativas do ambiente competitivo. A *masculinidade feminina*, tão ácida e intragável para os projetos e as estratégias de governo dos corpos, na verdade dialoga, tensiona e modifica a *integridade* dessa masculinidade hegemônica. Mas será há um limite para essa transformação?

Veremos no próximo capítulo como as ficções políticas e as regulações normativas dentro do mundo esportivo lidam com essa realidade ambivalente e politicamente valorativa da diferença sexual. Ora acionando um discurso de proteção às mulheres, ora confirmando uma responsabilidade em manter determinadas fronteiras corporais rígidas para a elegibilidade esportiva se efetivar. Nessa trama esportiva, algumas ideias de equidade e de justiça vão se intercalar com imagens do que se espera do feminino ou do masculino. Mais além, essas instituições, saberes, burocracias e discursos vão disputar o que precisa ser mantido como valor em meio às vivências tecnocientíficas e ético-políticas da contemporaneidade.

⁶⁵ Em termos de tamanho corporal e consequente vantagem de força e/ou habilidade. Por exemplo, Tramontano (2017a) relata como seus informantes a todo momento diziam ter sido “maiores” ou que buscavam um corpo “maior” do que aquele que possuíam. Essa ideia de corpos masculinos bem grandes, atléticos e viris se forma em conjunto a ideia de corpos femininos menores, menos dispostos e mais frágeis. Assim, ainda que o corpo atlético de uma mulher no esporte de alto rendimento seja tão habilidoso, treinado ou musculoso quanto o corpo de um atleta homem, esse corpo feminino não terá o mesmo estatuto nem a mesma qualidade reconhecida. A fantasia da vantagem está, como vimos na seção anterior, na presença legitimada da testosterona.

4

Regulações no Esporte: entre a classificação e a gestão do sexo/gênero na competição de alto rendimento

No capítulo anterior falamos um pouco de Tiffany Abreu, jogadora de vôlei pelo time paulista Vôlei Bauru, e como sua participação na Superliga Brasileira de Voleibol Feminino mobilizou análises, críticas e controvérsias sobre a participação de atletas transexuais em esportes femininos de alto rendimento. No momento da escrita deste capítulo a temporada 2017/2018 está quase finalizada e o Vôlei Bauru não passou das quartas de finais dos Playoffs, classificando-se em oitavo lugar no quadro geral, com 29 pontos.⁶⁶ Noticia-se também que Tiffany, com sua figura pública em alta devido ao debate em torno de sua vida esportiva, se filiou ao partido político Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e cogita concorrer a uma vaga de deputada federal pelo estado de São Paulo.⁶⁷ De modo que sua história vai se desenrolar por muitos outros caminhos, mas interessa aqui observar os argumentos que se travam a favor ou não da participação de Tiffany, e outras atletas transexuais, em modalidades femininas.

Uma das matérias de maior repercussão foi feita pela ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel em sua coluna de opinião no Estadão em dezembro de 2017.⁶⁸ Na matéria, intitulada “Biologia não é de esquerda nem de direita”, Ana Paula argumenta que a participação de pessoas transexuais em esportes “disputados por mulheres” segue uma “agenda político-ideológica” que “pode ser fim de jogo para o esporte feminino”. Essa opinião especulativa – que se repete em comentários pelo site, em outras matérias de jornais, em algumas falas de técnicos e especialistas ou em comentários de jogadoras como Tandara Caixeta e Sheilla Castro⁶⁹ – pode ser sintetizada com o mal estar de que a inclusão de atletas transexuais em

⁶⁶ A final da Superliga será entre os times Sesc RJ e Dentil Praia, que terminaram a classificação geral com 57 e 61 pontos, respectivamente. O quadro classificatório pode ser visto no seguinte link:

<http://superliga.cbv.com.br/classificacao-fem>

⁶⁷ A notícia pode ser lida no seguinte link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/jogadora-tiffany-assina-filiacao-ao-mdb-em-sao-paulo.shtml>

⁶⁸ A matéria pode ser acessada no seguinte link:

<http://politica.estadao.com.br/blogs/ana-paula-henkel/biologia-nao-e-de-esquerda-nem-de-direita/>

⁶⁹ As matérias podem ser vistas nos links a seguir:

<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/respeito-mas-nao-concordo-com-ela-no-feminino-diz-tandara-sobre-tiffany.ghtml>

<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/sheilla-gera-mal-estar-apos-comentario-sobre-tiffany-imagina-se-vira-onda.ghtml>

modalidades femininas significaria a definitiva “exclusão de mulheres” no esporte. Nesta interpretação, acredita-se que uma minoria politicamente engajada estaria fomentando “uma desigualdade em nome da igualdade”. São vozes que parecem confluir em um receio sobre a equidade esportiva, mas que se juntam definitivamente com uma compreensão de que a classificação, regulação e garantia de elegibilidade só existem através das definições sexuais. Neste sentido, a noção de *normalidade* estaria intimamente centrada na quantificação hormonal que conforma “tipos” corporais distintos. Homens seriam sempre 46, XY. Mulheres seriam sempre 46, XX. Uns feitos com *testosterona*, outros feitos com *estrogênios*. Para alguns, mais capacidade aeróbica, musculatura e força. Para outros, menos altura, vigor e explosão. A ideia de uma biologia completamente binária que garantiria vantagens fisiológicas óbvias e indiscutíveis para o lado masculino foi paulatinamente sendo construída, reforçada e disseminada. Como vimos anteriormente, as noções de ciência foram sendo reavaliadas e transformadas ao longo do tempo com o desenvolvimento das sociedades, assim como o cuidado médico, seu escopo, atuação e autoridade.

Também vimos como saberes e discursividades em torno do corpo sexuado fomentaram conhecimentos, práticas, identidades e regulações distintas ao ser humano a partir de noções e expectativas do que se reconhece enquanto feminino ou masculino. A compreensão dos hormônios, como suas materialidades e efeitos, foi bastante significativa na conformação dessa realidade. Mais além, a utilização de substâncias esteroides e anabólicas para melhorar o desenvolvimento esportivo culminou na criação de um aparato global de investigação e controle para fins de antidopagem. Mas a relação entre *testosterona* (e outros hormônios androgênicos) com *virilização* não é tão uniforme. A produção científica e médica que embasa essa relação sempre foi influenciada por valorações sociais e enquadramentos culturais. Nenhum conhecimento nasce do vácuo, de modo que essa relação também é múltipla e conflituosa, assim como sua aplicação e legitimação no mundo social. Homens trans, fonte de rejuvenescimento, mulheres fisiculturistas, recuperação de libido na terceira idade, adultos que buscam melhorar seu condicionamento físico, entre outros recortes – são várias as motivações e os usos dessas substâncias com a promessa de alguma “masculinização” que está sempre associada com outras idealizações, desde vigor e potência sexual, até musculatura, força e virilidade.

Quando essas relações se afinam no mundo esportivo, as diferenças fisiológicas se entrelaçam cada vez mais com distinções de caráter social. Neste ponto, expectativas em torno do corpo, da estética e da *performance* esportiva de determinado/a atleta são instigadas e aferidas no trabalho classificatório de definição da elegibilidade sexual de um/a atleta. Neste capítulo vamos acompanhar como a relação entre *testosterona* e *virilização* ora se embaça, ora

se acentua no corpo de mulheres com variações intersexuais – e, em outra medida, também no corpo de pessoas transexuais. Essas atletas que possuem concentrações mais elevadas de testosterona endógena (ou seja, produzida pelo próprio organismo) se tornaram alvos de protocolos e resoluções com a finalidade de conformarem seus corpos ao padrão de feminilidade difundido e esperado por muitos, dentre eles, as próprias atletas, espectadores e instituições esportivas.

As resoluções acompanham os desenvolvimentos tecnológicos e científicos da época, de modo que os marcadores, as definições, os cuidados e as políticas foram modificadas ao longo do tempo. Elas também se distinguem entre atletas transexuais e atletas com variações intersexuais. Nem sempre foi desta maneira, veremos algumas dessas regulações antigas mais à frente no capítulo. Mas entre 2017 e 2018, quando Tiffany começou sua participação na Superliga, atletas transexuais podiam ser elegíveis para competir dentro de uma categoria feminina desde que: 1) declarasse sua identidade de gênero como feminina por um período mínimo de 4 anos; 2) demonstrasse que sua *testosterona total* no plasma sanguíneo era menor que 10 nmol/L por no mínimo 12 meses antes de sua primeira competição; 3) mantivesse o nível de testosterona total abaixo dos 10 nmol/L por todo o período de elegibilidade e competição na categoria feminina; 4) concordasse em ser monitorada e testada para verificar seu status – caso não estivesse de acordo ou algum gestor notasse variações em seus resultados a atleta poderia ser suspensa por um período mínimo de 12 meses. Na outra ponta, decidiram que o atleta transexual masculino poderia se tornar elegível sem restrições clínicas desde que cumprisse a qualificação de determinada modalidade esportiva.

A organização desigual dessas regulações, uma muito rigorosa para mulheres transexuais e outra bastante vaga para homens transexuais, evidencia por si só o peso simbólico e material que a testosterona carrega no mundo esportivo. O documento que discuto aqui, datado de 2015,⁷⁰ foi redigido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) com a participação de vários especialistas da área médica, esportiva e jurídica. Como iremos acompanhar nos capítulos seguintes, não foi a última regulação de feminilidade, mas foi a última a ser caracterizada tanto como “redesignação sexual” quanto como “hiperandrogenismo”. Foi criada para ser um protocolo minucioso com a finalidade de regular a elegibilidade de atletas transexuais e atletas com variações intersexuais segundo suas concentrações de testosterona

⁷⁰ Depois que completei o capítulo, outras discussões foram feitas em relação às regulações de elegibilidade para atletas trans, com muitas pesquisas e discussões ganhando mais visibilidade na preparação para Tóquio 2020. Só que a entidade, pelo menos até o fim de 2019, ainda não determinou nenhuma alteração na regulação vigente de 2015. Ver mais em:

<https://www.theguardian.com/sport/2019/sep/24/ioc-delays-new-transgender-guidelines-2020-olympics>

endógena.⁷¹ Neste “Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism”, um dos signatários foi o endocrinologista pediátrico Myron Genel, que pesquisa há algumas décadas o tema. Em um período de mais ou menos 15 anos podemos observar a atualização dessas regulações esportivas a partir dos artigos publicados por Genel junto de outros especialistas.

Em 2003, por exemplo, a regulação para atletas transexuais era derivada do “Consenso de Stockholm”, documento produzido por sete especialistas – sendo que três deles participaram novamente do Consenso em 2015 – que foi ratificado pelo COI um ano depois. Nesta regulação, o/a atleta transexual só seria elegível para competir como “homem” ou “mulher” se finalizasse o processo de transexualização (com gonadectomia e cirurgias na genitália externa), realização de hormonioterapia por um período mínimo de dois anos após a retirada das gônadas, além de reconhecimento legal pelas autoridades oficiais de cada país. O protocolo da época se espelhava na “avaliação cuidadosa” do *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (Ljungqvist, Genel, 2005), uma organização profissional que atua com a criação e regulamentação de diretrizes de cuidado em saúde para pessoas transexuais, hoje conhecida como a *World Professional Association for Transgender Health* (WPATH).

No fim das contas, podemos dizer que nessas duas décadas foram emitidas críticas, como também defesas sobre qualquer tipo de regulação específica aos atletas transexuais. Ao longo do período, o emaranhado regulatório que visava investigar atletas com variações intersexuais também se modificou até aparecer em sua forma “hiperandrogênica”. Logo após essa publicação do Consenso de 2015, Brodsky e Genel sumarizam toda a história da “verificação de gênero” para um simpósio da *Pediatric Endocrine Society* (PES) dentro do encontro anual da *Pediatric Academic Societies* (PAS Meeting). No artigo derivado, percebemos o incômodo dos autores já que chegam ao ponto de questionar a validade desses protocolos na medida em que eles são constantemente declarados suspensos por falta de evidências que comprovem a *necessidade* e a *proporcionalidade* dessas diferenças – classificatórias e biológicas, respectivamente. Os dois cobram que o COI com suas federações esportivas interrompa quaisquer políticas baseadas em “suspeitas” e “intimidações”, precisamente o modo operante das regulações desde o começo do século XX. Para eles, “talvez seja a hora de rever uma recomendação feita em 1990 pela reunião [de especialistas] da IAAF em Monte Carlo, de que pessoas 46, XY nascidas com um distúrbio do desenvolvimento sexual

⁷¹ O julgamento Chand v. IAAF e AFI, que acompanharemos no capítulo seis da tese, fez com que essa regulação de 2015 fosse suspensa, gerando outros documentos regulatórios feito por federações internacionais, como a IAAF. Mas esse protocolo olímpico de 2015 foi caracterizado por seus signatários como um “documento vivo” que poderia e deveria ser modificado com alterações legais e transformações médico-científicas.

e criadas como mulheres possam competir em eventos femininos” (2016, p. 276, inserção minha). Em artigo de 2017, Genel constata que mesmo que as regulações tenham se desenvolvido de acordo com o entendimento médico-científico do momento, afinando suas diretrizes para promover integração, nenhum/a atleta publicamente transexual competiu nos Jogos Olímpicos, tanto de verão quanto de inverno, realizados até hoje. Por isso, o receio de que o esporte feminino acabe com a inclusão de grupos minoritários surge como uma fantasia distante, infundada, mas sempre possível nesse horizonte de resguardo que organiza toda competição de alto rendimento na era moderna.

Dito isto, Tiffany passou por todas as etapas previstas no protocolo de 2015 para ser elegível a competir. Foi liberada pelo COI, pela *Federação Internacional de Voleibol* (FIVB), pelo *Comitê Olímpico Brasileiro* (COB) e pela *Confederação Brasileira de Voleibol* (CBV). Há pelo menos três anos o COI questiona políticas anteriores e não obriga nenhum atleta transexual a realizar cirurgias transexualizadoras para participar de qualquer modalidade esportiva. Ainda assim, pelo o que Tiffany detalha em suas entrevistas, ela já passou por todo o processo transexualizador (transição completa com retirada de gônadas, hormonioterapia e alteração no registro civil). Em uma matéria do Globo Esporte⁷² e depois em outra matéria do O Globo⁷³, indica-se que ela teria 0,2 ng/mL ou 34,5 ng/dL de testosterona, o que equivale a 0,7 nmol/L ou 1,2 nmol/L para comparar com o protocolo de 2015 do COI de até 10 nmol/L.⁷⁴ Ou seja, ela teria concentração de testosterona total no plasma menor do que o padrão estipulado para a elegibilidade na categoria feminina. Concentração que também seria menor do que a “média” para mulheres cisgêneras, cerca de 3,1 nmol/L, de acordo com Genel (2017).

Então dá pra afirmar que Tiffany nunca descumpriu nenhuma regra esportiva. Mas também dá pra situar sua elegibilidade no voleibol brasileiro dentro de uma discussão mais abrangente sobre ciência hormonal. Ainda não existe nenhum *consenso científico* baseado em *evidências diretas ou comparativas* de que a participação de mulheres transexuais em alguma modalidade do esporte de alto rendimento prejudique a competitividade e o rendimento de mulheres cisgêneras ou mesmo de que haja alguma vantagem computável enquanto média

⁷² A matéria pode ser acessada no seguinte link:

<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/tecnico-da-selecao-jose-roberto-diz-que-convocaria-tiffany-elegivel-para-jogar.ghtml>

⁷³ A matéria pode ser acessada no seguinte link:

<https://oglobo.globo.com/esportes/medicos-que-liberaram-tiffany-acham-que-ela-nao-deveria-atuar-no-feminino-22230250>

⁷⁴ A conversão pode ser feita no site do medicamento *Nebido*, uma variação sintética da testosterona, fabricado pelo laboratório *Bayer*:

<https://www.nebido.com/en/hcp/research/testosterone-tools/conversion-tool.php>

agregada dessas populações em determinado evento esportivo (Jones *et al*, 2017). Dito de outra maneira, quero dizer que faltam pesquisas clínicas, estatísticas, longitudinais e/ou transversais que comparem a performance atlética de pessoas cisgêneras com pessoas transexuais antes e depois da transição. Só que o debate fisiológico ainda surge como um argumento pesado, aparentemente apolítico, que deslegitima ou valida a manutenção de um corpo sexuado em um determinado esporte. Como Tiffany teve uma puberdade masculina, com mais hormônios andrógenos (dentre eles a testosterona) atuando no corpo, com isso seria possível *inferir* que ela desenvolveu mais altura, distribuição de musculatura, capacidade de oxigenação [VO_2max] e resistência anabólica. Portanto, o argumento seria de que esses fatores *ainda poderiam ser relevantes* para sua atual performance esportiva. Mas não podemos dizer que há uma relação de causalidade comprovada entre esses fatores.

Porque não temos pesquisas que indiquem que atletas transexuais mantenham ou aumentem comparativamente seus rendimentos atléticos após o processo transexualizador. O que ocorre são extrapolações de descobertas mais ou menos consensuadas sobre a fisiologia masculina, como a maior incidência de hormônios androgênicos, com uma consequente vantagem atlética em certas modalidades esportivas (Bhasin *et al*, 2001; Sönksen, 2016). Mas essa *relação positiva* entre testosterona e vantagem atlética não é uma norma, ao contrário, veremos nos próximos capítulos como outros estudos demonstram efeitos negativos ou não-causais entre os funcionamentos hormonais com os tipos de musculatura, as modalidades esportivas, os níveis de força ou a resistência anabólica, entre outros marcadores.

Também aparecem situações onde se avaliam as dificuldades fisiológicas derivadas de uma hormonioterapia restritiva e consequentemente uma absorção hormonal controlada feita por atletas transexuais como, por exemplo, a situação da ex-ciclista canadense Kristen Worley (Genel, 2017).⁷⁵ Worley passou pelo processo transexualizador em 2001. Quando tentou retomar a carreira esportiva, precisou pleitear um *Therapeutic Use Exemption* (TUE) para recompor testosterona, já que havia retirado suas gônadas com a cirurgia. Com a demora dessa avaliação, Kristen entrou em um estado de “menopausa”, o que impossibilitava sua recuperação atlética. No fim, foi obrigada a se aposentar. Conseguiu, depois de um tempo, juntar a Cycling Canada, o Ontario Cycling Association e o Union Cycliste Internationale em uma mediação formal feita pelo Human Rights Tribunal of Ontario (HRTTO). A entidade administrativa reconheceu que as políticas regulatórias de gênero feitas por instituições esportivas ferem os

⁷⁵ O resultado da mediação está disponível no seguinte link:

<http://www.hrlsc.on.ca/en/human-rights-stories/settlements-mediations#Kristen>

direitos humanos de atletas transexuais, de modo que as partes aceitaram revisar suas políticas internas para melhor integrar atletas como Worley.

Neste caso, como na situação de Tiffany, se uma atleta transexual retira suas gônadas, ela teria uma produção quase nula dos hormônios esteroidais – andrógenos e estrógenos já que todo corpo, seja ele masculino ou feminino, usualmente produz e utiliza todos os tipos de hormônios – de modo que essa atleta teria que recompor sinteticamente seus hormônios, tanto para manter um corpo produtivo no esporte, como também para ter um corpo saudável em seu funcionamento orgânico. Então com essa reposição sintética de hormônios exógenos “femininos”, a atleta vai se encontrar no padrão estipulado pelos protocolos sem seus hormônios endógenos “masculinos” atuando no corpo. Caso a atleta não tenha retirado suas gônadas, basta que ela tome um bloqueador hormonal para suspender a funcionalidade dos hormônios que se quer suprimir.

Em relação aos efeitos mais duradouros da puberdade que marcam o corpo como, por exemplo, altura, alcance e mãos maiores no caso do vôlei, ainda que a atleta seja mais alta e tenha mãos maiores, ela não terá a mesma funcionalidade nem o mesmo rendimento dessa antiga composição corporal como tinha com a circulação livre dos hormônios andrógenos e, como resultado, do impacto direto de hormônios como a testosterona ou o DHT antes da transição. Com a retirada das gônadas ou o bloqueio hormonal, além da ingestão de certos hormônios estrógenos sintéticos, a possível explosão muscular, capacidade de oxigenação, força física ou resistência anabólica de antes não vão mais persistir daquela mesma maneira (Teetzel, 2006). Por outro lado, o questionamento de uma “memória muscular”⁷⁶ parece fundamental para compreendermos essas *correlações biossociais*, mas ainda encontra um fraco respaldo na literatura científica especializada.⁷⁷ Então mesmo afirmando que o mundo biológico é tão diverso e complexo quanto o mundo social – e que eles não estão em oposição, mas se embaralham e se desenvolvem em conjunto – ainda ficamos desconfiados ou definitivamente confusos com essas implicações corporais. Como saber o impacto da performance esportiva de um corpo transicionado? Precisamos de mais pesquisa, mas vamos

⁷⁶ A ideia de uma “memória muscular” parte do princípio de que tanto as células musculares quanto a memória processual, através do armazenamento neural de certas atividades repetidas ao ponto de gerar um baixo nível de consciência quando executadas, lembrariam desses usos e facilitariam – neste caso – o ganho de massa muscular em indivíduos acostumados com treino de resistência e intensidade. Mas a vinculação deste tipo “aprendizado” com a ação de hormônios esteroides endógenos durante a puberdade e após qualquer hormonioterapia é, até o momento, uma hipótese teórica (Gundersen, 2016; Sharples, Stewart, Seaborne, 2016).

⁷⁷ De todo modo, há muita produção científica sobre diferenças ósseas, musculares e hormonais entre homens e mulheres cisgêneros, não necessariamente em esportes de alto rendimento, ver Haizlip, Harrison, Leinwand (2015) para uma revisão da literatura científica especializada.

por ora olhar alguns números do desempenho de Tiffany na temporada 2017/2018 da Superliga Feminina.

Tabela 1: Dados de rendimento da jogadora Tiffany Abreu, pelo time Vôlei Bauru, na temporada 2017/2018 da Superliga Brasileira de Voleibol Feminino.

Jogos/Times	Total de Ataques	Pontos	Sets Jogados	Eficiência (%)	Resultado do Jogo
11-1T: São Caetano	35	15	2	40%	D
01-2T: Pinheiros	44	25	4	55%	V
02-2T: Fluminense	63	30	5	41%	D
04.-2T: SESI-SP	41	21	4	44%	V
03.-2T: Brasília Vôlei	44	24	4	50%	V
05-2T: Minas	13	6	2	46%	D
06-2T: Praia	75	39	5	44%	D
07-2T: Vôlei Nestlé	54	31	5	54%	D
08-2T: SESC RJ	58	20	4	33%	D
09-2T: Barueri	53	36	5	62%	D
10-2T: Country	22	12	3	45%	V
11-2T: São Caetano	38	22	4	53%	D
4Fs-1J-Playoffs: Praia	51	24	4	43%	D
4Fs-2J-Playoffs: Praia	19	3	2	16%	D
	610	308	53	45%	-

* Tiffany começa a jogar pelo time Vôlei Bauru a partir da 11ª partida do Primeiro Turno da Superliga

** Dados disponíveis em: <http://superliga.cbv.com.br/>

Fonte: Dados recolhidos e sistematizados a partir do site da Superliga (<http://superliga.cbv.com.br/>).

Em números gerais, são ótimos resultados. Tiffany ainda aparece como a Maior Pontuadora (pontos/sets) no site da Superliga, com 5,4 pontos por sets. No mesmo site, a Confederação Brasileira de Voleibol indica que Tiffany teria feito 308 pontos, como confirmo nos dados disponíveis de cada partida, mas com 57 sets jogados em vez de 53 – na minha conta, portanto, seriam 5,8 pontos por sets. A segunda colocada seria Tandara Caixeta, do Vôlei Nestlé, com 5,4 pontos por sets – 626 pontos em 116 sets jogados. Outro número impressionante. As demais jogadoras escolhidas permanecem na casa de 4 pontos por sets. Mesmo assim, se olharmos a *eficiência* no ataque, a porcentagem de Tiffany diminui bastante, flutuando entre 16% e 62%, com média em torno de 45%. Também computada no site da CBV a partir dos pontos versus total de ataques, Tiffany ficaria com cerca de 50% de produtividade. As primeiras atletas listadas apresentam entre 55% e 53% de excelência no ataque. Outros dados como melhor bloqueadora, melhor sacadora, maior pontuadora ou até mesmo a seleção do “time dos sonhos” não registram Tiffany entre as selecionadas.

Neste sentido, a atleta não seria um ponto fora da curva que afrontaria o esporte feminino, como justificam muitos que pedem seu afastamento da Superliga. Pelos dados recolhidos, Tiffany de fato é uma ótima atleta, mas não é particularmente imbatível. A

quantidade de pontos por sets que converteu parece ser explicada por sua posição de oposta (quem recebe para atacar, normalmente, a maioria das bolas) e pelo contexto do clube em relação a recepção/produzitividade de outras atletas. Por exemplo, no nono jogo do Retorno contra a equipe Hinode Barueri, em que Tiffany atacou 53 vezes, fez 36 pontos e teve eficiência no ataque de 62%, ela não recebeu a bola nenhuma vez. Em contrapartida, as duas atletas que mais pontuaram depois de Tiffany foram as ponteadoras Yoana Palacio (com 26 ataques e 15 pontos) e Gabi Cândido (com 15 ataques e 05 pontos). A primeira recebeu a bola 43 vezes e a segunda 13 vezes. Essa recepção e distribuição diferenciada das bolas impacta na capacidade da atleta de atacar e, conseqüentemente, de pontuar.

Em matéria publicada pelo site *Melhor do Vôlei*, os pesquisadores Regis Machado Rezende e Adriano Passos apontam outros deslizes argumentativos de quem acredita que somente a fisiologia – pura e simples – determinaria a divisão esportiva entre homens e mulheres. Em relação ao questionamento da altura, eles demonstram como entre as doze equipes inscritas nas Superliga, nove equipes teriam atletas com estatura acima de 1,90 m. Na época, eram 22 atletas no grupo, sendo 09 com a mesma estatura ou maior que Tiffany: 1,92 m.⁷⁸ Se compararmos mais além com atletas de outros países o valor também muda drasticamente. Na Rio 2016, por exemplo, aparecem 17 jogadoras acima de 1,92 m.⁷⁹ Yuan Xinyue, do time campeão da China, tem 2,00 m de altura, nenhuma jogadora brasileira ou atuante na Superliga possui estatura similar.

Por outro lado, os autores discutem que quando aprendemos ou treinamos de acordo com a *disciplinarização* de um sexo/gênero específico – neste caso, a própria altura da rede: 2,43 m para homens e 2,24 m para mulheres – incorporamos e automatizamos “gestos, técnicas e táticas diferentes”, ainda que seja em uma mesma modalidade esportiva. Com as especificidades de cada esporte e de cada competição, aprender como jogar de uma determinada maneira e ter a necessidade de modificar seu repertório após a transição também pode ser compreendida como uma dificuldade de adaptação (em meio aos debatidos ganhos fisiológicos) para as atletas transexuais. Afinal, como também observam, sendo o corpo um complexo

⁷⁸ É importante apontar que a CBV não apresentou dados sobre a altura de Tiffany em seu site. Também não achei essas informações no site de seu time, o Vôlei Bauru. Todas as outras atletas do time possuem dados disponíveis no site da CBV, menos Tiffany. Sem ela, o clube teria outras 05 atletas acima de 1,90m de altura. Nesta matéria, os pesquisadores informam estatura de 1,92m. Na matéria de Ana Paula Henkel no Estadão, ela informa estatura de 1,94m. Outros sites corroboram os dois valores, mas também aparecem alturas diversas, entre 1,90m a 1,98m. Por fim, em uma entrevista para a *Veja*, publicada em 16 de dezembro de 2017, Tiffany também afirma que teria 1,92m.

⁷⁹ Existe uma sistematização desses dados, obtidos no site oficial da FIVB, na seguinte página da *Wikipédia*: https://en.wikipedia.org/wiki/Volleyball_at_the_2016_Summer_Olympics_%E2%80%93_Women%27s_team_rosters

conjunto de órgãos e funções que se organiza a partir de sínteses proteicas e reações químicas, qualquer ingestão medicamentosa ou alteração fisiológica pode resultar em efeitos variados, em alguns casos até adversos, para o funcionamento homeostático⁸⁰ do organismo. Então, para os autores, faz sentido se preocupar com uma regulação do corpo de pessoas transexuais – que já realizam uma contínua terapia de supressão ou de aumento de determinados hormônios – pois encontram-se nesse complicado (des)equilíbrio fisiológico em um contexto extenuante do esporte de alto rendimento. Como acompanhamos pela história de Kristen Worley, parece claro que é preciso ter mais atenção e cuidado clínico (antes de um controle regulatório) às flutuações hormonais e transformações anatômicas dos atletas trans na elite esportiva.

Dito isto, um artigo pioneiro com comparações clínicas e estatísticas da performance esportiva de atletas transexuais foi publicado em 2004 por dois endocrinologistas holandeses e compara a suplementação hormonal de 17 homens transexuais com 19 mulheres transexuais na tentativa de observar os impactos, as diferenças e as transformações de certos traços fisiológicos, que seriam os níveis de testosterona total no plasma sanguíneo, a massa muscular da coxa medida por imagens de ressonância magnética, os níveis de hemoglobina e de somatomedina C (IGF-1).⁸¹ Os resultados são relevantes, ainda que não derivados da comparação direta de atletas transexuais e cisgêneros, porque mostram a sobreposição ou a inversão de traços fisiológicos considerados tipicamente masculinos e femininos, que nesta perspectiva impulsionariam a performance esportiva. Depois de um ano de hormonioterapia, os níveis de testosterona no plasma de mulheres transexuais ficaram abaixo da média considerada para mulheres cisgêneras, enquanto os níveis de homens transexuais ficaram dentro da média considerada para homens cisgêneros. Em suma, de 21,5 nmol/L para 1,0 nmol/L nas mulheres transexuais e de 1,6 nmol/L para 30,8 nmol/L nos homens transexuais (Gooren, Bunck, 2004).⁸²

Ainda que essa normalidade hormonal seja constantemente construída, é interessante notar alguns dos valores atuais para o entendimento desta diferenciação fisiológica. Usualmente a média de testosterona total no plasma para mulheres cisgêneras seria em torno de 1,9 nmol/L a 3,1 nmol/L (Haring, 2012; Genel, 2017). Em corpos de homens cisgêneros esses valores vão

⁸⁰ A homeostase é a propriedade de um sistema aberto e complexo de se regular internamente e assim manter uma certa estabilidade para realizar suas funções adequadamente. No caso de um organismo humano, garantiria um equilíbrio do corpo através de mecanismos e ajustes de regulação inter-relacionados como, por exemplo, o *feedback*.

⁸¹ A somatomedina C (IGF-1) é um hormônio proteico produzido no fígado em resposta à atividade do hormônio do crescimento (GH). Tem um papel importante no crescimento ósseo e no desenvolvimento da musculatura.

⁸² Os autores calcularam o desvio padrão ($p < 0,05$), além de identificarem os valores após 3 anos de hormonioterapia, o que não demonstrou alteração significativa em relação aos números do primeiro ano de terapia hormonal.

usualmente desde 8 nmol/L até 45 nmol/L – a última edição do “Testosterone: Action, Deficiency, Substitution” apresenta pelo menos sete taxas diferentes em relação ao menor valor de normalidade (Nieschlag, Behre, Nieschlag, 2012). Uma outra interpretação crava que a média de testosterona livre no sangue das mulheres cisgêneras seria entre 10 a 15% menor que a média dos homens cisgêneros. Mas, de novo, qual deve ser a média mais adequada de normalidade no esporte? Essas definições estão sendo continuamente reavaliadas. Cabe usá-las aqui não como dados biológicos inerentes, mas como construções consensuadas de processos biológicos altamente variáveis.

As hormonioterapias, então, impactam profundamente na musculatura e na distribuição de gordura do corpo. Ainda assim, há uma grande sobreposição da musculatura analisada entre os grupos, tanto antes quanto depois da suplementação hormonal. Na medida em que mulheres transexuais, que passaram por uma puberdade masculina e que por isso tinham maior massa magra, tomavam bloqueadores de andrógenos ou retiravam suas gônadas, elas experimentaram uma perda de musculatura que aumentou ainda mais a sobreposição entre os grupos. Homens transexuais, por sua vez, ganhavam musculatura de acordo com o tratamento e equilibravam os valores registrados pelas mulheres transexuais antes da hormonioterapia (ver fig. 4).

Figura 4: Comparação da área de musculatura (cm²) entre homens trans (46, XX) e mulheres trans (46, XY) antes e depois da hormonioterapia.

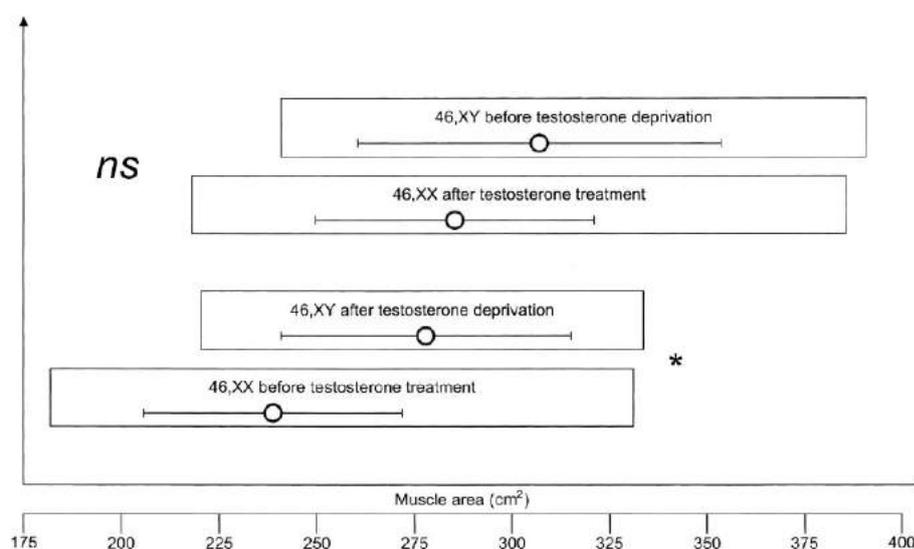


Figure 1 Relative changes in muscle mass after 12-month cross-sex hormonal treatment in 19 male-to-female and 17 female-to-male transsexual subjects. The means of 46,XY before testosterone deprivation and 46,XX before testosterone treatment differ with statistical significance. Beams represent range of all subjects. * $P < 0.05$ Mann-Whitney test asymp. sig. (two-tailed). ns: not statistically significant. Mean in cm² with s.d. (whiskers).

Fonte: Louis Gooren & Mathijs Bunck. Transsexuals and Competitive Sports. European Journal of Endocrinology, 151, 2004, p. 425–429.

Diferenças nos níveis de hemoglobina e somatomedina C (IGF-1) também foram registradas de acordo com a suplementação hormonal de supressão ou ingestão de andrógenos.⁸³ Os endocrinologistas ainda apontam a necessidade de compreender a ação da testosterona a partir de cada dosagem e concentração, em cada corpo e tipo de suplementação, mas também a partir da resposta da administração androgênica segundo nutrição, atividade física, metabolismo individual, recepção hormonal e outras regulações geneticamente determinadas. De modo que qualquer fisiologia seria complicadamente particular. As ações dos hormônios pré-natais ou durante a puberdade seriam senão mais um caminho dentre outros para a explicação da *performance esportiva*.

Outro estudo muito citado foi publicado pela médica Joanna Harper, uma das especialistas que assina a resolução de 2015 do COI e tem posição singular no cenário. Ex-atleta de corrida de longa distância e também mulher transexual, ela auxilia há alguns anos a Comissão Médica do COI em questões sobre gênero e esporte. Harper defende uma interpretação bastante intervencionista sobre as regulações específicas às atletas com variações intersexuais, mas em relação às atletas transexuais, ela usualmente contemporiza. Diferente de Gooren e Bunck, a comparação de Harper (2015) ocorre com resultados de corrida de longa distância de 08 atletas transexuais, semiprofissionais, antes e depois da transexualização.⁸⁴ Esses tempos, no entanto, foram registrados a partir de contatos *online* mantidos durante sete anos e, quando possível, verificados em sites que listam e sistematizam resultados de corridas. De fato, uma metodologia pouco consolidada. Mas a autora afirma que corrigiu os valores de acordo com a maior classificação etária para cada sexo em determinada modalidade. No fim, seus resultados demonstram uma diminuição coletiva da média dos tempos de atletas transexuais em suplementação hormonal. Em alguns casos, quando Harper sabia as motivações, os tipos de treinamento e a intensidade da atividade de certa atleta, os resultados variavam negativamente ou positivamente a depender do contexto pessoal.

⁸³ Os valores de concentração da hemoglobina em mulheres trans diminuiu de $9,3 \pm 0,7$ nmol/L para $8,0 \pm 0,7$ nmol/L e em homens trans aumentou de $8,2 \pm 0,7$ nmol/L para $9,4 \pm 0,8$ nmol/L. Já os valores de concentração do hormônio IGF-1 foi de $38,0 \pm 10,0$ nmol/L para $14,0 \pm 8,0$ nmol/L em mulheres trans e de $26,0 \pm 12,0$ nmol/L para $36,0 \pm 14,0$ nmol/L em homens trans. Ver mais em Gooren, Bunck, 2004.

⁸⁴ Encontrei duas publicações nacionais que analisam bibliografias sobre transexuais no esporte. A primeira publicação feita a partir de buscas no *Pubmed* e *Google Acadêmico* (Vasconcelos, Del Vecchio, 2017) também identifica esses dois artigos quantitativos, de Gooren e Bunck e de Harper, sobre o tema. A segunda publicação também trabalha com buscas no *Google Acadêmico* (Coelho *et al*, 2018) e encontra os mesmos artigos citados, uma revisão bibliográfica registrada anteriormente (Jones *et al*, 2016), além de outro texto feito por Joanna Harper, Jonathan Ospina e María José Martínez-Patiño (2016) que foi publicado no site *Sportscience* com uma comparação de duas páginas sobre o desempenho de alguns atletas trans antes e depois da transição.

Em uma outra perspectiva, ela também indica que essa análise valeria apenas para corridas de longa distância, já que em modalidades onde a estatura ou a força tivessem relevância novos resultados precisariam ser feitos para entender todas as diferenças e as supostas vantagens decorrentes (2017). Mais recentemente, Harper *et al* (2018) apresenta o conceito de “gênero atlético” como tentativa de facilitar a triagem da elegibilidade sexual no esporte e diminuir o estigma dos antigos “testes sexuais”. Os autores propõem utilizar a atual metodologia científica baseada na quantidade de testosterona total no plasma para identificar esse “gênero atlético”. Caso uma atleta com identidade de gênero feminina – seja assignada como mulher no nascimento, seja com ou sem variação intersexual, seja transexual – for classificada dentro do “gênero atlético” masculino, esta atleta teria que ser incluída em competições de alto nível masculinas ou, como parece ser o próximo passo argumentativo, em uma nova categoria segundo um “terceiro sexo” ou “terceiro gênero”.⁸⁵ Para os especialistas, a proposta estaria alinhada com princípios fundamentais não-discriminatórios da *Carta Olímpica*,⁸⁶ o que garantiria políticas esportivas mais convincentes e diminuiria o desconforto dos vários grupos que discutem sobre sexo, gênero e esporte.

De modo que separar corpo biológico, identidade de gênero e reconhecimento legal não seria uma novidade dentro da nossa realidade fragmentada entre biologia e cultura. Ao contrário, podemos dizer que essas distinções fomentam não só as classificações atuais, tanto no esporte, como na administração pública, mas também as reorganizações políticas de certas coletividades. A torção entre direito e fisiologia sempre ocorreu, com os saberes científicos e as práticas médicas se imbricando no processo político de governança dos corpos, dos sujeitos e das populações. Diante desta proliferação de vivências, de especializações, de jurisprudências – como garantir que a arbitrariedade das estratégias regulatórias seja justa?

Mesmo que Harper e outros especialistas vinculados ao COI protestem e advoguem pela ideia de que a testosterona é a “quantidade mensurável” que afeta mais “diretamente os resultados atléticos”, e que é por ela que a determinação da elegibilidade esportiva feminina deve ocorrer (2017, p. 148), salvaguardar a dúvida frente um *imperialismo biológico* é imprescindível. Justamente porque não há apenas um único marcador biológico que diferencie

⁸⁵ Essa noção tem rastro antropológico, por exemplo, com as pesquisas de Gilbert Herdt (1994) ou de Anuja Agrawal (1997), mas não pesa aqui como uma alternativa neutralizante às diferenças de sexo/gênero. A nova categoria baseada no “gênero atlético” se ligaria mais a uma judicialização dos direitos sexuais que acompanhamos atualmente, como o caso da Alemanha, do que a uma expansão da autonomia, integridade corporal e diversidade anatômica pleiteado em um ativismo com a quebra do binarismo de gênero nos esportes.

⁸⁶ Os autores citam explicitamente o tópico 6 dos “Princípios Fundamentais”. A Carta Olímpica pode ser acessada no seguinte link:

https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf

homens e mulheres. Alguns são escolhidos em detrimento de outros, mas aos poucos estes também vão dando lugar a novas descobertas científicas e delimitações classificatórias. Podemos articular uma série de marcadores que passam pela composição genética e cromossômica, pelas taxas hormonais e suas recepções, pela funcionalidade (parcial ou total) das gônadas, pela aparência da genitália, socialização na primeira infância, construção da identidade de gênero, características hormonais da puberdade, entre outros aspectos.

São muitos fatores que promovem a conformação de corpos mais masculinos ou mais femininos. Por isso analisar a noção de um “benefício progresso”, pensado inteiramente em termos da ação e do impacto quantificado da testosterona durante a puberdade, parece um esforço de fé enquanto ainda não temos evidências diretas dessas diferenças nem suas comparações clínicas, sociológicas e estatísticas. Ainda assim, mesmo que as pesquisas atuais não apontem nenhum ganho ou vantagem das atletas transexuais (ou com variações intersexuais) em relação às atletas cisgêneros, discussões e constatações diversas sobre o assunto – muitas vezes antiéticas e desinformadas – vão continuar povoando o mundo esportivo.

A vontade de estipular *marcadores biológicos* para diferenciar sexos/gêneros, definir métodos para que essas diferenças sejam visualizadas, compreendidas e reguladas, bem como afinar esta regulação para manter uma integridade política e classificatória, marcou e ainda marca o modo com que o esporte competitivo se constitui, conforma atletas e produz elegibilidade. A história de Tiffany Abreu se torna emblemática neste momento para entendermos as expectativas e ansiedades presentes nas regulações. Afinal, a verificação do sexo/gênero de uma determinada atleta carrega consigo a bandeira de proteção de todas as mulheres, garantindo uma almejada equidade esportiva dentro das modalidades femininas, ainda que os saberes que embasem essas resoluções não estejam isentos de interferências, responsabilidades e transformações. Neste sentido, apesar da natureza multifacetada do *sexo biológico*, em diferentes momentos o Comitê Olímpico Internacional (COI) se utilizou de técnicas como inspeções anatômicas, exames cromossômicos, testes de reação em cadeia da polimerase e análises hormonais variadas para a validação de uma atleta em competições femininas (Pieper, 2016). Vamos acompanhar na próxima seção algumas dessas histórias, técnicas e controles.

O nascimento do movimento olímpico e a proteção da integridade atlética

Era 1936 e os Jogos Olímpicos de Verão aconteciam em Berlim, na Alemanha, em meio a consolidação do regime nazista. Nesta Olimpíada, pela primeira vez foi realizada a cerimônia

de transporte da chama olímpica. O cortejo de atletas transportou a tocha com a chama olímpica das ruínas do templo de Hera, em Olímpia, na Grécia, até o recém-construído Estádio Olímpico de Berlim. Realizada como forma de inspirar e ilustrar a crença ariana na superioridade racial do Terceiro Reich, a XI Olimpíada também foi a primeira a ser documentada e televisionada para o público.⁸⁷ Depois dela, os Jogos só voltariam a ser realizados após tumultuados 12 anos, com o término da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, essa consolidação do esporte como um lugar de competitividade, excelência e honra, em um palco global, transpirava bastante das tensões geopolíticas vividas desde o começo do século XX.

Ao longo dos últimos capítulos, demonstrei como o corpo foi um aparato crucial para a formação de ciências, especialidades médicas e moralidades que sustentaram a feitura de um novo mundo. As identidades nacionais se constituíram pela interação contínua, quase sempre de forma desigual e violenta, com corpos, saberes e produções periféricas – fora do império, nas colônias através de outros exotizados, mas também dentro das metrópoles, cada vez mais inundadas e transformadas por essas diferenças. O sexo, a cor/raça e a sexualidade se tornaram marcadores fundacionais dessas realidades, regulando eixos afetivos, sociais e territoriais que organizaram a própria construção do corpo político moderno, ou seja, foram sob essas marcas encarnadas que a soberania, a integridade e o reconhecimento se estruturaram e se ampararam.

No curso de 1975-1976 que Michel Foucault ministrou no Collège de France, com o título de “Em Defesa da Sociedade” (2005), compreendemos como certos saberes e práticas configuraram um regime de verdade que gerou efeitos de poder, através de mecanismos disciplinares e administrativos, ao mesmo tempo em que produziu os sujeitos que se regulava, pela capacidade de sujeição do próprio regime. Essa conformação dos modos de medir e produzir a realidade fez com que se aumentassem as expectativas em torno da universalização das formas de governamentalidade. As estatísticas, os diagnósticos, os protocolos são alguns dos exemplos da racionalidade e da intervenção implementadas pelo novo aparato da modernidade. Mas não há uma substituição clara do “fazer morrer ou deixar viver” pelo “fazer viver ou deixar morrer” (Ibid., p. 287) – o biopoder que se funda na gestão dos corpos também vai se exercer como estratégia do poder soberano que possibilita certo reconhecimento político e social (Ibid., p. 309).

De modo que o espraiamento de novas imaginações, regras e formas de competitividade no mundo esportivo aconteceu dentro dessas dinâmicas geopolíticas conflituosas e desiguais,

⁸⁷ O arquivo oficial desta Olimpíada pode ser encontrado no seguinte link: https://web.archive.org/web/20080822100804/http://www.olympic.org/uk/games/past/index_uk.asp?OLGT=1&OLGY=1936

fruto de uma longa história colonial, onde o ordenamento social era derivado deste detalhamento dos regulamentos e das regulações. Na XI Olimpíada, o atletismo desvelou mais uma vez as fraturas dessas antigas relações. Jesse Owens, atleta negro estadunidense, ficou mundialmente conhecido por ganhar quatro medalhas de ouro em modalidades de curta distância e de salto em distância, desbancando um dos atletas alemães mais famosos da época, Luz Long. A cena dos dois competindo, filmada no monumental documentário *Olympia* de Leni Riefenstahl, continua a ser amplamente narrada no escopo dos Jogos Olímpicos como um exemplo de fair play, competitividade e amizade. A cordialidade de Long em face do contexto nazista lhe rendeu uma medalha póstuma em 1964, a Medalha Pierre de Coubertin, uma das mais nobres honras que podem ser concedidas a um atleta olímpico por demonstração dos valores de fair play.⁸⁸

O atleta faleceu em 1943 na frente italiana da Segunda Guerra Mundial. Owens, por sua vez, não recebeu nenhuma condecoração olímpica, mas outras inúmeras homenagens nos Estados Unidos. Neste registro conflituoso, o hino nacional com o começo “Alemanha, Alemanha acima de todos” [*Deutschland, Deutschland über Alles*] ressoado em uníssono no estádio de Berlim se fragmenta quando lembramos de Owens recebendo sua medalha de ouro (ver fig. 4).⁸⁹ As histórias se embaralham a partir daí, alguns narram que Adolf Hitler se recusou a reconhecer a vitória de atletas de outras etnias, menosprezando suas fisiologias e rendimentos, outros afirmam que ele deliberadamente cumprimentou Owens pela conquista.⁹⁰ Alguns também discutem que dentro da conjuntura de segregação racial vivida nos Estados Unidos, ainda altamente polarizada no cenário entreguerras, Owens afirmou que foi o então presidente Franklin D. Roosevelt que o esnobou, não tendo enviado nem um “telegrama” para prestigiá-lo (Schaap, 2007). O ponto é que essas cenas olímpicas transbordam expectativas e constrangimentos mais alargados, que estão densamente enraizados no modo com que os corpos são afetados, usados e reconhecidos politicamente.

⁸⁸ Representantes do COI aparentemente contestam essa fonte, mas só pude identificar uma matéria sobre o assunto:

<https://www.thisinsider.com/how-many-athletes-have-won-the-pierre-de-coubertin-medal-2016-8>

⁸⁹ Depois da reunificação alemã, em 1990, somente a terceira estrofe é utilizada como hino nacional.

⁹⁰ Uma matéria em memória de Jesse Owens pode ser lida no seguinte link:

<https://www.blackhistorymonth.org.uk/article/section/sporting-heroes/jesse-owens/4567075379/>

Figura 5: No pódio (da esquerda para direita): Naoto Tajima, Jesse Owens, Luz Long, todos em Berlim 1936.



Fonte: Bundesarchiv Bild 183-G00630.

O sociólogo W. E. B. Du Bois, em *The African Roots of War* (1915), já tinha refletido sobre as motivações para a Primeira Guerra Mundial, dentre elas, como o colonialismo – com a competição pelo uso e acumulação irrestrita dos corpos de cor – se ligava às tensões geopolíticas da época. Uma constatação que também se efetiva nas tramas olímpicas do início do século. Mas o rendimento esportivo que deseja superioridade e domínio não estava apenas vinculado aos confrontos raciais e territoriais. Nesta mesma época, o atletismo foi palco de outro conflito mais silencioso. Em Berlim 1936, a corredora Helen Stephens surpreende ao ganhar a final dos 100 m feminino. A atleta, com 18 anos, supera o recorde mundial de Stanisława Walasiewicz, corredora polonesa mais conhecida como Stella Walsh. As duas competiram bastante durante a década, sempre alternando os melhores tempos e colocações de pódio (ver fig. 6).

Figura 6: Stella Walsh (direita) parabeniza Helen Stephens (esquerda) depois que a segunda ganha os 100 m feminino em Berlim 1936.



Fonte: Getty Images.

A confusão se instaura quando a IAAF, na época ainda International Amateur Athletics Federation, não reconhece os tempos e recordes de Stephens. Uns dizem ser devido a uma rajada de vento que teria facilitado sua vitória (Pieper, 2016, p. 11), mas as medições da velocidade do vento não aparecem no livro de progressão de recordes da IAAF.⁹¹ No site do COI, conseguimos identificar que Stephens ganhou a corrida com o tempo de 11.5 s enquanto Walsh terminou na segunda colocação com o tempo de 11.7 s. No registro entidade esportiva, no entanto, há uma lacuna com os resultados desta Olimpíada. A progressão dos recordes ratificados pula de 1935, quando Stephens se qualifica com tempo de 11.6 s, para 1937 quando Walsh repete o tempo de 11.6 s no Meeting ISTAF Berlim.

Esse tumulto se adensa porque logo após a corrida Stephens é acusada de não ser uma mulher. Um jornalista polonês responsabiliza a delegação dos EUA de infiltrar um homem na competição e completa ao dizer que Walsh teria ganhado o ouro se estivesse competindo somente com mulheres, por isso Stephens “deveria estar correndo com Owens e outras estrelas americanas” (Ibid.). Os familiares de Helen são entrevistados para o *Los Angeles Times* e a mãe reforça a feminilidade da filha: “ela vive uma vida social normal de menina, gosta de namorar e dançar na universidade” (Ibid.). Descobre-se que os membros do COI se reuniram antes dos Jogos para discutir a situação de “atletas mulheres anormais” [*athlètes femmes anormales*],

⁹¹ O livro de estatísticas e progressão de recordes da IAAF pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.iaaf.org/ebooks/2017/WCH/publication/contents/pdfweb.pdf>

além de pediram para as federações internacionais avaliarem seus próprios casos. Minutas da 35ª Sessão do COI sugerem que as autoridades americanas realizaram uma investigação cuidadosa para estabelecer o sexo verdadeiro da atleta antes dela chegar em Berlim (Ibid., p. 24). Para Lindsay Pieper, foi o primeiro *teste sexual* amplamente discutido e publicitado do movimento olímpico moderno.

A divulgação dessas investigações e informações forma um padrão de conduta que vai do espetáculo à solidariedade. Durante a década de 1930, o principal método de regulação era através das inspeções visuais, dizem que a própria Stella Walsh foi regularmente avaliada para garantir sua elegibilidade já que também era criticada por ter uma aparência pouco feminina (Ibid., p. 26). Um pouco antes, em Amsterdã 1928, uma atleta japonesa chamada Hitomi Kinue ganhou notoriedade ao ficar em segundo lugar na corrida dos 800 m. Era a primeira vez que a modalidade era permitida para mulheres. Seu corpo, considerado muito musculoso, também foi alvo de críticas por jornalistas (Ibid., p. 19). O mesmo escrutínio aconteceu com Mildred “Babe” Didrikson em Los Angeles 1932, atleta estadunidense que foi a sensação desses Jogos Olímpicos, mas que era constantemente criticada por ser “tomboy” demais para os padrões atléticos da época (Cahn, 1994, p. 4). Pieper coleciona relatos diversos, de modo bem minucioso, sobre vários casos. Entre as informações coletadas, um jornalista esportivo brincava em 1932 de “que o melhor método para determinar se uma dama era definitivamente uma garota – de forma menos clínica e mais agradável – era namorá-la e levá-la para sair” (Pieper, 2016, p. 20). O estatuto da mulher estava sujeitado às concepções da feminilidade hegemônica e da heterossexualidade compulsória. Qualquer atleta borrando essas fronteiras, com traços e performances mais ambíguas ou masculinas, fomentava uma ansiedade de reinstaurar essas mulheres nas dinâmicas sociais desejadas.

Os modos de investigar e regular para garantir a elegibilidade feminina estão inscritos em um imaginário de proteção à categoria de mulheres. Esse imaginário se sustenta com concepções conflituosas e desiguais do que se compreende da realidade, em um dado momento histórico, através das relações sociais, dos saberes científicos, das práticas mais ou menos legítimas, dos interesses geopolíticos, mercadológicos, éticos e religiosos, dos afetos e das moralidades. Desde a virada do século XX, o controle dos corpos, da sexualidade e da domesticidade – especialmente dos que vinham da “margem” – se intensificaram com as transformações de um mundo cada vez mais entrelaçado.

O papel das instituições esportivas delineando os contornos de representação e reconhecimento dos sujeitos também se inicia e se fortalece neste período. Pierre de Coubertin retoma os Jogos Olímpicos em 1894 com a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI).

No capítulo anterior vimos um pouco de como o desejo olímpico, da competição amadora e cordial entre atletas de culturas distintas, esbarrou na profissionalização do esporte, especialmente com o aumento do uso de métodos e substâncias dopantes (como os hormônios esteroides) em meio às disputas nacionalistas. Esse desejo vinha de uma aristocracia que formava a elite administrativa do mundo esportivo. Coubertin institucionalizou o COI com outros homens influentes, cavalheiros e burgueses de vários países, na tentativa de propagar uma mensagem reconciliatória, ainda que independente (financeira e politicamente), de seus contextos nacionais (Guttmann, 1992). Os primeiros membros eram, em grande parte, nobres, educadores, humanistas. Essa elite tinha valores, uma certa maneira de enxergar e administrar a vida, como entendemos muito bem desses emaranhados sociais que desfiamos até agora.⁹²

Então quando realizam a primeira Olimpíada moderna, em 1896, as mulheres não foram convidadas nem tiveram permissão para competir. Para Coubertin, seria “impraticável, desinteressante, não-atrativo e incorreto” (Pieper, 2016, p. 15). Em suas *Mémoires Olympiques*, ele diz, “o esporte é uma religião com igreja, dogma e ritual” (Guttmann, 1992, p. 3). Chega a vincular sua ideiação a um “cristianismo muscular” (Boykoff, 2016, p. 37,8). De modo que o COI fora desenhado para ser o nervo central de autoridade política e administrativa sobre a competição esportiva internacional, com valores que estavam sendo delineados e travados em um culto ao esforço e à euritimia da vida, onde as mulheres não tinham vez. Seus princípios foram edificados nesta concepção de harmonia “filosófico-religiosa” entre corpo e moral que produziria um *duplo vínculo*, como instrumento de “virilização” nacionalista e como “sentimento” para instigar uma paz internacional (Ibid., p. 41,7). Esse esforço de moldar um mundo esportivo compartilhado vai se intensificar a partir de 1912, quando o COI reformula seu programa e retira alguns poderes dos comitês organizadores locais,⁹³ deslocando uma maior responsabilidade para seus membros decidirem sobre o formato dos Jogos, as condições de elegibilidade, os tipos de modalidade, escolhas das sedes, estabelecimento de agendas, manejo das finanças da instituição, entre outras funções.

A proteção da categoria feminina surge como uma preocupação dentro deste cenário. Um convite para mandato no COI acontece por iniciativa direta dos próprios membros, uma

⁹² No primeiro capítulo de *The Olympics: A History of the Modern Games*, Allen Guttmann discorre sobre a vida de Coubertin no meio do século XIX. A partir dos escritos acadêmicos do Barão, ele traça um paralelo entre França, Alemanha (na época Império Alemão), Reino Unido e Estados Unidos em relação aos métodos de ensino, disciplinarização dos corpos, lazer, amadorismo e esporte. Vale entender essas diferenças dentro de um “processo civilizador” descrito por Elias que usamos como referência no primeiro capítulo para a formação dessa imaginação e corpo político.

⁹³ Ainda sem muita estrutura institucional, as Olimpíadas de Paris 1900, St. Louis 1904 e Londres 1908 não foram controladas pelo Comitê Olímpico Internacional, mas sim pelos comitês organizadores locais (Mitchell, 1977).

característica que prevalece ainda hoje, mas que no começo do século XX tinha outra particularidade: era um espaço restrito de intensa socialização masculina. Funcionava como uma sociedade de notáveis em prol da valorização de uma certa humanidade. Oras, o modelo do “não-marcado” continuava a ser masculino; em sua maioria, homens formulavam as leis e regras, organizavam-se em instituições, detinham a propriedade privada e movimentavam o mercado, regulavam a autoridade de práticas científicas, médicas, religiosas e escolares, reiteravam a divisão do espaço público com o controle do doméstico. Essa humanidade olímpica era basicamente masculina, branca, europeia, aristocrática e amadora (isto é, virtuosa e sem renda ligada à prática esportiva). Então era papel dos membros organizar da melhor maneira, dentro desse ordenamento social, a divisão sexual no mundo esportivo. A preponderância masculina no COI e nos eventos competitivos do começo do século XX era efeito quase que espontâneo dessa disposição generificada, classista e racializada da época.

A proteção emerge, então, como gestão. Nunca foi uma simples questão de fair play. As regulações esportivas foram criadas para dar conta dessa entrada das atletas e do público feminino no *negócio* olímpico. A preocupação era a mesma dentro e fora dos estádios: o que era socialmente aceitável para uma mulher fazer? Neste caso, era preciso saber em quais modalidades as mulheres poderiam competir. Nas primeiras edições a organização foi realizada localmente, de modo que cada comitê criou seu programa com as modalidades aceitas e os atletas participantes – foi assim que mulheres conseguiram competir ainda que de maneira muito desigual. Em Paris 1900, por exemplo, foram 22 mulheres participantes em comparação com 975 homens. Essa evolução se complica quando vemos a pouca mobilidade dos números e das modalidades aceitas durante a presidência de Coubertin (ver tabela 2).

Tabela 2: Participação das mulheres nos Jogos Olímpicos durante a presidência de Pierre de Coubertin no Comitê Olímpico Internacional (1896-1925).

Women's participation in the Olympic Games under the Presidency of Pierre de Coubertin (1896–1925)			
	Women's participation	Men's participation	Women's sports
Olympic Games of 1900, Paris	22	975	Golf Equestrian sports (mixed) Tennis (mixed) Sailing (mixed)
Olympic Games of 1904, St Louis	6	645	Archery
Olympic Games of 1908, London	37	1,971	Figure skating (mixed) Tennis Archery Sailing (mixed)
Olympic Games of 1912, Stockholm	48	2,359	Swimming Diving Equestrian sports (mixed) Tennis Sailing (mixed)
Olympic Games of 1920, Antwerp	65	2,561	Swimming Figure skating Diving Equestrian sports Tennis Sailing (mixed)
Olympic Games of 1924, Paris	135	2,954	Fencing Swimming Diving Equestrian sports Tennis Sailing (mixed)

Note: The number of men and women, as well as the details on the women's sports, can be found on the official IOC site on the specific Games related page for each of these editions of the Olympic celebration. The data differ slightly depending on the bibliographic source.

Fonte: Carpentier, Lefèvre, 2006, p. 1114.

A presidência de Coubertin no COI durou trinta e um anos. Ele não era apenas a referência administrativa da entidade, também a financiava, estruturava a filosofia desse nascente movimento olímpico, como também publicava *newsletters* mensais onde vocalizava opiniões sobre os vários assuntos que tentava “reformular” no mundo esportivo (Mitchell, 1977). Um dos assuntos mais enfáticos se relacionava a entrada das mulheres nas competições internacionais. Ele buscava emular as Olimpíadas antigas, sem participação feminina, então via essa integração moderna como uma forma de “degradação” física e moral do ideal atlético. Um ideal, por sua vez, profundamente ligado com a imaginação política da época. Na 22ª Sessão do COI, em 1923, Coubertin defendia a entrada de países africanos nos Jogos como forma de “acalmar” o continente ao estimular a criação de “ordem e claridade” (Boykoff, 2016, p. 49,5). Depois que o comitê organizador da Suécia aprovou a entrada das mulheres na natação, em 1912, o presidente publicou uma nota na *Revue Olympique* explicando que “os Jogos Olímpicos

representam o período mais sólido de manifestação do esporte masculino, baseado no internacionalismo, na lealdade como meio, nas artes como pano de fundo e no aplauso das mulheres como recompensa” (Coubertin, 1912, p. 111 *apud* Mitchell, 1977, p. 214). O sentido de época era cristalino.

Mas não era linear nem equilibrada essa dinâmica entre o desejo de Coubertin e as demandas concretas dos organizadores locais. Havia uma pressão pela inserção feminina no ambiente político, em espaços públicos, de ensino e de debate, culminando com a garantia do voto – foram situações que transformaram o espaço de articulação do que era possível para algumas mulheres, mesmo que a expectativa em torno dos papéis de gênero fosse ainda muito restrita, vitoriana e pouco tolerante. A escolha das modalidades permitidas ilustra um pouco desse confronto: o tiro com arco, permitido em St. Louis 1904 e Londres 1908, sai de cena para dar lugar a esgrima somente em Paris 1924. O que era considerado digno, gracioso e aceitável em um momento podia ser reavaliado em outro.⁹⁴ As modalidades precisavam ser esteticamente prazerosas para as mulheres participarem e competirem (Ibid., p. 215). Obviamente, essa estética era influenciada pela posição social dos membros do COI, dos comitês esportivos locais e das federações internacionais que decidiam os formatos e as regras dos Jogos.⁹⁵

Em 1914 a Primeira Guerra Mundial se inicia, entre as disrupções no período ocorre o cancelamento dos Jogos Olímpicos de 1916, que seria em Berlim. Os alemães só voltariam aos Jogos em Amsterdã 1928 – dezesseis anos depois da última participação. Outra consequência administrativa foi a mudança da sede do COI, na época a residência parisiense de Coubertin, para Lausanne na Suíça. Uma mudança que se mantém até os dias atuais. Nesse cenário de guerras e entreguerras, a situação social das mulheres também se modifica, acontece uma reorganização do mercado de trabalho, com mulheres ocupando postos em fábricas ou atuando em posições mais especializadas, como enfermeiras, combatentes ou geógrafas (Cook, 2006; Lower, 2014; Aleksievitch, 2016). Era o mesmo momento em que o cuidado com a saúde da mulher, tida como responsável pela continuidade produtiva da nação, se ajustava em uma

⁹⁴ Coubertin e outros membros do COI realizaram vários congressos internacionais durante as primeiras décadas do século XX, principalmente como forma de publicidade do movimento olímpico, buscando uma aproximação com autoridades e apoio de burocratas, aristocracias e esportistas. A integração das mulheres nos Jogos aconteceu, em grande parte, por dinâmicas de concessão e cooperação com esses atores na tentativa de institucionalizar cada vez mais o Comitê Olímpico Internacional (Guttman, 1992, p. 28-34).

⁹⁵ Essas discussões levaram a outras reorganizações, como a criação dos *Jogos Olímpicos de Inverno* em 1924. O Comitê Olímpico da França organizou o evento e posteriormente o COI reconheceu no calendário olímpico como a primeira edição da Olimpíada de Inverno (COI, 1924). A partir de 1928 os eventos deveriam acontecer de maneira alternada, por exemplo, com a Olimpíada de Verão de 1924 acontecendo em Paris e dois anos depois a realização da Olimpíada de Inverno em St. Moritz. Mas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as duas Olimpíadas continuam a ser organizadas no mesmo ano até 1992, nos Jogos de Barcelona (Verão) e de Albertville (Inverno), para depois serem realizadas de maneira intercalada.

relação perversa entre órgãos sexuais e sistema nervoso (Rohden, 2000). Existia uma necessidade de conciliar no corpo os valores e as moralidades fundantes dos projetos modernos do início do século XX, entre fios humanistas e nacionalistas.

Paralelo às mudanças na reprodução social da condição feminina, há uma reorganização das entidades esportivas. Ocorre uma separação entre o funcionamento do COI e das federações internacionais, enquanto a primeira instituição buscava consolidar os princípios do movimento olímpico, as federações eram responsáveis pelos parâmetros técnicos de cada modalidade. Mas essa cooperação não era proporcional, o COI mantinha uma autoridade firme sobre escolher as modalidades de cada edição dos Jogos, assim como tinha a palavra final sobre a garantia de elegibilidade dos atletas.

Devido as desigualdades no acesso e na regulação implementada pelo COI, em 1917 sucede-se uma mobilização em torno do esporte feminino com a criação da *Fédération des Sociétés Féminines Sportives de France* (FSFSF). Alice Milliat, eleita presidente da entidade dois anos depois, solicita formalmente à Coubertin que a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos de 1920 fosse também aberta nas modalidades atléticas, o que lhe foi negado (Carpentier, Lefèvre, 2006, p. 1116). A FSFSF resolve, então, produzir uma competição internacional somente para mulheres. Em 1921 realizam a primeira competição internacional de atletismo para mulheres, em Monte Carlo, Mônaco, com a participação de representantes de vários países europeus. No mesmo ano já fundam a *Fédération Sportive Féminine Internationale* (FSFI) presidida pela mesma Milliat. A intenção era criar os Jogos Olímpicos Femininos, também de quatro em quatro anos, na tentativa de fortalecer um espaço regular de competição internacional feminina. Em 1922, na primeira edição do evento, elas já tinham 38 países representados na entidade, tanto quanto a IAAF no mesmo período (Ibid., p. 1117).

Mas materialmente empobrecida, sem recursos suficientes para manter os congressos e as competições internacionais, a FSFI é abordada pela IAAF no fim da década de 1920 (Ibid., p. 1117-1118). Essa diferença de recursos e subsídios entre as instituições também corresponde a um problema de gênero. A circulação do aval governamental, da publicidade e dos financiamentos da aristocracia saem do cotidiano de socialização e de articulação das mulheres da época. A dificuldade financeira da FSFI antecipou o encontro das três instituições. Com a saída de Coubertin da presidência do COI, o Conde Henri de Baillet-Latour assume o cargo, com mandatos sucessivos de 1925 até seu falecimento em 1942. Os *Jeux Olympiques Féminins* acontecem novamente em 1926, 1930 e 1934. O apoio das federações internacionais era grande, mas existia um claro conflito de interesses, principalmente com o uso do nome da “marca”

Jogos Olímpicos.⁹⁶ De modo que Sigfrid Edström, na época vice-presidente do COI e também presidente da IAAF, articula para admitir um número limitado de mulheres no atletismo olímpico. Faz essa submissão para o Conselho Executivo do COI em 1926 sem o conhecimento e a anuência das representantes da FSFI. Era uma disputa, por um lado, pela autonomia das mulheres em eventos esportivos internacionais e, por outro lado, pelo controle regulatório e financeiro-publicitário de competições globais já mais ou menos consolidadas.

No fim, a FSFI se subordina à IAAF, mas sem entender o grau de integração proposto pela entidade. Quando as representantes perceberam que Edström queria incorporar mulheres nas Olimpíadas de forma *limitada*, e não *total* conforme advogavam na FSFI e demonstravam nos Jogos Olímpicos Femininos, era tarde demais para retornar (Ibid., p. 1120-1121). Milliat tenta recompor sua entidade através de conversas com Baillet-Latour, mas o mandatário tangencia o que seria responsabilidade do Comitê Olímpico para as federações internacionais, protegendo tautologicamente seus processos decisórios. Isto é, o circuito altamente coeso entre Conselho Executivo – Sessões de Plenário e Congresso Olímpico – Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) – Federações Esportivas Internacionais (IFs). Carpentier e Lefèvre explicam, a partir das minutas oficiais da instituição, como os membros estavam atentos a essa regulação de gênero. Por exemplo, em 1927 e 1933, as IFs de ginástica e de natação foram questionadas por supostamente favorecerem mais mulheres. A primeira por liberar entre 16 e 18 atletas mulheres em detrimento de 7 ou 8 atletas homens, a segunda por autorizar 7 eventos femininos em comparação com 9 masculinos.

Em uma carta de Baillet-Latour para o também membro do COI Barão Godefroy de Blonay, em 1931, o presidente escreve que esperava que um dia as mulheres fossem completamente livres da “tutela” masculina para poderem organizar seus próprios Jogos, pois assim permitiria a exclusão oficial de todas das Olimpíadas (Ibid., p. 1122). Essa proteção da categoria feminina se restringe, portanto, a um ideal de integridade formado em grande medida por visões, experiências e valores masculinos. Em Amsterdã 1928, enquanto umas atletas são liberadas para competir em determinadas modalidades do atletismo, outros eventos são cancelados, a FSFI perde sua força política e também acontece um boicote dos Jogos pelas mulheres da federação britânica (Boykoff, 2016, p. 124,7). Contudo, mesmo com as desigualdades, tutelas e regulações, as atletas continuam buscando inserção e seus números de participação crescem exponencialmente ao longo dos anos.

⁹⁶ Menos impactante para a institucionalização política do COI, mas também fundamental para a compreensão das disputas sociais da época, foi a realização dos *Jogos Olímpicos dos Trabalhadores* em 1920, 1929, 1933 e 1937 (Guttman, 1992, p. 45). Ver também o segundo capítulo de Boykoff, 2016.

De modo que esse lugar de destaque que o atletismo tem no mundo esportivo, onde pautas sociais, políticas e científicas surgem e se desenvolvem com mais vigor, conflito e escrutínio, não se relaciona apenas ao questionamento ou ao controle do sexo/gênero das participantes. Nesse período, o COI buscava equilibrar sua crescente institucionalização com os intensos períodos de guerra. Os membros estavam submersos em disputas de classe sobre o amadorismo versus a profissionalização do esporte. Essa preocupação com a proteção da categoria feminina, especialmente com a liberação de uma modalidade atlética que transformava corpos graciosos em corpos viris, se conectava com outras disputas culturais. Era preciso regular os novos espaços de sociabilidade, competição internacional e entretenimento, não só porque havia uma desigualdade de gênero estruturante na organização da vida social, mas porque o panorama era de imaginar, costurar e assentar as formas de administração do esporte moderno. Um exercício ligado às sensibilidades e constituições políticas de um punhado de homens, mas com muitos privilégios. Após Amsterdã 1928, o COI determina que as mulheres eram muito frágeis para competir em médias e longas distâncias, então as corridas femininas foram limitadas até os 200 m durante os próximos trinta anos. O retorno dos 800 m (lembrem, a modalidade de Caster Semenya) só voltaria ao calendário oficial em Roma 1960 (Guttman, 1992, p. 47).

Quando a proteção se torna suspeita

Dora Ratjen terminou em quarto lugar no salto em altura, em Berlim 1936, e logo após sua prova também foi reportado que a atleta era, na verdade, um homem se passando por mulher (ver fig. 7). Retroativamente, constatamos essa apreensão generalizada com atletas mais musculosas ou virilizadas. São diversos casos, mas aqui temos uma torção. Em 1938, quando viajava de trem, Ratjen foi presa. Tinha sido acusada pelo fiscal de ser um homem travestido em público. Uma investigação legal foi estabelecida, enquanto a atleta ficou internada em um sanatório, e descobriu-se que Ratjen era, *de fato*, um homem (Heggie, 2010, p. 7). A parteira não tinha tido certeza de seu sexo na hora do nascimento e aconselhou seus pais a criarem-na como menina (Pieper, 2016, p. 29). Os oficiais consideraram que Ratjen não podia ser culpado por essa “fraude” esportiva, já que não sabia que era homem, de modo que perde seus recordes e medalhas, mas ganha novos documentos (Ibid.). Ratjen passa a se chamar Heinrich, abandona o mundo esportivo para trabalhar no bar dos pais, e pode ser considerado o primeiro caso de regulação de intersexualidade em competições de alto rendimento.

Figura 7: Heinrich Ratjen competindo ainda como Dora Rajten em Berlim 1936.



Fonte: Google Images.

De todo modo, após Berlim 1936, outras atletas também iniciaram um processo de transexualização, como os campeões europeus Zdeněk Koubek e Mark Weston, respectivamente, Zdeňka Koubková e Mary Louise Edith Weston antes da transição. Essas experiências aumentaram a ansiedade em torno de uma maior regulação da categoria feminina. Avery Brundage, na época presidente do *Comitê Olímpico dos Estados Unidos* (USOC) e membro do COI, envia uma carta ao presidente da entidade – Baillet-Latour – expondo sua preocupação com as mulheres que possuíam “características aparentes do sexo oposto” (Ibid., p. 30). Nela, ele insiste na necessidade de investigações médicas e de exames visuais antes dos Jogos Olímpicos para garantir que todas as atletas “sejam 100% femininas” (Ibid., p. 31). Foi assim que o COI aprovou o pedido e a IAAF se tornou a primeira federação esportiva a implementar testes regulatórios de feminilidade.

Entre as décadas de 1930 e 1950, outras atletas vão seguir o mesmo caminho. Havia uma cobrança por mais escrutínio dessas masculinidades femininas. Alguns escolhem não passar pelo mesmo constrangimento e então assumem suas identidades, foi o caso da corredora Léa Caurla. Barrada de competir pela federação de atletismo francesa, por não ter aceitado ser inspecionada, Léa transiciona para Leon em 1948 (Ibid.). Foekje Dillema, por sua vez, foi banida de competir internacionalmente pela IAAF. Ela foi encaminhada para um exame visual

em 1950, mas também se recusou a ir, o que a fez perder medalhas e resultados (ver fig. 8). Logo em seguida, a federação holandesa a proíbe de competir nacionalmente (Ibid., p. 32). Após sua morte, em 2007, foi realizado um teste forense em seu corpo e descobriram que ela na verdade possuía uma composição cromossômica chamada *mosaicismo*, isto é, uma mistura genética 46, XX / 46, XY.

Figura 8: Na primeira foto: Zdeněk Koubek (esquerda) é abraçado por outra atleta em 1936. Na segunda foto: Foekje Dillema (esquerda) ao lado de Fanny Blankers-Koen (direita) em 1950.



Fonte: Google Images.

Paralelo aos exames e inspeções, a IAAF incorpora uma nova regra em 1946: o certificado de feminilidade. Dois anos depois, o COI seguia a mesma política. As atletas precisavam comprovar, com documentação médica, que eram de fato mulheres. Só assim podiam ser inscritas por suas federações esportivas e competir internacionalmente. Durante essas décadas o prestígio do atletismo, palco de disputas por elegibilidade e reconhecimento, fomentou uma crescente regulação dos corpos femininos – assim como de corpos de pessoas intersexo e transexuais, ainda que não estivessem organizados da mesma maneira. Com o ressurgimento da União Soviética à cena olímpica, explode um pânico moral acerca da *integridade esportiva* (em termos sexuais, mas também da licitude) que impulsiona ainda mais as instituições a endurecerem suas regulações de elegibilidade e de antidopagem.

Essa combinação de exame visual com certificado de feminilidade não buscava analisar somente sintomas fisiológicos ou anatômicos, era um grande quebra-cabeça para avaliação da normalidade de gênero, em que estereótipos eram misturados e embaralhados com projetos,

investigações, tecnologias e especulações diversas – da família à nação, da sexualidade à reprodução, do rendimento à superioridade. A partir do momento em que a URSS volta a participar de competições esportivas internacionais suas atletas assumem o pódio de maneira avassaladora. A diferença era gritante, por exemplo, as atletas soviéticas ganharam 12 medalhas quando retornaram ao European Athletics Championships em 1946, enquanto todos os outros países somaram 15 medalhas nas modalidades atléticas femininas (Pieper, 2016, p. 47). No campeonato de 1958, de um lado, foram distribuídas 6 medalhas para as alemães ocidentais e 5 para as britânicas, de outro lado, foram 17 medalhas para as soviéticas, 3 para as alemães orientais, 2 para as polonesas, 2 para as checas e 1 para uma atleta romana, países que já estavam sob influência do bloco comunista. Essa disparidade, dentro de um cenário de disputas ideológicas, financeiras e geopolíticas, saturou mais uma justificativa para a introdução das testagens sexuais.

Susan Cahn, em *Coming on Strong: Gender and Sexuality in Twentieth-Century Women's Sports* (1994), discute como o esporte transformou e foi transformado pela vida das mulheres. Acompanhamos em minutas, cartas e declarações de vários membros do COI como existia um mal-estar compartilhado pelos gestores com a realização dos esportes femininos. Um oficial da instituição brinca que o COI deveria criar uma categoria especial para “hermafroditas” que regularmente derrotavam mulheres “normais” – esses tipos menos habilidosos com “seios fartos, quadris vastos e joelhos frágeis” (Cahn, 1994, p. 111). Tais argumentos, repetidos em muitos documentos, sustentavam uma compreensão de que atletas mulheres não podiam ser biologicamente mulheres, seja por suas musculaturas, seja por seus rendimentos atléticos, já que estavam convencidos que a superioridade esportiva era uma capacidade inerente do corpo masculino.

Com o esporte “real” definido como masculino por excelência, o papel das mulheres, principalmente no atletismo de alto rendimento, continuou reiteradamente marginalizado. Assim como a ocupação de qualquer cargo na governança esportiva. Assusta saber que as primeiras mulheres a serem membras do COI foram a venezuelana Flor Isava Fonseca e a norueguesa Pirjo Häggman apenas em 1981.⁹⁷ Quase cem anos depois da formação do COI por Pierre de Coubertin e Demetrios Vikelas. De modo que não é exagero dizer que a construção das políticas esportivas esteve sempre atrelada aos modos com que esses aristocratas e burocratas concebiam a condição da mulher, da feminilidade e do seu papel em sociedade. Na

⁹⁷ É possível acompanhar uma linha do tempo do esporte feminino no próprio site do Comitê Olímpico Internacional, ver mais em:

<https://www.olympic.org/women-in-sport/background/key-dates>

medida em que as ansiedades atléticas se entrelaçavam com as dinâmicas geopolíticas, que escalavam em diferentes frentes ao redor do mundo, as instituições esportivas também se reorganizavam para atuar nesse clima de crise e espionagem, onde tudo se tornava suspeito.

No European Athletics Championships de 1966, foram visualmente inspecionadas 243 mulheres durante a competição (Pieper, 2016, p. 52). Atletas como a filipina Mona Sulaiman nos Jogos Asiáticos do mesmo ano, que insistiam em não se submeter aos exames, eram desqualificadas e desacreditadas, suas carreiras esportivas literalmente acabavam. Em 1972, uma charge na revista britânica *Punch* satirizava as regulações esportivas ao desenhar um membro do COI seminua, em uma cama, à espera das atletas que entravam pela porta para serem examinadas. No subtítulo da figura: “Eu acho que vocês vão concordar, senhoras, que agora nós desenvolvemos a solução perfeita para o problema do teste sexual” (Ibid., p. 53). Eram procedimentos clínicos repetidos em vários campeonatos de atletismo no âmbito internacional, mas que subentendiam estereótipos, estéticas e performances de feminilidade e de vinculação heterossexual. As irmãs soviéticas Tamara e Irina Press, que ganharam várias medalhas em Roma 1960 e Tóquio 1964, se afastaram das competições internacionais assim que os testes sexuais começaram a ser implementados. No campeonato de 1966, quando a IAAF efetivamente inicia a regulação, outras atletas comunistas vão se aposentar abruptamente, como a romana Iolanda Balaş. A opinião pública da época imaginava e projetava várias conspirações, com os próprios burocratas esportivos reafirmando essas suspeições e controles. O presidente da IAAF e membro do COI Lorde David Burghley falava que “os testes sexuais não só assignavam a feminilidade” das atletas, mas que também “foram exitosos em assustar as duvidosas” (Ibid., p. 54).

Foi neste período que a Comissão Médica foi criada. A preocupação com o uso de anfetaminas e anabolizantes crescia. Em Roma 1960, o falecimento do ciclista Knud Enemark Jensen devido ao uso de um vasodilatador acelerou a implementação de políticas mais rígidas de elegibilidade. Então em 1961 o COI já organiza um primeiro painel de estudos sobre o tema, com o Barão Arthur Porritt como chefe da comissão, só que nesta mesma época a entidade se consultava bastante com a *Fédération Internationale de Médecine du Sport* (FIMS), de modo que a pressão geopolítica e estratégica dos temas de investigação antecipou a criação de uma organização interna dedicada aos assuntos científicos da instituição (Wrynn, 2004, p. 213). Três questões surgiram com força: 1) havia um questionamento sobre o impacto do treinamento em altitude (em um momento que o amadorismo ainda vigorava frente a profissionalização do esporte); 2) também tinha uma necessidade de implementar os primeiros protocolos antidopagem; e 3) a entidade buscava uma centralização do controle sobre os testes sexuais, na

época também chamados de “verificações de gênero”. A Comissão de Doping foi montada, portanto, em conjunto com a Comissão Médica do COI, as duas foram indispensáveis para a institucionalização dessas formas mais técnicas e minuciosas de controle esportivo (Henne, 2009).

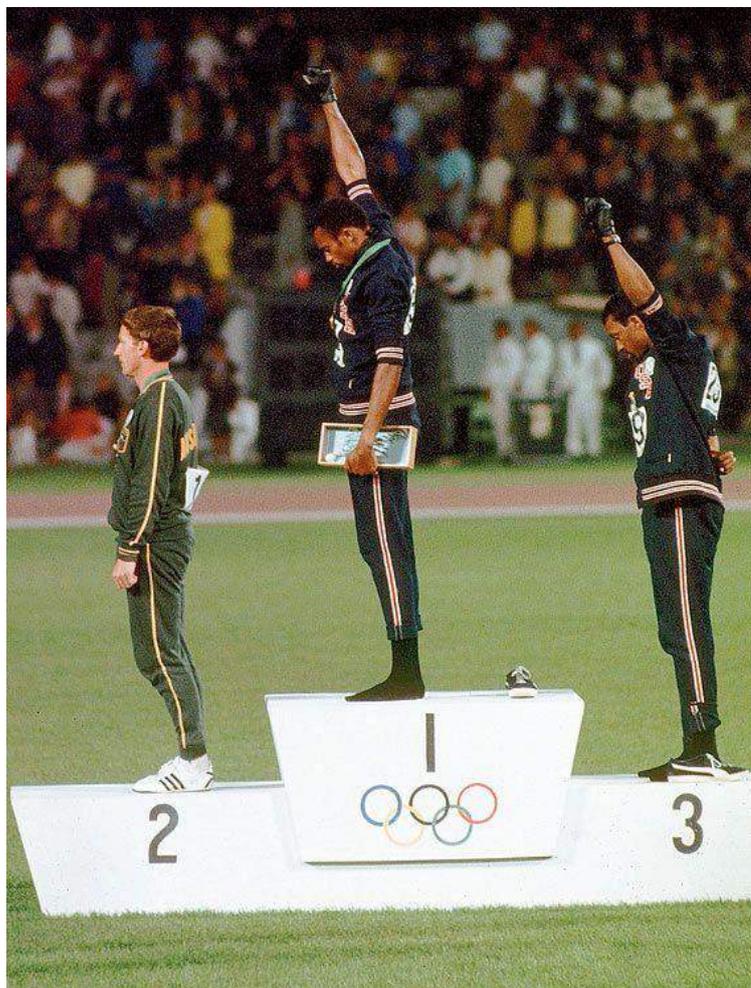
Ainda em 1960, um jornalista do *New York Times* publicou uma matéria intitulada “Venus Wasn’t a Shot-Putter”, onde criticava a destruição d’A Imagem. Essa Imagem, em maiúsculas, referia-se a beleza inata possuída por mulheres pequenas, charmosas, esteticamente agradáveis e, obviamente, não musculosas (Cahn, 1994, p. 207; Pieper, 2016, p. 35). O jornalista continuava ao questionar os esportes atléticos que destruíam essa aparência feminina *naturalmente* graciosa, ao mesmo tempo em que advogava por esportes onde as “meninas” pudessem preservar e incitar a Imagem. Um dos esportes escolhidos, o tênis, a curtíssima saia figurava como uma aceitação passiva de uma feminilidade inerente às mulheres. Essa matéria foi publicada durante os Jogos de Roma 1960, como falamos antes, uma Olimpíada marcada pela institucionalização dos testes sexuais e antidopagem. Em uma atmosfera de competição ideológica desenfreada sobre a vida, os jornalistas esportivos também trabalhavam para demarcar e policiar os espaços de superioridade e de excelência. O presidente do COI desta época, o estadunidense Avery Brundage, ainda descreveu em 1953 que mesmo que a entidade tenha votado para manter o atletismo feminino restrito às modalidades “apropriadas para o *sexo feminino*”, cerca de um terço dos comitês nacionais “ficariam mais felizes se os Jogos não tivessem eventos para o *sexo oposto*” (Cahn, 1994, p. 132, grifo meu).

Brundage tem um histórico curioso dentro da instituição. O suíço Sigfrid Edström, que negociou a entrada limitada de mulheres no atletismo internacional, sucedeu Baillet-Latour na presidência de 1942 até 1952, em um momento em que Brundage era um famoso administrador esportivo com participações cada vez mais intensas no USOC. Foi em grande parte por sua iniciativa que os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 aconteceram mesmo com vários boicotes e críticas. O mandatário falava em “histeria judia e comunista” enquanto articulava bastante para a realização dos Jogos. Naquele momento, existiam três membros estadunidenses no COI, William Garland, Charles Sherrill e Ernest Jahncke. Os dois primeiros apoiaram a realização de Berlim 1936, mas Jahncke intercedeu e recusou, pedindo publicamente apoio aos boicotes (Guttman, 1992, p. 63). No fim os Jogos aconteceram, com uma aproximação de Baillet-Latour e Brundage, que ganha a vaga de Jahncke no COI, enquanto este acaba expulso da entidade (Ibid., p. 70). Em 1946, ele também se torna vice-presidente, anos depois, em 1952, já consegue o mandato de presidente, um cargo que vai ocupar durante tumultuados vinte anos.

As controvérsias no seu mandato não foram poucas, senão antiéticas, foram claramente polêmicas. Em um sentido, Brundage argumentava pela vinculação da educação física com o esporte competitivo como forma de desenvolver um progresso nacional, por vezes ainda sugeria que nações mais totalitárias, como a Alemanha Nazista e a União Soviética, conseguiam forjar atletas mais dedicados e vigorosos (Guttman, 1992, p. 140-141; Maraniss, 2008, p. 250-252). Em seus escritos pessoais, Brundage afirmava que “a verdadeira cultura é aquela construída pelo treinamento físico e mental” (Boykoff, 2016, p. 175,0). Em suma, ele seguia fervorosamente os passos de Coubertin. Críticas e reclamações públicas como aquelas feitas por Ernest Jahncke eram consideradas intoleráveis e políticas demais, mas comprometimentos nacionais e vinculações com o fascismo não eram reconhecidos como uma questão problemática (Guttman, 1992, p. 78). Afinal, a contextualização social e histórica dessa realidade administrativa não apaga os pertencimentos, apoios e discursos que foram gravados no tempo. As políticas esportivas estavam entrelaçadas com as políticas estatais, com vários membros do COI ocupando cargos relevantes dentro das estruturas governamentais de seus respectivos países, de modo que era comum essa politização dos processos decisórios, mesmo que adornados em um verniz de neutralidade. A vontade e a anuência de Brundage fez, por exemplo, com que os países latino-americanos começassem a participar do COI e os Jogos Pan-Americanos fossem criados (Ibid., p. 84). Era um combate custoso e pesado de equilibrar.

Enquanto essas tensões geopolíticas se acumulavam durante a Guerra Fria, o mundo esportivo era dominado por atletas soviéticos e afro-americanos. Em México 1968, tivemos uma reatualização do pódio de 1936 quando os corredores Tommie Smith e John Carlos levantaram seus punhos cerrados contra a pobreza, a discriminação e a favor dos direitos civis da população negra nos EUA (ver fig. 9). Os detalhes da cena ecoam a força do protesto: as luvas de couro, as cabeças abaixadas, as meias aparentes com os pés descalços, um colar de contas pretas, bottons de uma organização de direitos humanos fixados nos casacos, um lenço enrolado no pescoço. Foi uma ação deliberada para questionar a segregação racial, mas é claro que Brundage não aprovou essa demonstração de resistência política. Logo após a premiação, o presidente pediu que os dois atletas fossem suspensos do time estadunidense e que também fossem banidos da Vila Olímpica. Quando o USOC se recusou a obedecer, Brundage ameaçou banir toda a delegação. No fim, os atletas foram realmente expulsos dos Jogos (Guttman, 1992, p. 130-131). Guttman recupera uma entrevista de Brundage, que fala sobre a dificuldade de eliminar do mundo esportivo “mentalidades distorcidas e personalidades rachadas”, além de caracterizar o incidente como uma “desagradável manifestação contra a bandeira americana feita por pretos [*negroes*]” (Ibid., p. 132).

Figura 9: Os atletas estadunidenses Tommie Smith (centro) e John Carlos (direita) levantam seus punhos cerrados num pódio da Olimpíada do México 1968 para simbolizar o Poder Negro [*Black Power*].



Fonte: Sports Illustrated.

Mas não foi apenas um incidente, ou uma manifestação desagradável, podemos considerar a cena a partir da sistematização do que era visível, desejável e íntegro no esporte de alto rendimento. Um fio contínuo de conduta que se preserva durante todo o século XX. Outras controvérsias aconteceram durante o mandato de Brundage, especialmente no que se refere à incorporação de novos Comitês Olímpicos Nacionais e à gestão desses consentimentos e reconhecimentos políticos. Foi o caso de China e Taiwan, da República Democrática Alemã [Oriental] e da República Federal da Alemanha [Occidental], de vários países que começaram a integrar a União Soviética, além das violações do *apartheid* imposto na África do Sul e na antiga Rodésia (Boykoff, 2016). A descolonização estava acelerando, efetivamente

transformando o mundo, mas os burocratas do COI ainda decidiam com uma mentalidade retrógrada do começo do século XX.⁹⁸

Neste mesmo período, então, foi oficializado o início dos testes sexuais e das verificações de gênero. Na Olimpíada de Inverno em Grenoble 1968, atletas foram aleatoriamente selecionadas para fazer um teste de coleta do material da mucosa bucal para descobrir o sexo cromossômico de cada uma delas.⁹⁹ Dois anos antes, a polonesa Ewa Kłobukowska tinha sido liberada no exame visual de feminilidade. Mas em 1967, em um campeonato internacional organizado pela IAAF, ela acaba falhando em uma dessas testagens cromossômicas por não terem verificado sua cromatina sexual (a presença do cromossomo-X inativo), e sim sua composição cromossômica geral, um mosaico de 46, XX / 47, XXY. Reportaram publicamente que ela teria “um cromossomo além da conta” para qualificar na categoria feminina (Wrynn, 2004, p. 222). A IAAF decide banir Ewa do esporte e apagar todos os seus três recordes mundiais. A polonesa foi mais uma atleta com variação intersexual que saiu prejudicada com a atuação das políticas sexuais das instituições esportivas (ver fig. 10).

No Commonwealth Games de 1966 realizado em Kingston, na Jamaica, a britânica Mary Peters falou sobre as testagens: “eles pediram para que eu deitasse em um sofá e puxasse meus joelhos”, então “os médicos prosseguiram a examinação me tateando”, eles estavam procurando por “testículos escondidos, mas não acharam nada e eu saí”. Uma técnica infame que ficou conhecida como “nude parade”. Outra atleta, Maren Siedler, também comentou sobre o controle sexual nos Jogos Pan-Americanos de 1967: “eles nos alinharam fora de uma sala que tinha três médicos sentados atrás de uma mesa, tínhamos que passar por lá, levantar as camisas e abaixar as calças, então você tinha que esperar enquanto eles conferiam e decidiam que estava tudo bem” (Larned, 1976, p. 8 *apud* Heggie, 2017, p. 135). Eram procedimentos invasivos e degradantes, mas que eram, mesmo assim, defendidos pelas entidades.

Monique Berlioux, na época editora do *IOC Newsletter*, escreveu em um artigo intitulado “Feminilidade” que esse assunto tinha que ser discutido abertamente para manter o

⁹⁸ Neste período, entre 1963 e 1966, alguns países organizaram os *Jogos das Novas Forças Emergentes* (GANEF0) como um contra-ataque político aos Jogos Olímpicos. A coordenação do evento foi feita principalmente pelo governo indonésio, no primeiro evento em Jacarta, com um total de 51 nações participantes. Já o segundo evento, no Caio, não aconteceu. Uma segunda versão, com participantes asiáticos e árabes, ocorreu em Phnom Penh, no Camboja, e contou com a participação de 17 países antes do total desmantelamento da entidade.

⁹⁹ Esse método é conhecido como exame da cromatina sexual, em que se conta os corpúsculos de BARR, isto é, caso as células retiradas fiquem coradas com a solução aplicada no teste, sugere-se que esses corpúsculos – a tal da cromatina – estão presentes e inativos. Esse procedimento só ocorre em pessoas com pelo menos um cromossomo X no par de cromossomos sexuais, por exemplo, 46, XX ou 47, XXY, exatamente porque o cromossomo X não ativo, que sobra, espiraliza-se ao inativar e então se torna o corpúsculo de BARR visualizado no exame (Pires, 2016).

atletismo feminino no “caminho do progresso” (Ibid.). Berlioux compara Ewa com Erik Schinegger, transexual masculino que tinha acabado de passar por cirurgias de transexualização. Ele tinha sido campeão mundial de descida livre no esqui quando ainda era Erika e competia na categoria feminina. Assim como Ewa, ele também foi testado, só que dias antes de Grenoble 1968. Erik descobriu que tinha sexo cromossômico masculino (46, XY), além de testículos não-descidos, então diferente de Ewa, ele decidiu transicionar. Enquanto essa divulgação de dados médicos das/os atletas acontecia, também havia uma confusão sobre a delimitação das investigações e a responsabilidade das testagens. Brundage gostaria que fosse um papel desempenhado pelas IFs, mas o Príncipe Alexandre de Mérode – um membro belga que se tornou chefe da Comissão Médica do COI durante 30 anos – queria expandir sua atuação na entidade e investigar de maneira mais detida outros temas de pertinência médica em eventos esportivos. Brundage e Mérode tinham visões tão distintas sobre o papel da comissão que por um tempo usaram Berlioux, que se tornou diretora na instituição, como mediadora para comunicação institucional.

Figura 10: Ewa Kłobukowska (esquerda) correndo em 1966.



Fonte: Google Images.

Até agora observamos que os testes sexuais, nesse esforço de verificação de gênero, atingiram mais atletas que podemos identificar como brancas, de origem majoritariamente europeia, mas sem tanta padronização em termos de virilização. Podiam ser atletas muito musculosas, grandes e consideradas ambíguas, como também podiam ser atletas mais secas,

com traços considerados mais delicados e alinhadas com estéticas mais femininas do que masculinas. A construção desses *níveis de virilização*, do que vai ser considerado normal ou não clinicamente para mulheres, também começa a ser concebida e delineada neste período. A Escala Prader, por exemplo, foi um método criado pelo endocrinologista pediátrico Andrea Prader para mensurar o nível de virilização da genitália humana. Criada em 1954, ainda é uma escala muito utilizada no ambiente hospitalar para identificar anatomicamente alguns casos de variação intersexual (Pires, 2015). Outros métodos de inspeção visual foram elaborados ao mesmo tempo em que evoluções técnicas também aconteciam, como a utilização dos exames cromossômicos, mas os *critérios* de testagem nunca foram puramente fisiológicos. A construção clínica do que era suspeito para atletas mais andrógenas era um fenômeno comum à análise científica da intersexualidade e da transexualidade enquanto desvio da normalidade do desenvolvimento sexual.

Nesta época, John Money e colegas produziram várias pesquisas sobre identidade, sexualidade e papéis sociais generificados. Ainda era um manejo de cuidado centrado na autoridade médica, principalmente através de um “monopólio dos saberes e das técnicas disponíveis para assegurar o bem-estar futuro” da pessoa, onde o princípio da beneficência era priorizado, isto é, dos benefícios de uma consistência biopsicológica e de uma adaptação social com as normas estabelecidas (Cortez, 2015, p. 166). O valor negativo não era determinado pela anatomia desviante ou pelo corpo atlético *em si*, ele estava ligado às funções (reprodutivas e sociais) tomadas com parâmetro de entendimento da realidade. As expectativas envolvidas no modo de gerenciar pessoas (intersexos, transexuais, cisgêneras) estavam sendo vividas no trabalho cotidiano de vários atores: acadêmicos, médicos, ativistas, burocratas, atletas. Não foi uma inquietação que começou com Coubertin, nem se restringiu somente às Olimpíadas, por isso é significativo entender outras relações, transferências e modelos usados na época.

Falamos bastante no primeiro capítulo sobre como a construção da integridade esportiva atravessa uma imaginação política hegemônica que se pauta principalmente na regulação de corpos com marcas raciais, com masculinidades femininas, com performances e estéticas que fogem da norma *hétero/cis* ou da gestão administrativa do esporte, mas até agora vimos o controle acontecer em corpos considerados mais “domésticos”. Como ocorre, então, essa organização das políticas sexuais esportivas em termos mais coloniais? Antes de tudo, é preciso lembrar mais uma vez que a dominação imperialista do feminino, na forma da domesticidade, foi central na implementação de um novo modo de produção da vida social. A construção da feminilidade e da masculinidade ocidental se deu sobretudo pela regulação e negação dos corpos em alteridade – os colonizados, mas também os trabalhadores, as mulheres, as crianças,

os homossexuais, os doentes. De modo que sempre existimos em dinâmicas autoritárias, a história do movimento olímpico não foge deste cenário. Na verdade, ajuda a corroborar. Essa profunda insatisfação com a categoria feminina, onde foi exigida *proteção* para que fosse *integrada*, e posteriormente *suspeição* para que continuasse *regulada*, está intimamente conectada com os processos culturais, históricos e morais que sustentam nossa realidade. São gestões afins de governança com fartas heranças coloniais.

A administração da categoria feminina se torna mais técnica na medida em que os saberes também ficam mais específicos, mas essa tecnicidade atravessa concepções particulares na forma de pensar o corpo sexuado, assim como está imersa em geopolíticas que marcam mais alguns do que outros. Durante o período de Guerra Fria, vimos que as atletas soviéticas foram constantemente escrutinadas e criticadas, o perigo do doping e da masculinidade das “amazonas” do Leste Europeu eram uma sirene de alerta em todo campeonato de nível internacional. As suspeitas de aprimoramento físico tinham um fundo legítimo, mas eram também técnicas comuns disseminadas em diversas modalidades esportivas, assim como eram estratégias nacionais fomentadas por técnicos, médicos e gestores, principalmente em países com recursos científicos e financeiros capazes de articular esses usos (Hoberman, 2005). Então a insistência em investigar atletas soviéticas, como as irmãs Tamara e Irina Press (ver fig. 11), tinha mais relação com desconfortos generificados e pressões geopolíticas do que com uma manutenção da pureza ou do fair play esportivo. A integridade olímpica sempre se norteou por essa dualidade proteção/suspeição, pelo menos até o paradigma dos direitos humanos se transformar com a reestruturação política após a queda do Muro de Berlim, abrindo espaço para uma mudança de vocabulário e de articulação a partir da construção de uma *justiça esportiva*.

Figura 11: Tamara Press (esquerda) abraça Irina Press (direita) no que parece ser Roma 1960.



Fonte: Google Images.

De todo modo, a insistência em proteger o mundo esportivo de atletas soviéticas, comunistas, masculinas e musculosas demais, tinha correlação com esse confronto de imaginações políticas. Já em 1956, jornalistas esportivos afirmavam que “as mulheres russas são mais favoritas a ganhar do que as americanas, justamente porque têm músculos enormes, enquanto as meninas dos Estados Unidos não têm” (Pieper, 2016, p. 36). A autora também recorda do “Debate da Cozinha” em 1959 travado por Richard Nixon, na época vice-presidente dos EUA, e Nikita Khrushchev, na época primeiro-ministro da URSS, em que discutiram os méritos do capitalismo e do comunismo segundo a organização doméstica, o papel da mulher na sociedade e os *fetiches* da produtividade, seja nos termos da mercadoria, seja nos termos do trabalho.¹⁰⁰ Eram diferentes modelos imaginados, testados e difundidos. A priorização do trabalho doméstico ou do trabalho industrial construíram diferentes tipos de mulher, responsabilidades e campos de atuação (Laville, 2013; Engel, Posadskaya-Vanderbeck, 1998). Se por um lado facilitou com que atletas soviéticas desenvolvessem mais suas capacidades atléticas, com maior êxito competitivo, por outro lado eram cobradas igualmente enquanto força de trabalho, ganhando mais autonomia, mas sem contrapartida e equidade na esfera doméstica. Os significados do lar e da maternidade também estavam imbricados nessas disputas ideológicas e foram constantemente transformados durante as décadas atômicas.

¹⁰⁰ Alguém carregou todo o debate no *Youtube*, a primeira parte pode ser vista no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=D7HqOrAakco>

Enquanto isso, as testagens continuavam. Em México 1968, todas as atletas passaram pelo mesmo procedimento da coleta de mucosa bucal para avaliação cromossômica, ainda que Murray Barr, o anatomista que descobriu a cromatina sexual, tivesse dito em 1956 que a presença ou a ausência da mesma era um detalhe menor – que deveria ser analisado com “cuidado e diplomacia” – no reconhecimento da feminilidade ou da masculinidade de cada pessoa (Pieper, 2016, p. 66). Havia uma necessidade social compartilhada de investigar essas atletas, artigos médicos começaram a ser publicados em jornais científicos, como o *The Journal of the American Medical Association* (JAMA) e o *British Journal of Sports Medicine* (BJSM). Em um editorial do JAMA de 1966, intitulado “Introducing the, Uh, Ladies”, o jornal sugere à IAAF que implemente os testes de mucosa bucal para assegurar “tanto a dignidade quanto a integridade” das competidoras (Ibid., p. 68). Não eram publicações nem opiniões uniformes, como sabemos, os critérios e as técnicas para definir o “verdadeiro sexo” de alguém sempre foi algo muito debatido, mas mesmo as vozes dissidentes entendiam que existia um problema com a elegibilidade esportiva de mulheres *excessivamente* masculinas.

A institucionalização dos testes sexuais e antidopagem congregavam esse duplo desconforto, da atleta ambígua com corpo desviante e da atleta masculina com corpo dopado, na tentativa de afastá-las e inscrever somente um modelo desejado de feminilidade em competições de alto nível. Em Sapporo 1972, os procedimentos se repetiram com um maior detalhamento da regulação. Um pouco mais de 200 atletas foram investigadas de acordo com um documento (“Sex Control”) feito pela Comissão Médica do COI. Toda competidora registrada enquanto mulher teria que se submeter a uma examinação prévia ou apresentar um certificado de investigação anterior. O material biológico coletado seria avaliado cromossomicamente e somente mulheres com uma combinação de 46, XX seriam consideradas elegíveis (Ibid., p. 81).

Mas um protesto foi feito. Médicos dinamarqueses – psiquiatras, geneticistas e ginecologistas – escreveram uma carta ao COI pedindo a abolição do controle sexual, pois não havia uma base científica sólida para sua determinação. Argumentaram que pelo menos três tipos de sexo podiam ser delineados, o sexo cromossômico, o sexo somático e o sexo psicossocial, de modo que criar um mecanismo de testagem que privilegie somente um único aspecto do sexo seria “irresponsável do ponto de vista médico e também antiético” (Ibid., p. 82). Mérode foi pressionado para pelo menos ouvir pessoalmente o grupo. Nos arquivos da conversa, o chefe da comissão atesta algo que se torna um norte na lógica da elegibilidade feminina, ele diz que o objetivo do controle não era *determinar* o sexo da atleta examinada, mas *assegurar* que nenhuma mulher tivesse alguma vantagem fisiológica (Ibid., p. 83). Dito de outro

modo, o medo do homem mascarado de mulher desapareceu na medida em que se racionalizava as possibilidades de controle através das inseguranças e insatisfações compartilhadas socialmente. O problema não seria apenas o suposto homem com maior excelência atlética, era a necessidade de verificar os corpos que saíam desse padrão da superioridade masculina no esporte. A questão do fair play derivou do desconforto generificado que buscava um embasamento biológico para se fortalecer.

Em Munique 1972, foram conduzidos 960 testes sexuais ao mesmo tempo em que validaram vários certificados de feminilidade preexistentes (COI, 1972, p. 115). Desta vez, coletaram fios de cabelo para análise. Em todas essas edições, não tivemos casos de desqualificação durante alguma Olimpíada, a investigação passou a ser cada vez mais antecipada pelas federações internacionais. Não sabemos quantas histórias foram interrompidas antes de acontecer. O que podemos dizer é que essas testagens foram implementadas para serem instrumentos protecionistas de segregação, sustentadas pela necessidade de promoção do “level playing field”, principalmente quando havia algum risco de sobreposição ou de inversão dos rendimentos esportivos entre os sexos/gêneros. Em suma, as estratégias regulatórias sempre estiveram enraizadas em dinâmicas culturais e expectativas sociais, principalmente neste ambiente geopolítico que proliferou pânico morais, controles governamentais e usos cada vez mais intensos de substâncias dopantes.

Afinal, essa crescente confusão em meio a suspeição consolidou uma visão de que atletas fortes, musculosas e vigorosas seriam necessariamente mulheres “anormais” ou dopadas. Michael Morris, 3º Barão Killanin, que assumiu a presidência do COI após Brundage ter se aposentado em 1972, amplia a atuação do controle médico da entidade justamente por entender que as “competidoras fraudulentas” eram um dos “assuntos mais sérios afetando o atleta e o esporte internacional” (Pieper, 2016, p. 91). O médico responsável pelo USOC, Daniel Hanley, reiterava esse mesmo entendimento sobre uma *naturalidade* da diferença sexual ao dizer que era “uma questão de filosofia [sic], porque homens são musculosos e fortes, então um homem com tendências femininas não teria vantagem, mas uma mulher com tendências masculinas definitivamente teria” (Ibid., p. 96). Conforme os procedimentos eram estabelecidos e reforçados, algumas atletas começaram a esboçar protestos, argumentavam que se era uma necessidade regulatória, deveria ser uma obrigação compartilhada entre todos os atletas. Pediam, enfim, equidade. Entre os controles esportivos, as resistências locais e os boicotes olímpicos, uma reformulação de justiça começava a ser imaginada para dar conta da arbitrariedade dessas regulações.

Quando a suspeita se torna justiça

Após Munique 1972, era impossível insistir na ideia de que os Jogos Olímpicos não eram também políticos. A continuidade do evento após o atentado terrorista da organização palestina Setembro Negro evidenciou como alguns conflitos nacionais e institucionais eram mediados nos bastidores do esporte internacional. Os ânimos se acirraram, as Olimpíadas seguintes foram sistematicamente boicotadas, por vários países e por diversos motivos. Somente em Barcelona 1992 que algum vestígio do sonho de Coubertin sobre harmonia, cooperação e paz internacional seria retomado, ainda que transformado pela nova roupagem comercial do Comitê Olímpico Internacional. O problema do amadorismo foi superado quando a entidade passou a permitir pagamentos aos atletas. A profissionalização era irreversível já que o próprio COI enriqueceu com os milhões de dólares acumulados em patrocínios e direitos televisivos. A cada edição seus lucros cresciam, enquanto as dívidas das cidades e dos comitês organizadores locais também aumentavam. Montreal 1976, por exemplo, teve um déficit de 1.5 bilhão que só foi integralmente pago em 2006 (Boykoff, 2016).

Neste cenário de extrema comercialização, o ideal olímpico de “criar uma pessoa completa” através da reforma educacional, do cultivo filosófico-espiritual e da prática esportiva se perdia – lamentava o presidente Morris (Guttmann, 1992, p. 147) – com a incorporação artificial de substâncias, nacionalismos, corporativismos e diversidades. O movimento olímpico foi criado a partir do desejo e da imaginação política de um certo cavalheirismo masculinista que foi se transformando com o tempo. Claro que com pesos e efeitos diferenciados, especialmente quando acompanhamos a inserção feminina no esporte internacional. Esse deslocamento sobre a finalidade dos Jogos ficava ainda mais claro com as subsequentes alterações feitas na Carta Olímpica para modificar as condições de elegibilidade dos atletas. Em 1975, por exemplo, o COI juntou parte da Regra 26 [“Eligibility Code”] e da Regra 29 [“Participation of Women”] (Pieper, 2016, p. 100-101). Anteriormente definidas em termos do amadorismo e dos tipos de modalidades permitidas às mulheres, a nova Regra 27 [“Medical Code”] indicava que: 1) o doping era condenado e a entidade iria preparar uma lista com as substâncias proibidas; 2) todos os atletas teriam que passar por um controle médico, com exames, conforme regras estabelecidas pela Comissão Médica; 3) qualquer atleta que se recusasse a participar de uma testagem antidopagem ou que fosse culpado de doping seria eliminado do evento esportivo; 4) atletas competindo em modalidades restritas às mulheres teriam que se submeter aos testes de feminilidade. De um modo geral, os princípios de Coubertin se esvaziavam na medida em que os burocratas reconheciam a necessidade de

regulação dos interesses profissionais, comerciais e científicos em jogo (Beamish, Ritchie, 2004).

A transição da Guerra Fria caminhava mais e mais para um contexto de globalização financeira da realidade, era o começo da escola neoliberal em vários países, parte dessa estratégia se direcionava para uma desregulamentação de sistemas, burocracias e governos em prol de instituições no “livre mercado” (Steger, Roy, 2010). Essa nova forma de governo tencionava o papel das entidades esportivas, justamente porque o esporte moderno foi produto desse conflito especulativo de tradição ocidental entre ideações culturais e manejos geopolíticos. Existia uma tensão com a responsabilidade assumida por cada entidade de validar suas próprias ações. De modo que a universalização de regras, formatos e condutas abriu espaço para uma vivência dúbia da competitividade com a complacência ou a subversão desses princípios que eram, sobretudo, morais. Neste sentido, a Comissão Médica do COI também sinaliza um reforço de conduta e de valor quando indica, de maneira bem estratégica, a generalização que se tornou as diretrizes olímpicas, por exemplo, pautando-se agora pelo cuidado com “a *saúde* dos atletas, a *igualdade* de oportunidades e a *ética* da competição justa” (Wrynn, 2004, p. 226, grifo meu). Uma abstração que representa um retorno desajustado ao ideal internacionalista do movimento olímpico. Nesta readaptação da missão da entidade, novas instituições vão ser organizadas para melhor regular as dinâmicas esportivas cada vez mais complexas, holísticas e globais.

Uma história antiga também vai ganhar outra reviravolta em 1980. Stella Walsh, atleta polonesa que foi uma das protagonistas do início das regulações de feminilidade pela disputa com Helen Stephens, vivia repatriada nos Estados Unidos com muito reconhecimento cívico e comunitário, até ser assassinada durante um assalto em um estacionamento em Cleveland (Pieper, 2016, p. 120-122). Por ter sido um homicídio, realizaram uma autópsia e então descobriram que ela tinha uma condição congênita chamada *disgenesia gonadal XY*, isto é, quando o desenvolvimento das gônadas é prejudicado por uma alteração genética. Dito de outro modo, Walsh tinha sexo cromossômico tipicamente masculino, mas por ter tido essa variação genética suas gônadas (testículos) não funcionavam de maneira usual fazendo com que seu corpo desenvolvesse um fenótipo feminino. Não tinha ovários, mas foi socializada e reconhecida como mulher durante 69 anos, uma mulher com variação intersexual, uma mulher que passou a ser classificada após seu falecimento como fora da constituição física usual de sua identidade de gênero. Essa descoberta estimulou uma lamentável cobertura midiática que de certo modo auxiliou na justificação das testagens e dos controles. Em um momento de reorganização institucional, o COI reconheceu na história o pressuposto perfeito para reajustar

lógicas e valores que estavam em conflito. A suspeição existia moralmente – com a expectativa do dimorfismo sexual – mas precisava ser horizontalizada através das técnicas e dos métodos das agências reguladoras, ou seja, o risco em potencial tinha que ser internalizado e controlado no cotidiano da administração esportiva.

Em 1984, a Court of Arbitration for Sport (CAS) vai ser estabelecida em Lausanne, na Suíça, pelo novo presidente do COI Juan Antonio Samaranch. Esse tribunal quase-jurídico se torna central na interpretação e no reconhecimento das bases legais que adjudicam os subsequentes conflitos esportivos. Seus custos operacionais seriam pagos pelo próprio COI, já que a jurisdição da corte não deveria ser impositiva aos atletas e às federações, mas aberta para resolução de quaisquer conflitos de nível internacional. Claro que essa relação entre as entidades vai ser tencionada e revista na medida em que alguns casos ganham destaque e a *autonomia* do tribunal vai ser estabelecida como uma característica desejável de independência institucional. Vamos acompanhar sua atuação nos casos em que Dutee Chand e Caster Semenya, respectivamente no capítulo seis e no capítulo sete da tese, disputam a validade dessas regulações de feminilidade com as instituições esportivas. De todo modo, essa orientação gradual à dimensão mundial, competitiva e (auto)regulatória do esporte foi um fenômeno bem delineado por alguns autores já citados, como Norbert Elias (1992).

A vinculação entre o controle antidopagem e a testagem sexual foi decretada, então, com a alteração da Carta Olímpica em 1975. Histórias como a de Stella Walsh, além dos recordes e das medalhas conquistadas por atletas da Alemanha Oriental e da URSS, embaralhavam a imaginação dos espectadores em torno do que seria o corpo feminino, enquanto estes eram instigados com matérias de jornais e entrevistas de técnicos, gestores e atletas desconfortáveis pela aparente virilização das comunistas. Era uma vinculação tão reforçada socialmente que era considerada óbvia quando surgiu no documento de elegibilidade. Rebecca Ann Lock (2003) explicou como esse discurso alinhava uma noção de feminilidade hegemônica presente no Ocidente com as formas de atração, naturalidade e reconhecimento inscritas no mundo esportivo. Em uma publicação do *Chicago Tribune*, em 1972, a jornalista Kathleen Burns afirmava para os leitores que “nos Jogos Olímpicos as mulheres passam por um teste sexual que verifica a presença de hormônios masculinos [sic] nos seus sistemas” (Pieper, 2016, p. 103). Em outra publicação do *Los Angeles Times*, o colunista Jim Murray se questionava sobre a falta de testes mais rígidos para barrar as russas – que “só sabiam grunhir muito” – porque seriam atletas “programadas” (Ibid., p. 104). Outros artigos foram escritos no mesmo tom, onde embaixo dessa camada de racismo e de xenofobia, existia uma demanda dentro da retórica nacionalista por mais fair play esportivo.

Importante notar que as construções de feminilidade não eram feitas somente pela regulação coercitiva da “masculinidade feminina”, paralelamente, também eram ajustadas com as maneiras distintas em que a feminilidade hegemônica era discutida, visibilizada e reconhecida socialmente. Neste período, a ginástica vai dominar os palcos olímpicos. Apresentada em Amsterdã 1928, em um formato único para equipes femininas, a modalidade seria aos poucos incorporada e expandida nos Jogos Olímpicos. Como em Helsinque 1952, onde novos eventos foram incluídos, com solo, trave e barras assimétricas. Já em Los Angeles 1984, a ginástica rítmica vai ser disputada pela primeira vez. Era uma época de disputas intensas em várias modalidades esportivas e a competição na ginástica trazia duas novidades, por um lado, com as difíceis séries que as atletas comunistas realizavam e, por outro lado, com uma readequação de corporalidades “do Leste” outrora contestadas. As atletas da ginástica eram pequenas, graciosas, habilidosas e praticamente infantis. Uma construção corporal que vai se preservar dentro da modalidade. Elas foram, em contraste com as mulheres do atletismo, da natação ou do tiro com arco, prontamente acolhidas e transformadas em referências positivas do rendimento esportivo feminino (Pieper, 2016, p. 105-107).

Podemos dizer que era um momento em que as ansiedades de gênero estavam mais articuladas com as aparências do que com as performances. Várias versões de feminilidade estavam sendo disputadas, por mais que essas corporalidades não fossem tão díspares em seus funcionamentos fisiológicos, mas carregavam valores específicos que estavam em confronto. A síndrome de “Lolita”, cujo romance tinha sido escrito no meio do século e logo em seguida foi adaptado para o cinema por Stanley Kubrick, foi um fenômeno disseminado na cultura popular que também ressoava no esporte de alto rendimento. As pequenas “bonecas russas” com rabos de cavalo eram mais adoráveis e, portanto, menos perigosas e condenáveis, do que as musculosas atletas de lançamento de dardo ou as grandes nadadoras cheias de anabolizantes (ver fig. 12). A superioridade atlética se relacionava não só com a possibilidade de êxito esportivo, mas principalmente com a representação dessa excelência, fosse muito viril ou masculina, as dúvidas e os desconfortos eram disseminados.

Figura 12: A romena Nadia Comăneci (esquerda) competindo na ginástica artística em Montreal 1976 e a alemã oriental Kornelia Ender (direita) no pódio após conquistar o ouro e o recorde mundial em quatro eventos de natação também em Montreal 1976.



Fonte: Google Images.

Os protocolos antidopagem passaram a ser cada vez mais atualizados. Em Montreal 1976, o COI conseguiu a tecnologia e o dinheiro para implementar testes de detecção dos esteroides anabolizantes (Henne, 2014a). Kornelia Ender, por exemplo, foi bastante questionada por seus resultados avassaladores e “parecer com um homem” (Pieper, 2016, p. 89-91). Anos depois, ficou bastante célebre por falar do minucioso programa de dopagem elaborado pelo governo da Alemanha Oriental (Ibid., p. 97-105). Essas investigações vinham de suspeitas morais que ganhavam algum tipo de fundamento político-regulatório, seja em termos sociais com as histórias de Ender e colegas, seja em termos fisiológicos com as descobertas de Walsh.¹⁰¹ As aparências e as performances das atletas comunistas proliferavam dúvidas sobre a *autenticidade* de seus corpos, rendimentos e premiações. Durante a década de 1980, essa relação entre aprimoração medicamentosa e regulação tecnocientífica se intensifica. De forma subsequente, a entidade vai se atualizar para testar contra bloqueadores, estimulantes e diuréticos (Henne, 2014b). Neste momento, também se inicia uma discussão para estabelecer algum controle fora dos locais de competição na tentativa de identificar os casos de dopagem intermitente, uma estratégia que vai ser consolidada no começo do século XXI com o “Passaporte Biológico do Atleta” descrito no capítulo anterior.

¹⁰¹ Neste mesmo período, mais precisamente em 1983, em um campeonato realizado em Munique, Berlim Ocidental, a corredora checa Jarmila Kratochvílová ganhava ouro na modalidade dos 800 metros com um impressionante recorde mundial de 1:53.28 – uma marca que três décadas depois ainda persiste e que nem Caster Semenya, acusada de ter um corpo excessivamente androgênico, conseguiu bater.

Então ao mesmo tempo em que se atualizavam os protocolos antidopagem, os testes sexuais ainda aconteciam. A preocupação com uma possível fraude na categoria feminina era enorme, mesmo com as federações internacionais realizando testagens e os comitês olímpicos nacionais atuando no controle das certificações estabelecidas. O COI não tinha produzido nenhum documento indicando quais certificações seriam aceitas nem por quanto tempo seriam válidas. A partir de Montreal 1976 essa metodologia foi revista. Primeiro, todas as IFs teriam que identificar que suas atletas passaram por algum controle – o cartão de identificação tinha que vir com a seguinte frase “a atleta passou pelo teste de feminilidade” – e, segundo, a entidade pediu as IFs que relacionassem as competições em que os testes sexuais eram feitos. Com essa informação, o COI conseguiu determinar quais federações realizavam as verificações de feminilidade e quais eram as frequências. Nos Jogos de 1980, a entidade decidiu aceitar qualquer certificado de feminilidade produzido por uma federação internacional durante um campeonato mundial (Pieper, 2016, p. 113).

Mas esse dilema com os certificados e as identificações não se assentou. O custo com a Comissão Médica aumentava na medida em que afinavam os testes e adensavam os alvos. Em Moscou 1980, foram examinadas 995 atletas e validados 200 cartões de feminilidade (COI, 1980, p. 194). Grande parte desse orçamento era absorvido pela cidade-sede junto de seu comitê organizador, de modo que as insatisfações cresciam, os representantes dos países reclamavam de não ter recursos suficientes para alocar em estruturas, métodos e testes tão específicos, caros e controversos (Pieper, 2016, p. 114-120). Por outro lado, o COI continuava a reafirmar sua posição, neste período que a morte de Stella Walsh foi noticiada e com ela sua história, o que auxiliou na manutenção dos controles. Era um desconforto disseminado, mas que precisava de legitimidade para se regular. Entre as reclamações das IFs e as suspeições da Comissão Médica, o COI tentava a todo momento reajustar seus protocolos. Durante a década de 1980, portanto, a entidade vai continuar reafirmando ou reavaliando resoluções em torno dos testes sexuais, sempre pontuando a necessidade de alguma regulação ocorrer para a manutenção da justiça esportiva. Obviamente, era um “bate-rebate” que não terminaria aqui.

Em Los Angeles 1984, quatorze países soviéticos boicotaram os Jogos Olímpicos em represália ao boicote anterior liderado pelos Estados Unidos com outros sessenta e cinco países em Moscou 1980. As atletas comunistas não participaram, mas os procedimentos continuaram, 1.610 testes foram realizados pelo *Nichols Institute*, uma organização especializada em testes diagnósticos e laboratoriais (Ibid., p. 129). O comitê organizador não anunciou nenhuma atleta banida, mas aproximadamente oito competidoras demonstraram ter alguma condição congênita não-usual e por isso foram submetidas a mais análises. De acordo com Eduardo Hay, médico

mexicano que era membro da Comissão Médica do COI desde 1967, cinco atletas passaram por exames clínicos mais profundos antes de serem liberadas para competir, enquanto outras três atletas se recusaram e abandonaram os Jogos (Ibid., p. 130). Alexandre de Mérode continuava a argumentar que alguma *linha arbitrária* tinha que ser estabelecida para a implementação dos testes sexuais. Os burocratas do COI tinham algum conhecimento das nuances genéticas e hormonais que iam além do *binarismo de gênero* consensuado, mas acreditavam que o *dimorfismo sexual* era uma divisão necessária ao propósito do esporte de alto rendimento e que sem essa determinação toda competição feminina poderia desaparecer. Neste período, uma mudança de nomenclatura também se alastrava, de “testes sexuais” à “controle de feminilidade” até “verificação de gênero”, eram transformações terminológicas que mostravam essa constante vinculação dos aspectos sociais e biológicos em disputa na regulação esportiva.

Durante as décadas de 1970 e 1980, uma análise social do esporte enquanto campo de atuação do feminino também vai florescer. Autoras como Jennifer Hargreaves, Helen Lenskyj, Roberta Park e Patricia Vertinsky se esforçavam para entender o mundo esportivo, explicado até então como algo tão masculino que parecia incapaz de despertar o interesse e a participação feminina, ao destrinchar as concepções de feminilidade em jogo dentro da educação física e da institucionalização do esporte internacional. Questões como diferenças na fisicalidade, disputas por autoridade e garantia de autonomia das mulheres faziam parte deste debate. Allen Guttmann, por exemplo, que foi bastante citado na seção do começo do movimento olímpico, foi um dos pesquisadores tensionados pela produção discursiva dessas autoras.¹⁰² Disseminaram-se questionamentos contra certos pressupostos estabelecidos até o meio do século XX, especialmente com a ligação mulher no esporte com o que deveria ser gracioso, com as contínuas formas de infantilização ou com as persistentes inscrições sexuais feitas de maneira até violenta. Algumas delas também questionavam como a ciência médica relacionava vários estereótipos vitorianos sobre saúde, exercício e capacidade física feminina com a consequente reprodução social da divisão sexual no esporte (Vertinsky, 1994). Em suma, vimos a proliferação de trabalhos sobre a distribuição desigual do poder – através de marcadores sociais como classe, gênero, raça, etnia – na constituição e no desenvolvimento do mundo esportivo moderno.

¹⁰² O autor escreve vários trabalhos significativos sobre a história do esporte, entre eles, um livro chamado *Women's Sports: A History* (1991) em que tenta recapitular toda uma participação feminina no lazer e no esporte ao longo do tempo. Contudo, diversas autoras feministas criticam sua abordagem, especialmente pelo o que seria seu alinhamento com uma visão simplista das relações entre o esporte e a construção social do gênero (Vertinsky, 1991).

Em nível institucional, tínhamos como presidente do COI o espanhol Juan Antonio Samaranch. Ele assumiu logo após o enorme boicote de Moscou 1980 e exerceu a presidência até 2001. Seus mandatos foram caracterizados pela intensa comercialização e privatização dos Jogos, culminando com o sucesso financeiro de Los Angeles 1984 e com o acolhimento turístico e midiático de Barcelona 1992 (Boykoff, 2016). Mas Samaranch, assim como todos os seus antecessores, também tinha um histórico de situações polêmicas e profunda atuação governamental em seu país de origem. Exerceu, durante 1967 a 1971, o cargo de ministro do Esporte durante o regime ditatorial de Francisco Franco. Anteriormente, também foi presidente do Comitê Olímpico Espanhol. Depois, presidente da *diputación* na Província de Barcelona. Em 1966, ele foi eleito como membro do COI e se manteve relevante dentro da entidade, participando de vários cargos políticos e decisórios, como o Conselho Executivo. Com a sua atuação que o COI conseguiu garantir a denominação de *organização não-governamental* e pode efetivamente lucrar com tantas parcerias, contratos e vendas.

Por um lado, Samaranch formulou o *The Olympic Partners* (TOP), um gigantesco programa de patrocínio exclusivo em nível global,¹⁰³ e consolidou toda uma estruturação de controle antidopagem, a fundação da World Anti-Doping Agency (WADA) em 1999 representa esse esforço regulatório. Por outro lado, ele participou diretamente para incorporar mulheres no esporte e na instituição. Nesta época que as primeiras membras são eleitas, como a estadunidense Anita DeFrantz (eleita para o cargo de vice-presidente entre 1997 e 2001), uma Comissão chamada “Mulher e Esporte” também vai ser criada para auxiliar na gestão do Conselho Executivo e uma significativa alteração regulatória ocorre: todo novo esporte olímpico deve incluir mulheres para ser validado. Um desempenho que rendeu frutos. Em 1991, o rei Juan Carlos vai lhe conceder um título de nobreza, intitulando-o como o I Marquês de Samaranch; por fim, desde 2001 que seu filho Juan Antonio Samaranch Salisachs também representa a Espanha no COI.

Afinal, foi na Espanha que surgiu uma das controvérsias mais emblemáticas em torno das regulações esportivas sobre sexo, gênero e feminilidade. Em 1983, no Campeonato Mundial de Atletismo realizado em Helsinque, na Finlândia, a corredora espanhola María José Martínez Patiño foi examinada e ganhou um certificado de feminilidade (ver fig. 13). Mas em 1985, quando se preparava para competir na Summer Universiade, em Kobe, Japão, ela foi obrigada a passar por um novo exame já que tinha esquecido seu documento. Desta vez, notaram uma

¹⁰³ É possível avaliar o crescimento do programa TOP no próprio site do COI, disponível neste link: <https://www.olympic.org/partners>

alteração em sua composição cromossômica. Ela foi aconselhada pelo médico de sua equipe a fingir um ferimento e se desligar discretamente da competição. Devastada, ela consentiu (Pieper, 2016, p. 134-137). No ano seguinte, foi aconselhada a simular um novo machucado e evitar o Campeonato de España de Atletismo. Martínez-Patiño se recusou, competiu no evento e ganhou na modalidade 60 metros com barreiras. Logo em seguida, seus dados médicos vazaram. María José sofreu uma avalanche de críticas e ameaças, como também perdeu sua residência atlética, bolsa de estudos e recordes (Martínez-Patiño, 2005). Em entrevistas subsequentes, conta como sua privacidade foi tão violada a ponto de ter destruído seu noivado e sua carreira esportiva.

Nesta época, o geneticista finlandês Albert de la Chapelle criticava abertamente a escolha do COI e da IAAF pelo exame de mucosa bucal para as testagens sexuais (Chapelle, 1986). Ele buscava uma compreensão “concisa” do que significavam os “controles de feminilidade”, pois o método de análise dos corpúsculos de Barr poderia ser “falho” e “impreciso” (Pieper, 2016, p. 139). Na maior parte dos contatos institucionais suas considerações foram desmerecidas e/ou justificadas. Chapelle, então, contata Martínez-Patiño. Com a ajuda do médico, a atleta retoma sua elegibilidade, mas não consegue recompor um ritmo físico a fim de qualificar para as Olimpíadas de 1992. Enquanto isso, o finlandês continua a enviar cartas com críticas e cobranças ao COI, tanto para o presidente Samaranch quanto para o chefe da Comissão Médica Alexandre de Mérode (Ibid., p. 137-142). O príncipe belga vai exercer o cargo até seu falecimento em 2002 e em nenhum momento parece perder convicção nos seus empenhos regulatórios. São vários documentos trocados entre os indivíduos citados ao longo da seção. O próprio John Money, responsável pela disseminação de diversos protocolos de manejo clínico e cirúrgico da intersexualidade, trocou cartas com o endocrinologista pediátrico Myron Genel, também citado no capítulo (Ibid., p. 142). Ambos criticavam “a arbitrariedade e o totalitarismo” dessas escolhas técnicas e regulatórias.

Figura 13: Certificado de feminilidade de María José Martínez Patiño no Campeonato Mundial de Atletismo de 1983.

Miss/Mrs PATINO Mlle/Mme	CERTIFICATE No. 5341
First name(s)/Prénom(s) Maria José Martínez	
of/de Spain (Country/Pays)	
born/née (date)	I hereby confirm that this Certificate is issued in accordance with the report of the official Medical Panel of the within-mentioned Games/Championships.
On the occasion of the A l'occasion des World Championships (Games or Championships/Jeux ou Championnats)	
held at/tenus à Helsinki on/le 1983	Je confirme par la présente que ce certificat est délivré conformément au rapport du Comité médical officiel des Jeux/Championnats mentionnés ci-contre.
the above mentioned athlete underwent an approved medical test, the result of which was sex-chromatin positive. This satisfies the I.A.A.F. requirements for competition in Women's athletic events.	
L'athlète mentionnée ci-dessus a subi un examen médical approuvé, et la chromatine sexuelle s'est révélée positive. Ceci répond aux règlements de la F.I.A.A. pour concourir aux épreuves féminines.	

Fonte: María José Martínez-Patiño. “Personal Account: A woman tried and tested”. The Lancet, Volume 366, Special Issue, S38, 2005.

No entanto, é imprescindível pontuar que esses médicos, cientistas e pesquisadores criticavam métodos, não embasamentos. Eles também acreditavam que a *praticidade* do esporte de alto rendimento pedia alguma regulação *biológica* para manutenção do fair play e da justiça. Os métodos não eram acurados, mas eram regulações necessárias. Praticamente todos eles advogavam pela implementação de algum tipo de “exame visual” do corpo da atleta (Ibid., p. 144-146). Seja porque acreditavam que era a forma mais precisa para visualizar diferenças em características sexuais secundárias, seja porque não acreditavam que apenas uma determinação sexual (no caso, cromossômica) fosse possível para designar um sexo/gênero. O ponto é que os conflitos passaram a ser constantes dentro da Comissão Médica do COI. Arne Ljungqvist, membro tanto da IAAF quanto do COI (e posteriormente da WADA), também vai se posicionar contra os exames de mucosa bucal. O médico sueco passou boa parte de sua atuação como gestor esportivo pleiteando por uma renovação (nota-se, uma renovação, não um desmantelamento) da verificação de gênero (Ljungqvist, Simpson, 1992; Ljungqvist, 2017).

Mesmo com as pressões internas e externas, o COI manteve a regulação. Em Calgary 1988, foram examinadas 296 atletas, sem resultados positivos ou banimentos. Em Seul 1988, na Olimpíada de Verão, foram 2.050 atletas examinadas, além de 255 validações em certificados de feminilidade preexistentes. Nesta mesma época, um Grupo de Trabalho foi criado pelo COI

para lidar com as controvérsias médicas, mas enquanto Mérode e Hay insistiam no teste da cromatina sexual, Ljungqvist junto com os geneticistas Albert de la Chapelle, Joe Leigh Simpson e Kurt Götz Wurster argumentavam pela reintrodução dos exames clínicos (Pieper, 2016, p. 145-146). Ljungqvist, que na época era vice-presidente da IAAF e também chefe de seu comitê médico, vai costurar a organização de um outro Grupo de Trabalho liderado pela federação de atletismo, evidenciando um descontentamento com as políticas do COI. Especialistas de vários países se reuniram em Monte Carlo, Mônaco, para discutir os benefícios e os problemas do controle de feminilidade no esporte.

Consequentemente, dois encaminhamentos derivam dos GTs. Primeiro, a IAAF decide abandonar o teste da cromatina sexual, substituindo o controle por um exame visual que seria feito em dois níveis: a partir do escrutínio do teste antidopagem, que necessitava de uma inspeção visual para a coleta de urina da/o atleta, assim como do escrutínio do exame físico, que esclareceria as diferenças generificadas no corpo de cada atleta. Essa reintrodução do exame visual [*Health Check*] foi bastante criticada, mas mesmo assim, no Campeonato Mundial de 1991, a IAAF pode examinar 422 atletas (Ibid., p. 150-151). Logo em 1992, depois do impacto negativo da testagem compulsória, a federação abandona o procedimento. Do outro lado, o COI decide aprofundar seu método de testagem. Na Olimpíada de Inverno de 1992, em Albertville, a entidade introduz o teste de reação em cadeia da polimerase [*PCR Testing*], na época um método inovador (mas controverso pela facilidade de contaminação da amostra) de sequenciamento, clonagem e manipulação genética. Antes dos Jogos, um grupo de 22 cientistas franceses assinaram um abaixo assinado denunciando o teste de PCR, entre eles dois ganhadores de prêmios Nobel (Ibid., p. 152). Ministros franceses também pressionaram, assim como a comissão de ética do Conseil de l'Ordre des Médecins, que ameaçou com ação disciplinar os médicos responsáveis pela condução do procedimento. Ainda assim, como toda regulação vista até o momento, a testagem genética acontece tanto em Albertville quanto na Olimpíada de Verão de 1992 em Barcelona.

Em Albertville, 557 amostras foram coletadas e enviadas para análise. Os médicos responsáveis, Bernard Dingeon e Patrick Schamasch, escreveram no relatório dos Jogos que o teste de PCR tinha sido um sucesso. Eles ainda apontaram que o teste era necessário para a identificação e a remoção de “transexuais” no esporte (Ibid., p. 154). A confusão regulatória derivada do desconforto de gênero sempre emergia nas frases ditas em entrevistas ou nas palavras escritas em cartas e documentos. Em Barcelona, 2.406 atletas têm seus materiais genéticos colhidos e analisados. Desta verificação, 12 resultados foram irregulares. Com o aprofundamento dos procedimentos, uma amostra foi considerada um “falso positivo”,

enquanto seis passaram na reanálise. Cinco amostras mostraram conter “anormalidades” genéticas (Ibid., p 156). A Comissão Médica pediu uma inspeção ginecológica para as atletas garantirem suas elegibilidades. Quatro puderam competir como mulheres com cromossomos 46, XY, mas uma atleta desistiu de passar pela avaliação ginecológica, a corredora boliviana Sandra Cortés Tancara preferiu se afastar da competição. O médico do COI Eduardo Hay avaliou como um “genuíno caso de homem travestido de mulher” (Ibid.). Esse reavivamento da fraude de gênero não foi tão documentado, mas era possivelmente uma história de transexualidade no esporte.¹⁰⁴

Durante a década de 1990, continuaram as críticas e os dissensos em torno dos métodos de testagem para uma melhor verificação de gênero. Com a descontinuidade do protocolo da IAAF, vários campeonatos internacionais de outras modalidades esportivas também vão aderir ao cancelamento dos procedimentos ou questionar à legitimidade do COI manter sua análise. Sentindo uma insatisfação compartilhada, o COI organiza em 1996 uma conferência chamada *IOC World Conference on Women and Sport*, no Museu Olímpico em Lausanne, na Suíça. O draft do evento não mencionava nenhuma discussão sobre controle sexual ou verificação de gênero. Arne Ljungqvist, no entanto, adiciona o tópico como discussão durante a conferência, conseguindo com que 220 delegados debatessem a validade da regulação imposta pelo Comitê Olímpico Internacional (Ibid., p. 161). Como resultado, produziram uma resolução sugerindo que a entidade também descontinuasse os processos atuais de verificação de gênero. Várias personalidades endossaram o documento, como a primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland e a primeira-dama dos Estados Unidos Hillary Clinton (Ibid.).

Um pouco antes, na Olimpíada de Inverno de Lillehammer, em 1994, o governo norueguês declarou que as verificações de gênero eram “ilegais e antiéticas” (Ibid., p. 165). Vários especialistas e médicos noruegueses se recusaram a conduzir as testagens sexuais pedidas pelo COI. De modo que Bernard Dingeon, o médico francês responsável por Albertville, em 1992, assumiu o controle dos procedimentos. Mesmo com as controvérsias, 115 atletas tiveram seus materiais genéticos analisados. Em 1997, um ano após a resolução produzida na Conferência sobre Mulher e Esporte, o Parlamento da Noruega oficialmente propôs uma emenda no *Act on Medical Use of Biotechnology* (Lei nº 56 de 05 de Agosto de

¹⁰⁴ Não está muito claro se a Sandra Tancara documentada no relatório de Barcelona 1992 seria a mesma atleta noticiada em 2003 por ganhar uma corrida no Peru e posteriormente ser “descoberta” por ter “problemas com identidade de gênero”. Matéria em português disponível no seguinte link: <https://esporte.uol.com.br/atletismo/ultimas-noticias/2003/12/02/travesti-vence-maratona-feminina-no-peru.htm>

1994) que proibiu a condução de qualquer teste sexual feito sem necessidade médica (Pieper, 2016, p. 166). O cerco social, político e institucional estava se fechando.

Em Atlanta 1996, entre 3.387 e 3.626 atletas foram inspecionadas (Simpson *et al*, 2000; COI, 1996, p. 292), sendo que 08 tiveram seus materiais genéticos questionados. Para manter essa verificação, o COI forçou a assinatura de um contrato com o Comitê Olímpico da cidade, responsabilizando a sede pela gestão do controle sexual e antidopagem, evitando, assim, a repetição de Lillehammer 1994 (Pieper, 2016, p. 172). Geneticistas da Emory University School of Medicine davam suporte ao controle feito nos Jogos, além de um grupo de ginecologistas, psiquiatras, urologistas e endocrinologistas, que acompanhavam as testagens para aprofundar a verificação nos casos de resultados inconclusivos. Das 08 atletas questionadas, 07 foram diagnosticadas com “Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos”,¹⁰⁵ uma variação de intersexualidade. O relatório dos Jogos indicou que todas as atletas foram liberadas para competir. Uma afirmação conflituosa que vamos aprofundar no próximo capítulo, com a história da ex-judoca Edinanci Silva, na época competidora pelo Brasil. Em Nagano 1998, na Olimpíada de Inverno, 679 atletas também tiveram seus materiais genéticos coletados e avaliados (Ibid., p. 173). O COI tentava sustentar seus controles e protocolos cada vez mais criticados.

Mas entre essas duas Olimpíadas, os atletas puderam votar em representantes para a composição da Comissão dos Atletas, criada em 1981 para atuar como um conselho consultivo e mediador entre os competidores e a entidade. Os atletas vão se debruçar sobre a questão das testagens e em 1999 recomendam que o COI descontinuasse imediatamente suas políticas de verificação de gênero (Genel, 2000). Samaranch, então, anuncia a finalização dos procedimentos para regulação do sexo/gênero das atletas. O Conselho Executivo do COI formalizou a proposta em votação, escolhendo fortalecer os protocolos antidopagem, ao mesmo tempo em que concordou com a finalização dos testes sexuais “de maneira experimental” para os Jogos Olímpicos de Sydney 2000 (Pieper, 2016, p. 175).

Durante a presidência de Juan Antonio Samaranch a justificativa dada para as diversas regulações esportivas foi aos poucos se transformando. Na superfície, o COI não buscava mais condenar atletas amadores, banir comportamentos não-virtuosos ou descobrir homens

¹⁰⁵ A *Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos* (AIS em inglês) é uma condição genética de herança recessiva ligada ao cromossomo X, que afeta em sua maioria indivíduos com cariótipo 46, XY. Ocorre, portanto, uma mutação genética que modifica a capacidade de recepção androgênica nas células. Pode ser completa (CAIS) ou parcial (PAIS). María José Martínez Patiño, por exemplo, tinha a variação completa. Seu corpo produzia normalmente hormônios androgênicos, mas não conseguia absorver essa produção, de modo que não virilizou de acordo com seu cariótipo 46, XY – na verdade, desenvolveu um fenótipo tipicamente feminino.

mascarados de mulheres – a entidade passou a produzir um discurso sobre justiça e equidade dentro do paradigma de direitos construído após a Segunda Guerra. As categorias iniciais de “proteção” e “suspeição” se emaranhavam neste novo sistema de normas, moralidades e economias. Neste sentido, Samaranch se preocupava mais em garantir uma *proteção* ao esporte feminino, à saúde dos/as atletas, como também em manter protegido os princípios igualitários que seriam inerentes ao espírito esportivo (Gafner, 1995, p. 261 *apud* Henne, 2009, p. 19). Essa recomendação de comprometimento com os *direitos* dos atletas se traduziu em oportunidades, como a inserção feminina na máquina administrativa da entidade ou a consolidação de grupos de interesse e de defesa dos atletas, por exemplo, com a possibilidade de questionar ou de se defender das políticas antidopagem.

A criação da Agência Mundial Antidoping (WADA) em 1999 foi motivada especialmente pela “Declaração de Lausanne”,¹⁰⁶ documento composto por vários delegados, burocratas e dirigentes internacionais na World Conference on Doping in Sport, a fim de promover, coordenar e monitorar a “luta” contra as drogas no esporte. Um evento importante de esforço coletivo que se repetiu em 2003, 2007, 2013 e 2019. Este último realizado em Katowice, Polônia. De modo que tinha essa preocupação com a continuidade das sanções e dos banimentos sem a devida prevenção ou recuperação do atleta dopado. O cenário do doping mudou drasticamente do uso disseminado de substâncias – praticamente organizado de maneira governamental – durante as décadas de 1970 e 1980 até o minucioso freio regulatório imposto a partir de 1990, com as testagens, os protocolos afinados, os métodos de coleta e avaliação laboratorial, as listas de substâncias banidas. A eritropoietina (EPO), por exemplo, um hormônio que controla a produção de células vermelhas do sangue e que estimula a recuperação do desempenho esportivo, foi banida em 1990, mas sua testagem só foi possível em Sydney 2000 já que tinha que ser identificada por uma combinação do teste de urina com um teste sanguíneo muito mais invasivo que precisou da aprovação da Comissão Médica para ser implementado.

As reorganizações regulatórias e institucionais na arena da política internacional foram fundamentais para a suspensão – ainda que momentânea – dos procedimentos feitos para regular atletas, seus corpos e suas feminilidades. Nesta época, o vice-presidente do COI era o juiz senegalês Kéba M'Baye,¹⁰⁷ que trouxe duas preocupações jurídicas essenciais para a

¹⁰⁶ Documento disponível no seguinte link:

https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/lausanne_declaration_on_doping_in_sport.pdf

¹⁰⁷ Kéba M'Baye também foi juiz da International Court of Justice (ICJ), órgão jurídico das Nações Unidas, e juiz, assim como presidente, da Corte Arbitral do Esporte (CAS).

entidade: 1) um atleta não poderia ser forçado a produzir prova contra si mesmo nem 2) poderia ter sua *integridade física* violada. Esses pontos são princípios dos Direitos Humanos que se relacionam à não autoincriminação e também à saúde e inviolabilidade do atleta, hoje usados como argumentação por especialistas e ativistas contra as novas regulações esportivas. De modo que o enquadramento político continuou a se fortalecer com a Convenção Internacional contra o Doping no Esporte promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2005. Como alguns governos não podiam estar legalmente vinculados com documentos não-governamentais como o “World Anti-Doping Code”, a Convenção Internacional possibilitou a ratificação individual dos países a partir do primeiro tratado internacional contra o doping no esporte, ou seja, permitiu uma vinculação legal entre as políticas internas e os códigos globais que regem a antidopagem. Em 2007, o documento entrou em vigor e em 2018 a Convenção já tinha sido ratificada por 187 estados, que incluem 185 estados membros da ONU.

Essa interseção entre governos e entidades com interesses ora se afunilando, ora se sobrepondo, vai gerar muitos ruídos, especialmente porque as disputas legais conduzidas pela Corte Arbitral do Esporte só podem ser realizadas como arbitragem, isto é, uma forma de mediação sem o devido litígio do processo judicial. No mais, essas políticas regulatórias foram culturalmente construídas pela comunicação de normas, valores, descobertas e consensos sobre o mundo físico e fisiológico das pessoas. As ciências que informam as regulações que acompanhamos até aqui estão definitivamente embebidas nesse processo de suposição, compreensão e tradução da realidade. A dificuldade de implementar procedimentos *justos* e *éticos* de investigação para promoção da equidade esportiva sempre esbarrou nessa evidente desigualdade geopolítica que embasa hipóteses e estruturas discriminatórias. O consenso científico usado nos protocolos sempre foi frágil, às vezes até conflituoso, de modo que os acionamentos técnicos e biológicos surgiam mais como mitos essencializantes do que como sistemas de conhecimento ou como modos de representação. O interesse implícito, mas que sempre esteve muito palpável, era de controlar essas fronteiras sexuais e classificatórias imbuídas de valor.

O peso dado à antidopagem nessas últimas décadas também centralizou a discussão contemporânea na forma dos hormônios. As escolhas sempre foram moralmente direcionadas, como vimos com a vagarosa inclusão das mulheres nos esportes de alto rendimento, principalmente em modalidades mais atléticas ou com mais demonstração de força. O halterofilismo, presente desde o começo das Olimpíadas, só foi permitido para as mulheres em Sydney 2000. Afinal, essa suposição de que a capacidade esportiva vai ser inerente e maior nos

homens do que nas mulheres norteia toda a agenda regulatória do esporte internacional. Essa racionalidade vai se intensificar com a naturalização de uma “normalidade” hormonal. Em 2003, com o Consenso de Estocolmo para “readequação sexual no esporte”, o COI pedia uma administração de hormonioterapia até os níveis “apropriados para o sexo designado” durante um período de tempo “suficiente” para minimizar as vantagens generificadas no campo esportivo. Mas quais seriam esses níveis? No começo do capítulo citamos algumas médias de normalidade presentes em vários artigos e coletâneas médicas, só que mesmo essas referências estão em constante revisão. Já existem regulações mais atuais que estabelecem novas investigações, verdades e restrições às atletas, porque esse controle regulatório se refaz toda vez que as ansiedades em torno do sexo, gênero e sexualidade transbordam mais do que as expectativas compartilhadas em determinada época.

O controle proposto pelas instituições esportivas, segundo esses procedimentos invasivos, coercitivos e humilhantes, não deveria ser pré-requisito para a manutenção da crença e da aderência ao dimorfismo sexual. Mas a *integridade* do sistema binário de sexo/gênero se mantém principalmente através desse esforço de preservação frente a diversidade da realidade vivida. Um esforço que pode ser traduzido pela codificação e regulação das fronteiras biológicas, como também pela socialização e adaptação dos sujeitos às normas socioculturais de cada época (Wackwitz, 2003). Atletas que foram designadas ao nascer como meninas, cresceram e viveram como mulheres, conheciam seus corpos a ponto de utilizarem suas musculaturas, habilidades e forças para competir em alto rendimento, mas que em algum ponto da vida foram devassadas para serem conformadas a um tipo específico de feminilidade. Por isso temos que nos perguntar, como a construção desse sistema ainda usa a *imaginação* e a *violência* para assegurar sua própria estabilidade?

Nos próximos capítulos, então, vamos acompanhar de maneira mais detida histórias de atletas diferentes, especialmente três delas, cada uma de um país, em um momento específico das atualizações regulatórias após essa suspensão na virada do milênio. Edinanci Silva, do Brasil. Dutee Chand, da Índia. Caster Semenya, da África do Sul. Nesses três últimos capítulos teremos uma linha de continuidade com a contextualização dessas políticas dentro de um *capitalismo* “do desastre” (Klein, 2007) ou “celebratório” (Boykoff, 2016). Na verdade, o objetivo principal é de seguir aprofundando mais esses fios em torno da gestão e da circulação tanto do “risco” (Douglas, 1992) quanto da “debilidade” (Puar, 2017) como forma de explicar as estratégias de regulação do corpo feminino em meio aos pânicos, ansiedades, desejos e expectativas partilhadas moral e socialmente.

5

O tempo do Brasil

Algumas histórias ressoam mais do que outras. Por motivos diversos. A quantidade de informação que recebemos hoje faz com que, muitas vezes, o tempo entre a leitura, comoção e capacidade de reflexividade sobre essas histórias – cada vez mais noticiadas e repetidas – seja encurtado. Então como fazer com que algumas histórias ressoem mais? Que continuem conosco. Uma possibilidade de certo seria compreender os caminhos de um legado. Seguir seja qual for as nuances de testemunho da disposição delegada. Mas quando uma história já foi narrada muitas vezes, foi incrustada em nosso imaginário coletivo de uma certa maneira, pode ser custoso tentar recompor essa memória. Neste caso, é um exercício fundamental. A história vitoriosa de Edinanci Silva – um legado esportivo – está embolada com alguns insultos e violações. Ao mesmo tempo em que celebramos as conquistas de uma atleta excepcional, também demos espaço para que especulações, escárnios e violências fossem cometidas em nosso esforço de recontar seus feitos e descrever sua vida.

Neste capítulo, me empenho em revisar criticamente esse legado, mas também posso pecar de uma excessiva exposição. Não tenho como fugir desse efeito. Dito isto, qualquer trajetória esportiva vai se entrelaçar de modo mais ou menos desigual com as regulamentações que articulam a vida em sociedade (Farias, 2011). Então busco cruzar um pouco da história de Edinanci, uma brasileira do Nordeste do país que representou a seleção em quatro Olimpíadas, com expectativas e ansiedades que compõem o esqueleto regulatório da elegibilidade esportiva para a categoria feminina: o desconforto com a “masculinidade feminina” (Halberstam, 1998). Para isso, faço algumas mediações sociais e reduções históricas, com a finalidade de ilustrar como o *poder da exceção* ainda se fundamenta e também funciona através de estratégias de controle do corpo.

A legitimidade médica, com todo o peso da autoridade científica, vai ser o ponto de encontro dessa experiência, o lugar onde vamos ler como o conhecimento acumulado e direcionado ao corpo sexuado (Butler, 2008) se transmuta em materialidade, seja em práticas hospitalares, seja nos discursos institucionais, seja na própria apreensão afetiva que a atleta vai incorporar e sustentar de si mesma. Essa não é, portanto, uma história de superação da adversidade, apesar de ser bastante evidente como Edinanci se transformou, persistiu e resistiu

durante todos esses anos, mas sim uma história sobre a *gestão generificada* que ainda vigora com a contínua integração das pessoas num certo projeto corporativo ou uma determinada imaginação nacional.

O legado olímpico sob a ótica da memória e da desigualdade

Edinanci Silva saiu de Sousa, cidade do sertão paraibano, em direção a Guarulhos, São Paulo, em 1993. Pegou um ônibus que demorou três dias de viagem. Tinha o clube da cidade como destino. Ainda era uma promessa, não uma atleta formada. Ganhava cerca de cem reais de salário. Começou a treinar tarde, aos quatorze anos de idade, mas rapidamente se envolveu com o esporte. Queria uma alternativa para se sustentar e ajudar à família, então competir internacionalmente foi o passo mais corajoso que conseguiu imaginar. Mesmo assim, lembra que não foi pela medalha, pelo assédio que segue ao pódio nem mesmo pelo glamour da conquista, Edinanci saiu da cidade de Campina Grande para a metrópole paulistana com uma vontade de sobreviver. O resultado e o reconhecimento financeiro, para ela mesma e para a própria família, era o que inicialmente a motivava e a empurrava a seguir em frente.

Então o judô se tornou uma disciplina e um objetivo, mas também era uma modalidade crescente. O esporte foi liberado para a categoria feminina nos Jogos Olímpicos de 1992, vinte e oito anos depois da estreia feita pelos atletas masculinos, em um momento marcado pelo encerramento de uma época muito conturbada, era o fim mais ostensivo da Guerra Fria. Os boicotes estavam mingando com as novas movimentações geopolíticas. Era a primeira Olimpíada sem os soviéticos, que competiram como um “time unificado” de doze países, mas também foi um marco devido a reunificação da Alemanha. De forma mais geral, a Olimpíada foi lembrada pelo sucesso estrondoso de Barcelona, acentuada pela repaginação turística e comercial do evento em um contexto de pleno crescimento neoliberal. Neste período, o Comitê Olímpico Internacional (COI) estava bastante envolvido e influenciado pelos debates da ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro.

As discussões globais aconteciam em torno da noção de *sustentabilidade*. A “Agenda 21” foi um dos principais resultados da Conferência, um documento que se propôs a repensar o planejamento e o desenvolvimento dos governos, empresas e organizações a fim de mitigar ou resolver os problemas socioambientais observados (Bassani, Carvalho, 2004). Como o movimento olímpico sempre integrou os processos modernos de sujeição política, representação social e produção econômica, os princípios organizadores que estavam em alta

neste contexto de responsabilização ambiental também se fizeram presentes nos bastidores institucionais e nos Jogos Olímpicos.

Em 1993, o membro do COI Richard Pound sugeriu que o grupo reduzisse seu consumo de papel e que encorajasse essa responsabilidade ambiental em outros comportamentos e ações (Boykoff, 2016). Assim, no ano seguinte, o COI incorpora a categoria “meio ambiente” como um “componente essencial do olimpismo” (Ibid.). A partir de então, a entidade vai formalizar esta reformulação, assegurando que os Jogos “são feitos em condições que demonstrem essa responsabilidade com as questões ambientais” (COI, Olympic Charter, 1996, p. 11). Uma Comissão de Esporte e Meio Ambiente é criada e, eventualmente, torna-se mais uma dimensão do movimento olímpico através das políticas e regulações em torno da sustentabilidade.¹⁰⁸

De modo que repensar o progresso e o desenvolvimento a partir da noção de sustentabilidade foi estratégico para deslocar as obrigações e os impactos dos Jogos dentro de um panorama do “legado” olímpico. Desde Atlanta 1996, quando Edinanci compete pela primeira vez em uma Olimpíada, até Rio 2016, quando os Jogos são sediados pela primeira vez em um país da América do Sul,¹⁰⁹ há uma continuidade de vinte anos em que o público celebra a realização de um evento que deveria almejar e produzir consequências sustentáveis para a cidade-sede, mas que, na verdade, faz esta absorver cada vez mais os custos e ônus dessa aventura olímpica. Ao mesmo tempo, empresas e organizações engordam com a *(des)regulamentação* política e esportiva de um acordo costurado e pré-determinado. Essa forma de organização representa o que Jules Boykoff (2016) caracterizou como um “capitalismo celebratório”, que se espalha nesses momentos de espetacularização, atenção e excelência esportiva.

Neste sentido, a realidade regulatória existe para permitir que as entidades esportivas funcionem e lucrem com os grandes eventos. Enquanto isso, o “mercado” não trabalha tão livremente assim, já que algumas marcas obtêm contrato de exclusividade com a instituição e o evento, o que explicamos anteriormente com o programa The Olympic Partners (TOP). A cidade-sede, portanto, vincula-se contratualmente com um emaranhado regulatório de fins corporativos. A Rio 2016 foi um perfeito exemplo dessa débil interação, ainda hoje não temos

¹⁰⁸ Para saber mais sobre as regulações olímpicas em torno da sustentabilidade, ver a seguinte página no site do Comitê Olímpico Internacional:

<https://www.olympic.org/sustainability>

¹⁰⁹ Antes dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, tivemos apenas duas Olimpíadas realizadas no Hemisfério Sul, Sydney 2000 e Cidade do México 1968, esta foi, portanto, a primeira a ser realizada dentro da América Latina.

a publicação dos relatórios oficiais do evento, como o documento que analisa os orçamentos, gastos e excedentes que financiaram os Jogos.¹¹⁰

Os gerenciamentos desiguais, no que tange os aspectos esportivos dessas (des)regulações governamentais, também ganham um peso maior quando pensamos no contexto nacional, era um momento em que o judô ainda estava se institucionalizando e se inserindo em competições internacionais, especialmente com a categoria feminina. Adriana Brum (2016) detalha o cenário a partir de entrevistas com 16 ex-atletas da modalidade, onde muitas afirmam como o “conflito silencioso” e a “infiltração lenta e progressiva” marcaram a composição da categoria na busca por melhores condições de treinamento, estrutura, visibilidade, patrocínio e equidade financeira. A desigualdade esportiva, afinal, era e ainda é sintomática. Ela representa um pouco de como o desenvolvimento se destrava e aos poucos, para alguns, finalmente avança.

Quando Edinanci sai da Paraíba para São Paulo com o objetivo de se consolidar no esporte, esse deslocamento não se deu apenas por uma questão de necessidade, vontade ou disciplina, mas como ela mesma aponta, também foi preciso um certo desprendimento. Chegou a ficar dois anos sem ver os pais enquanto seguia a profissionalização. Era um momento de se readequar a um outro tipo de vivência, mais urbana, regulada, intensa. Conta como teve dificuldade em se adaptar. Foi um período de muito engajamento e transformação. Mas essa reflexividade sobre sua própria história, migração e pertencimento só se desenvolveu muito tempo depois de se aposentar das competições internacionais. Quando parou, em 2008, ainda não conseguia enxergar “nada” do que estava vivendo. Em suas próprias palavras,

Eu conseguia antes tirar de letra porque eu tinha isso na minha cabeça, minha família, o resultado para a equipe feminina... Porque a equipe feminina tem que conseguir resultados positivos. Só assim a gente vai conseguir patrocínio para equipe. Tinha tudo isso daí que me empurrava e me motivava. Só que depois que eu parei eu vi que não era só isso, eu vi que era a rotina que eu tinha [também] e isso começou a me fazer falta. (...) Então, assim, para quem é adulta, é natural que você se afaste porque você tem que trabalhar em outra cidade e você tem a sua família, ou mesmo que você não tenha essa família, mas você tem sua namorada que acaba te acompanhando, então é fácil, agora para a criança, para o adolescente, isso é muito complicado, porque você está deixando o meio onde você se sente seguro e deixando sua cultura também para poder viver num meio totalmente diferente. Quando eu vim para cá, para São Paulo, eu vim com 17 anos, então eu vim com essa condição aí, com a condição de sobreviver, “eu tenho que fazer de tudo para poder captar recursos

¹¹⁰ Podemos encontrar todos os relatórios oficiais nesta seção do site do COI, mas ainda não existe nenhuma publicação específica da Rio 2016:

<https://www.olympic.org/olympic-studies-centre/collections/official-publications/official-reports-of-the-summer-games>

não só para mim, mas também para minha família”, mas de repente tudo mudou...

A mudança que se refere foi todo o escrutínio fisiológico e afetivo que se seguiu quando chegou no Sudeste. Conta como foi um “baque”, mas que a fez seguir mais firme, reitera em vários momentos que a época a fez ter “base” para enfrentar todas as dificuldades, até mesmo nos momentos mais angustiantes de competição esportiva.

Essa reconfiguração de si na forma de uma narrativa coerente dentro da fragmentação da memória, ou seja, decidindo quais os eventos que importaram e como os sentimentos se assentaram, tem bastante sustentação analítica (Velho, 1988; Pollak, 1989; Bourdieu, 2006). De modo que tentamos recordar e anunciar alguma forma de coerência para a manutenção de qualquer tipo de *integridade* – física, social, psicológica. Sempre vai ser estratégico compor de algum modo esse fluxo de memória para a (re)avaliação de um passado mal documentado, exposto, violado.

Mas como em qualquer esquema de interiorização dos sujeitos, surgem algumas frestas na trajetória biográfica que buscamos recontar. Em vários momentos, Edinanci afirma como a atenção psicoterápica dada ao grupo de atletas não era suficiente, principalmente quando a judoca se afastou da seleção brasileira. Confessou que sentia falta de acordar cedo de manhã para lavar seu próprio quimono. De estabelecer uma rotina diária de treinos. Eram pequenos detalhes que lhe davam sentido. Retomar outro cotidiano, sem aquela expectativa e compromisso de trabalhar para competir visando resultados de alto rendimento, passou a ser uma grande frustração.

Afastando-se do contexto institucional e esportivo dos atletas de elite, Edinanci percebeu que aguentou até demais. Não foi somente uma saga biomédica de tudo o que tinha consentido e vivido para estar ali, mas era também dar conta da travessia, da autojustificação e da superação dessa enorme desigualdade. Refletiu sobre si mesma:

A pressão interna é muito maior do que a externa. A externa você tira de letra, né, você não deu, [então] não deu, você usa os argumentos, mas a interna que é pior porque você se frustra com você mesmo, você acaba se colocando numa situação que muita gente não consegue perceber, eu falo “a gente”, os atletas, só consegue perceber isso quando você para. Aí começa a refletir: caramba, como é que eu tive capacidade de fazer isso? No meu caso, foi ficar quatro dias sem comer e dois dias sem colocar uma gota de água no corpo, né, desidratar, desidratar para poder conseguir chegar no peso. Como eu consegui aguentar toda aquela falta de estrutura? De viajar para países com temperatura diferente do Brasil sem agasalho, sem roupa, ou ficar em hotel que as condições eram precárias, a alimentação também precária. Então você fica pensando, se eu tivesse tido uma lesão, quebrado uma perna ou um braço, o que seria de mim? Graças a Deus nunca aconteceu nada.

A inquietação com a hipótese de se machucar se mistura com as memórias da entrega absoluta, irrestrita e sem garantias. Toda essa reminiscência em torno da escassez reverbera em um contexto nacional, especialmente a partir da virada do século, de quando o Brasil tentava mudar sua imagem pública. A desigualdade tinha sido renovada em oportunidade, esforço e mérito. O brasileiro podia sonhar e não apenas sobreviver. Uma conciliação provisória que nos trouxe dois grandes eventos esportivos com suas responsabilidades, bagagens e limites. “A Olimpíada, assim como a Copa do Mundo, foram sonhadas como apoteoses do eterno país do futuro que finalmente havia chegado a um presente glorioso” – descreveu precisamente Eliane Brum em um ensaio publicado no jornal *El País* em agosto de 2016.¹¹¹ Mas esses desejos e temporalidades se convertem em contextualizações simbólicas e materiais impensáveis, desiguais e disruptivas. O presente glorioso não se cumpriu. Os sentimentos que envolvem essa antecipação do futuro escancaram um espaço onde outros imaginários foram criados e alastrados em meio aos eventos esportivos para o mundo ver.

A nossa memória coletiva é dura, principalmente quando realçamos histórias que concretizam a brutalidade com que de fato manuseamos nossa diversidade. A vida de uma atleta de alto rendimento, dentro de um país estruturalmente desigual, se ajusta nesse equilíbrio de extremos. Esforçando-se ao máximo para trabalhar em condições precárias e, mesmo com os resultados, ser avaliada, escrutinada e regulada com a finalidade de se afinar aos tipos ideais que compõem esse horizonte de “democracia”, de “cidadania”, de “inclusão” pelo esporte. Em alguns momentos, as coisas transbordam demais. Não tenho como desfiar a história de Edinanci sem passar por certos desconfortos. Precisamente porque o caminho das regulações esportivas na categoria feminina se constituiu em dolorosas invasões que, marcando-as enquanto exceções, permitiram com que o modelo imaginativo do *dimorfismo sexual* se tornasse momentaneamente estabilizado.

A experiência do tempo através da humilhação, do risco e da crise

Foram pelo menos quatorze anos dedicados ao judô de alto rendimento, onde participou de várias competições internacionais. Edinanci se deslocou para São Paulo com a ambição de concretizar a promessa que era enquanto atleta. Mas os primeiros anos foram extenuantes e difíceis porque se encontrou no meio de um redemoinho de questionamentos, dúvidas e

¹¹¹ O ensaio de Eliane Brum pode ser lido no seguinte link:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/01/opinion/1470057923_856909.html

escrutínios. A pressão institucional seguiu de uma pressão social avassaladora. Só que não era uma expectativa vivida somente pelas entidades esportivas, ela também queria resolver qualquer mal-entendido assim que possível, tinha que continuar competindo. Ajudava sua família. Mas precisava descobrir muito sobre si mesma e sobre o que gostaria de fazer em um momento em que tudo “acontecia ao mesmo *tempo*”.

Em nossa conversa, Edinanci lembra de como se sentiu presa a uma situação grave, com risco de saúde, quando descobriu que tinha que provar sua “estrutura feminina” para continuar competindo. Assim que chegou à Guarulhos percebeu o tal do desconforto compartilhado. Tinha uma necessidade dos gestores de determinar seu “sexo biológico”. Ou era homem ou era mulher, não tinha meio termo. Os médicos diziam que ela era um caso muito especial, que não tinha parâmetro para análise no país, então precisava tratar a condição de forma urgente para aumentar sua “expectativa de vida”. No Hospital São Paulo, vinculado à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), indicaram que ela viveria somente até os “20-25 anos” se não procurasse algum tratamento. Foi a partir daí que começou a ficar com medo de seu próprio corpo. Tinha um medo profundo de morrer.

Essa *urgência* do diagnóstico e do tratamento ainda é, infelizmente, um padrão no manejo das variações intersexuais, mesmo que publicações mais recentes na área médica já estejam questionando a precocidade dos procedimentos (Lee *et al*, 2016). Usualmente, pessoas com variações intersexuais passam por cirurgias e hormonioterapias com a finalidade de “normalização” ainda recém-nascidas, durante a infância e também na adolescência, porque há uma justificativa de que quanto mais cedo suas partes corporais estiverem em “congruência”, melhor para a inserção em sociedade (Pires, 2015). Mas como esses manejos são ainda mais tardios fora dos centros urbanos (Costa, 2018), Edinanci também foi responsabilizada pelo atraso em seu diagnóstico. Ela precisava descobrir o que acontecia com seu corpo para provar para todos que não estava enganando ninguém, então aceitou todo o tipo de intervenção para se manter no esporte que sonhava.

Afirmou que o que a “motivou a fazer toda a bateria de exames foi a questão de ter mais um tempo”. Porque além da responsabilização, anunciaram um risco de uma má formação, um não funcionamento, um possível câncer, que estava a remoendo. Os médicos fizeram um prognóstico com remoção cirúrgica de duas glândulas endócrinas – um pedaço de ovário pouco desenvolvido e um testículo não descido que ainda secretava hormônios – além de receitarem medicamentos hormonais para evitar qualquer perda de funcionalidade no organismo. Também sugeriram uma clitoroplastia. Era uma alternativa cirúrgica drástica. Edinanci consentiu. Aceitou todos os procedimentos porque precisava não só garantir permissão para competir,

também queria estar bem. Ela lembra bastante de uma informação dada pelos profissionais de saúde:

Se você tem um corpo estranho no organismo, o teu organismo vai atacar o corpo estranho, porque ele vai entender que aquilo lá oferece risco pro seu organismo e pra sua saúde. Só que aquele corpo estranho tem formas de se defender e vai virar um conflito ali dentro. O que vai acontecer é afetar outros órgãos, afetar outras partes do seu organismo, e isso daí pode virar um câncer.

O *risco*, por um lado, precisa ser rapidamente controlado. Porque ele se espalha e corrompe a “normalidade” instituída. Porque se não for reajustado, vai se acumular em erros e toxidades, virando uma crise ou um câncer. Falaram para Edinanci que ela estava vivendo algo muito grave que iria trazer “algum tipo de mal”. Ela precisava quebrar o suposto desenvolvimento patogênico. Tradicionalmente, o risco pode ser percebido como algo que contamina ou desordena a coerência do “sistema” moral e social (Douglas, 1992; Beck, 1996). Neste sentido, são riscos que estão na dimensão da ambiguidade ou da incerteza dentro da constituição da realidade. Estou querendo dizer que o risco não seria apenas uma valoração sobre a probabilidade de certos cenários, mas também uma incomensurabilidade dessa realidade que mesmo assim precisa ser mensurada e ajustada dentro de uma ordenação da diferença. Então o paralelo orgânico está muito próximo, pois implica em uma avaliação do que se torna estranho e danoso para o organismo, assim como já era incongruente para o modelo normativo do dimorfismo sexual que enquadra a capacidade de conceber e conformar todas as corporalidades (Fausto-Sterling, 2012). Esses riscos são tratados, afinal, como fabricações do próprio processo de alteridade/modernidade que necessitam de adaptações prévias a fim de evitar um colapso do corpo sociopolítico.

Anteriormente, associada à escola de Hipócrates, a noção de crise [*krisis*] se referia ao momento de julgamento e de decisão do médico, exatamente para avaliar a progressão da doença (Roitman, 2014). Mas essa marca de temporalidade que condiciona uma decisão categórica sobre determinado evento ou corporalidade está cada vez mais antecipada, difusa e reflexiva. A expectativa do risco se embaralha cada vez mais com a gestão do presente e não apenas com as projeções imaginativas para o futuro. Porque, em um certo sentido, a sensação de crise também surge quando as relações sociais se tornam *imanes* ao processo histórico, isto é, quando a história se reorganiza materialmente com as instabilidades que movem e qualificam o próprio sentido de história.¹¹² De outra maneira, podemos dizer que compreender

¹¹² Janet Roitman (2014) também trabalha, ao longo do livro, com o entendimento de que a *crise* seria um “ponto cego” que mobiliza formas de conhecimento sobre a história, em sua materialidade e em sua representação.

o gerenciamento do risco de uma crise (ou, por sinal, de um diagnóstico) nos permite acessar quais escolhas são feitas para tornar algo mais visível e contornável (ou não) nesta disputa por legitimidade histórica – seja científica, socioeconômica e/ou institucional.

Por outro lado, a ideia de *crise* enquanto enquadramento do real sempre existiu como uma sombra durante todo o século XX, especialmente presente na América Latina. Em diversos momentos, pessoas entoaram discursos, editoriais, gritos e lamentos com críticas à crise moldada por certo sistema de poder, em outros momentos, eventos se desenrolaram com o receio de que determinada crise afundasse o país, seus valores, economias e horizontes. Depois de uma virada neoliberal experimentada em muitos lugares, fomentada por “tratamentos de choque” capitalistas (Klein, 2007) e/ou processos ditatoriais desenvolvimentistas (Pereira, 2012) que engessaram alguns movimentos e revoluções, um sentimento de crise também floresceu como justificativa para esse desalento que marcou múltiplas perdas, como o desejo de progresso, a ideia de civilização, a possibilidade de sustentabilidade ecológica, a esperança da experiência comunista. Assim, atentando para uma fraca recapitulação da nossa história coletiva, completamente cheia de invasões, descobrimentos, conflitos e pacificações, parece correto inferir que sempre existimos em um estado de crise.

Então as sensações de *perda* e de *desconexão* se intensificam com a virada do milênio, um tempo em que o mundo se tornava mais conectado e informatizado, mas que também era marcado por um movimento contraditório tanto de acesso quanto de abandono que sintetiza esse período do “capitalismo tardio” (Da Hora Pereira, 2013). Os anos de 1990, em especial, foram emblemáticos para entender esse esfacelamento das promessas de outrora. As políticas públicas que pensavam a *integração* das pessoas em sociedade – principalmente com a explosão da participação da sociedade civil organizada – esbarravam em pesadas dinâmicas econômicas e heranças oligárquicas. Os movimentos de pertencimento, migratórios e sociopolíticos, aconteciam por meio de cálculos desiguais com essa vivência informalizada ou desenvolvimentista de um neoliberalismo aplicado aos trópicos (Feldman-Bianco, Capinha, 2000; Wacquant, 2012). No arquivo online do jornal *Folha de São Paulo*, podemos recuperar várias matérias em que Edinanci, assim como outros judocas brasileiros, lamentam essa escassez, ilustrando a dificuldade de ser atleta no país e pleiteando por mais patrocínio. Eles quase não tinham recursos para treinar, viajar e competir com a eficiência que se espera dos atletas de elite.

Tenta demonstrar, portanto, este funcionamento através das práticas e dos julgamentos em torno da ideia de “valor”, especialmente no caso da “crise financeira de 2007-2009”.

Sobreviver com cem reais, que depois viraram mil reais, em São Paulo, arcando com todos os custos da vida de uma atleta de alto rendimento, era completamente diferente de viver na Paraíba com os pais.¹¹³ Conta como sua preocupação, cotidiano e mentalidade também eram outras. Em 1997, ela ainda tinha que se preocupar em pressionar os gestores para ter um lugar para morar. As pessoas se deslocavam para os “grandes centros” para acessar mais oportunidades, direitos e bens, mas essa expansão do dito social não diminuía a urgência econômica que espreitava na forma da crise. Podemos dizer que um “estado de exceção permanente” (Agamben, 2004) sempre esteve latente, de maneiras distintas em vários países, aos funcionamentos mais efetivos e imperativos para manter a exploração biopolítica e colonial circulando. Em seus próprios termos, a busca por uma experiência diferente, mais independente, fez com que suportasse dinâmicas desiguais para firmar sua incorporação no esporte.

Se você quer ter uma experiência diferente você tem que sair, tem que dar um passo à frente, porque senão você vai continuar pensando da mesma forma que todo mundo ali de onde você vive. Acaba acreditando que tudo ali que você vive é de verdade. Só que essas coisas começaram aflorar na minha cabeça quando meu pai começou a me fazer pressão, “oh, você tem que trabalhar, você só consome, você não colabora”, aí você vai ficar questionando, “realmente, o que eu tô fazendo aqui não é certo, eu estou parasitando”. Isso daí foi o que me deu força para tomar coragem e vir para cá. Foi o que me deu força para superar tudo isso daí, todo esse preconceito, toda essa pressão por parte da mídia, né.

No livro *O Novo Tempo do Mundo* (2014), Paulo Arantes se apoia em dois conceitos cunhados por Reinhart Koselleck, o *espaço da experiência* e o *horizonte de expectativa*, para explicar alguns novos dispositivos de controle da vida e do mundo. Nesta interpretação do autor, a transformação histórica em uma sociedade de risco ocorreu “precisamente [por] uma tremenda reversão de todos os horizontes modernos de expectativa” segundo um certo regime de urgência (Arantes, *Ibid.*). O risco se tornou intolerável porque, em sociedades “totalmente orientadas para o futuro”, elas passaram a “exigir um presente securitário máximo”. Mas dentro desse registro da urgência, todo um “trabalho sujo” feito pela máquina administrativa, desde estratégias punitivistas até técnicas disciplinares e burocráticas, vai acabar sendo sublimado no próprio teor da violência que se opera a fim de ser tratado como mais um trabalho de “contenção da insegurança social e seus transbordamentos”.

Lília Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), vai se debruçar sobre processos mais conhecidos da nossa história para explicar como nos delineamos, enquanto sociedade brasileira, pelas relações escravocratas, patrimonialistas, corruptas e autoritárias na

¹¹³ A atualização dos valores, feita através do IPCA e INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, deixaria o salário inicial dela em torno de 630-640 reais, ou seja, menor que o atual salário mínimo, que na época estava cotado em 112 reais.

tentativa de constituir esse “bem comum” republicano que teria uma suposta salvaguarda frente à brutalidade dos tempos coloniais. Mas ocorreu que, no fim das contas, essas relações intensificaram vários processos de rupturas e crises já existentes. No limite, a tal da desarticulação desesperançada que sentimos dentro das sociedades contemporâneas preocupadas com a (auto)proteção, que também se acentua por experiências históricas desiguais e violentas, pode gerar um conflito no que tange à imobilidade forçada, ao recrudescimento da intolerância, à anulação da expectativa, à intensificação das polarizações e precarizações que nos conformam e à aceleração de um mundo “suspenso” no tempo.

Em outras palavras, para Paulo Arantes, o tempo futuro ensejado seria como um presente estendido, ou melhor, digo que seria um presente altamente corporificado. Em meio ao controle dos fluxos da realidade (temporais, afetivos, financeiros, informacionais, entre outros), vemos a materialização de um minucioso e previsível projeto biopolítico a partir do funcionamento do diagnóstico, da segurança, da debilidade e da cronicidade. Porque não estamos falando apenas do ato de constituir-se através de uma violenta alteridade, mas deste trabalho cuidadoso de normalização de um estado de exceção disseminado. O risco aqui seria a regra. O que chama da vida em uma “sociedade securitária de risco”. De modo que para manter tal forma de governo funcionando, assim como antes, alguns vão ser tomados como desviantes, vulneráveis, perigosos. No caso do mundo esportivo, essa normalização do presente corporificado se dá pela classificação e regulação das atletas que arriscam a manutenção do regime de elegibilidade que compõe nossa desejada existência sexual.

Não é uma comparação muito distante, precisamente porque a crise que condensa o risco é o estado da arte da debilitação. Quando Edinanci começa a buscar atendimento para entender e tratar seu corpo, entre 1995 e 1996, seu salário não dava conta de pagar a quantidade de médicos, exames e deslocamentos. Então procurou atendimento na rede pública de saúde. Conta como, de certa forma, realizou uma permuta. Ela se oferecia como estudo de caso, já que era tão especial, aí esperava respostas para os seus anseios. A justificativa desta negociação demonstra uma capacidade de agenciar seus próprios limites, porque mesmo dentro de uma experiência desigual e violadora, Edinanci tentou incorporar alguns direitos e conhecimentos de todo esse processo.

O conceito de *biolegitimidade* proposto por Didier Fassin (2009) contextualiza um pouco deste cenário e ajuda a esmiuçar um conflito entre os direitos específicos (como garantia à saúde, autonomia reprodutiva, integridade corporal, entre outros) e o direito à vida em si. Ele percebe que uma “debilidade moral” movimentada as disputas atuais por legitimidade entre os direitos. Neste caso, a vida ganha mais valor para articular acessos e reconhecimentos sociais,

deslocando politicamente algumas perspectivas a favor de outras, como a medicalização dos conflitos. Essa alternativa é interessante para compreender a dimensão da moralidade, dos valores e dos significados da vida, e não somente as estratégias, técnicas e governanças que constituem a realidade.

Entender essa distribuição desigual do valor da vida faz sentido quando discutimos como uma determinada “cidadania biológica” (Rose, 2007) se estabelece a partir dos agenciamentos médicos, institucionais e políticos. Para se tornar socialmente legítimo é necessário navegar em uma economia desigual dos riscos, patologias e diagnósticos a fim de conquistar as novas demandas sociomédicas. Por isso Edinanci explica que a *Confederação Brasileira de Judô* (CBJ) apenas apontou alguns caminhos, foi ela quem efetivamente procurou ajuda.¹¹⁴ Até porque existia um “conflito de informações” que a fazia se preocupar com sua saúde, sua capacidade física e sua verdade pessoal. Tinha crescido achando que tinha um “dom”, seus amigos também afirmavam isso, acreditava em um “tipo de lenda” sobre si mesma que foi desmontada com a chegada à Guarulhos. Vemos que essa absorção da lógica biomédica sedimentou aos poucos sua própria expectativa esportiva com a experiência regulatória. Porque, em outras palavras, “nesse redemoinho” da cidade grande ainda se “gira o apocalipse dos *integrados*: [na forma de uma] gestão do presente, em suma, mas de um presente no qual o futuro já chegou” (Arantes, 2014, grifo e inserção minha). Então acordar, treinar, competir e manter-se afetivamente integrada à seleção nacional era difícil quando seu futuro estava em dúvida, mas você era responsável por negociar e aliviar essa suspeita com a *debilitação* do seu próprio corpo.

Nesse momento de lidar com diagnóstico, consentimento e cuidado terapêutico, havia uma ênfase no sofrimento vindo da indefinição. O trabalho de estabelecer essas fronteiras e demandas implica na preservação de alguns corpos em detrimento de outros. Edinanci conta como chegou a pensar em se mutilar. Eram muitas questões sendo verbalizadas ao mesmo tempo. Ela foi encaminhada para um acompanhamento psicológico, tanto para reafirmar sua identidade de gênero, como para se certificar de que realmente queria retirar as gônadas. Eram decisões importantes de caráter irreversível que tinham que ser aceleradas para o mais breve retorno esportivo. Só que, para ela, “o medo era tão grande que aquilo lá não se resolvesse que eu cheguei a pensar em me mutilar”. O tempo da decisão, do descobrimento, do tratamento, todos eram vividos em temporalidades diferentes das urgências regulatórias. No fim, ela

¹¹⁴ A cobertura jornalística da época aponta que a CBJ assumiu a responsabilidade pelo tratamento da atleta em conjunto com o médico Eduardo De Rose, que era membro da Comissão Médica do COI.

consentiu, mas foi uma demanda que se acelerou com o medo do câncer e o risco da ambiguidade que perdurava sem resolução.

Em um dos ensaios do livro, Arantes descreve um movimento de alienação do trabalho com a finalidade da própria autopreservação dos sujeitos, que atuam em situações precárias, de risco, de encarceramento, economicamente desiguais, mas podemos dizer que também há um movimento paralelo de desumanização dos sujeitos que, de outra maneira, arriscam a autopreservação desse sistema regulatório. Porque os dois lados, como vimos, se integram. Neste sentido, o tempo de espera, zelo ou alienação proposto como estratégia disciplinar contemporânea acentua essa sensação crônica de captura e debilidade criada pela gestão do presente. Esse presente requer uma aceleração do futuro no agora. Um certo achatamento das expectativas. Busco este contexto de análise para entender de que forma nossa imaginação fomenta corpos políticos e identitários, aprisionando-os nesta dinâmica do tempo presente, onde a espera atualiza a expectativa em um *tempo morto* (por exemplo, na administração de “checkpoints” e “triagens”), mas também se atualiza enquanto *humilhação*.

O tempo morto é humilhante por si só quando é administrado para ser racionalmente violento. Dito claramente, quando fazer esperar já é punir. Constatamos isso com a burocracia das precarizações e peregrinações documentadas pelo próprio Estado (Souza Lima, 2002). Mas há uma outra forma de humilhação na violência da espera, da dúvida e da disciplinarização dos corpos. Edinanci repetiu diversas vezes que, não importava sua colocação em qualquer competição, seja internacional, mas principalmente nacional, ela era sempre sorteada para se submeter ao antidoping. Neste período, a *Federação Internacional de Judô* (IJF, em inglês) ainda realizava os procedimentos de “verificação de gênero” com o exame de PCR pedido pelo COI. Mesmo quando a entidade suspendeu momentaneamente as testagens sexuais, em 1999, a IJF continuou com os testes nos campeonatos mundiais da modalidade, justamente a partir de sorteios (Simpson *et al*, 2000; Bohuon, 2015).

A testagem antidopagem foi desenvolvida para ser um procedimento técnico, isonômico, preciso e asséptico. Com procedimentos uniformes que precisam de certos protocolos, objetos invioláveis, técnicas específicas, enfim, uma cadeia de eventos para manter a *integridade* da amostra em análise. Essa preocupação com o fluxo dos processos ocorre especialmente por uma mudança nas políticas e nas formas de detecção dos controles antidopagem a partir da década de 1990 (Silbermann, 2014). Ainda assim, Rebecca Ann Lock (2003) já explicou como o perigo do doping feminino reside mais no fracasso em performar corretamente a heterossexualidade feminina do que na ameaça do uso de substâncias ilícitas.

Acusações de virilidade e de lesbianidade compõem os principais marcadores que mobilizam o processo de antidopagem na categoria feminina (Silveira, Vaz, 2014).

Edinanci comenta como a rivalidade entre as atletas espelhavam este mesmo registro, muitas vezes a acusavam de ser “homem” entre competições, como forma de a desqualificar e a constranger por ter ganhado. Cláudia Kessler (2015) relata situações de futebolistas brasileiras que também passaram por situações humilhantes e xingamentos diversos porque apresentavam força e habilidade excepcionais para a esperada feminilidade esportiva. Essa “pedagogização” do corpo e da performance está disseminada nas competições, mas também nos treinos, nos vestiários, no dia a dia. Edinanci conta como foi necessário aprender a se expor, isto é, ela precisou demonstrar corporalmente que pertencia à categoria de mulheres. Começou a tirar a roupa na frente das atletas, fazer a pesagem nua, tomar banho sem tanta timidez, abrir um pouco da sua intimidade e do seu corpo para que as *suspeitas* e os *incômodos* diminuíssem.

Neste mesmo escopo, a testagem antidoping realizada em grandes eventos competitivos acontece com a atleta direcionada para uma estação de controle de dopagem, sempre em constante observação, na medida em que se organizam a documentação e o kit de coleta. A atleta pode retardar o processo de coleta a partir de situações específicas, como a necessidade da localização de intérprete ou ingestão de medicamentos, mas enquanto isso a cadeia de eventos se desenvolve. A atleta precisa escolher um frasco inviolável para urinar com a agente de controle do mesmo gênero presente no banheiro. Essa necessidade de constante visualização foi repetida em várias regulações, ao longo do tempo, como um “facilitador” a fim de se descobrir os níveis de virilização da genitália externa da atleta e, conseqüentemente, a necessidade de investigá-la ou não. A atleta é responsável pela manipulação de todo o procedimento, escolher os frascos, dividir a urina em amostra A e B, selar os potes etc. A cadeia vai seguir de maneira criteriosa até o laboratório cadastrado pela Agência Mundial Antidoping (WADA).

São várias camadas de escrutínio, desde a observação física até a análise do material biológico.¹¹⁵ Todas essas partes estão interligadas: a dúvida do risco, as técnicas de controle, a espera do resultado – todas estão conectadas à camada de humilhação que convive com uma incerteza que afronta a estabilidade do sistema. O anseio acusatório que envolve os procedimentos se revigora com a necessidade de desmascarar virilidades em corpos femininos. De outra maneira, podemos dizer que a humilhação tem *duplo valor*, ela é normalizada porque

¹¹⁵ É possível ver um resumo dos processos de controle de dopagem nesta publicação da WADA: https://www.wada-ama.org/sites/default/files/wada_doping_control_aag_eng_web.pdf

é necessária para a sustentação dessas práticas invasivas e regulatórias, onde você é responsável pela quebra de sua suspeição ou pela manutenção de sua idoneidade, mas ela também é venenosa porquê de antemão atinge e marca mais alguns do que outros. Essa última, a *humilhação venenosa*, ela vai reverberar.

María Elvira Díaz-Benítez descreve como a humilhação pode ser um ato e simultaneamente um sentimento “que se desdobra em e se constitui por meio de outros múltiplos atos e emoções” (2019, p. 53). Justamente porque são emoções complexas que existem como “atos relacionais” ou como “formas de comunicação” (Gregori, 1993 e Coelho, 2001 *apud* Díaz-Benítez, *Ibid.*, p. 54). Em sua análise, busca demonstrar como os efeitos – o que reverbera – dos atos e sentimentos de humilhação funcionam como uma forma de “diminuição ou aniquilação de corpos femininos” (*Ibid.*, p. 55). Podemos dizer também que os atos e as técnicas regulatórias afetam profundamente, que são acionadas de modo desigual a partir dos marcadores sociais da diferença (Piscitelli, 2008), assim como têm efeitos materiais e psicológicos diversos – especialmente na construção de si, com autoestima, força, solidariedade aos poucos se debilitando com a continuidade e o espraiamento das práticas e sensações humilhantes.

Neste sentido, a humilhação é intimamente generificada, assim com o risco debatido aqui é um cálculo do que se desvia da norma dimórfica. São operações e sensações que não têm descolamento. Para controlar a elegibilidade esportiva é preciso humilhar alguém. Dito de outro modo, a humilhação se encontra em um enquadramento em que pesam as estratégias de risco, crise e segurança para a manutenção do sistema de sexo/gênero que também integra o mundo esportivo. As categorias analíticas não são acionadas somente segundo operações de autonomia ou de consensualidade no tecido social, como ocorre em práticas de caráter mais sexual e afetivo, porque o risco ou a humilhação não se findam no empreendimento das pessoas envolvidas, ou seja, as regulações esportivas permanecem, se institucionalizam e se transformam com o tempo.

Todas essas variáveis explicativas surgem, portanto, como uma forma de cicatriz, um certo timbre, que modula o entendimento e a gestão das práticas regulatórias. Porque no fim, é claro, a “preocupação com a segurança e com a consensualidade funciona como uma espécie de ideal”, assim como a noção de tempo e de crise, no sentido de que “nenhum desses termos é facilmente acessível ou garantido” (Gregori, 2010, p. 197), nem pela sociabilidade, nem pela moralidade. As ficções e técnicas se juntam aos atos, afetos, memória, em uma gestão do emaranhado regulatório, para manter essa sustentação imaginativa que, em outros cenários e

em outras histórias, também organiza as convenções e as relações entre violência, gênero e erotismo.

SRY, o rendimento esportivo e as nuances da determinação sexual

Esse presente altamente corporificado, parodiando a análise de Paulo Arantes, acontece quando a expectativa se avizinha a ponto de se fundir com a experiência – quando esse tempo de imaginar outras possibilidades se condensa no achatamento das escolhas cotidianas – então a necessidade de controlar as variáveis, os riscos e as alternativas se torna mais urgente. Mas alguns corpos são sempre mais prioritários do que outros e, nesta realidade, o presente que atualiza a imaginação se faz mais palpável pela justificativa biológica. Podemos dizer que é a forma mais legítima, em um mundo da *racionalidade encarnada*, de explicar a verdade e o ordenamento das coisas.

Os genes e os hormônios surgem, portanto, como gatilhos poderosos na constituição dos sujeitos e na gestão da realidade. Em 2013, o jornalista David Epstein publicou o livro *The Sports Gene*, onde tenta desfiar as complexidades do debate entre “natureza” e “cultura” no mundo esportivo. De forma breve, a constatação geral de Epstein é de que existem corpos extraordinários, verdadeiros “*big bang*” corporais, que são moldados desde o começo para a competição de modalidades específicas. Esses tipos corporais se desenvolvem com o trabalho individual, somado aos diversos aspectos estruturais que sustentam o treino de alto rendimento, mas existiria uma facilidade de certas fisiologias em atingir mais rapidamente uma excelência esportiva. No fim das contas, para o autor, o melhor gene para essa tarefa seria o “SRY”, isto é, a região do cromossomo Y que determina o desenvolvimento e a diferenciação masculina.

Não é uma explicação nova, como toda a análise comparativa que já foi feita a partir dos ossos, cérebros, genitálias e hormônios, mas é uma potente síntese desta realidade. A busca pela precisão biológica é uma característica dessas últimas décadas, onde se proliferam técnicas, estudos e tratamentos com base em sequenciamento e mapeamento genético, tanto para descobrir riscos e frequências de certas variações congênitas, como para estabilizar consensos sobre certos conhecimentos. A pesquisa que envolve o desenvolvimento e a determinação sexual representa o que Paula Sandrine Machado chamou de um novo olhar sobre a “etiologia genética” do sexo, ou mais precisamente, de um mundo pautado pelo “sexo-código” (Machado, 2008b). Para ilustrar, antigamente, as pessoas intersexos eram classificadas e diagnosticadas em uma terminologia patologizante em torno do “pseudo-hermafroditismo” que vagarosamente

foi se alterando para termos mais técnicos, objetivos e descritivos como, por exemplo, “DDS 46, XY”¹¹⁶ ou “Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos”.

Essa etiologia genética então se torna “uma versão naturalizada do sexo” que enquadraria “a diferenciação entre homens e mulheres em um nível profundo, posição outrora ocupada principalmente pelas gônadas” (Ibid., p. 113). Uma indicação que ainda hoje inspira o manejo da intersexualidade nos atendimentos hospitalares. Mas assim como a biossíntese ou o funcionamento hormonal, ainda sabemos pouco sobre o papel de transcrição e regulação genética no corpo humano. Tradicionalmente a determinação sexual continua a pensada a partir da presença ou da ausência do gene SRY e, conseqüentemente, do cromossomo sexual Y (Damiani, Dichtchekenian, Setian, 2000). Com os avanços dos estudos da biologia molecular, começamos a conhecer alguns dos genes que estão envolvidos no desenvolvimento sexual e nos casos de intersexualidade. Por exemplo, situações onde há a translocação do gene SRY no cromossomo sexual X, de modo que se desencadeia na vida intrauterina uma diferenciação masculina, mesmo com o cariótipo 46, XX (Damiani *et al*, 2005). Agora também se sabe que existem outros genes autossômicos e/ou ligados ao X que seriam responsáveis pela cadeia de determinação gonadal e sexual, como os genes NR0B1, SOX9, WT1, SF1, WNT4, CYP21A2, NR5A1, CYP11B1, HSD3B2, CYP17A1, entre outros (Domenice *et al*, 2002; Mello, Assumpção, Hackel, 2005; Ohnesorg, Vilain, Sinclair, 2014).

Desembaraço este cenário porque Edinanci não lembra exatamente qual seria sua condição de intersexualidade. Sabe seu cariótipo, mas não teve uma informação detalhada sobre qual seria a classificação médica do seu diagnóstico dentro de uma codificação clínica padronizada, como a proposta pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, no artigo *Gender Verification in the Olympics* (2000), nove profissionais de saúde que em algum momento da vida atuaram com regulações esportivas na categoria feminina – por exemplo, Arne Ljungqvist, que nesta época era vice-presidente da IAAF – indicaram que das oito atletas em triagem pelo teste de verificação de gênero feito em Atlanta 1996, sete tinham *Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos* e uma “provavelmente” tinha *Deficiência de 5 α -redutase*, mas havia feito uma gonadectomia,¹¹⁷ por isso também foi liberada para

¹¹⁶ DDS é sigla para *distúrbios do desenvolvimento sexual*. Foi uma terminologia adotada em 2006 com a atualização médica e científica proposta por um grupo que ficou conhecido como “Consenso de Chicago”. Também foi debatido e modificado as formas de manejo hospitalar da intersexualidade. Em 2016, este grupo – mais expandido em termos globais e de ativismo – atualizou outra vez os guidelines de classificação e de gerenciamento médico. Desde então, passaram a utilizar *diferenças* em vez de *distúrbios*, demonstrando um certo consenso pela despatologização dessas condições.

¹¹⁷ Significa, literalmente, o corte ou a extirpação das gônadas sexuais.

competir. Não sabemos se esse seria o caso de Edinanci, que realmente se submeteu aos procedimentos clínicos e cirúrgicos para continuar elegível no Brasil, mas de todo modo, esta condição se deriva de mutações no gene SRD5A2, que codifica a enzima 5 α -redutase, assim como também media o seu funcionamento gonadal.

Em cariótipos 46, XY a enzima atua principalmente na conversão da testosterona (T) em di-hidrotestosterona (DHT), ou seja, sintetizando um hormônio androgênico mais potente que é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da genitália externa durante a vida intrauterina, além de virilizar os caracteres secundários durante a puberdade. Então quando há alguma “deficiência” neste funcionamento, a pessoa – ainda que possua um sexo cromossômico tipicamente masculino – vai desenvolver um fenótipo mais ambíguo ou feminino. Usualmente, designa-se como menina ao nascer. Por outro lado, não se sabe ao certo como acontece um processo mais brando de virilização durante a puberdade, especula-se que seja pela atuação da testosterona que “sobra” na gônada ou pela biossíntese da mesma enzima 5 α -redutase só que codificada pelo gene SRD5A1 – são três tipos de genes, o tipo 1 se ativa no fígado, partes do cérebro e na pele (Thiele *et al*, 2005).

Mas as duas gônadas retiradas por Edinanci quebram esta narrativa. Seria um caso que só existiria um tipo de gônada para extirpar cirurgicamente.¹¹⁸ Como a falta de informação plenamente esclarecida é uma composição que integra negativamente o manejo do paciente com variação intersexual (Tamar-Mattis *et al*, 2013), esse ciclo se reproduz em outros lugares, especialmente com os discursos desinformados, acusatórios e sensacionalistas que se proliferam nas mais diversas publicações midiáticas. O consentimento esclarecido e a autodeterminação das pessoas intersexo com seus próprios corpos são acionamentos truncados, que trazem à tona toda essa desigualdade sociomédica, ao mesmo tempo que também evidenciam a necessidade de repensar prognósticos e alternativas para essas “urgentes” *esterilizações* (Pires, 2015, p. 43). Cito isso porque o desconhecimento sobre as nuances da determinação e diferenciação sexual não é exclusividade do meio jornalístico, encontramos a mesma dificuldade em qualquer área da sociedade civil ou acadêmica, até em grupos de especialistas de saúde. Mesmo com os diversos exemplos de variações corporais que fogem de qualquer “padrão” ou de frequência de “normalidade”,¹¹⁹ essas diferenças ainda são

¹¹⁸ As matérias que encontrei desta época indicam que a atleta passou por uma “orquiectomia”, isto é, procedimento para a retirada cirúrgica dos “testículos” que podem não ter se desenvolvido nem descido. Contudo, reafirmo a informação dada pela própria Edinanci em nossa entrevista de que removeu as duas gônadas, ambas com pouca funcionalidade.

¹¹⁹ Podemos citar variações congênitas que configuram grupos minoritários como pessoas ruivas, albinas ou com trissomia 21, até variações biossociais que configuram alguma forma comportamental de “desapacitismo” como pessoas com espectros autistas, dependências diversas ou processos degenerativos (por exemplo, o Alzheimer).

compreendidas como *desvios* de uma lógica do desenvolvimento que, por sua vez, continua a ser reforçada, repetida e regulada como algo que estaria plenamente descoberto e definido. Grande parte da integração social ocorre, então, pela *exclusão constitutiva* desses que se percebem ou que são mobilizados à margem do campo de inteligibilidade.

Boa parte de nossa conversa foi sobre o impacto que a cobertura midiática causou em seu entorno. Edinanci qualifica, em vários momentos, como uma exposição sensacionalista de sua vida. Principalmente quando essa cobertura passou a afetar e a expor sua família. Antes de tudo, é preciso esclarecer que a lógica do manejo da intersexualidade ainda é muito centrada no *silêncio* e no *sigilo*. Na maior parte dos casos, esses aspectos estão imbuídos na construção de uma “carreira moral” do sofrimento que tende a caracterizar e mobilizar um discurso de “bem-estar” biomédico (Ibid., p. 90). Anacely Costa (2018) escreveu um capítulo cuidadoso em sua tese, mostrando algumas buscas individuais pela reconstituição de suas memórias e identidades, afastando-se da “cadeia de silenciamentos” e do “estranhamento” que perpassa a experiência da intersexualidade neste encontro com o tratamento médico. Então é possível entender o impacto negativo que essa devassidão feita pela imprensa causou em alguém que não sabia de sua condição de intersexualidade. Dentro de uma família que desconhecia a situação de seu corpo como uma urgência social. Edinanci aponta que “as famílias das cidades do alto sertão do Nordeste não” tinham “esse tipo de iniciativa”, isto é, de dizer que “ah, hoje você vai no médico” ou “ah, hoje você completou tantos anos, então você vai fazer uma bateria de exames pra saber se está tudo bem”. Era um desenvolvimento “de acordo com a sorte” já que raramente se tinha “a oportunidade de ir ao médico” com a expectativa de prevenção – um tipo de cuidado em saúde cultivado e disseminado com mais ênfase nos centros urbanos ou com mais tempo nas camadas médias e altas da população (Duarte, 2003).

Edinanci nunca considerou seu corpo mais virilizado como um problema médico, então a insistência em descobrir uma verdade biológica por trás ao abordar seus familiares e amigos foi um momento de muita angústia que chegou a “pensar em parar” com o esporte. A situação foi tão difícil que sua própria equipe foi boicotada em 1995. As atletas de São Caetano do Sul se recusaram a competir com a equipe de Guarulhos devido ao mal-estar gerado pela *dúvida* em torno de Edinanci. Anos depois, toda a equipe de Guarulhos foi comprada pela cidade de São Caetano do Sul, o que Edinanci achou muito irônico, mas de todo modo reforça a amplitude desse impacto regulatório. Era extremamente exaustivo lidar com essa atenção, principalmente

São casos de pessoas com condições que, por diversos motivos, também são constituídas ou interpretadas à margem da sociedade.

porque ela internalizava o escrutínio. “Sabe, aí você fica pensando se realmente: será que não é covardia? Então em algum momento você ao invés de dá 100%, você dá 60%. Você se encolhe por conta desse tipo de crítica”. Na época de Atlanta 1996, foi o ápice:

Virou aquele circo. Era o que estava na mídia, era o que todo mundo se interessava, era o que a imprensa inteira vendia. Então, assim, o assédio da imprensa foi muito grande. Por mais que eu falasse, “não, você vai sentar e vai escutar tudo o que está acontecendo”, quando ia sair a matéria no outro dia estava totalmente distorcida.

Essa constante exposição se traduzia na experiência da humilhação venenosa que pontuei antes. Em um momento, ela aciona a imagem de uma tempestade. Esse caráter de tormenta se acentua quando compreendemos que a humilhação ganha um contorno venenoso porque sai de uma dinâmica relacional mais ordinária para uma forma de espetáculo que se perdura com o tempo. A exposição pública causa vergonha e sofrimento porque impõe uma reorganização afetiva, corporal e social da realidade anteriormente constituída. Acontece através de um escrutínio sem controle, sem responsabilidade, sem mediação para estabelecer qualquer tipo de consentimento sobre sua trajetória de vida. É uma humilhação que encarna o dano da desigualdade ao expor publicamente os incômodos e as generalizações compartilhadas no campo mais alargado da sociedade. Durante todo esse processo, ela se sentia muito invadida. Na época, uma publicação da Folha de São Paulo descreveu como Edinanci recebeu o resultado da liberação do “teste de feminilidade” com um “Parabéns a Você” cantado por colegas e gestores da CBJ no alojamento.¹²⁰ Podemos dizer que é o mesmo tipo de gramática que Díaz-Benítez chamou de “prazer pelo vexame” (2019, p. 68), quando as fofocas, discussões e pequenas humilhações disseminadas são normalizadas como algo trivial, excessivo e divertido de ser consumido, neste caso, elas foram reiteradas como algo aceitável de ser exposto e noticiado para garantir sua elegibilidade no esporte.

As situações se repetiam e se desenrolavam para produzir uma certeza sempre tênue, causando uma forma de humilhação que ecoava em outros atos e emoções, como a vergonha, o estigma e a culpa. Esses afetos desencadeavam novas maneiras de se relacionar consigo mesma e com o mundo. Sua vida foi vasculhada e espetacularizada para atender uma demanda que gerou (e ainda gera) muito desconforto e conflito social. Toda essa experiência produziu alguns filtros e limites em como passou a interagir com o mundo. Não conseguia mais responder qualquer pergunta nem dar qualquer tipo de entrevista. Deixou claro em nossa conversa que não comentava nada sobre relacionamentos pessoais. Também passou por vários conflitos

¹²⁰ A matéria pode ser lida no seguinte link:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/19/esporte/11.html>

dentro da equipe porque queria se “resguardar”, então se blindava, não queria muita aproximação fora do ambiente de trabalho. Selecionava os amigos e preferia ter amizades com pessoas mais velhas. Foram várias camadas de emoções que acabaram a convertendo, em suas próprias palavras, “numa pessoa neurótica”. Então passou a desconfiar de todo mundo. “Passei a desconfiar de telefone grampeado. Passei a desconfiar de pessoas que estavam se aproximando de mim”. Vários tentaram fingir que eram “amigos” ou “conselheiros” para simplesmente “arrancar informação e repassar para site”. Eram situações que a magoavam pelo enorme desrespeito em um contexto de latente vulnerabilidade. Por isso estabeleceu um tipo de “cercadinho” para poder retomar sua própria rotina, viver bem, sentir-se segura novamente.

Em outros momentos, “quando alguém chegava para poder conversar comigo sobre o assunto, eu tentava esclarecer e ser clara o mais possível, passar o máximo de informação praquela pessoa”, com receio de ser mal interpretada e julgada sem o melhor embasamento sobre sua condição. Era um “pensamento radical”, mas que a protegia de incursões midiáticas que a “escrachavam” na tentativa de “moralizar”. Foi uma experiência muito exaustiva e humilhante que escorregou pelo tempo. Anos depois, quando jornalistas a procuraram para comentar o caso de Caster Semenya, ela se afetou. Explica os contornos desse ressentimento aqui:

Quando apareceu o caso da sul-africana veio todo mundo, aí eu me revoltei. Porque a notícia que chegava e depois eu fui procurar foi que o povo apoiou ela, né. Assim, eu vou falar sobre isso aí, enquanto a imprensa local e o povo dela apoiam ela, dão suporte pra ela, o que foi feito comigo aqui foi diferente. Foi sensacionalista. Usaram meu caso simplesmente pra alcançar ibope, pra vender revista, vender jornais, não pensaram na Edinanci o ser humano, pensaram na Edinanci a notícia que vende bastante. Falei isso daí, mas como sempre foi... “Ah, Edinanci fica sensibilizada com a situação da sul-africana”. (...) Mudam toda a versão porque não é interessante pra imprensa assumir que eles erraram. Porque se houve um assédio da sociedade o principal culpado foram eles [a mídia] por transformar algo que era novo, algo que era estranho também, pra sociedade, não era de conhecimento de todos, eles transformaram aquilo numa coisa além do que deveria.

Edinanci participou de diversas competições internacionais. Conquistou duas medalhas de ouro em Jogos Pan-Americanos e duas de bronze em Mundiais de Judô (ver fig. 14). No total, foram quatro Olimpíadas pela seleção brasileira. Sua melhor classificação foi em Pequim 2008 quando conquistou o quinto lugar. Depois dessa colocação, Edinanci explica que decidiu se aposentar porque “tinha consciência de que os resultados não ultrapassariam aquele último”, no fim das contas, “a tendência é decair”. Dentro deste registro técnico e afetivo que estamos discutindo, podemos questionar: que *virilidade* é essa que amedronta e incomoda, mas que não se traduz em um rendimento indiscutivelmente vantajoso? Ela comenta que aqui no Brasil, ou

em competições na América do Sul, seus resultados eram “excepcionais”. Só que quando chegava em eventos internacionais mais abrangentes, ela “estava apenas ali junto”. Podia subir no pódio, “ora em primeiro, ora em segundo, ora em terceiro”, mas em alguns momentos “nem subia em pódio por conta dessa questão de treinamento” que era muito desigual.¹²¹

Figura 14: Edinanci Silva no pódio dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.



Fonte: Google Images.

Há um desconhecimento profundo sobre as nuances da determinação sexual e sobre as diferenças materiais em termos de fisiologia, funcionamento e rendimento. Ainda não temos como saber, pela literatura médica consolidada, se atletas com variações intersexuais possuem alguma vantagem esportiva. Mas esta é uma constatação recorrente. Até mesmo a coordenadora do judô feminino da CBJ, Rosicleia Campos, que em 2008 era a técnica de Edinanci, comentou que não conhecia “ninguém mais forte fisicamente” do que a atleta “no mundo”.¹²² Infelizmente, não é algo que podemos de fato mensurar. Sabemos que essas atletas possuem

¹²¹ A primeira matéria do jornal *Estadão* arquivada na internet sobre Edinanci, em 2001, fala como os judocas ainda faziam uma “vaquinha” para cobrir os custos de uma viagem preparatória para o Mundial daquele ano, na Alemanha. A matéria pode ser lida no seguinte link: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,judocas-fazem-vaquinha-para-viajar,20010516p52204>

¹²² Trecho retirado da seguinte matéria de jornal: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,batalha-para-controlar-os-nervos,222908>

corpos com variações fora do usual, com particularidades e funcionamentos diversos, ou seja, suas corporalidades destoam da frequência de “normalidade” por inúmeros motivos, entre eles, pela capacidade distinta de biossíntese e de recepção androgênica. Mas essas diferenças não causam necessariamente risco de vida nem correspondem a rendimentos esportivos que sejam tão fora da norma estabelecida. Temos os números, temos as colocações, temos os resultados que nem sempre vieram com medalhas.

Edinanci nunca buscou compreender as minúcias dos guidelines e protocolos, ela disse que como sempre se sentiu psicologicamente mulher, nunca foi atrás para entender seu organismo a fundo, confiava nas discussões estabelecidas pelo ambiente biomédico. Mesmo assim, no fim de nossa conversa, ela faz a seguinte reflexão: “por que que eu, com a minha condição que era uma condição tão especial e tão assustadora pro meio, não conseguia ir além daquilo que eu oferecia? [*Sim, se era tão arriscado assim, né...*] Realmente, se era algo tão inédito e tão especial, eu iria sobrar”. Essa concepção de “sobrar athleticamente” está disseminada com a constatação de que os corpos mais virilizados, consequentemente mais masculinos, resumem a epítome da capacidade esportiva. Mas, como vimos, não é uma lógica sempre verdadeira nem justa com a realidade ou os sujeitos.

Protocolos, codificações, experiências e expectativas no controle antidopagem

A história de Edinanci cruza, em vários momentos, com algumas figuras importantes do controle antidopagem no país. Para compor o contexto de análise da tese, fiz entrevistas com gestores e agentes de controle de dopagem que trabalharam na Rio 2016. Foi um deslocamento produtivo que me permitiu entender o funcionamento das regulações e dos procedimentos no instante da competição olímpica. Entretanto, muitos estavam inquietos para falar das políticas e dos bastidores do controle antidopagem, como a localização de alguns atores na máquina administrativa do Estado, entre eles, o responsável pela coordenação e implementação do controle antidopagem nos Jogos, o médico Eduardo De Rose.

A gestão do antidoping nos Jogos Olímpicos se costurou com a *Autoridade Pública Olímpica* (APO), um consórcio público formado pela União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo município do Rio de Janeiro. Nesta junção, com as diretrizes da WADA e a capacitação de agentes feita pela *Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem* (ABCD), consolidou-se um grupo de Serviços de Controle de Doping dos Jogos Rio 2016. O gerente-geral deste controle era o Eduardo De Rose, especialista na área deste a década de 1970, uma referência importante no país e no mundo esportivo. Ao todo, ele participou de 16 Olimpíadas, contando

de inverno e de verão.¹²³ Neste momento da Rio 2016, De Rose estava vinculado à WADA através do seu Conselho de Fundação e outras instituições esportivas do controle de antidopagem.

O ponto de atrito ocorre quando se misturam as atuações técnicas com as nomeações políticas. Alguns agentes, principalmente alguns gestores, tinham empresas – às vezes formalizadas por terceiros – que conseguiam mais ou menos legitimidade, atuação e inserção política/administrativa com esses cargos em grandes eventos.¹²⁴ De todo modo, atravessando os bastidores institucionais e entrando na prática da “cadeia de custódia” que envolve o processo antidopagem, alguns vícios ficavam aparentes. Um entrevistado comentou como a “Edinanci realmente, fisicamente, parecia um menino” quando me explicava o funcionamento da testosterona no corpo. Outro, lembrando de uma situação dos Jogos de uma coleta que coordenou, argumentava como não sabiam identificar se a atleta era mesmo uma “mulher”. No documento de identificação constava um nome que não conheciam, era de um país do Leste Europeu, não falava inglês e não conseguiam supor apenas pelo “biotipo físico”. Conseqüentemente, não conseguiam definir qual oficial iria acompanhá-la no procedimento. Precisaram chamar um médico para atestar seu sexo/gênero. Na maior parte das vezes, então, a *quantificação* dessa virilização está extrapolada nos olhares, confusões e análises prévias.

Edinanci descreveu como os testes de feminilidade “eram parecidos com os testes que eram feitos em competições internacionais”. Eram testes de urina, comum ao procedimento de antidopagem, além do teste de coleta da mucosa bucal com a finalidade de descobrir o cariótipo da atleta, uma situação que já descrevemos bastante no capítulo anterior. Mas diferente dos testes de feminilidade, no controle de dopagem nenhum agente inspeciona clinicamente a atleta, ainda que o escrutínio visual seja importante, principalmente com a observação da *aparência*

¹²³ Algumas entrevistas foram importantes para montar este perfil, ver as matérias a seguir:

<https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral/com-a-tecnologia--todas-as-portas-estao-fechadas-para-o-doping,1730227>

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2016/12/eduardo-de-rose-nao-e-impossivel-que-daqui-a-alguns-anos-aparecam-mais-casos-de-doping-da-olimpiada-do-rio-8844825.html>

¹²⁴ De Rose, após os Jogos, perdeu dois cargos que ocupava na WADA e foi acusado de forjar um documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para recomendar a atuação da empresa “No Doping” no país. A empresa pertencia ao Alexandre Nunes, professor da UFRGS e gestor esportivo que foi um dos chefes do departamento antidoping nas Olimpíadas. Após os Jogos, ele foi nomeado como diretor de operações na ABCD. Os dois negam essas relações comerciais. Ver mais em:

<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/11/1833777-novo-diretor-da-abcd-teve-falhas-serias-no-antidoping-da-rio-2016.shtml>

<https://blogdobrito.blogosfera.uol.com.br/2016/12/06/apos-criticas-na-rio-16-de-rose-e-excluido-na-agencia-mundial-antidopagem>

<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/07/1899653-referencia-antidoping-medico-forjou-aval-da-anvisa-para-indicar-empresa.shtml>

da genitália externa feito por um oficial do mesmo gênero do/a atleta. Esses agentes, divididos em cinco categorias de atuação, nem sempre têm um contato direto com as atletas. Alguns escoltam, outros coletam sangue, uns coordenam a retirada das amostras, outros podem ser responsáveis pela manutenção da estação de controle. Vai ser assim que a cadeia de custódia segue para incorporar as análises e os resultados laboratoriais. Até chegar à conclusão de que a taxa hormonal de determinada atleta “excede” o limite do que é esperado para o sexo feminino toda esse funcionamento de controle precisa circular pautado em um ritmo generificado entre a expectativa sexuada e a experiência regulatória.

Paralelamente às informações médicas que a fizeram questionar se havia um risco de saúde, dentro desta expectativa institucional para estabelecer seu sexo/gênero para que pudesse competir livremente, Edinanci recebeu alguns conselhos sobre como proceder. De Rose, na época professor titular de Medicina do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro da Comissão Médica do COI, supervisionou o processo de “verificação de feminilidade” da atleta. Edinanci explica que De Rose a aconselhou que procurasse uma “junta médica” para que conseguisse um “laudo”, quantos documentos fosse possível acumular para formar um “arquivo” com a finalidade de apresentar ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para justificar sua capacidade, que não era comum, mas que não estaria “burlando” nenhuma regra. Ou seja, existia um medo acerca do doping com substâncias androgênicas e anabolizantes, mas também existia uma dúvida sobre a possibilidade de ser um homem mascarado de mulher. Era de interesse institucional que essas narrativas de suspeição, que eram muito explosivas e encontravam terreno fértil na imprensa brasileira, cessassem de uma vez.

Em outro momento da conversa, Edinanci reafirma que a única orientação que De Rose passou foi a de procurar uma equipe médica para analisar sua “condição genética” que não seria compatível com uma “atleta comum”. Ela seguiu as recomendações. Também tentei realizar uma entrevista com o professor emérito, mas por impossibilidade de agenda não conseguimos fechar uma data. Ele respondeu, entretanto, algumas perguntas por email. Sobre o aconselhamento, ele disse que “por ter orientado a atleta como especialista indicado pela CBJ, não posso comentar este caso por razões éticas”, mas que a atleta “seguiu as normas existentes à época”. Essas normativas lembram demais toda a história que citei no primeiro capítulo da tese, sobre as quatro jovens atletas que passaram, em 2013, por “uma clitoroplastia parcial com gonadectomia bilateral, seguida de uma vaginoplastia feminizante e terapia de reposição de estrogênio” (Fénichel et al, 2013, p. E1057).

Entre 1995 e 1996, Edinanci foi encaminhada para o sul do país a fim de realizar procedimentos clínicos e cirúrgicos similares. Outro professor da UFRGS, o urologista Walter

Koff, foi responsável pela operação. Ele retirou as duas gônadas e aí “fizeram tudo ao mesmo tempo”, ou seja, perguntaram para ela se queria “aproveitar o momento” para passar por uma “reconstituição de clitóris”, o que ela consentiu. Também receitaram uma hormonioterapia com hormônios tipicamente femininos. Não recorda exatamente o que tomou, mas lembra que foi por pouco tempo porque estava sentindo vários “efeitos colaterais”. Passou a acordar no meio da noite, sentia mudanças de humor, ora irritada, ora sensibilizada demais. Também passou a se sentir mais frágil, com ossos mais fracos, quebráveis e porosos. Eles avisaram que ela sentiria “uma condição que você só teria daqui há 40 anos”. Neste contexto, Edinanci aceitou os custos dos efeitos colaterais e das perdas fisiológicas. Foi um processo de debilitação crônica do seu próprio corpo para garantir a elegibilidade feminina. Mas mesmo com todas essas mudanças físicas e psicológicas, a irritação, o mal-estar, a fragilidade, ela tentava continuar com a rotina de treinamento do alto rendimento.

Meus dedos começaram a ficar deformados. Não só por conta da modalidade, que você tem que tracionar muito, né, através das mãos. Então eu percebi que minhas articulações estavam deslocando com mais facilidade. Ombro também. Os meus ombros pareciam que eles estavam mais frágeis. Disposição pra treinamento também, parecia que eu não tinha disposição nenhuma, acordava de manhã e não tinha disposição. (...) Mas eu ficava me forçando. Porque, assim, como eu já havia recebido o alerta de que eu teria que me forçar pra não perder o que eu já tinha adquirido, eu continuava com a mesma rotina. Claro que os resultados não eram os mesmos. Então eu não conseguia correr com a mesma intensidade, mas eu conseguia me forçar psicologicamente pra fazer a mesma distância, mesmo que fosse em mais tempo. Não conseguia fazer a mesma quantidade de lutas que eu fazia durante o treinamento, com garotos fortes, mais fortes que as meninas, mas eu conseguia diminuir a quantidade de lutas e ao invés de pegar meninos muito mais fortes eu pegava garotos um pouco mais fracos, mas não treinava com as meninas. Eu achava que aquilo lá ia fazer com que houvesse uma regressão muito rápida, né. Eu ia perder qualidade técnica, tudo aquilo que rodeia ali o meio do alto rendimento. Então eu me forçava a isso.

Edinanci fez uma escolha controversa. Ela queria utilizar o judô, toda a estrutura que tinha à disposição, além da atenção (mesmo que negativa) por parte da imprensa, para descobrir mais sobre sua própria condição de intersexualidade. Era necessário compactuar com essa dinâmica porque havia “uma grande pressão por parte da sociedade, por parte da imprensa também, de algumas dessas pessoas ligadas à confederação que em um determinado momento se afastaram porque até eles duvidaram”. A ex-judoca atuou não só para descobrir e tratar uma variação que todos qualificavam como perigosa, mas também tentou reparar um pouco dessa dúvida e suspeição através da concessão aos procedimentos médicos, sociais e regulatórios. Depois desses procedimentos irreversíveis, ainda treinava dobrado para manter seus resultados.

O próprio Eduardo De Rose explicou para ela que atletas que tinham essa produção natural de “hormônio masculino” precisavam se medicar para estabelecer um certo “princípio

de igualdade” no campo esportivo. Em nossa troca de emails, ele também justificou essa posição ao dizer já existiria na literatura um “embasamento científico” sobre a relação entre “uma taxa de testosterona elevada com receptores musculares”, então bastaria “ver a diferença dos tempos em provas destas atletas para entender o fato de que a testosterona, como anabólico esteroide, aumenta a massa muscular, incrementando a força e a potência”. Finaliza sua resposta com a comparação mais lógica de que “por esta mesma razão, a testosterona exógena é proibida pela WADA”.

Mas essas ligações entre os funcionamentos endógenos com as aplicações e os efeitos dos medicamentos exógenos não são auto evidentes. A relação *força e musculatura* é considerada uma capacidade inerente masculina, mas ainda sabemos pouco sobre os acionamentos e os impactos diferentemente particulares que cada hormônio androgênico tem no corpo humano. Também não podemos esquecer de que no começo do século XX, quando detectavam os tipos de hormônios e trabalhavam na sintetização das substâncias, havia um conflito sobre a autenticidade da virilização do que se descobria naturalmente e do que se produzia artificialmente (Oudshoorn, 1994). Por exemplo, pelo menos desde 1930, quando a definição da estrutura química dos hormônios era cada vez mais necessária para a compreensão e o uso endócrino desses elementos, os processos de “modelagem molecular” também se popularizavam na farmacologia moderna com a finalidade de “melhorar” as atividades dessas substâncias “naturais” (Tramontano, 2017). De modo que o *efeito de naturalização* desejado se deriva precisamente das alterações laboratoriais que eram feitas nos hormônios.

Após os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, também tive uma conversa com um professor do *Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem* (LBCD) vinculado ao Departamento de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lá que examinaram as amostras coletadas na Rio 2016. O laboratório é o único no país credenciado pela WADA para atuar no controle antidopagem. O profissional do LBCD explicou o que são e como são executados os protocolos para analisar uma amostra de material biológico. De maneira sucinta, todo processo requer a implementação de um protocolo analítico baseado em um perfil endógeno, que inclui principalmente a concentração de seis esteroides,¹²⁵ o que leva ao cálculo de certas razões entre as substâncias. Todo resultado analisado é submetido ao Sistema ADAMS, rede de agrupamento e monitoramento dos dados biológicos dos atletas que

¹²⁵ Esses seis esteroides são testosterona (T), epitestosterona (E), androsterona (A), eticolanolona (Etio), 5 α -Androstane-3 α ,17 β -diol (5 α Adiol) e 5 β -Androstane-3 α ,17 β -diol (5 β Adiol). O documento técnico da WADA pode ser encontrado no seguinte link:

https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/td2018eaas_final_eng.pdf

expliquei no final do capítulo três, de modo que esse resultado é disponibilizado para os agentes responsáveis.¹²⁶ O laboratório tem condição de analisar se a testosterona do corpo de uma determina atleta é produzida naturalmente, então endógena, ou é administrada externamente, então exógena.¹²⁷ Mas não registra a “anormalidade” endócrina de qualquer atleta previamente, essa etapa é feita em conjunto com as instituições esportivas, como a WADA e o COI, que tanto filtra os padrões de cálculos quanto determina as modalidades de “adversidade”.

A testagem antidopagem complementa, através do acúmulo de resultados hormonais androgênicos, o perfil endógeno de determinada atleta que vivencia uma investigação de feminilidade. Neste caso, outros testes serão realizados, como o citogenético para confirmação cromossômica, exames hormonais além do escopo androgênico e anabólico, anamneses e clínicas ginecológicas, entre outros. O laboratório não determina sozinho a suspeição de uma atleta com base em cálculos hormonais.¹²⁸ Até porque eles normalmente analisam a concentração urinária dessas substâncias, enquanto os efeitos fisiológicos se medem pela concentração plasmática desses hormônios, o que não é sempre a mesma coisa nem ocorre necessariamente de forma linear. Mesmo assim, os resultados são sistematizados no ADAMS para então serem regulados em típicos ou atípicos a depender da *qualificação* feita pelas entidades esportivas.

Caso um atleta tenha aval para reposição de testosterona com o Therapeutic Use Exemption (TUE), seu perfil vai ser considerado *típico*, mesmo com a amostra fora da normalidade para o padrão masculino. A atleta com alguma variação de intersexualidade pode ser considerada *atípica*, independente da razão laboratorial e do funcionamento hormonal, porque seu corpo virilizado já foi constituído como fora da normalidade para o padrão feminino. Por exemplo, também vou especular: se Edinanci tivesse mesmo a “deficiência de 5 α -redutase”, ainda que visualizassem a desregulação na taxa de testosterona, seu corpo não teria uma boa

¹²⁶ No Brasil, a instituição que organiza este gerenciamento chama-se Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), vinculada ao Ministério do Esporte.

¹²⁷ Algumas administrações exógenas são de medicamentos com estrutura química idêntica às substâncias endógenas do organismo, de modo que utilizam este perfil esteroidal típico para comparar as concentrações e razões dos vários hormônios. Ver mais em Illanes (2009).

¹²⁸ Não estou incorporando uma análise mais detalhada dos métodos e técnicas laboratoriais porque seria exaustivo para o capítulo. Mas é interessante entender alguns desses parâmetros e processos. Por exemplo, foi explicado como se descobre que uma testosterona é endógena ou exógena, o que citei em nota anterior. Na verdade, tem relação com um cálculo da razão isotópica do carbono da substância – o $\delta^{13}\text{C}$. Esse valor, por sinal, é variável a depender da população de referência. Assim como também se altera se for derivado de alimentação ou de ação medicamentosa. A massa desse cálculo de carbono indica a procedência da testosterona, mas não sua funcionalidade. Talvez essa seja a grande dificuldade de hoje, já que não existe um instrumento capaz de mensurar os efeitos da recepção específica de cada hormônio esteroide e seus metabólitos. Para saber mais, ver Porto, Pérez, Vidal (2007).

biodisponibilidade para sintetizar ou responder à ação de alguns hormônios androgênicos, como o DHT, enquanto outros hormônios não-androgênicos fora do escopo da antidopagem ainda estariam em pleno funcionamento, como o GH e o IGF-1, que são hormônios conhecidos por também participarem da construção de musculatura no corpo humano.

De modo que esse tipo de certeza científica sobre hormônios e rendimentos vai ser fundada no diagnóstico, mas se constrói e se estabiliza através dos vários níveis de protocolos, técnicas e processos feitos em laboratórios, hospitais e outras redes de conhecimento mais alargadas, que sempre ecoam mediações de caráter cultural (Latour, Woolgar, 1997). Essas certezas são fundamentadas em marcadores sociais bem visíveis. As escolhas dos critérios de elegibilidade e atributos de virilização expõem a via de mão dupla onde se cria a realidade que se deseja mediar. Algumas atletas saem desse circuito antidopagem para serem avaliadas em testes mais clínicos, invasivos e minuciosos onde a suspeição generificada está dada desde o começo. O diagnóstico embasado em taxas, laudos e imagens garante o peso do código biológico num movimento posterior ao escrutínio semiótico que engendra a regulação da feminilidade esportiva. Não interessa a musculatura em si, o que definitivamente importa é o grau de virilização, em suma, regula-se a sempre perigosa masculinidade feminina.

Nesse sentido, as regulações esportivas atravessam disputas sobre o tempo, suas narrativas e possibilidades de futuro. São estratégias normativas que se constituem em campos populacionais porque mobilizam e limitam as formas com que os sujeitos existem, se individualizam e cuidam de si. Dito de outro modo, *como* se produz conhecimento técnico, médico e científico *afeta* o modo com que essas atletas vão ser examinadas, diagnosticadas e tratadas. De maneira similar, essas verdades científicas deslocam suas experiências anteriores com a absorção da lógica medicamentosa e intervencionista. Uma transformação que não acontece sem custos.

No fim das contas, atravessando algumas leituras que foram propostas no capítulo, nesta interseção entre risco, crise e tempo, onde a expectativa e o futuro se achatam em uma vivência mais presentificada, exposta e violada, percebemos que há um uso da *debilidade* e do *constrangimento* – através das práticas e sensações de humilhação que surgem com as regulações de feminilidade e de antidopagem, a exposição midiática, as acusações de rivalidade, a autojustificação – para reiterar uma forma de *exceção* que estabiliza alguns conflitos sociais. Mas a incerteza e a ambiguidade, que se qualificam mutuamente, impregnam tanto os modos

de socialização quanto as formas de regulação. Assim como a humilhação, todos esses afetos persistem porque não há como fechar o ciclo de dúvida e suspeição. A atleta está marcada através do tempo. O valor do dimorfismo sexual persiste. Resta lidar com os ressentimentos e as reconciliações, por isto o pedido ou a constatação do trabalho da psicoterapia foi tão significativo ao longo de nossa conversa.¹²⁹ Podemos perceber essa articulação neste trecho:

Mas agora, atualmente, estou com acompanhamento psicológico porque eu pretendo parar de vez. Ainda estou competindo aqui no Brasil, mas como me bateu um medo de sentir tudo aquilo que eu senti... (Internacionalmente.) Isso, saindo da seleção, e agora ainda é muito mais delicado, porque quando você tem saúde física para poder superar isso daí é mais fácil, mas quando teu corpo já está debilitado e você não consegue carregar essa energia é muito mais complicado.

Então foi principalmente pela gramática do risco, da humilhação e da codificação biológica que essas três últimas décadas definiram a busca por *integridade* – institucional, afetiva, científica e social – que deseja, na medida em que se debilita, um horizonte de maior igualdade no esporte. Só que essa temporalidade intervencionista marca e modula uns e outros de modos distintos. O resgate do “país do futuro” se atualizava neste cuidado “urgente” e “necessário” de atletas como Edinanci. Para dar conta disso, vimos que transcorreu algumas formas de acolhimento e negociação que pavimentaram um consentimento truncado, dolorido e pouco esclarecido com a finalidade de conquistar a elegibilidade esportiva. A anunciação dos riscos e das suspeitas serviam como estímulos que mobilizavam o percurso para a garantia de direitos e de biogitimidade. A possibilidade de agência está embaralhada nessas inscrições legítimas ou arriscadas de ter um corpo designado, visível e celebrado. Desta mesma maneira, “a falta de consentimento esclarecido, a intervenção cirúrgica precoce e a repetição de integridades corporais específicas são algumas das variáveis que desvelam como a hegemonia e privilégio do discurso médico ainda marca excessos e faltas na produção de subjetividades e verdades” (Pires, 2015, p. 112, grifo meu).

Há uma estratégia de *controle consentido* que busca fugir do risco, da incerteza e da ambiguidade para então resguardar essa dimensão de excecionalidade como fundamento da existência política. Mas o paradigma regulatório não se encerra no fato de que esse consentimento é pouco esclarecido ou que essa dinâmica hospitalar e esportiva é pouco comunicativa entre os agentes, gestores e médicos com os atletas e/ou pacientes. Os exames

¹²⁹ Na discussão sobre biogitimidade, acesso e reconhecimentos das demandas e dos direitos, ver Maluf (2018) para alargar o entendimento de que a “democratização” da saúde no Brasil se dá, em grande medida, pela distribuição massificada de medicamentos dentro de um roteiro ainda baseado em “ciclos biológicos”, especialmente com as políticas de saúde mental.

podem ser menos invasivos, os tratamentos devem ser mais reversíveis e menos danosos, as etapas de inspeção e de controle têm competência para serem menos segregadoras, policialescas e sensacionalistas. O ponto é que a validade dessas lógicas, atendimentos e procedimentos não são tensionados internamente.

O valor do dimorfismo sexual persiste porque “recai no colo de um humanismo que também se constitui como sexuado e binário” (Pires, 2015, p. 114). Mas a *biologia* não é uma montagem lisa nem uniforme de fatos científicos puros, independentes e neutros, na verdade é um complicado processo de significação, produção e materialização que se desenrola sobretudo na esfera sociopolítica. O corpo biológico não existe isolado, destituído de significados ou de direitos, a realidade encarnada sempre vai se efetivar na interseção de todos esses aspectos biopolíticos em disputa. Precisamos atentar para a constituição complexa das corporalidades, assim como observar que essas tentativas de as destrinchar em modelos, arquétipos e investigações (dentro e fora do esporte) trazem à tona dificuldades éticas em lidar com o consentimento, a autonomia e a privacidade.

O grande problema desse *desejo* pela disposição binária é que ele mascara a semelhança e a sobreposição, enquanto morfologia e funcionamento do corpo encarnado, para então acentuar nuances e variações fisiológicas em categorias supostamente estáveis. Afinal, qualquer diferença disputada está imbuída de valor. Esse “prazer” pela humilhação que se converte em hierarquia vai existir como mais uma forma de organização do conflito por meio do infortúnio, do rebaixamento e da exceção. O que chamei antes do *desejo de integridade*. São estratégias e exercícios regulatórios que ilustram persistentes modos de ordenamento da vida social. Enquanto a crise cristaliza um estatuto da debilitação, o risco se transmuta em violência, porque são atributos e práticas que atingem constituições morais e inscrições de direitos. O sujeito se modifica nesta experiência. Não é apenas a elegibilidade esportiva que se mantém com a exigência da regulação de corpos femininos *excessivamente* masculinos. Também é a vitalidade que se desloca de um corpo íntegro, saudável e produtivo para encarnar um corpo mais débil, crônico e machucado a fim de assegurar um trânsito entre esses valores que possibilitam a existência, a passabilidade e a proteção no mundo contemporâneo.

6

O lugar da proteção

Mesmo que seja redundante escrever outra vez, preciso reforçar como essas regulações esportivas se constituem em disputas morais pelos sentidos do mundo. A possibilidade de elegibilidade integra a capacidade de produzir, classificar e socializar tipos de mulheres. Em alguma medida, esses modos de controle também fundamentam as discussões sobre direitos individuais e humanos. Entre essas duas esferas – regulação e elegibilidade / socialização e direitos – nós ressignificamos o campo moral e político sobre o papel das instituições, do esporte, do Estado. Essas disputas deslocam o tempo todo os lugares de autoridade que podem estabelecer a compreensão, o reconhecimento e a legitimidade dos tipos de feminilidade.

Neste capítulo, tento afunilar ainda mais a dinâmica administrativa, judiciária e política em torno do sexo/gênero das atletas no esporte de alto rendimento. Como acompanhamos no capítulo passado, são gestões e transformações que vêm com custos. Em alguns momentos, são custos tão grandes que se tornam insuportáveis. Veremos como a memória, o silêncio ou o desaparecimento fazem frente ao sofrimento derivado dessa “verificação de gênero” implicada na categoria feminina. Um sofrimento que se transmuta na ansiedade da suspeição, da humilhação e da falta de reconhecimento que possibilita a vida em sociedade. Afinal, são formas de aflição (Das, 2015) que perduram e marcam esses corpos femininos tornando-os ainda mais vulnerabilizados aos rasgos e efeitos causados pelas regulações esportivas.

A gestão da elegibilidade feminina sistematiza corpos e identidades como também reorienta relações e políticas públicas. Então também se trata de realçar esse controle produtivo e restritivo da “masculinidade feminina” que se espria em vivências tão díspares a fim de serem absorvidas em um novo cotidiano. Mesmo que, às vezes, o peso da biologia torne impossível a capacidade de se reerguer em uma realidade onde a vida já era difícil, segmentada e precária. As histórias de Dutee Chand, Pinki Pramanik, Santhi Soundarajan e Pratima Gaonkar ilustram diferentes níveis em que um tipo de “conhecimento venenoso” (Das, 2011) se insere no imaginário das atletas, refunda seus corpos e reconfigura suas vidas individuais, familiares e profissionais.

Dito isto, claro que essa codificação biológica em genes, hormônios e musculaturas – que está enraizada em um conhecimento técnico e científico cada vez mais especializado – não

afastou as estratégias e os comportamentos de culpabilidade que performam moralidade e perigo em termos políticos, isto é, como uma forma de gestão e organização da vida social. Neste sentido que Mary Douglas afirma em *Risk and Blame* (1992) que “o conhecimento sempre falta” e “a ambiguidade sempre espreita” porque, no fim das contas, “a industrialização não produziu seres humanos não inclinados a usar o perigo na retórica que protege o bem público” (p. 9).

De uma outra maneira, podemos dizer que o debate de valores atravessa a discussão sobre elegibilidade. Não é difícil entender que para a principal distinção esportiva funcionar a partir do dimorfismo sexual, a linguagem do risco deve pressupor a produção de marcadores biológicos e certezas científicas, mas essa preocupação se torna difícil de generalizar quando 1) estamos imersos nesta disputa pelos sentidos dos corpos, das identidades e dos mundos e 2) a própria concepção de risco se altera com as transformações e os tensionamentos dos valores em disputa.

Estamos caminhando para uma *quantificação* do risco, ou melhor, para calcular a probabilidade do risco ser aceitável ou não. A judicialização dos casos de “hiperandrogenismo” evidencia uma necessidade de assentar e homogeneizar essas realidades conflituosas. Uma tarefa que busca ser justa quando entendemos como se estruturam as instituições contemporâneas, ou seja, pautadas em uma administração da suposta igualdade e integridade de seus membros, mas que termina por mascarar essa *qualificação* prévia do processo de culpabilidade, onde o risco é acima de tudo gerido dentro da linguagem da moral e do perigo.

Desta maneira, o papel administrativo do Estado não consta apenas com as atuações dos agentes que de várias maneiras são responsáveis pelo “gestar e gerir” (Souza Lima, 2002) do ordenamento social, mas também se registra pelas formas de imaginar, sistematizar e provocar essas burocracias através dos documentos, discursos, modelos, entre outros recursos, postos em prática pelo aparato de governança mais institucionalizado. A capacidade de designar, regular e reconhecer tipos de mulheres atravessa o imaginário que sustenta determinada forma de governo. Parodiando a afirmação proposta por Paul B. Preciado que citei em um capítulo passado, se o uso da violência é monopólio e responsabilidade do Estado, então precisamos entender como essa autoridade também pressupõe uma masculinização do mesmo e como essas práticas insidiosas podem ganhar contornos de “boa governança”, de “pacificação” ou de “justiça esportiva”.

Generificação do Estado: recortando a experiência indiana

Acompanhamos até agora uma poderosa rede institucional, moral, científica e social que estranha corpos femininos que sejam demasiadamente musculosos e viris. Principalmente porque esses atributos são imaginados e qualificados como pertencentes a um só tipo de corpo sexuado. Tal rede – que de fato somos todos nós – compõe um emaranhado regulatório que por vários caminhos busca regular esses excessos femininos. A masculinidade, especialmente em sua forma atlética e heroica, precisa estar vinculada ao ideal de virilidade, de força, de excelência e de vigor. São situações tão díspares quando pensamos bem, mas que são achatadas e presas, purificadas de seus cotidianos diversos para serem contidas em uma só virtualidade. Por isso, estamos falando de um processo que regula corpos, subjetividades e identidades, mas também estamos falando da capacidade de governar deste ente difuso chamado Estado.

Nesta interseção entre as ordens macropolíticas com as burocracias ordinárias, podemos perceber o que Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017) chamaram de “duplo fazer” do Estado e do gênero. Isto é, as maneiras com que os processos administrativos, institucionais e políticos de ser-Estado estão atravessados por dispositivos generificados, que percebemos nas relações, nos saberes e nas imaginações deste marcador social tão regulado, de modo que se alimentam e se produzem mutuamente. Nesta circunstância que penso a experiência indiana, mas faço isso muito superficialmente e dentro das relações da categoria feminina no mundo esportivo. Não busco escrever uma análise extensa sobre essa formação estatal e seus efeitos, antes de tudo, faço uma comparação pontual do caso indiano com outras experiências etnográficas sobre o papel do Estado para entender como algumas diretrizes, regulamentações e políticas esportivas também funcionam com a produção e a interdição de certas dinâmicas de sexo/gênero.

Volto no corpo por um momento. Lucas Tramontano (2017a) sintetizou muito bem no fim de sua tese que há uma necessidade de performar “autocontrole” como requisito de *distinção* dos homens consumidores de EAA. Seria uma forma de diferenciar os usuários responsáveis dos “doentes”, “drogados” e “broxas”. Explico melhor, entendo que esse termo é bastante apropriado porque reflete a compreensão de que há um domínio que deve ser controlado apenas pelos corpos detentores de masculinidade. Assim, exagerar algumas características e comportamentos masculinos, em certos contextos, pode ser algo malvisto e condenável até para alguns homens. Mas o ponto crucial é justamente que esse pertencimento e essa capacidade de contar com a “testosterona” e seus derivados virilizantes se torna um atributo único que requer uma filiação.

Neste sentido, o campo de atuação só está disponível para determinadas corporalidades. Mas a *virilidade* não é uma essência. Ela é tanto materialidade quanto atributo. Ela é o efeito de algumas ações fisiológicas que são quantificadas e qualificadas para serem tratadas como algo natural a um determinado corpo sexuado. Ela é, então, uma especulação valorativa, mas não apenas fictícia, porque ela existe principalmente com sua força material, que se reitera como uma norma estritamente masculina. É o reino de excelência aberto para um grupo de seletos que também se regulam, se ajudam e se policiam.¹³⁰

Essa abertura do reino de excelência ou do campo de atuação para os homens também sustenta que a relação entre *força* e *visibilidade* é uma marca da masculinidade. Já que a força integra a molécula androgênica, que constrói mais musculatura e anima os corpos mais viris, o passo natural decorre da visibilidade e da adoração dessas características tão vigorosas. De modo que a associação deste tipo de masculinidade viril com a “potência nacional” (Scott, 1995) foi uma estratégia muito acionada e bem documentada pela historiografia, como a construção do corpo atlético na disputa nacionalista e humanista entreguerras, que descrevemos no capítulo quatro. Mas outras formas de generificação também foram criadas, incorporadas e/ou usadas pelo aparato estatal na medida em que essa gestão da (in)visibilidade corporal, simbólica e política tinha uma finalidade de *proteção social*.

A ideia de um Estado securitário foi anunciada, de certa forma, com a discussão da gestão do presente debatida anteriormente. Neste contexto, a necessidade de controlar os riscos e as expectativas esportivas desliza para uma lógica de proteção masculinista que se constitui em uma versão securitária do próprio estado-nação. Vamos pontuar essa relação com mais cuidado. Essa imaginação do Estado ou da nação como um corpo tem rastro em uma longa tradição de filosofia política, onde a negociação de aspectos corporais e naturais com disposições divinas e soberanas sacramenta a formação do contrato social securitário que formalizaria os estados modernos. Mas tais aspectos e disposições atuariam, especialmente no liberalismo desenvolvido por Thomas Hobbes (1588-1679), imaginando e materializando um tipo bem específico de realidade biológica, transcendental e social, de tal forma que a representação desse corpo (organizacional e simbólico) masculino qualificaria tanto a vontade divina quanto a capacidade criadora dos homens racionais pactuarem e produzirem acordos políticos. Em suma, uma imaginação estratégica que torna visível, desejável e representativa

¹³⁰ Ver, por exemplo, a etnografia de Loïc Wacquant (2002) sobre como o boxe – e conseqüentemente o corpo masculino com mais virilidade, honra e desempenho atlético – pode ser repensado como um lugar de distinção a partir da regulação tanto individual quanto coletiva de uma violência controlada no salão em oposição à rua e à criminalidade.

apenas as corporalidades e os funcionamentos do que seria interessante em cada contexto, neste caso, a possibilidade de contribuir economicamente e protetivamente com o trabalho de formação nacional (Cadwallader, 2009).

Em *Life and Words* (2007), Veena Das destrincha como alguns corpos, cenários e relações foram narradas (ou não) na feitura da vida ordinária e política após violências praticamente irreconciliáveis. A autora constrói sua análise ao desfiar a maneira com que essas vidas se entrelaçam com eventos históricos violentos ao mesmo tempo em que também reverberam a história da imaginação e criação do Estado indiano. Na medida em que detalha eventos sobre a Partição da Índia e do Paquistão, assim como relatos sobre os massacres de *sikhs* em 1984 resultante do assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, Das chama atenção para o modo com que a regulação da feminilidade e da masculinidade atravessava esses corpos, violências e enunciações políticas. Para isso, também discute a ideia do contrato social hobbesiano segundo sua representação sexuada do que precisa ser combatido com o que precisa ser protegido. Novamente, vemos como a imaginação da masculinidade em delimitar, controlar e proteger as mulheres raptadas durante a Partição serve como fundamento para garantir o contrato social necessário que “autoriza” o Estado indiano, entre 1946 e 1951, em meio aos processos narrativos e regulamentares da Assembleia Constituinte.

Assim, essa questão da “recuperação” das mulheres violentadas e raptadas se tornou uma questão de honra nacional em um momento de constituição da nação, cujas responsabilidades precisavam ser definidas e formalizadas. Para dar conta das violações da guerra, foi necessário reestabelecer o lugar da proteção na domesticidade do lar. As normas de pureza, honra e parentesco que sustentavam os valores mais tradicionais desses territórios se transladaram para a própria concepção do estado-nação. Neste sentido, uma forma de *masculinidade purificadora* foi estabelecida para reafirmar a autoridade deste novo Estado remasculinizado pós-independência com objetivo de proteger, regular e legislar sobre a vida das mulheres em idade reprodutiva.

Por sua vez, em *Red Tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India* (2012), Akhil Gupta desfia em uma etnografia de programas sociais para diminuição da pobreza rural como a existência e produção de uma “violência estrutural” alicerçada na burocracia governamental também pode coexistir com a imaginação, gestão e vivência ordinária das políticas de inclusão pelo Estado. Vemos aqui um deslocamento da escala administrativa, onde as dinâmicas de violação (ou de negligência) ocorrem dentro de narrativas e burocracias de cuidado em que pesa uma reinscrição da política pública segundo uma *masculinização assistencialista*. Logo, a implementação rotineira dos programas sociais redistributivos se

intercala com a realidade governamental mais repressiva que busca investigar, controlar e punir sua própria população.

Já em *Punir os Pobres* (2003), Loïc Wacquant nos mostra outra faceta da administração estatal em solo estadunidense com uma análise sobre as reformas do “complexo comercial carcerário-assistencial” em um momento que o Estado passava a intensificar a criminalização da miséria que ele mesmo produzia. O autor sugere que há uma virada punitivista do *warfare state* a partir da década de 1970 na medida em que o governo desempenha um papel de protetor mais viril da sociedade, com foco na “pacificação” dos seus membros, através de práticas securitárias e/ou vexatórias, ao mesmo tempo em que também fomenta mecanismos de contínua precarização da população mais “perigosa”. Nesta realidade, os serviços sociais se transformam em instrumentos de controle, vigilância e disciplina que qualificam ainda mais essa forma de *masculinidade punitivista* da política estatal.

Claro que essas formações e representações estatais não se reduzem aos seus substratos generificados, deve ficar evidente que são qualificações que se desenvolvem e se cristalizam na medida em que as práticas administrativas e políticas existem em suas dinâmicas ordinárias. Assim como Juliana Farias e Adriana Vianna também evidenciaram em *A Guerra das Mães* (2011), qualquer encarnação masculina do Estado não seria pré-discursiva, mas se efetiva através da produção simultânea de certas figuras e relações, como as mães de jovens mortos por agentes da segurança pública brasileira, trazendo à tona a constituição mútua do Estado na forma da violência e do gênero quando transformam suas dores e maternidades em demandas sociais e batalhas políticas.

Então sei que corro o risco de sustentar uma interpretação mais ou menos homogênea sobre as regulações esportivas como imaginação, estratégia, pedagogia e materialização de um “Estado” remasculinizado. Mas sinto ter demonstrado a necessidade de acionar essa análise quando se observa, nesta circunstância regulatória, uma constante investigação do corpo feminino ao mesmo tempo em que se recrudescem os saberes, as práticas e as técnicas para acessar, controlar e recompor socialmente tais corporalidades. Principalmente com os *atributos* e as *ligações* que são feitas e aperfeiçoadas em torno de marcadores biológicos, habilidades e afetos, quando se espera um uso protetivo (ou até mesmo responsabilmente violento) com a finalidade de garantir essas complexas junções em corpos políticos e sociais masculinos, enquanto a realidade feminina se assenta entre as *faltas* e os *excessos* estipulados que precisam de reajustes sem fim para a garantia da elegibilidade.

Dito isto, reconheço a importância de se tomar cuidado com a vinculação automática da *violência* com a articulação de *qualidades* tipicamente “duras”, como: assertividade, explosão,

irritabilidade, hombridade. Não são vínculos diretos nem exclusivos. Por exemplo, uma pessoa impositiva não está sendo necessariamente violenta. Da mesma maneira, a violência também atravessa formas bem amplas e instáveis de ser agressivo ou hostil com alguém. A transição que vai de uma qualidade dura para um ato violento passa por acionamentos particulares que se encontram nas relações. Neste caso, a *virilidade* – no que tange à força, à potência, à vitalidade, à excelência – não é uma característica em si violenta. Assim como ela não é um atributo específico dos homens. O conflito que estamos destrinchando aqui demonstra a complexidade do tema.

Mas dito de outra maneira, a violência também pressupõe uma certa *intencionalidade*, que normalmente costuma ser associada e reiterada em corpos, atos e gestões mais masculinas. A relação de poder se inscreve nesta vinculação entre *violência, ação e masculinidade*. É preciso entender essas diferenças para não embolar sensibilidades, moralidades e atributos que podem ou não ser fortalecidos como algo inerente a imaginários corporais específicos com a ação dessas repetições generificadas. Tudo isso se relaciona, mas requer cuidado e atenção para perceber os modos de relação. A cristalização desses “devires” enquanto propriedade é, portanto, um efeito.

Por isso, neste caso específico das regulações esportivas, as apropriações de virilidade pelo Estado “correspondem não a alguma propriedade contida nos homens, mas a convenções de poder e de privilégio constitutivas do gênero dentro de uma ordem de dominação masculina” (Brown, 2006 *apud* Vianna, Lowenkron, 2017). As modalidades que servem para mapear a generificação do Estado – em suas formas jurídica/liberal, capitalista, prerrogativa e burocrática – aparecem diretamente ou sobrepostas em todas as histórias que acompanhamos até aqui. A regulação da *masculinidade feminina* no esporte de alto rendimento evidencia ao contrapor, tensionar ou apenas por se relacionar com o ideal de masculinidade as raízes dessa incorporação desigual feita pelo aparato de Estado. São vínculos quase simbióticos, mas que, em algumas situações, conseguimos notar como são incitados, articulados e transformados a partir dos significados dados a proteção e a violência dentro da institucionalidade esportiva.

Em 2012, a ex-corredora indiana Pinki Pramanik foi presa acusada de ser “homem” e de estuprar uma mulher em Calcutá, no estado de Bengala Ocidental. Logo em seguida, com um pedido judicial, ela foi encaminhada para um hospital público referenciado para que pudessem “determinar seu gênero”. Pinki chegou ao SSKM Hospital em uma segunda-feira à tarde e foi imediatamente dirigida para o “departamento forense” onde um conselho de onze médicos esperava para conduzir seu teste. Fizeram exames de imagem, hormonais, ginecológicos, psicológicos e, mesmo assim, todos foram inconclusivos. Coletaram seu sangue

para que pudessem avaliar o cariótipo em “Delhi, Mumbai ou Hyderabad”. Durante o período que aguardava o resultado em custódia, Pinki foi demitida do seu emprego de cobradora em uma companhia ferroviária da região. Várias publicações do jornal *The Times of India* descrevem esse momento.¹³¹

Relatórios eram feitos e acionados em conflito. Enquanto a polícia buscava uma sentença, os médicos de diversas especialidades que a examinaram contestavam a possibilidade da atleta ser *realmente* um homem e performar sexo penetrativo. Um geneticista fez uma argumentação de que mesmo que o cariótipo fosse masculino, “não dá pra concluir que Pinki é mesmo um homem porque a atleta sofre de DSD”. Relembrando, DSD é a sigla, em inglês, para as “diferenças de desenvolvimento sexual”, termo médico que compõe as variações de intersexualidade. Outro médico, dessa vez um ginecologista, disse que “sua agressão pode ser atribuída aos hormônios ou aos cromossomos sexuais, mas sua identidade sexual continuaria a ser ambígua”. Então ao mesmo tempo em que questionavam algumas vinculações diretas entre corpo, gênero e sexualidade, também aceitavam relações entre traços comportamentais e “sexo biológico” como algo essencializante.

Os policiais, por sua vez, diziam que Pinki “era capaz de performar um ato sexual masculino, mesmo que parcialmente, o suficiente para realizar um estupro”. Ela foi mantida em uma cela masculina durante todo a custódia. No relatório publicado, os agentes de segurança concluíram que “você não precisa penetrar uma mulher para estuprá-la”.¹³² De novo, ainda que em alguns momentos o vínculo entre agressão e masculinidade seja afrouxado, em outros momentos ele surge com mais materialidade, intensidade e intencionalidade. O julgamento que estava sendo disputado residia na imaginação mais ou menos coesa de que somente corpos masculinos perpetraram atos de violência extrema. São representações sexuais que perdem as nuances e os conflitos da vida material segundo grandes generalizações com base em atributos e comportamentos generificados.

Enquanto isso, as situações de humilhação se repetiam. Pinki foi levada para custódia com rudeza (ver fig. 15). Oficiais a seguravam maliciosamente ao mesmo tempo em que ela tentava se desvencilhar e se esconder. Depois filmaram e disponibilizaram partes do teste de

¹³¹ As publicações podem ser encontradas a seguir:

<https://timesofindia.indiatimes.com/city/kolkata/Pinkis-SSKM-gender-test-inconclusive/articleshow/14396701.cms>

<https://timesofindia.indiatimes.com/sports/more-sports/athletics/Court-directs-chromosome-pattern-test-for-Pinki-Pramanik/articleshow/14505794.cms?referral=PM>

¹³² A publicação se encontra neste endereço:

<https://timesofindia.indiatimes.com/sports/more-sports/athletics/Medical-experts-doubt-Pinki-Pramanik-can-rape/articleshow/17211823.cms?referral=PM>

“verificação de gênero” da atleta. O vídeo viralizou nas redes sociais. Um artigo opinativo no *The Telegraph India* argumenta como esse tratamento revela um tipo de violência familiar e extraordinária que qualifica de maneira assombrosa a sociedade indiana. Em especial, parecia celebrar “uma violação que define a experiência das mulheres na existência pública”. Outra matéria da *BBC* destrincha como várias mídias locais reportavam a notícia com grosserias minuciosas. Sua vida pessoal foi espetacularizada. A acusação foi feita por uma mulher, supostamente companheira de Pinki, que vivia há alguns anos em sua casa. Ao mesmo tempo em que cobriam essa relação, a mídia fazia contato com vários colegas e familiares para contextualizar melhor a história ao reforçar o presumido comportamento explosivo e violento de Pramanik. Com menos visibilidade, algumas vozes do ativismo lamentavam toda a exposição e se perguntavam: “Por que ela deveria estar sujeita a tanto assédio e tratamento degradante?”.¹³³

Figura 15: Pinki Pramanik sendo presa preventivamente por dois policiais.



Fonte: Google Images.

Enquanto Pramanik vivia humilhações públicas sob a responsabilidade de agentes estatais, com as atuações policiais, médicas e midiáticas se tornando mais violentas, o espaço

¹³³ As duas matérias podem ser lidas a seguir:

<https://www.telegraphindia.com/opinion/in-the-picture/cid/394502#.UCwC46lITnB>

<https://www.bbc.com/news/world-asia-india-18704298>

para questionar e avaliar a possibilidade da ex-atleta ser realmente culpada de violência doméstica ou de estupro se tornava quase nulo. Em nosso imaginário liberal, que segue uma dinâmica mais clássica sobre a agência humana (Mahmood, 2005), Pinki se tornava irredutivelmente vítima de uma agressão institucional. Uma constatação rápida de se fazer diante das experiências violadoras que Pramanik vivenciou. Seu corpo, seu sexo e sua identidade estavam sendo questionadas publicamente. Assim como a história de Edinanci Silva, não havia mediação, responsabilidade ou remorso.

Só que qualquer debate sobre consentimento e/ou abuso tende a se esvaziar quando se ignora as posições e as relações reais de cada sujeito em determinada situação para pensar somente nos termos das abstrações generificadas que conformam as possibilidades de violência. Por se tratar de uma relação construída entre duas mulheres, mesmo que uma delas tivesse sua feminilidade em suspeição, talvez especular sobre essas possibilidades de violência e afeto não fossem possíveis já que esbarravam nos limites de aceitabilidade e visibilidade do que estava pactuado como legítimo social, moral e religiosamente (Marwah, 2013). O estupro, dentro da legislação indiana, foi “definido como a penetração forçada do pênis na vagina” (Ibid., p. 46). O deslocamento de Pinki enquanto mulher para essa indefinição biológica reforçava um espaço da legitimidade dos atributos e comportamentos violentos como efetivamente masculinos.

Foram vinte e seis dias de prisão preventiva. Ela ficou isolada entre as idas e vindas dos testes a que foi submetida. Pinki teve uma carreira curta no atletismo, mas de relativo impacto internacional. Entre 2004 e 2006 venceu vários campeonatos asiáticos na modalidade dos 400 m, revezamento 4 x 400 m e 800 m, mas depois se acidentou inúmeras vezes até que decidiu se aposentar em 2010. Então o legado dessa violência expositiva foi grande. O episódio manchou seu passado esportivo, colocaram em dúvida suas conquistas e não recebeu nenhum apoio das entidades reguladoras. A ex-atleta foi acusada nas seguintes tipificações penais: “376 (estupro), 417 (falsa representação), 420 (fraude), 325 (agressão), 506 (intimidação) e 493 (coabitação causada por um homem induzindo enganosamente uma crença de um casamento legal)”. Eventualmente todas as acusações foram retiradas em júízo, de acordo com as publicações dos jornais, o tribunal aceitou a tese médica de que ela era *biologicamente incapaz* de cometer estupro, mas é claro que o dano, a humilhação e o estigma reverberaram.¹³⁴

Paralelamente, uma outra matéria ainda detalha como sua parceira foi aliciada por um corretor poderoso da região que queria a casa de Pinki (doada pelo governo) para um

¹³⁴ A referência pode ser vista aqui:

<https://www.dnaindia.com/sports/report-rape-accused-asian-games-gold-medalist-pinki-pramanik-cleared-of-all-charges-2018211>

empreendimento. Tudo ficou mais complicado porque o corretor era casado com outra ex-atleta indiana, famosa nos anos de 1990, que também tinha sido eleita parlamentar. Essas brigas e relações não restringem a experiência desta análise regulatória, na verdade, apontam mais uma vez para a complexidade, a escala e a amplitude que tais gestões exercem na burocracia, na subjetividade e no cotidiano da vida social (Strathern, 2014).¹³⁵ A administração pública também está esparramada em negociações, interesses, frestas e conflitos que conformam essas pessoas. De modo que o papel da racionalização administrativa, em suas vias mais institucionais e punitivas, reitera alguns contornos securitários na atualização ordinária dessas práticas, discursos e eventos. Pramanik, em outra entrevista feita em 2018,¹³⁶ explica como esse processo acusatório e investigativo foi feito com a negação do seu consentimento, de forma violenta, expositiva e humilhante, mas dentro de uma rede política onde havia a incitação, o afastamento e a participação de vários agentes estatais:

Nenhum policial que me assediou ou as autoridades hospitalares que me “testaram” foram punidos. O *upload* do meu MMS não se configura num crime? A polícia disse que não conseguiu localizar nenhum suspeito. Para onde eles foram? Quem fez isso? Não deveria haver mais pessoas falando sobre como uma atleta pode ser humilhada dessa maneira? É impossível esquecer um episódio assim. Memórias dessa época ocasionalmente me assombram. (...) Nenhuma pessoa ficou ao meu lado. Eu sempre me perguntei por que a federação de atletismo não soltou nenhuma declaração sobre mim. Tudo o que eu desejo é que, se algo assim acontecer novamente, aqueles dentro do sistema sejam fortes o suficiente para proteger as atletas.

A proteção veio, enfim, mas de outra maneira. Em 2013, o governo indiano publicou um documento chamado “STANDARD OPERATIVE PROCEDURE to identify Circumstances (Female Hyperandrogenism) in Which A Particular Sports Person will not be eligible to participate in Competitions in the Female Category”, doravante SOP. Essa publicação foi promulgada pelo Ministério da Juventude e Esportes a fim de criar parâmetros para determinar a elegibilidade das atletas na categoria feminina. Em sua introdução, o SOP afirma que “as performances esportivas de homens e mulheres diferem principalmente pelo fato dos homens produzirem mais hormônios andrógenos do que as mulheres e, portanto, estarem sob maior influência deles”. Os efeitos dessas aprimorações, “particularmente na força, poder e velocidade”, promovem uma vantagem esportiva, por isso “a incorporação exógena desses hormônios se encontra banida pela WADA”. São argumentos que foram acionados e

¹³⁵ A publicação pode ser encontrada aqui:

<https://timesofindia.indiatimes.com/city/kolkata/Jyotirmoyee-Sikdars-husband-asked-me-to-frame-Pinki-Pramanik-Ex-partner/articleshow/14871486.cms?referral=PM>

¹³⁶ A matéria pode ser lida no seguinte link:

<https://thebridge.in/hounded-track-golden-girl-pinki-pramanik-face-crowd/>

mobilizados ao longo do tempo, neste sentido, não há nenhuma novidade. Mas o SOP também reconhece a existência de “formas intermediárias entre as tradicionais categorias de homem e de mulher, às vezes referidas como intersexo”, para então detalhar os procedimentos de investigação e verificação das atletas “hiperandrogênicas” com a finalidade de competirem na categoria feminina.

O documento reafirma que não foi promulgado para determinar o sexo/gênero de nenhuma atleta, mas sim para garantir a elegibilidade feminina. Lá está: “este documento não deve ser tratado como algo relacionado aos testes sexuais”. No entanto, toda a linguagem, a abordagem e o manejo são transmutados dos protocolos regulatórios que o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF) publicaram ao longo do tempo. Especialmente porque são estratégias que visam verificar o “grau” de virilidade da atleta. Assim, agentes femininas ligadas à *Sports Authority of India* (SAI) devem ser responsáveis por uma investigação “confidencial” quando há “dúvida razoável” acerca da condição de hiperandrogenismo de determinada atleta.

A dúvida pode ser instigada pela própria atleta, mesmo que seja altamente improvável, por algum médico dentro da institucionalidade esportiva, assim como por uma “reclamação escrita” feita por terceiros. A queixa precisa ser substancialmente embasada e documentada. Caso a investigação se inicie, a atleta tem de ser examinada por uma médica ligada à SAI ou à Confederação Nacional da modalidade. O exame é de “rotina”, devendo ser conduzido de maneira “privada”, mas inclui a avaliação da “genitália externa da atleta”. Se a profissional de saúde avaliar que a genitália da atleta é *ambígua demais* – com base em critérios como: (i) testículo não descido (bilateral ou unilateral); (ii) hipospádias; (iii) clitoromegalia; (iv) hérnia inguinal em mulheres (unilateral ou bilateral); (v) única abertura perineal; (vi) falta de pelos púbicos; (vii) ausência de características sexuais secundárias, como desenvolvimento mamário, crescimento de pelos pubianos em meninas com mais de 14 anos de idade – a médica responsável também deve coletar uma amostra de urina para determinar a quantidade de testosterona (T) no plasma sanguíneo.¹³⁷

Nesta etapa, se a atleta apresentar uma quantidade de T maior que 2 ng/ml (isto é, acima de 6.9 nmol/L), ela vai ser encaminhada para um painel de médicas constituído pela própria SAI para continuar avaliando o caso. A taxa de normalidade hormonal estipulada pelo COI e pela IAAF neste período era de até 10 nmol/L (2012 e 2011, respectivamente). Mas as diretrizes do governo indiano diminuiram o nível hormonal regulado pelo mundo esportivo da época. As

¹³⁷ Essas condições e variações estão mais detalhadas no *Glossário* da tese.

médicas (deveriam sempre ser mulheres) com especialidades diversas, tais como ginecologia, genética, endocrinologia, psicologia, entre outras, precisavam então conduzir os seguintes exames:

- (i) Nível do hormônio adrenocorticotrófico (ACTH);
- (ii) Nível do sulfato de deidroepiandrosterona (DHEA-S);
- (iii) Nível do cortisol sérico;
- (iv) Análise cromossômica (através da cultura de linfócitos do sangue periférico);
- (v) Ultrassom pélvico para analisar as gônadas e os dutos genitais internos;
- (vi) Ressonância magnética (MRI) da pélvis (deve ser feita em caso de algum achado ambíguo na ultrassonografia);
- (vii) Avaliação psicológica da atleta por um especialista (se necessário).

São verificações muito técnicas para estabelecer uma quantificação dos marcadores biológicos de cada atleta. Então assim que os resultados fossem detalhados, com as observações e as recomendações feitas pelo painel, as profissionais de saúde teriam que decidir se 1) a atleta *pode* competir na categoria feminina, 2) a atleta *não pode* competir na categoria feminina, ou 3) ainda há “incerteza” e “ambiguidade” para determinar se a atleta *pode* ou *não pode* competir na categoria feminina. Nesta terceira opção, todo o material coletado e documentado deveria ser encaminhado para o *All India Institutes of Medical Sciences* (AIIMS), um grupo de faculdades e institutos públicos de excelência em Nova Delhi, para serem reavaliadas.

Além dessas análises técnicas e médicas, toda a gestão do SOP também passa por documentações, rubricas, carimbos, cópias, esperas de dias para anuências e questionamentos, enfim, todo um aparato da burocracia governamental que dificulta a manutenção deste processo como algo “não publicável”, “confidencial” e “privado”. Neste sentido, justamente a “sensibilidade” que é pedida para tratar uma situação de investigação não se sustenta quando a atleta vive uma análise de todo seu corpo e identidade por várias médicas, enfermeiras e outros profissionais necessários para efetuar toda essa bateria de exames, sempre tão elaborados, minuciosos e invasivos. Pior quando, em praticamente todos os casos que acompanhamos, os protocolos não seguem o cuidado e a discricção regulamentadas, com médicos examinando mulheres, suas partes mais íntimas, em situações de puro esquadramento físico, afetivo e psicossocial. O nível de detalhamento – entre todas as cadeias de gestão e de investigação – necessário para que uma regulação como essa vingue é proporcional ao nível de afastamento que garante que tais constrangimentos e invasões marquem corpos desconfortáveis, vulneráveis, beirando a descartabilidade. Um ponto final do documento é que, caso a atleta seja desqualificada da categoria feminina, toda medalha, posição e premiação que ganhou enquanto

elegível deve ser retirada. Definitivamente, não são ações debilitantes nem consequências humilhantes que podem acontecer com qualquer tipo de pessoa.

Eventos críticos, moralidades e mundos (in)habitáveis

Tentei deixar bem evidente, ao longo dos capítulos, que há um consistente partilhamento feito segundo cromossomos sexuais, gônadas, anatomias reprodutivas, e que por ser uma divisão medida em *frequência tipificada* ela costuma ser sistematizada, normalizada e valorizada, agregando-se no chamado “dimorfismo sexual”. É claro que essas diferenças também são, muitas vezes, sobrepostas, heterogêneas e embaralhadas (Joel, Fausto-Sterling, 2016). As histórias de intersexualidade demonstram que não há um corpo sexuado monolítico. As variações orgânicas estão ainda mais interconectadas quando pensamos em comportamentos, aparências, atributos e habilidades (Fausto-Sterling, 2012). Então não falo efetivamente em um contínuo desses traços e atos, mas em uma corporificação particular ou desigual conforme o tipo de agenciamento que se faz do corpo no mundo. Isto é, existem muitas maneiras de recepção, aprendizado e visibilidade para se tornar “homem” ou “mulher”. O perigo sempre foi acentuar e naturalizar algumas diferenças específicas de funcionamento porque elas, na maioria das vezes, não se constituem em uma oposição rígida nem essencializada. Mas o *valor* desses corpos, identidades e realidades sempre estiveram em disputa. Assim, todo conhecimento técnico, médico e científico fomenta distinções que se sedimentam em *poder* de acordo com o “enquadramento”¹³⁸ que possibilita certo tipo de existência.

Neste sentido, sabemos que receber a informação de que seu corpo, conseqüentemente sua identidade, não é o que você sempre achou que fosse pode ser um golpe fatal. Esse conhecimento disruptivo que rasga a consciência e articula uma humilhação que perdura, se transformando em outras sensações e ações que debilitam por completo a vida social implica, certamente, na constante mobilização de uma comunidade moral. Como apontei antes, a ligação da masculinidade em sua forma viril com a intencionalidade da ação e o encargo do exercício da violência são aspectos intimamente entrelaçados em nossos imaginários e cotidianos. Do mesmo modo, a proteção surge como uma necessidade generificada para recompor a ordem

¹³⁸ Uso a referência a partir dos escritos de Judith Butler (2004, 2009) sobre os tipos de vida que não são completamente apreendidos nas disposições éticas e afetivas contemporâneas, isto é, como existem operações de poder regulando as condições e os modos de existência em que uma determinada vida se torna inteligível, matável, digna e/ou precária.

social através dessas experiências desiguais, aflitivas e/ou violentas em um marco distributivo sexualmente estabelecido. A homogeneização da categoria de mulheres atravessa a expectativa de reconstrução de uma moralidade compartilhada dentro desse mundo que constantemente se desfaz entre abusos e direitos frente o que importa socialmente. Persistir ou se desengajar neste cenário vai além da prescrição clássica do sujeito consciente de si, central ao tipo de sujeição liberal que consente e que estrutura as regulações esportivas contemporâneas, mas parte principalmente de como seria uma rearticulação coletiva de suas vidas manchadas tanto pela dúvida quanto pela suspeição generificada.

O que quero dizer é que, em conjunto com os exemplos etnográficos que trouxemos anteriormente para complementar as vivências das regulações esportivas, há um certo desordenamento do mundo de forma muito violenta, fissurada e pessoal, pois a codificação biológica queima a distinção moral que sustenta e garante a vida cotidiana. Se refazer através da linguagem e do ordinário para habitar um novo modo de vida segundo expectativas morais socialmente desejáveis se torna um projeto de difícil completude. Algumas ex-atletas vão conseguir se refazer, pertencer e funcionar novamente, outras não. Digo isso porque entendo que a remasculinização do Estado dentro das regulações esportivas parte do princípio de que esses corpos não requerem *proteção*, mas sim *readequação* através de práticas debilitantes, humilhantes e reintegradoras. Em síntese, acredito que sair da sombra da tutela significaria entrar no campo de atuação da exceção.

Neste registro, em 2006, nos Jogos Asiáticos em Doha, no Qatar, a corredora Santhi Soundarajan chegou em segundo lugar na modalidade dos 800 metros. Uma medalha de prata em um grande evento internacional da região, iluminando uma carreira que se tornava promissora, a atleta competia profissionalmente há cerca de três anos, com resultados cada vez mais expressivos. Nos Jogos Sul-Asiáticos alguns meses antes, Santhi também ganhou a prata nos 800 m, além do ouro nos 1500 m e no revezamento 4 x 400 m. Sem nenhum questionamento. Só que em Doha a atleta foi conduzida para um teste sexual pedido pela IAAF. Era uma época de limbo regulatório já que a resolução de hiperandrogenismo de 2011 ainda não tinha sido lançada porque, por um lado, os testes foram oficialmente abandonados em 1992 com o consenso científico crítico ao exame da cromatina sexual, mas por outro lado, os escrutínios visuais ainda eram feitos com base em suspeições individuais dentro das políticas antidopagem. De modo que Santhi foi examinada e conseqüentemente desclassificada. Manmohan Singh, na época presidente da Comissão Médica do *Comitê Olímpico Indiano* (IOA), noticiou que a atleta tinha “falhado” no teste de verificação de gênero, mas Soundarajan

se recusava a comentar qualquer notícia porque não tinha sido nem “informada sobre os resultados do teste”.¹³⁹

O que se sucede é uma repetição minuciosa da humilhação venenosa que reconhecemos em todas essas histórias. Muitas matérias de jornais descreveram como a atleta retornou para sua vila em Tamil Nadu, no sul da península indiana, completamente desgastada e estigmatizada. A Athletics Federation of India (AFI) iniciou uma investigação para descobrir o motivo de Santhi falhar no teste sexual. Mas ela dizia, aos prantos, que “tinha a consciência tranquila” porque não fez “nada errado”. A atleta já tinha passado por outros testes e exames anteriormente, nunca tinha tido nenhum problema, então se sentia surpresa e machucada com essa nova informação. Tinha pleiteado um trabalho na companhia pública da rede ferroviária, que foi recusado com sua exposição. Seu treinador pedia algum tipo de auxílio das autoridades, um emprego de treinadora para crianças, porque era um tempo difícil: “ela precisa de aconselhamento médico e emocional, só imaginem o trauma mental que está vivendo agora”.¹⁴⁰

O relatório encaminhado para a federação indiana dizia que a atleta não possuía “características sexuais de uma mulher”. Um gestor comentou em anonimato ao canal *ESPN* que Santhi provavelmente tinha “cromossomos anormais”.¹⁴¹ Era a mesma história de sempre: um profundo desconhecimento sobre as variações sexuais, aliada com uma suspeição generificada, que então gerava procedimentos invasivos e humilhantes com a finalidade de proteger uma determinada constituição de mulher. Ela foi desqualificada por “violar” uma regra dos Jogos. No caso, um oficial de controle de dopagem fez uma queixa descrevendo sua suspeição. Enquanto isso, em sua cidade natal, Santhi se questionava: “Por que eu estou sendo culpada? Vou conseguir correr novamente?”.¹⁴² As respostas não vinham de forma tão acolhedora, na verdade, chegavam mais escrutínios, dúvidas e exposições. O tipo de culpabilização estabelecida na economia da antidopagem também se acentuava com essa vulnerabilidade dos corpos considerados mais ambíguos e descartáveis.

Alguns meses depois, no fim de 2007, Santhi tentou se suicidar com algum tipo de pesticida.¹⁴³ Foi um longo processo de recuperação. Neste cenário, ela trabalhou por um tempo

¹³⁹ A matéria pode ser lida no seguinte link:

http://news.bbc.co.uk/2/hi/world/south_asia/6188775.stm

¹⁴⁰ A publicação se encontra no seguinte link:

https://www.rawstory.com/news/2006/AFI_to_investigate_Santhi_case_unev_12202006.html

¹⁴¹ A matéria citada está no seguinte link:

<https://www.espn.com/olympics/trackandfield/news/story?id=2701018>

¹⁴² A publicação consta seguinte link:

<https://web.archive.org/web/20090112191344/http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/1109135.cms>

¹⁴³ A matéria se encontra no seguinte link:

<https://in.reuters.com/article/idINIndia-29355420070905>

como operária de uma fábrica de tijolos, mas pleiteava um retorno ao mundo esportivo. Queria ser técnica. Em publicações subsequentes, descrevem como a atleta deslocou seu sonho de competir profissionalmente para um trabalho em que abrigava e treinava jovens em Pudukkottai. Eventualmente, a Sports Authority of India (SAI) lhe deu a oportunidade de fazer um curso de educação física em uma universidade local e posteriormente a empregou em um dos centros de treinamento do país. Contudo, seus contratos seriam anuais. Temendo ficar sem trabalho quando seu contrato temporário finalizasse, Santhi enviou uma carta ao ministro de Juventude e Esportes pleiteando um emprego permanente e a restituição do valor do prêmio de sua medalha, ganhada em Doha. Não recebeu uma resposta positiva. Demorou mais uns dois anos até que conseguisse um emprego estável como treinadora vinculada ao seu estado de origem.¹⁴⁴

Mas nem todo gestor agiu para aumentar, direta ou indiretamente, seu escrutínio público. Alguns profissionais tentaram auxiliar com publicidade ou com direcionamento, principalmente no estado de Tamil Nadu, que manteve a premiação do seu pódio nos Jogos Asiáticos por “valores humanitários”. A balança que compunha esses gestos ainda não estava equilibrada, mas alguns tentavam, Santhi recebeu ajuda de ativistas para requerer informações tanto da IOA quanto da AFI (Mitra, 2014). A situação se embarça ainda mais porque a atleta descende de uma família de “Scheduled Castes”, denominação institucional para indivíduos conhecidos como *dalit*, isto é, pessoas, grupos ou castas que carregam uma grande história de segregação, discriminação e opressão dentro do contexto indiano. Uma população de “intocáveis” que alimenta o que Louis Dumont qualifica como um símbolo central da Índia, em sua visão, uma sociedade pautada por um “princípio hierárquico” englobante (1999). Então em 2016, Santhi escreve para a *National Commission for Scheduled Castes* (NCSC) detalhando como foi “humilhada” por um teste de gênero “não-científico”, sem seu pleno consentimento, para no fim não receber nem o relatório médico da investigação.¹⁴⁵ Um dos aliados da atleta, o ativista Gopi Shankar, explica que esse pedido através da NCSC fomentou, depois de quase uma década, a primeira comunicação oficial do Estado indiano com a atleta. Para ele, presenciava um tipo de gestão perversa de uma cidadã indiana:

¹⁴⁴ A publicação se encontra no seguinte link:

<https://timesofindia.indiatimes.com/city/trichy/santhi-gets-a-state-job-to-fight-for-return-of-medal/articleshow/56099342.cms>

¹⁴⁵ A matéria está no seguinte link:

<https://www.thenewsminute.com/article/athlete-santhi-sundarajan-may-file-human-rights-case-afi-ioa-wash-hands-medal-issue-55135>

Como uma cidadã indiana pode ser mantida nua por meio dia em uma terra estrangeira? Quais foram as escolhas e as medidas adotadas pela AFI e IOA para proteger seus direitos humanos? Como eles podem dizer agora que isso não nos pertence e se projetam como se o poder do governo fosse limitado. Santhi é uma cidadã da Índia independentemente de seu gênero. Qualquer pessoa dirá que isso é uma violação grave dos direitos humanos.

São formas corporativas de regulação do sexo/gênero que se entrelaçam com expectativas nacionais, ordenamentos sociais e modos valorativos de qualificar as pessoas. Nos últimos anos, com a história de Caster Semenya ocupando todas as notícias globais sobre as regulações de feminilidade no esporte, Santhi voltou a falar mais abertamente sobre o que passou. Comenta sem tanto medo ou resguardo sobre as acusações e investigações, como também tece reflexões sobre a necessidade de ainda existir políticas humilhantes e procedimentos debilitantes. Em uma entrevista para o jornal sul-indiano *The News Minute*, em 2019, ela critica as novas regulações esportivas porque “novamente tentam diminuir o que significa ser mulher” com a “discriminação de minorias” em um momento em que nós estamos tentando “nos mover para aceitar a fluidez do gênero”.

Em agosto de 2019, Gopi Shankar também noticiava em seu perfil na rede social *Twitter* que o governo de Tamil Nadu promulgou um documento banindo cirurgias de designação sexual com a finalidade de proteger as crianças e os jovens intersexos de seu estado. Exceções poderiam ser feitas em caso de risco de vida, mas deveriam ser avaliadas por um comitê de especialistas, em que participa ativistas locais, psicólogos e assistentes sociais. Cito essa conquista para demonstrar como há mobilidade com uma crescente organização de grupos de apoio, militantes e sociedade civil. Precisamente porque essa disputa pelo *lugar da visibilidade* do corpo sexuado – intersexo e atlético – integra uma batalha maior pela reconfiguração dos atributos e disposições que garantem o funcionamento do corpo social e político. Assim como Akhil Gupta (2012) investigou sobre as violências “inevitáveis” em torno da miséria e da pobreza indiana, isto é, como algumas condições sociais são tão invisibilizadas a ponto de se tornarem sobras normalizadas das incapacidades administrativas e estatais, acompanhamos esses exercícios locais para tematizar as regulações como violências supostamente excepcionais que na verdade se tornam burocratizadas, ordenadas e cotidianas.

Portanto, Santhi se recompôs na forma de uma técnica qualificada e dedicada (ver fig. 16), ao mesmo tempo em que também busca reparar os danos que sofreu com demandas públicas e processos contra o Estado, mas não esquece da exposição e da invasão de outrora. Principalmente quando, assim como Edinanci Silva, percebe que hoje – em uma realidade alargada de compartilhamento digital de informação e de solidariedade – outras atletas passam a ter suas investigações questionadas em cortes superiores, acolhidas por seus gestores

nacionais e protegidas por telespectadores que fazem frente às violações. Então ainda testemunha que sua “vida foi completamente destruída por um julgamento errado” a ponto de se tornar “nada”. Neste sentido, o seu apelo é para que “não estraguem mais vidas”. Porque tais “decisões não nos afetam somente na pista, mas também *descarrilham* tudo no mundo fora do esporte”.¹⁴⁶

Figura 16: Santhi Soundarajan posa para uma entrevista concedida em 2017.



Fonte: Indiatimes.

Esse verbo grifado no trecho anterior, tão significativo na paisagem e na administração indiana, tem o impacto simbólico das coisas que se desviam e se corrompem a ponto de não mais sustentar um caminho. Alguns anos antes, em 2001, uma outra corredora não suportou a pressão de ter seu sexo/gênero investigado publicamente. Pratima Gaonkar, na época com dezenove anos de idade, se suicidou se jogando no poço de seu vilarejo, no interior de Goa. Ela amarrou um grande saco cheio de pedras em seu calcanhar e só foi encontrada no dia seguinte em uma busca extensa feita pelos moradores do vilarejo. Era uma atleta jovem, chamada por todos de “a nova P. T. Usha”, porque tinha acabado de ganhar uma medalha de prata no revezamento 4 x 400 m no Campeonato Asiático de Atletismo Júnior. Seus tempos eram ótimos e as medalhas regionais começavam a aparecer. Mas a ansiedade derivada de passar pelo

¹⁴⁶ A publicação se encontra no seguinte link:

<https://www.thenewsminute.com/article/don-t-do-female-athletes-tn-s-santhi-soundarajan-caster-semenya-case-101366>

escrutínio de um teste sexual fez com que ela desistisse. A história ainda se desenvolve de maneira mais humilhante porque oficiais pedem uma autópsia de seu corpo. A polícia reporta que ela tinha um “órgão sexual masculino medindo meia polegada” e que “órgãos femininos como ovários, útero e vagina não existiam”. Também afirmam que “seus seios não estavam totalmente desenvolvidos”. A mídia noticia nacionalmente que “elementos vitais de seu gênero estavam faltando para provar sua feminilidade”.¹⁴⁷

A atleta estava vinculada à SAI, a organização nacional de atletismo, e morava em um hostel em Mapusa junto com outras atletas daquela região do sudoeste indiano. Mesmo assim, Pratima sempre visitava a família, que ainda mora em um vilarejo de pescadores, levando comida, roupas, decoração, até uma linha telefônica. Em uma das reportagens mais atuais, a família reaviva com dificuldade o luto silencioso para contar um pouco sobre a atleta. A mãe mostra algumas medalhas e certificados que a filha ganhou ao longo da vida, enquanto o irmão lembra dos presentes que ela trazia para casa, por exemplo, contou como guarda até hoje um pôster do “The Rock” (o ator estadunidense Dwayne Johnson) na parede de seu quarto.¹⁴⁸ Do outro lado, aparecia a *Netaji Subhas National Institute of Sports* (NIS) como a agência responsável por conduzir os procedimentos de sua verificação de gênero, a entidade seria o braço acadêmico da SAI, atuando cientificamente para fiscalizar e examinar todas as atletas indianas que são suspeitas de “incoerência sexual”. No fim das contas, ainda estamos falando de uma gestão em vários níveis da vida e do corpo dessas atletas para que a própria feminilidade seja continuamente redimensionada, regulada e reajustada (Silveira, 2015).

São instituições que se fortalecem como um “espaço de generificação” (Ibid.) que expõe as variações e os dilemas do corpo sexuado. Políticas que escancaram ambiguidades que deveriam estar silenciadas ou serem simplesmente reconstruídas. Para certas atletas, suportar o peso dessa exposição vergonhosa que se transforma em uma vivência cotidiana de humilhação venenosa se torna um desequilíbrio impossível de se sujeitar. Em muitos casos, o estigma se alastra para a família e para a comunidade. Outras atletas, por sua vez, conseguem se reconfigurar mesmo com esse conhecimento exposto e disseminado. Só que mais do que o impacto individual de cada caso em cada circunstância, acredito que a capacidade negociada

¹⁴⁷ As matérias podem ser lidas a seguir

<https://indianexpress.com/article/sports/sport-others/the-girl-before-dutee-chand-pratima-gaonkar-5346699>
http://www.goanews.com/news_disp.php?newsid=7&catid=220
<https://www.rediff.com/sports/2001/oct/11ath.htm>

¹⁴⁸ Johnson é um ator conhecido por interpretar papéis de homens fortes, musculosos, viris, em muitos casos lidando com violência, como a franquia “Velozes e Furiosos”, que consiste em personagens realizando diversos tipos de assalto ao mesmo tempo em que se engajam com corridas de rua ilegais. Dwayne também foi campeão de luta livre profissional durante anos na empresa de entretenimento *WWE*.

para suportar uma vida com essas informações divulgadas passa por uma conversão de valores e condutas, que então desloca e sobrepõe uma economia moral mais ordinária para uma linguagem dos direitos humanos, a fim de tensionar os dois níveis regulatórios, isto é, a cultura de vigilância promovida internacionalmente e o dia a dia de escrutínios, coerções e mágoas que se complementam na gestão da feminilidade esportiva.

Judicialização da realidade: entre provas, probabilidades, magnitudes e discriminações

Em 2009, a corredora sul-africana Caster Semenya despontava no cenário internacional quando ganhou com certa folga a medalha de ouro nos 800 metros do Campeonato Mundial de Atletismo em Berlim, na Alemanha. Em alguns meses, tinha melhorado rapidamente seu desempenho, um resultado que fez com que as entidades esportivas justificassem uma “obrigação em investigar”. Na época, com apenas dezoito anos de idade, a atleta não apareceu na coletiva de imprensa depois de sua prova. Seu tempo de 1:55.45 foi considerado a melhor marca do ano, mas não estava nem entre os dez melhores tempos de uma temporada desde que a modalidade foi permitida para as mulheres, em 1976. Ainda assim, ninguém esperou para olhar e avaliar os resultados antes de acusá-la de não ser “100 por cento mulher” (Doyle, 2013). No mesmo dia, a IAAF comunicou que Semenya passaria por mais uma “verificação de gênero”.¹⁴⁹ A celeuma midiática foi a mesma de sempre: várias especulações em torno de suas características sexuais (especialmente com seus traços musculosos, fortes e masculinos), uma busca incessante por contexto através de parentes, amigos, competidoras, técnicos, comentaristas diversos, ao mesmo tempo em que gestores e burocratas tanto das instituições esportivas quanto do governo sul-africano agiam para questiona-la e/ou defende-la.

Nesse tempo angustiante de espera para garantir sua elegibilidade, informações privadas e sigilosas sobre sua vida, corpo e saúde vazaram por toda a imprensa. Somente no jornal britânico *The Guardian*, no ano de 2009, foram publicadas sessenta e sete matérias sobre a atleta. É um número assombroso baseado em uma atenção completamente desmedida. Enquanto aguardava o desfecho do seu teste sexual, notícias sobre permissões, atrasos e banimentos eram ventiladas a todo momento. Foram sete meses sem ter uma resolução do caso. Uma espera tão grande que a fez se antecipar ao se pronunciar publicamente. Em março de 2010, Semenya escreve uma carta onde anuncia seu retorno esportivo, como também denuncia

¹⁴⁹ A matéria pode ser encontrada no seguinte link:

<https://www.theguardian.com/sport/2009/aug/19/caster-semenya-800m-world-athletics-championships-gender>

o tratamento degradante e humilhante com que a IAAF manejava sua investigação de feminilidade. Em uma versão resumida da carta, ela diz:¹⁵⁰

Eu fui submetida a um invasivo e injustificado escrutínio sobre os detalhes mais íntimos e particulares do meu ser. Algumas das ocorrências que antecederam e imediatamente se seguiram ao Campeonato Mundial de Berlim violaram não apenas meus direitos como atleta, mas também meus direitos humanos mais fundamentais, como à dignidade e à privacidade. Eu instruí meus advogados a fazerem contato imediato com a IAAF para implorá-los a disponibilizar todas as minhas informações médicas e para se reunirem com eles com o objetivo de resolver o que me parece ser uma questão muito simples. Após três tentativas formais dos meus consultores jurídicos de contatar a IAAF em meu nome, a entidade ainda não respondeu às minhas iniciativas. De maneira correta, eu não fui desqualificada nem suspensa das competições de atletismo, esperava que esses processos fossem acelerados, então por vontade própria tinha resolvido não competir até que todas essas pendências fossem concluídas. Infelizmente, esses processos se arrastaram por muito tempo, sem certeza nem razoabilidade quanto ao seu fim. O resultado é que minhas capacidades atléticas e meu potencial de ganho financeiro estão sendo severamente comprometidos. Portanto, anuncio publicamente meu retorno às competições de atletismo.

O posicionamento de Semenya escancarou ainda mais o grau de violência e invasão do processo regulatório, um aparato antigo que teima em silenciar, estigmatizar e responsabilizar atletas por suas variações intersexuais, forçando exames e procedimentos que alteram de maneira irreversível suas vidas e corporalidades. Foi nessa tumultuada realidade que Dutee Chand também despontou internacionalmente. Por um lado, esse mundo esportivo estava mais interconectado, com as pautas de gênero se mostrando mais relevantes em um momento em que a confusão regulatória estava posta, mas por outro lado, ainda existia um peso enorme da pressão social, institucional e científica para a proteção da categoria feminina. Mesmo com a carta, Caster não conseguiu voltar aos campeonatos enquanto a IAAF não liberasse sua elegibilidade. Foram mais quatro meses até a liberação, os critérios do acordo não foram publicados, mas entende-se que só aconteceu porque Semenya iniciou um tratamento hormonal para reduzir seus níveis de testosterona endógena, afinal, a necessidade de medicação para “normalização” do fenótipo continuava a ser um protocolo no tratamento da intersexualidade.¹⁵¹ Neste registro, a consequente regulação de hiperandrogenismo estabelecida pela IAAF em 2011 foi especialmente estruturada para institucionalizar os manejos implicados na investigação de Caster Semenya (Jordan-Young, Sönksen, Karkazis, 2014). Então quando

¹⁵⁰ A versão completa pode ser lida aqui:

<https://www.theguardian.com/sport/2010/mar/30/caster-semenya-comeback-statement>

¹⁵¹ Essa informação vai ser confirmada pela própria atleta segundo os autos do processo de Semenya contra a IAAF, que veremos no próximo capítulo da tese, mas que só foi publicitado em junho de 2019.

Dutee também cai na malha fina do escrutínio sexual, em 2014, por motivos duramente sinuosos ela não estava mais sozinha, tinha alguém para se espelhar e se aconselhar.

Chand nasceu no estado de Odisha, no leste do país, e do mesmo modo que outras atletas indianas ela também cresceu em um distrito considerado “abaixo da linha de pobreza”, em uma família de tecelões. Terceira filha de sete, Dutee começou a correr ainda criança, com seus pés descalços, inspirada em sua irmã mais velha, que também competia a nível estadual. Entre 2012 e 2013, a atleta participou de vários eventos internacionais com ótimos resultados para a região, como a medalha de bronze nos 200 m no Campeonato Asiático de Atletismo de 2013, em Pune, na Índia. Em 2014, quando competiu no Campeonato Asiático Júnior de Atletismo, Dutee conquistou o ouro na modalidade dos 200 m e no revezamento 4 x 400 m. Ela esperava se qualificar para os Jogos da Commonwealth daquele ano, mas a Athletics Federation of India (AFI) tornou a atleta inelegível com o indicativo de que teria uma concentração alta de testosterona endógena no organismo, imprópria para a categoria feminina.¹⁵²

Alguns anos antes, em 2010, no despontar da investigação de Semenya, o COI organizou um grupo de trabalho com vários especialistas para analisar “a questão das atletas cujo sexo parece ambíguo” já que o tema deveria ser tratado “como uma preocupação médica e não como uma questão de justiça na competição”.¹⁵³ A reunião, em Miami, nos Estados Unidos, projetou o enquadramento regulatório em termos mais clínicos com o objetivo de amenizar a suspeição generificada que qualificava o histórico de tais políticas.¹⁵⁴ Assim, ficou decidido que “aquelas que concordarem em ser tratadas terão permissão para participar”, comentou em entrevista Maria New, uma doutora que ainda hoje é referência no manejo da intersexualidade, especialmente em pacientes com Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC). Outras cinco reuniões se seguiram quando finalmente, em 2011, o Comitê Executivo do COI decidiu autorizar a implementação de novas políticas de elegibilidade para a categoria feminina com a finalidade de serem efetivadas nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012 (Karkazis *et al*, 2012). Logo em seguida, também em 2011, a IAAF publica sua própria regulação. Praticamente no mesmo momento, o protocolo SOP proposto pelo governo indiano também é promulgado. Como vimos, são regulações similares com ideias muito concretas e afinadas sobre quais mulheres

¹⁵² As publicações com as referências podem ser encontradas a seguir:

<https://www.livemint.com/Leisure/MLH48vvUzaPV63JKvoYAHP/Dutee-Chands-extraordinary-journey.html>
<https://timesofindia.indiatimes.com/sports/rio-2016-olympics/india-in-olympics-2016/athletics/Sprinter-Dutee-Chand-set-to-realise-Olympic-dream/articleshow/53461278.cms>

¹⁵³ A matéria pode ser vista no seguinte link:

<https://www.nytimes.com/2010/01/21/sports/olympics/21ioc.html>

¹⁵⁴ O grupo gerou um documento chamado “Summary of Conclusions Reached at Gender Symposium” que infelizmente não está mais disponível no site do COI.

merecem ser investigadas. Na mesma entrevista para o *The New York Times*, a Dra. New aventou a possibilidade das entidades esportivas tirarem fotos das atletas e encaminharem para “experts” como ela a fim de diagnosticarem “desordens do desenvolvimento sexual” que teriam que ser investigadas com maior profundidade.

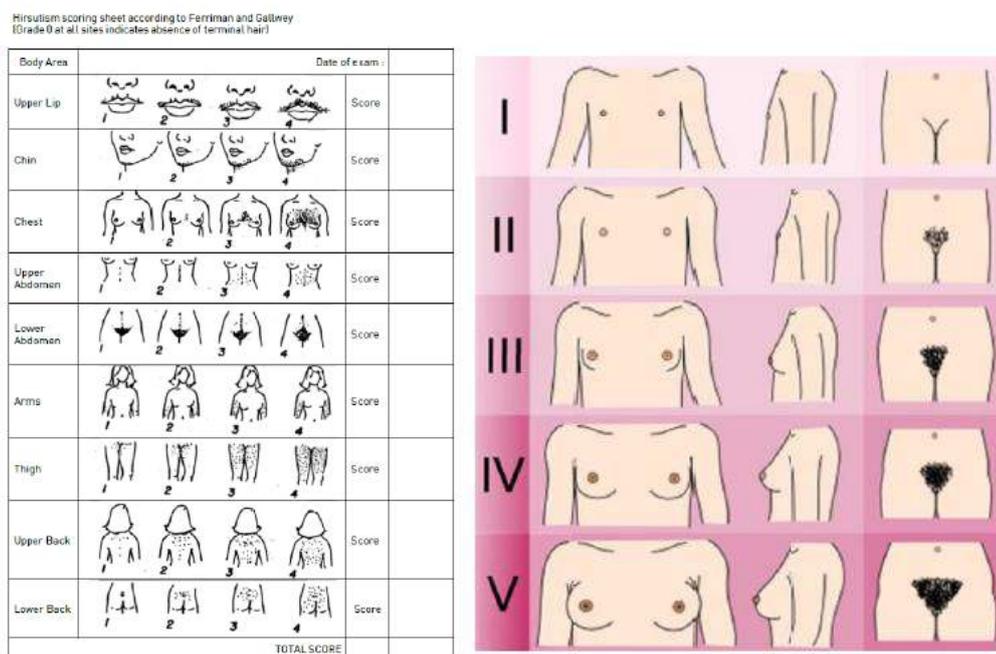
Afinal, esses são procedimentos sociomédicos que começam com exames visuais e investigações clínicas para depois serem feitos testes específicos – uma “avaliação endócrina” da amostra de urina e/ou de sangue, além de uma “verificação completa em um centro de excelência” da parte “física, laboratorial, imagética e psicológica” – para que atestem o referido desconforto generificado que nivela a congruência do sexo/gênero desejável para a categoria feminina. No documento regulatório da IAAF, nos apêndices, identificam algumas escalas, imagens e sistematizações onde verificam o grau de virilização da atleta (ver fig. 17). Nota-se qual seria a cor e o tipo do fenótipo padronizado. Em outro ponto, descrevem tópicos de anamnese para examinar caso a atleta tenha “pomo de Adão” ou “voz grave”. O valor da testosterona total plasmática também deveria ser de até 10 nmol/L – o que chamam, no documento, de “normalidade masculina”. No fim, mesmo sabendo que são procedimentos que causam intervenções crônicas irreversíveis, afirmam que a manutenção do tratamento após o diagnóstico deve ser uma responsabilidade financeira da atleta.

Caracterizado como um “documento vivo” pela IAAF, a regulação se estrutura com essa possibilidade de qualquer gestor, atleta ou técnico com “motivações razoáveis” pedir uma investigação de feminilidade, efetivamente instaurando uma *caça às bruxas*. Ainda que se tenha uma preocupação com os níveis androgênicos inusuais ou com os riscos de saúde, vemos que continua a existir um englobamento da testosterona como o único hormônio capaz de virilizar e fortalecer corpos atléticos. O “ônus da prova” [*burden and standard of proof*] estaria com a atleta para demonstrar que 1) não teria sensibilidade à ação androgênica ou 2) faria essa diminuição medicamentosa ou cirúrgica dos valores da testosterona no seu organismo.

Na regulação do COI de 2012, a entidade ainda urge que cada comitê nacional “ativamente investigue toda percepção de desvio em características sexuais”. São políticas baseadas na suspeição que expõem a corporalidade de jovens atletas a condições de mais vulnerabilidade, onde muitas vezes o esporte aparece como um espaço seguro para mobilidade social, então elas se tornam suscetíveis aos manejos mais invasivos e ofensivos para continuar elegíveis. Várias fontes noticiaram que Caster passou duas horas sendo examinada, com as pernas para o alto, enquanto médicos tiravam fotos de sua genitália (Karkazis *et al*, 2012). Nos autos do processo de Dutee (CAS, 2015, p. 107-109), ela descreveu como foi encaminhada para um protocolo antidopagem que na verdade se tornou uma investigação mais minuciosa sobre

seu “perfil de rendimento”, com ultrassom e exame clínico. Alguns médicos (homens, por sinal, contrariando a determinação de cuidado generificado do protocolo SOP) examinaram seu corpo, incluindo sua genitália, ao mesmo tempo em que perguntavam sobre seu ciclo menstrual, histórico cirúrgico e *hobbies*. Da mesma forma que acompanhamos no capítulo passado, são regulações e protocolos que continuam a se estabelecer com um tipo de consentimento truncado, disruptivo e desigual.

Figura 17: Escalas Ferriman-Gallwey e Tanner-Whitehouse, respectivamente.



Fonte: IAAF, “Hyperandrogenism Regulations: Appendices”, 2011.

Quando Dutee é afastada e depois banida pela AFI, pesquisadores, médicos e ativistas de vários lugares do mundo se organizam para ajudá-la. Uma das mais ativas, a defensora Payoshni Mitra, conseguiu requisitar que a Sports Authority of India (SAI) auxiliasse a atleta em sua apelação na Corte Arbitral do Esporte (CAS).¹⁵⁵ Fato que desenha um embate entre duas organizações nacionais, disputando os valores, as falas e os encaminhamentos em torno da vida profissional de Chand. Enquanto a AFI seria o órgão máximo do atletismo indiano, a SAI seria uma entidade vinculada ao Ministério da Juventude e Esportes – como se fosse, no caso atual brasileiro, um desagravo oficial feito pela Secretaria Especial do Esporte, vinculado ao Ministério de Cidadania, devido a atuação da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). As

¹⁵⁵ A reportagem pode ser encontrada no seguinte link:
<https://www.bbc.com/sport/athletics/29446276>

duas instituições trabalharam ativamente na investigação de feminilidade da atleta. Em uma das primeiras cartas trocadas entre as agências, o secretário da AFI afirmou que “os casos passados de hiperandrogenismo trouxeram constrangimento para o justo nome do esporte indiano”. Mas enquanto essa situação institucional se desenvolvia, uma petição online chamada “Let Dutee Run” conseguiu angariar 5.636 assinaturas em apoio à atleta. Era um momento de visibilidade com contornos mais mundiais que forçava uma renegociação dessa exposição violadora para a esfera dos direitos humanos internacionais.

Esse dilema em torno dos direitos fica mais evidente com a discussão que veremos adiante nos autos do processo de Dutee. Antecipando um pouco, apesar do sexo/gênero ser um marcador que fundamenta a inscrição dos direitos, verdades e representações tanto no mundo esportivo quanto no estado democrático, essa *legalidade* vai ser mensurada e viabilizada de maneiras distintas. A disputa em arbítrio estava vinculada, primeiramente, à Constituição da IAAF, e depois segundo às legislações de Mônaco, lugar de origem da federação internacional de atletismo, apesar da CAS ter sede na Suíça. Por exemplo, em um momento conflituoso na Corte, os representantes da IAAF questionaram políticas específicas que preservariam a autonomia da definição da “identidade de gênero” feitas por países como a Argentina ou a Dinamarca, pois “a autoidentificação individual seria automaticamente determinante do status legal da pessoa enquanto homem ou mulher, assim permitindo que essa pessoa com características exclusivamente masculinas se autodeclare como mulher” para fins esportivos (CAS, 2015, p. 74). No limite, a intenção regulatória dessas entidades seria “proteger o *level playing field* dos potenciais efeitos de legislações nacionais como essas” (Ibid.). Neste sentido, a própria capacidade de *gestão*, *inscrição* e *tutela* dos sujeitos estava sendo ativamente disputada nessas instâncias globais para-administrativas.

O que a IAAF propôs reorganizar com a regulação de 2011 foi justamente essa busca pela *proteção* que ocorre contra *algumas* mulheres com a finalidade de assegurar o caráter normativo de *todas* as mulheres. Era uma formalização corretiva muito benquista entre várias instituições esportivas, como a WADA, as federações nacionais ou o COI. A ideia de saúde e de justiça compartilhada nos documentos regulatórios suspenderia qualquer indício de integridade corporal ou de dignidade para agenciar um tratamento mais igualitário no esporte de alto rendimento, subvertendo lógicas internas de reconhecimento generificado dos sujeitos. Neste cenário, dentro da Corte Arbitral do Esporte, começa uma disputa mais abrangente sobre as *magnitudes* dos dados e das especulações que possibilitem uma definição de critérios para que a *discriminação da excecionalidade* seja institucionalizada a fim de garantir o “bem comum” do esporte feminino. Dito de outra maneira, a IAAF buscava a manutenção dessas

instituições com suas regulações como o único lugar capaz de garantir a proteção de uma noção particular de mulheres. Com efeito, vemos alargar gestão do rendimento ou da corporalidade atlética, entramos em um embate maior sobre imaginários, verdades, comportamentos, aparências e desejos que fundamentam toda a realidade do mundo que habitamos. Wagner Camargo e Cláudia Kessler, argumentaram muito bem no artigo *Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica* (2017):

As entidades que dirigem e controlam fluxos de capitais e pessoas no esporte ainda não conseguiram (ou talvez não tenham interesse em) visibilizar outras expressões de gênero e promovem a manutenção do dimorfismo sexual dentro da ordem discursiva e da realidade física (dos eventos), sem repensar a separação criada para promover uma suposta “igualdade de condições” entre competidores/as. Portanto, são elas os bastiões não apenas da masculinidade (construída e reafirmada continuamente) como valor primeiro no esporte, mas também de quais são os “parâmetros mínimos aceitáveis” para a participação esportiva. São esses parâmetros, que passam igualmente pelo uso das biotecnologias, que definem os corpos autorizados/naturalizados e os excluídos/patologizados. (Ibid., p. 214)

Os parâmetros mínimos de aceitabilidade integram essa construção valorosa dos *atributos* e das *habilidades* presentes como fundamento em corpos masculinos e femininos. Mas são essas mesmas vinculações que estão em disputa, em várias frentes e através de muitos formatos, pois vazam a technicalidade do mundo esportivo para a linguagem dos direitos e para a vida ordinária das atletas em seus contextos de origem. Quando Dutee aciona a CAS contra a “regulação de hiperandrogenismo”, não é somente a IAAF enquanto entidade regulatória que é requerida, mas também a instituição esportiva de seu próprio país, a Athletics Federation of India (AFI), já que também teria falhado em lhe proteger de investigações internacionais degradantes. O conflito em torno da proteção e da suspeição esbarram e influem nessas dinâmicas geopolíticas de soberania. Tanto é que posteriormente, depois das investigações e escrutínios locais, a atleta conseguiu construir seu requerimento com o auxílio de gestores e profissionais do Estado indiano, através da Sports Authority of India (SAI). Aos olhos do mundo, a máquina administrativa se transmutava em uma atuação de tutela purificadora. Seria preciso *cuidar* das atletas que representam, conseqüentemente, a imagem de *excelência* e de *honra* do próprio país.

Então em março de 2015, foram realizadas três audiências privadas na sede da CAS, em Lausanne, na Suíça. Era o momento de escuta e de análise do processo de Dutee contra a IAAF e a AFI. A atleta foi representada *pro bono* por advogados do Canadá [Davies Ward Phillips & Vineberg LLP], enquanto a organização de atletismo foi defendida por uma firma de advocacia do Reino Unido [Bird & Bird LLP]. A sentença foi promulgada em julho do mesmo ano em

um documento de 161 páginas. Em vários momentos, as informações estão editadas para proteger dados sigilosos e médicos. Neste sentido, sigo para uma análise das informações disponíveis a partir de provas, discursos, articulações e análises feitas em juízo a fim de dimensionar quais seriam as *probabilidades* e *magnitudes* necessárias para aceitabilidade de uma regulação tida como reconhecidamente discriminatória.

Primeiramente, descrevem nos autos as “motivações” ou os “conflitos” que fizeram as partes estarem ali para então chamar diversos especialistas com a finalidade de comprovar suas teses. Os fatos foram documentados de maneira linear, com datas e evidências (cartas, protocolos, prontuários, artigos científicos, declarações institucionais, publicações midiáticas etc.), aparecendo em concordância ou não na medida em que alguma situação tida como violadora estava em disputa. As teses, por sinal, se construíram inversamente porque a IAAF considera que há uma base científica para que a regulação seja mantida já que foi estabelecida em “boa fé” pela necessidade de proteger a categoria feminina, enquanto a atleta considera que essa mesma regulação é “desproporcional” e “discriminatória” justamente por não ter dados comprovados da *correlação direta* proposta pelo protocolo, isto é, que a testosterona endógena acima da média da normalidade feminina geraria uma vantagem desleal em benefício das atletas “hiperandrogênicas”. Nesta composição, a Dra. Mitra (que também ajudou Santhi e Pinki em seus casos) foi estipulada como conselheira da atleta pela SAI. A entidade tentou articular desde o início que Dutee fosse restituída à categoria feminina. Com essa impossibilidade, seguiu-se um embate jurídico que se deu sobretudo pelas *ciências* (suas verdades, legitimidades e limites) como um *valor* que sustentaria essa concepção crucial de *boa governança*.

O painel de mediadores¹⁵⁶ estabeleceu que os problemas a serem avaliados eram os seguintes: 1) a regulação de hiperandrogenismo *discrimina* certas atletas com base em a) características físicas naturais e/ou b) sexo? Assim sendo, 2) a regulação teria que ser declarada *inválida* porque não há evidências científicas suficientes para provar a) que a testosterona endógena aumenta a performance atlética de mulheres e/ou b) que o valor estipulado de 10 nmol/L é cientificamente acurado para estabelecer uma “normalidade masculina” onde as atletas se beneficiariam desses níveis hormonais androgênicos? Por isso, 3) seria uma regulação *desproporcional* já que a) discrimina com base em características físicas naturais e/ou sexo, como também b) viola e machuca as atletas? Um último ponto também foi colocado no caso da regulação estipular um procedimento antidopagem como sanção que não estaria previamente

¹⁵⁶ O painel foi composto por três mediadores legais, um deles escolhido por Dutee Chand, o professor canadense Richard McLaren, o outro foi escolhido em conjunto pelas partes, o advogado suíço Hans Nater, com a presidência feita pela Annabelle Bennett, ex-juíza da Suprema Corte da Austrália.

autorizado pelo Código da WADA. Portanto, os problemas foram estruturados com a análise de critérios processuais – com evidências, magnitudes e probabilidades – em torno da proteção e da justiça “apropriada” para garantir que a competição feminina fosse “significativa” dentro da divisão “necessária” do esporte entre homens e mulheres.

Os aspectos científicos (tidos como o fiel da balança) estavam ali para delimitar as *evidências* sobre diferença sexual e rendimento atlético com as *especulações* sobre funcionamentos fisiológicos e atléticos que ainda não estavam (nem estão) inteiramente comprovados. Mas é claro que essas duas posições se entrecruzavam a todo momento, assim como seguiam enlameadas de noções socioculturais bem específicas sobre feminilidade e masculinidade. Um nó de conflito se debruçou sobre o papel da massa magra [*lean body mass*] na formação da musculatura e na consequente vantagem atlética que homens detêm sobre mulheres. Em outras palavras, a ação dos hormônios androgênicos em corpos masculinos após a puberdade seria, para a IAAF, a representação mais acurada para explicar a capacidade esportiva superior dos homens, mas para a equipe de Dutee essa composição androgênica seria apenas mais um fator entre outros processos bioquímicos e socioestruturais que ajudariam na construção esportiva da vantagem atlética. Para a atleta, não estava em disputa a capacidade anabólica e virilizante da testosterona, mas sua *qualificação* como hormônio heroico, garantindo superpoderes para quem o tivesse em maior quantidade. Era uma questão de demonstrar se a testosterona endógena tinha o mesmíssimo funcionamento da testosterona exógena, se sim, como computar essas recepções, funcionamentos e limites no corpo da/o atleta de alto rendimento. Só que não se tinha uma resposta pacificada entre os cientistas presentes.

Vários especialistas que se engajaram em outros momentos das regulações de feminilidade deram depoimento na audiência, entre eles: Arne Ljungqvist (ex-vice-presidente da IAAF e da WADA, além de ex-diretor da Comissão Médica do COI), Martin Ritzén e Angelica Hirschberg (endocrinologista pediátrico e endocrinologista reprodutiva, respectivamente, ambos do mesmo instituto), Richard Holt (endocrinologista), Joanna Harper (médica transexual que aconselha o COI em temas ligados às regulações), Thomas Murray (diretor do Ethics Review Panel da WADA), Stéphane Bermon (na época especialista em medicina esportiva, atualmente diretor do Departamento de Saúde e Ciência da IAAF). Depoimentos de atletas mais antigas também englobaram esse trabalho de testemunhar, como Maria José Martínez-Patiño (ex-atleta espanhola que passou por uma investigação similar na década de 1980) e Paula Radcliffe (ex-corredora britânica e antiga recordista mundial da maratona feminina). Todos esses especialistas e atletas com histórico regulatório estavam ali para corroborar a *tese especulativa* da IAAF: a delimitação de normativas, limites e controles

hormonais era imprescindível para a continuidade do esporte feminino, mesmo que aplicada sem evidências, apenas com “boa fé”. A relevância da endocrinologia não era um acaso, esses profissionais concebem doenças e diagnósticos em termos hormonais, assim como direcionam toda intervenção cirúrgica ou medicamentosa dessas questões fisiológicas, isso fica especialmente claro quando entendemos que ainda é essa especialidade médica que coordena o manejo da intersexualidade em espaços hospitalares (Pires, 2015).

Seguindo a discussão dos autos, dois artigos tiveram bastante destaque neste embate: um artigo publicado em 2014 pela endocrinologista Marie-Louise Healy com colegas, custeado por várias entidades, entre elas a União Europeia, o COI e grandes farmacêuticas europeias; outro artigo que também foi publicado em 2014 por Stéphane Bermon e colegas, financiado pela IAAF, a WADA e a agência antidopagem da Suíça. Cada artigo produziu uma interpretação diferente dos fatos e aspectos em jogo. De um lado, Healy *et al* (2014) pesquisaram o perfil endócrino de 693 atletas (454 homens e 239 mulheres, com alguma perda de dados durante a análise) após competições nacionais ou internacionais. Eles atestaram que a principal diferença esportiva entre os sexos/gêneros se percebe pela *variação da massa magra* [LBM]. Calcularam cerca de 10 kg de variedade muscular em atletas homens e mulheres, já que na verdade existe uma sobreposição parcial dos níveis de testosterona entre os atletas de elite, fazendo com que essa delimitação hormonal se torne um esforço arbitrário e infundado.¹⁵⁷

Os resultados da pesquisa mostraram que 11 das 234 atletas (5%) em amostragem tinham valores de testosterona acima de 8.4 nmol/L, outras 32 atletas (14%) tinham valores acima de 2.7 nmol/L, uma das médias de normalidade para o corpo feminino. Não menos surpreendente, praticamente 17% dos atletas homens (74 de 446) estavam abaixo do mínimo da normalidade masculina, aqui considerada 8.4 nmol/L de testosterona plasmática. Os autores também observaram mudanças endócrinas segundo cada modalidade esportiva, por exemplo, entre os homens, levantamento de força, bandy, atletismo, hóquei no gelo e remo tiveram os menores valores médios de testosterona. Significa que esses atletas não tinham o hormônio androgênico em uma concentração elevada no organismo e ainda assim participavam de competições de alto nível.

Por outro lado, Bermon *et al* (2014) coletaram dados e amostras de 849 atletas no Mundial de Daegu em 2011 com o objetivo de “medir” os níveis androgênicos de uma “grande

¹⁵⁷ Ainda acho que estou sendo moderada ao constatar essa sobreposição “parcial” porque os próprios autores admitem – em várias publicações e entrevistas – que há uma sobreposição “completa”, por exemplo, ver a matéria que o endocrinologista Peter Sönksen (um dos autores do artigo) escreveu com o professor Daryl Adair para o site *The Conversation*:

<https://theconversation.com/fair-play-at-the-olympics-testosterone-and-female-athletes-60156>

população de atletas de elite” em vários eventos esportivos para “estimar” a ocorrência do hiperandrogenismo entre essa mesma população esportiva feminina. Infelizmente, os autores excluíram da amostra cinco atletas caracterizadas como dopadas e cinco atletas reconhecidas como “hiperandrogênicas”, retirando da matriz de avaliação os próprios dados que desejavam estabelecer. Essa escolha se torna quase tautológica: quando se exclui da produção de referências clínicas e científicas atletas com variações intersexuais que tenham alta concentração de testosterona endógena no organismo, seus próprios achados vão diminuir a faixa de normalidade¹⁵⁸ que se estabelece como parâmetro para a construção regulatória, que então visa restringir a participação dessas mesmas atletas. De todo modo, mesmo removendo atletas que eram reconhecidas ou estavam sendo investigadas por serem “hiperandrogênicas”, outras nove atletas apresentaram valores de testosterona acima de 3 nmol/L, sendo que três foram avaliadas com valores acima de 10 nmol/L. A regulação de 2011 já estava sendo aplicada. Os autores justificaram que “ainda que seis dessas nove atletas tenham vindo de áreas geográficas em que o doping não era incomum, não foi possível provar nenhuma violação antidopagem ou caso de DSD”, isto é, situações de intersexualidade. De outra maneira, o uso de anticoncepcional foi incorporado na amostra, gerando uma diminuição forçada da faixa de normalidade estabelecida, pois esses medicamentos tendem a bloquear, diminuir ou controlar sinteticamente o fluxo dos hormônios esteroidais em corpos que os utilizem. No fim do artigo, os autores defenderam que precisa ter um limite de normalidade da testosterona nas mulheres em torno de 3.08 nmol/L e sustentaram também que não podem “excluir que o cromossomo Y, de alguma maneira desconhecida, possa trazer uma vantagem para essas atletas do sexo feminino” (Ibid., p. 4334).

A maior parte dos autores de Bermon *et al* se organizaram para publicar uma carta ao editor da *Clinical Endocrinology* (Ritzén *et al*, 2015) criticando as conclusões de Healy *et al*. Era uma disputa de distinção em torno do conhecimento e do poder de aferir essas verdades científicas que se constituíam em *habitus* (Bourdieu, 2007). Também foi curioso notar que os depoimentos a favor de Dutee eram em sua maioria de especialistas ligadas às ciências sociais

¹⁵⁸ Também privilegiaram uma avaliação da testosterona livre e não a total, isto é, enquanto a última (que consta nas regulações) contabiliza todo o hormônio circulando no organismo, especialmente nos casos de ligação à SHBG, a primeira só apresenta o hormônio que está biodisponível na corrente sanguínea. A maior parte da testosterona está vinculada fortemente tanto à globulina ligadora dos hormônios sexuais (SHBG) quanto de maneira mais frágil à albumina, só uma pequena parte está completamente livre e capacitada para ser ativada em uma célula. Claro que para uma análise antidopagem e anabólica, conhecer a porcentagem de testosterona livre (logo, o que se ativa com exercício e se converte em massa magra) se torna ideal, mas o método de testagem ainda é instável e as vinculações “totais” também são importantes para entender as biossínteses e os metabolismos de cada corpo dentro de uma determinada população.

e bioéticas – como a antropóloga Katrina Karkazis, a psicóloga e neurocientista Sari van Anders, a própria ativista e pesquisadora Payoshni Mitra, assim como a ex-corredora e socióloga Madeleine Pape, que competiu no Mundial de Atletismo de 2009 contra Caster Semenya – justamente porque foram expertises diminuídas e marginalizadas durante toda a audiência. Na documentação dos autos, tanto os endocrinologistas ligados à IAAF quanto os membros responsáveis pelo arbítrio deslegitimaram esses conhecimentos,¹⁵⁹ já que supostamente elas davam mais atenção para um debate sobre questões *éticas* e *sociais* quando a centralidade do embate se construía em torno da delimitação *clínica, científica e normativa* do processo regulatório. Em um momento, chegaram a perguntar para Karkazis e van Anders se as duas eram médicas para dar conselhos clínicos sobre os prognósticos e manejos corretos no “tratamento” das condições de hiperandrogenismo.

No fim das contas, não conseguiram pacificar com precisão nenhuma as questões identificadas pelo painel. Os relatos, estudos e especulações se anulavam diretamente. Poucas definições foram pactuadas, como o papel da massa magra no rendimento atlético, mas não chegaram a consolidar qualquer gênese para preservar a regulação como tal. Por isso mesmo, uma das pautas discutidas era sobre a *aceitabilidade da discriminação* como “necessária e razoável”, pois seria uma prática contrária tanto ao *ethos* quanto às regras esportivas, que punem através da antidopagem para encorajar o talento “natural” meritocrático. Nesta regulação, é claro, a vantagem biológica torna-se malvista, praticamente uma violação do fair play esportivo, perdendo o uso da excepcionalidade do corpo humano que produziria o benefício atlético fora da curva. No mesmo tom, também se fazia uma crítica sobre a falta de uniformidade “sexual”, isto é, o fato de não existir um limite de testosterona aceitável para o corpo masculino usufruir. Diferente das mulheres com ou sem variações intersexuais, qualquer transbordamento do funcionamento natural dos corpos viris masculinos seria visto como uma prerrogativa dessa esportividade de excelência. A questão da proteção ainda era central. Então quantificar essa naturalidade para a aceitabilidade regulatória movia-se pela determinação de *porcentagem da vantagem* das atletas “hiperandrogênicas”, mas essas mulheres ainda eram inscritas em processos de anormalidades, adoecimentos e generificações excessivas, porque a própria configuração explicativa estava traçada com os espaços e as legitimidades dadas para as especialidades biomédicas destrincharem essa “verdade” dos corpos.

Em alguns relatos, a testosterona aparecia como o gatilho masculinizante que gerava uma “ânsia por competição” [*drive to compete*]. Em outros momentos, diziam que a chance de

¹⁵⁹ Ver especialmente em CAS, 2015, § 463, 475 e 478.

uma “mulher saudável” ter testosterona acima de 10 nmol/L era “zero”. Também anunciavam que condições intersexuais poderiam aumentar a “virilização” e com isso produzir mais “ansiedades” com futuras relações íntimas ou sexuais. Em alguns casos, acreditavam que “existiria um elevado risco de câncer”. Todas seriam afirmações valorativas que sempre estiveram dentro da produção de conhecimento e de medicina que acompanhamos até agora. Ao mesmo tempo em que naturalizavam os atributos e as qualidades atléticas em corpos masculinos, também patologizavam os “desvios” biossociais em corpos femininos com variações intersexuais. Em um trecho do testemunho de Dutee, ela apresenta uma carta em que confessa não entender por que ainda pediam para que ela consertasse seu corpo de uma certa maneira para então participar da categoria feminina. Ela acrescenta:

Nasci como mulher, cresci como mulher, me identifico como mulher e acredito que devo competir com outras mulheres, muitas das quais são mais altas que eu ou são de origens mais privilegiadas, coisas que certamente dão a elas uma vantagem sobre mim. (...) Eu passei praticamente metade da minha vida trabalhando duro para ter sucesso no atletismo e fazer meu país ter orgulho. Espero que eu seja liberada para continuar a fazer isso sem me sentir coagida a passar por intervenções médicas para competir como mulher. (CAS, 2015, p. 8-9)

Em outro trecho do documento, Stéphane Bermon formaliza a existência de uma *média* de vantagem atlética dos homens em relação às mulheres: 12.64%.¹⁶⁰ O valor foi aceito como uma previsão verdadeira pelo painel, mas o problema era consequentemente compor e delimitar a porcentagem do desempenho das atletas com variações intersexuais em relação ao resto das mulheres. Não era um dado estabelecido. Contudo, Bermon também especulou que existiria uma variação de 3% nessas performances esportivas baseado em sua experiência clínica com atletas “hiperandrogênicas” (Ibid., p. 151-152). Não podemos esquecer que o especialista trabalha desde 2004 para a IAAF, formula suas regulações esportivas, assim como coordena as pesquisas, as metodologias e os resultados que embasam essas políticas de elegibilidade da categoria feminina. De modo que a definição desses valores também se compõe no atravessamento das pesquisas, conflitos, financiamentos e interesses em disputa.

Então ninguém sabia dizer com certeza se a *recepção*, o *metabolismo* e o *funcionamento* da testosterona endógena seria sempre o mesmo que suas inúmeras cristalizações medicamentosas (Ibid., p. 129-134), mas todos continuavam a argumentar sobre o tema. A hipótese era que sim, com base nessa *especulação da diferença* do corpo pós-púbere entre

¹⁶⁰ Alguns artigos documentam e calculam essa diferença entre homens e mulheres com as melhores performances e os recordes de várias modalidades, mas os valores mudam desde 8.9% (natação) até 17.5% (modalidades de salto no atletismo), então essa diferença na média geral dos eventos pode sim ser computada entre 10-12% (Thibault et al, 2010; Holden, 2004; Cheuvront et al, 2005).

homens e mulheres, só que não era uma constatação feita com dados publicados nem seria uma relação estritamente causal. Enquanto alguns especialistas falavam sobre o papel do GH ou da complexidade do sistema neuroendócrino, outros cientistas argumentavam que a virilização do fenótipo evidenciava a ação dos hormônios androgênicos (Ibid., p. 137-141). Não havia consenso. Uma publicação citada em audiência que considero fundamental,¹⁶¹ que se atualizou em outros textos e denúncias nos anos subsequentes, foi o artigo “Out of Bounds? A Critique of the New Policies on Hyperandrogenism in Elite Female Athletes” (2012) escrito por Katrina Karkazis, Rebecca Jordan-Young, Georgiann Davis e Silvia Camporesi. Entre as várias questões discutidas, simplificam e pontuam muito bem o fato de que ainda “não há evidência mostrando que atletas vitoriosas/os apresentem maiores níveis de testosterona que atletas não tão vitoriosas/os” (Ibid., p. 8). Continuam esmiuçando essa relação ao afirmar que, sim, diversos estudos comprovam que a testosterona atua (direta ou indiretamente) para promover *musculatura, força e resistência anabólica* (ver mais em Bhasin *et al*, 1996 e 2001; Storer *et al*, 2003; Rønnestad *et al*, 2011),¹⁶² imprescindíveis para a maioria das modalidades esportivas, mas sua *circulação e seu funcionamento* no corpo (neste caso, ter uma maior quantidade do hormônio endógeno) não gera necessariamente um melhor *rendimento atlético* porque:

Os indivíduos têm respostas completamente diferentes às mesmas quantidades de testosterona, ela também é apenas um elemento em um complexo sistema de feedback neuroendócrino, que é tão provável de ser afetado como de afetar o desempenho atlético. (...) A testosterona está longe de ser o fator decisivo no atletismo. O exemplo mais dramático são as mulheres com CAIS, cujos tecidos não respondem à testosterona, mas estão super-representadas entre as atletas de elite (Tucker, Collins, 2010, p. 138). Este fato não pode ser facilmente reconciliado com uma teoria que sugere que a testosterona é a principal fonte de habilidade atlética. Além disso, a relação entre testosterona e corpo físico é extremamente complexa, indo além da questão da variabilidade dos receptores. Confiar nos níveis de testosterona sugere muito mais certeza do que o conhecimento científico atual permite. Considere mulheres com hiperplasia adrenal congênita (HAC), cujos níveis de testosterona são altos. As novas políticas sugerem que essas mulheres têm uma vantagem competitiva, mas as mulheres com HAC são desproporcionalmente afetadas por baixa estatura, obesidade, desregulação dos hormônios do humor e crises imprevisíveis com risco de vida pela perda de sal (Charmandari *et al*, 2004; Eugster *et al*, 2001; Meyer-Bahlburg, 2011; Speiser, White, 2003; Stikkelbroeck *et al*, 2003; Volkl *et al*, 2006). De fato, considerando as cirurgias, os repetidos exames genitais e o monitoramento médico que as mulheres com HAC experimentam durante toda a vida (Karkazis, 2008), a

¹⁶¹ Mas, é claro, foi uma publicação desconsiderada pelo painel como uma “opinião sociológica”, pois não teria equivalência com um “conhecimento científico e clínico baseado em evidências”.

¹⁶² Esses estudos também evidenciam que a relação *dose/efeito* da testosterona com musculatura, força e resistência anabólica deve sempre considerar outras atuações e funcionamentos, tais como: nutrição, exercício, metabolismo, recepção diferenciada em tecidos, reguladores, enzimas e até outros hormônios tipo GH, da tireoide e glicocorticoides.

competição atlética em nível de elite parece ser “contra todas as probabilidades”.

Até o artigo de Bermon *et al* (2014) financiado pela IAAF apurou que “não há evidências científicas claras que comprovem que um alto nível de T seja um determinante significativo do desempenho nos esportes femininos” (Ibid., p. 4334). De todo modo, esse exemplo dado das mulheres com insensibilidade completa aos andrógenos (CAIS) foi justamente a história de María José Martínez-Patiño, que testemunhou a favor da IAAF defendendo “o espírito e a abordagem” da regulação de 2011, embora também tivesse passado por uma experiência “triste e dolorosa” de escrutínio sexual, descrita no capítulo quatro. Martínez-Patiño participava, desde 2013, da Comissão Médica do COI para monitorar esses tipos de investigação. Em situações assim, especialistas indicam que a probabilidade de existir uma atleta de alto rendimento com CAIS seja em torno de 1:421 enquanto a incidência na população geral fica na faixa de 1:20.000 (Elsas *et al*, 2000). Afinal, são mulheres que teriam cariótipo 46, XY só que com desenvolvimento fenótipo e psicológico totalmente feminino, de modo que seus corpos não possuem sensibilidade aos funcionamentos hormonais androgênicos, nunca sentiram os efeitos da testosterona no organismo, mas costumam ser excelentes nos esportes.

Essa magnitude especulativa do desempenho atlético em relação aos níveis e atuações hormonais não seria tão homogênea nem tão estável. Então quem pode determinar esse impacto *quantitativo* e/ou *qualitativo*? Ainda temos poucos estudos que filtrem essa realidade endócrina no esporte de alto rendimento. Como vimos, até esses poucos estudos disputam os recortes, as metodologias e os resultados. Porque mesmo que a disponibilidade ou a recepção hormonal não seja patológica e/ou normal em si mesma (Canguilhem, 2009), será através dessa *relação valorosa* entre imaginações e encarnações de feminilidade que a *magnitude da excepcionalidade* do que se torna aceitável – para um corpo sexuado feminino – vai se estabelecer.

Atletas usualmente estão acima da média de qualquer normalidade biológica estabelecida. Seus corpos costumam ser mais produtivos, delineados, resistentes, técnicos. São corpos que expõem algumas capacidades de rendimento humano, assim como esbarram ou expandem esses limites especulativos que cada época se permite imaginar. Não há uma receita simples para sobressair em competições internacionais, mas vai ser somente com o corpo e através dele que todas essas potências biológicas e sociais vivenciadas podem ser trabalhadas e aperfeiçoadas. Então essa fricção entre o que chamo de *regime da debilitação* da “excepcionalidade” atravessa as concepções que podem ou não abarcar a condição da

“excepcionalidade”. Isto é, há uma contínua disputa pela qualificação da proporcionalidade do *risco* ou do *dom*. De modo que o valor em conflito estabelece o que vai ser excluído, de forma constitutiva, do que vai ser integrado, então festejado.

Por isso, mesmo com a anuência de certas associações sociais com funcionamentos fisiológicos – como o papel anabólico da testosterona no desempenho atlético que permite sedimentar esse desejo de regulação e de proteção da categoria feminina – o painel constatou que “não foi possível concluir que as atletas hiperandrogênicas podem se beneficiar de uma vantagem de rendimento tão significativa que seria necessário excluí-las de competir na categoria feminina” (CAS, 2015, § 547). Em outras palavras, o painel concordou com as ideias, os discursos e as propostas da IAAF, mas também contestou os níveis dessa aplicação regulatória. Então decidiu que o mérito da regulação era justa, legítima e urgente, com uma administração feita com “confiança, cuidado e compaixão”, mas que era preciso estabelecer a *proporcionalidade* dessa “imposição de restrição”, isto é, o *grau* de determinação restritiva da elegibilidade segundo os *tipos* de mulheres. A vantagem atlética deveria ser proporcional a sua restrição discriminatória.

Neste sentido, os três membros alegaram que ainda faltavam evidências científicas para corroborar essa *quantificação* da restrição – ou seja, não estava mais em disputa os valores de sua *qualificação* – para manter uma regulação de caráter discriminatório. O ônus da prova para demonstrar “a necessidade e a razoabilidade” desse tipo de protocolo agora estava com a IAAF. A entidade teria dois anos para “apresentar dados sobre a magnitude dessa vantagem esportiva”, enquanto isso a regulação estaria suspensa. Foi uma chance de se readequar com a finalidade de (re)fazer suas pesquisas, análises e estratégias. Posteriormente, esse prazo foi estendido de julho de 2017 até o começo de 2018 quando a IAAF então decidiu desconsiderar a regulação de 2011 ao publicar um novo documento regulatório, alterando suas bases de restrição, de crivo e de ciência (CAS, 2019). Veremos esse novo desenvolvimento no próximo capítulo.

Quando o resultado da sentença finalmente foi publicado, Dutee confessou que estava aliviada, pois não tinha vivido um processo digno (ver fig. 18). Em sua declaração, repetiu que seu direito de correr e de competir tinha sido retirado arbitrariamente, com um escrutínio humilhante por uma característica biológica de seu próprio corpo que não tinha nenhuma culpa ou responsabilidade. Mesmo assim, estava feliz com o veredicto porque nenhuma outra atleta teria que passar pelo o que ela viveu.¹⁶³

¹⁶³ A matéria pode ser lida no seguinte link:

<https://www.nytimes.com/2015/07/28/sports/international/dutee-chand-female-sprinter-with-high-male-hormone-level-wins-right-to-compete.html>

Então em novembro de 2015, quando o COI organizou seu “Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism” para atualizar a regulação que foi aplicada em Londres 2012 e Sochi 2014, como vimos no capítulo quatro, a instituição efetivamente pediu que “a IAAF com outras federações internacionais e organizações esportivas fossem encorajadas para reverter a decisão da CAS com argumentos e evidências a fim de reintegrar as regras de hiperandrogenismo”. Entre os especialistas que formularam este consenso para o COI, seis participaram da defesa da IAAF contra Dutee na Corte, assim como dois advogados da IAAF que defenderam a entidade durante a audiência. Como última recomendação, a entidade afirma no documento que “para evitar discriminação” se a atleta hiperandrogênica “não for elegível na categoria feminina, ela pode se tornar elegível para competir na categoria masculina”. Um deslize que revela a moralidade ofensiva que compõe essas políticas regulatórias. Felizmente, esse protocolo do COI também foi suspenso com a sentença a favor de Dutee, já que sua aplicação estava vinculada ao mesmo tipo de investigação de feminilidade em atletas tidas como hiperandrogênicas.

Assim foi que Dutee, como também Caster, pode competir na Rio 2016. Ela foi a primeira atleta indiana a se qualificar para os 100 metros em Jogos Olímpicos desde P. T. Usha durante a década de 1980.¹⁶⁴ Mas enquanto Semenya conquistou o ouro olímpico, Chand não conseguiu passar da quinta bateria na fase classificatória de sua modalidade. Chegou em sétimo lugar com tempo de 11.69 segundos. Não tinha sido um tempo ruim, a jamaicana Elaine Thompson, que foi a medalhista olímpica de ouro, venceu a final com tempo de 10.71 s, a última colocada na prova, a também jamaicana Christania Williams, chegou com tempo de 11.80 s. Só que muito influi no resultado de cada prova, toda largada se altera com mudanças no tipo de vento, seja também uma preparação individual e/ou coletiva para estar tanto com o físico como com a mente mais capacitada naquele momento, além da amostragem de atletas que impulsiona ou não o bloco de competidoras. O ponto é que a testosterona não aguçou a força de Dutee para que explodisse e fosse a melhor das atletas naquele evento. Outras questões estavam envolvidas neste rendimento. No fim, essa expectativa de que a testosterona endógena deve ser considerada “o” melhor marcador para observar e filtrar desempenhos esportivos se torna uma redundante falácia, como já aconteceu com outros marcadores biológicos superados em épocas passadas, só que esse “folclore científico da T” (Karkazis, Jordan-Young, 2018)

¹⁶⁴ A publicação pode ser encontrada no seguinte link:

<http://indianexpress.com/article/sports/sportothers/mydreamhascometrueeduteechand2876220/>

ainda se configura em um potente e persistente simbolismo com as encarnações marcadas e reiteradas de uma *virilidade masculinizante*.

Figura 18: Dutee Chand no suplemento dominical do *The New Times* em julho de 2016 em comparação com ela em outra capa, desta vez na revista *India Today*, em agosto de 2016.



Fonte: Google Images / Incredible Orissa.

Em um lapso na restrição dos dados sigilosos, foi possível verificar uma ocorrência de mais de 30 casos investigados durante a regulação de hiperandrogenismo da IAAF, entre os anos de 2011 até 2015 (CAS, 2015, § 248). É um número alarmante. Não temos noção exata da capilaridade desse tipo de verificação. De todo modo, o sofrimento que deriva do escrutínio dessas atletas não expõe apenas a fragilidade do sistema do dimorfismo sexual, na qual consta a regulação de elegibilidade, ele também se intensifica com essa fraturação do funcionamento do corpo político, mostrando as imaginações sexuadas das entidades por meio de suas estratégias, discursos e práticas com a finalidade de proteção (ao nutrir-se de) seus integrantes.

Esse enquadramento – que condiciona os conflituosos níveis do reconhecimento ou da violência na modernidade – fica ainda mais evidente com a confiança e a visibilidade que Dutee ganhou após a Rio 2016, quando decidiu se assumir publicamente como uma mulher lésbica. Depois que a Suprema Corte indiana retirou do Código Penal do país, no fim de 2018, a “seção 377” (da época da colonização britânica) que versava sobre a “não-naturalidade” do ato sexual consensual entre adultos de mesmo gênero, a atleta conta como ganhou mais coragem para falar sobre seu próprio relacionamento. Em maio de 2019, Dutee revelou alguns detalhes de sua vida pessoal, explicou como foi ameaçada pela mesma irmã que a inspirou a correr e como sua mãe

não conseguia aceitar nem acolher sua relação, mas em meio a tudo isso recebeu tanto apoio público que a deixou mais segura para ser verdadeira consigo mesma.¹⁶⁵

Confessou que estava no relacionamento havia uns três anos, elas se conheceram em seu estado natal, em Odisha. Decidiram anunciar a relação não só para contornar as circunstâncias familiares de ameaça, estigma e vergonha, mas também para “enfrentar quaisquer repercussões que isso possa nos trazer, porque acredito na liberdade individual e no direito de decidir como e com quem vou viver minha vida”. Ainda explica que “não queríamos que esse tipo de situação acontecesse no futuro” [se referindo à acusação de estupro e ao manejo violento contra Pinki Pramanik]. Esse horizonte da violência, do controle dos corpos femininos e do julgamento em âmbitos morais no convívio social estava sempre à espreita como mais uma possibilidade de humilhação venenosa encrustada na lembrança das investigações e dos escrutínios esportivos. Uma reportagem do *Times of India*, que foi até a vila Gopalpur onde moram os familiares de Dutee, narra como os moradores não mencionavam mais o nome da atleta em público. Na visão deles, também viviam em humilhação. O pai de Chand chega a dizer que toda a situação é “imoral e antiética” justamente porque “ela destruiu a reputação da nossa vila”. Em suas entrevistas,¹⁶⁶ Dutee contrapõe esse discurso religioso e tradicionalista com sua expectativa de mudança:

Eles têm dito para me casar com um homem e ter filhos. Essa é a única tradição que eles conhecem. (...) Eles não permitem que as meninas saiam. Eles culpam as meninas e, se alguém tentar fazer alguma coisa, eles impedem. (...) Não existem regras para os homens, enquanto para as mulheres existem tantos testes: por que o seu hormônio é tão alto, quanto é a sua gordura corporal, qual é a sua altura, eles conferem tudo. Mas nem todo corpo humano pode ser o mesmo. O desenvolvimento de um corpo humano difere mesmo de país para país e os atletas são moldados a partir desse desenvolvimento. (...) Eu não sei se a minha família ou a minha vila vão aceitar. Tenho que esperar para ver,

¹⁶⁵ As matérias com as referências podem ser acessadas a seguir

<https://indianexpress.com/article/sports/sport-others/sprinter-dutee-says-shes-in-same-sex-relationship-with-soulmate-5735483/>

<https://www.orissapost.com/dutee-chand-says-she-is-in-same-sex-relation/>

<https://indianexpress.com/article/sports/sport-others/dutee-chands-family-threaten-to-send-her-to-jail-after-she-acknowledges-same-sex-relationship-5736003/>

<https://www.orissapost.com/saraswati-claims-dutees-life-in-danger/>

<https://www.orissapost.com/blackmail-cries-dutee/>

<https://indianexpress.com/article/sports/sport-others/coming-out-of-closet-is-better-than-hiding-my-relationship-dutee-chand-5935794/>

¹⁶⁶ Novamente, as reportagens podem ser lidas a seguir:

<https://timesofindia.indiatimes.com/india/the-agonny-and-triumph-of-being-dutee/articleshow/69617406.cms>

<https://www.theguardian.com/world/2019/jun/05/dutee-chand-india-athlete-coming-out>

<https://www.theguardian.com/world/2019/jun/10/no-one-can-live-without-love-athlete-dutee-chand-indias-lgbt-trailblazer>

<https://scroll.in/field/927080/from-challenging-gender-norms-to-being-indias-first-openly-lgbtq-athlete-dutee-chand-blazes-a-trai>

mas todo mundo que conheço na cidade onde estudei me apoia. (...) É a escolha individual de cada um. Atualmente, meu foco é no Campeonato Mundial e nos Jogos Olímpicos, mas no futuro eu gostaria de me estabelecer e viver com ela.

O acionamento do direito na fala de Dutee, assim como nos discursos das outras atletas, evidencia uma incessante contestação no que tange ao papel (e ao valor) da proteção dentro desse emaranhado regulatório administrativo, estatal e regulamentar. Disputar as filiações de quem merece resguardo e reconhecimento, ou quem se responsabiliza pela autoridade e segurança das mulheres, seja com as garantias de cidadania, seja com as possibilidades de elegibilidade esportiva, transpassam os investimentos e as reivindicações em torno da centralidade do cuidado ou da negligência como constituidora das comunidades morais assim como dos estados-nações. Dutee foi a primeira atleta indiana que se expôs ao assumir publicamente sua sexualidade, não foi uma escolha fácil nem sem perdas, mas em uma economia mundial que se alimenta dessas exposições e divulgações segundo narrativas de “superação”, algumas alternativas se abrem, enquanto outras se fecham. O espaço para observar como ainda operam imaginações, estratégias e práticas de violação tende a se refratar. Atualmente patrocinada pela empresa alemã PUMA, Dutee ganhou a medalha de ouro dos 100 metros na competição internacional universitária 30th Summer Universiade 2019, em Nápoles, na Itália. No dia seguinte a sua vitória, foi homenageada pelo primeiro ministro indiano Narendra Modi,¹⁶⁷ com a seguinte mensagem: “Conquista excepcional de uma atleta excepcional. Parabéns por ganhar um suado e merecido ouro na final dos 100 m feminino. Você deixa a Índia orgulhosa!”. Depois de tudo o que vimos, é preciso ter uma persistência vasta e custosa com essa tentativa de acomodar tanto a honra como a humilhação dentro de si.

Para concluir o capítulo, considero fundamental observar, além da inscrição de direitos e/ou das constituições morais, o papel da *incorporação* a partir do princípio de que ela se dá por movimentos relacionais, sobrepostos e às vezes até contraditórios. Sustento essa observação

¹⁶⁷ Como pontuei antes, não pretendo fazer observações gerais sobre a formação ou a atuação do Estado indiano, mas a escolha deste tweet não foi sem intenção. Modi está como primeiro-ministro desde 2014, em um partido conservador com presença majoritária no Parlamento, que se caracteriza pela forte retórica nacionalista de vertente hinduísta. Em 2019, por exemplo, seu governo traçou uma ofensiva constitucional para diminuir a autonomia especial da parte indiana na disputada região da Caxemira, especialmente no Vale, de maioria muçulmana. Os *processos de racialização* que constituem essas administrações nacionais e institucionalidades privadas são bastante complexos, de alguma maneira isso ficou pouco evidente aqui, como na história de Santhi Soundarajan, que integra uma casta protegida. No próximo capítulo tento pensar mais detidamente nessas relações raciais.

porque a incorporação se constrói com práticas corporais e discursivas que envolvem uma grande combinação de memória cognitiva, de significação compartilhada e de hábito (Almeida, 2004). Neste sentido, torna-se imprescindível entender como práticas são incorporadas, ganham significado em acionamentos desiguais, mas também adquirem suas qualidades de hábito com os diferentes tipos de aprendizado e de regulação. A competência técnica das práticas e dos hábitos são fundamentais, mas ressalto também que qualquer encarnação está sempre impelida por disposições afetivas. Notamos essa diversidade nos vários fios de testemunhos, reportagens, editoriais, artigos e documentos catalogados nesta tese. Por isso, podemos dizer que a mesma technicalidade que direciona e fundamenta o corpo também está fundida pelas tecnologias generificados e pelos dispositivos afetivos que materializam (ou transformam) essas realidades.

Disserto, então, que não temos como nos conformar ou simplesmente negar a *politização* desta relação. Vale entender seus desejos e efeitos através das minúcias em cada conflito e aplicação. De outro modo, não há uma rigidez no uso prescrito ou não de medicamentos, na aceitabilidade dos vários tipos de práticas cirúrgicas, no gosto pelas tecnologias como garantia de progresso ou acesso aos direitos. Tentei demonstrar, no capítulo passado, mais um caminho em que a “biolegitimidade” funciona enquanto uma nova forma de cidadania e de elegibilidade. Mas é claro que os exageros e as violências são graves porque um procedimento medicamentoso que não materialize uma promoção da qualidade de vida ou uma restauração dos corpos enfermos acaba operando como uma perigosa fábrica de debilitação. O que configura um tipo de violação insidiosa que acontece dentro da rede de cuidado e de proteção regulatória. Neste caso, os corpos com variações intersexuais que são machucados, medicados e vivem em debilitação crônica atuam como estabilizadores de uma justiça esportiva pautada no dimorfismo sexual. Mas esses pedidos, usos e incorporações também ganham várias formatações na medida em que os valores em disputa mudam nos contextos particulares de cada vivência regulatória. A negociação desses “limites” que produzem corpos políticos e *selves* tão singulares atravessam muitas maneiras diferentes de estabelecer consentimento, de imaginar e pertencer nacionalmente, de construir tecnologias somáticas (Sullivan, 2006) que agregam, acomodam ou fraturam esse mundo em que vivemos.

Dito isto, confesso que foi muito difícil refletir, enunciar e dosar a crítica sobre as estratégias, pedagogias e dispositivos protetivos porque, por um lado, elas existem de maneira desigual em torno dos marcadores sociais da diferença, então a própria demanda de proteção por parte do Estado (em suas diversas capilaridades e manifestações) vai ser construída com a distinção hierárquica de determinados corpos e rendimentos, mas por outro lado, disputar essa linguagem dos “direitos humanos” importa cada vez mais para atletas em uma organização

global que ciclicamente também produz um esfacelamento de direitos consolidados ou compactuados. Lidar com esse equilíbrio de extremos entre o trânsito de valores para que a proteção aconteça acaba sendo um dedicado e desgastante “exercício antropológico”, quero dizer, um trabalho de compreender de maneira mais particular, criteriosa e engajada esses enquadramentos sociais.

Neste sentido, devemos manter um entendimento do caráter *processual, difuso e contingente* dessas formas e escalas que estamos acionando como Estado (Sharma, Gupta, 2006). Precisamente porque estamos pressupondo que esses Estados-nações, instituições e corporações “constituem a si próprios de maneira generificada no processo de gestão de problemas sociais (Lowenkron, 2015)”, então se sugere que essa tessitura e administração “ocorre não apenas a partir da gestão de corpos e territórios, mas também da gestão de imagens sobre o feminino e, através delas, da reconfiguração de imagens de nação” (Vianna, Lowenkron, 2017, p. 47). Seguindo com a reflexão proposta pelas autoras, também acredito que seja

A partir desses jogos de fluidez e fixação que aparecem flutuações e variações de atributos morais e de gênero consignados ao Estado, fazendo com que seja possível nas mesmas situações tomá-lo como agressivo, violador e entidade responsável por danos sociais e afetivos profundos e referir-se a ele como instância protetora ou arena última de reparação desses mesmos danos. (Ibid., p. 49)

Decidir “se” e “o que” recortar criticamente atravessa esses mecanismos instáveis de “como” as coisas funcionam. De certo modo, estou a todo momento mostrando os ruídos processuais das pessoas que conformam e/ou resistem a *generificação* de seus corpos. A grande dificuldade está em compreender a intensificação do fluxo de regulação e de controle em um cenário multisituado com a produção de insegurança derivada da desproteção social. Desta forma, em situações que são acentuadas como questões de ordem moral, manejos mais autoritários, frágeis em termos de consenso e pouco informados vão se alastrando. São modelos de regulação e de competição que visam assegurar o funcionamento do mundo esportivo globalizado ao elaborar e efetivar configurações de como as relações ordinárias e os rendimentos extraordinários devem ocorrer, ao mesmo tempo em que também trabalham para recompor corporalidades em excesso que visibilizam, mesmo sem querer, outros arranjos de incorporação social.

7

A debilitação dos corpos de cor

A história de Caster Semenya se desdobra em enormes acontecimentos. Dentro do atletismo profissional, acompanhamos esse desenvolvimento há mais de uma década. É uma história única, imensa, intransferível, cheia de marcas que remontam ao seu corpo, sua vitalidade, suas origens. Mas também é uma história desmembrada em várias outras vidas, eventos e memórias. De alguma maneira, vamos intercalar neste capítulo a continuidade das regulações esportivas em sua biografia, ao mesmo tempo em que também puxamos relatos e casos de outras atletas de cor, mulheres africanas que passaram por procedimentos debilitantes ou que foram afastadas por políticas humilhantes chegando ao ponto de desaparecerem nas margens das pistas de alto rendimento, enquanto a súplica de Caster por respeito e dignidade ecoa em nossos ouvidos.

Seja com os protocolos regulatórios, em cartas publicadas, nos estudos feitos ou nos conflitos dos autos processuais documentados, a integridade pleiteada como resgate de uma *inviolabilidade* necessária ao esporte, à pessoa, ao Estado, ao corpo vivo, representa uma longa disputa de imaginações e vontades políticas que busca delimitar o sujeito passível de ser reconhecido socioculturalmente. Nesta primeira metade do século XXI, a delimitação do que vai ser considerado “normal” atravessa essa especulação e tipificação dos valores normativos do hormônio da testosterona. A determinação dessas taxas de normalidade faz parte de um complexo emaranhado regulatório que aproxima verdades, modelos e limites de algumas populações específicas. Deste modo, essa mesma aproximação quase sempre confere doenças e/ou cuidados aos tipos investigados, medidos e visados em políticas de cunho biopolítico. Assim, a definição dessa normalidade passa por caminhos valorativos sobre quem merece e deve ser cuidado, tutelado ou penalizado pelo aparato médico, judicial e administrativo que modela a vida cotidianamente burocrática dos estados-nacionais.

A justificativa mais utilizada para manutenção de políticas reconhecidamente discriminatórias no esporte de alto rendimento atravessa essa retórica dos direitos, no âmbito da saúde e da justiça, que nivelaria os atletas, as nações e as capacidades esportivas em um só imaginário político. A *Carta Olímpica* representa um pouco desta missão civilizatória quando determina que “a prática do esporte é um direito humano” (COI, 2019, p. 11). Afinal, todo

indivíduo “deve ter a possibilidade de praticar esporte, sem discriminação de qualquer tipo e dentro do espírito olímpico, o que requer um entendimento mútuo pelo espírito de amizade, solidariedade e fair play” (Ibid.). Por outro lado, o quinto pilar fundamental do olimpismo demanda que o movimento também aplique a “neutralidade política”, com a defesa da autonomia das instituições esportivas de estabelecerem suas próprias regras, estruturas e governanças. Assim, “a responsabilidade de garantir que os princípios da boa governança sejam aplicados” (Ibid.) aparece como uma obrigação, mas também se torna um processo autocentrado desvinculado dos deveres internacionais ou das legislações nacionais, onde o discurso da transparência funciona como um efetivo denominador mitigando os impactos dessas políticas particulares nas “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991).

Portanto, vale investigar como esse argumento da autorregulação em nome dos direitos ainda persistente acionando um certo “atraso civilizacional” que precisaria ser reparado através de cuidados em saúde ou fomentos em justiça esportiva, mas que continua a se ocultar (além de se nutrir) por meio de práticas burocráticas e discursivas das instituições esportivas, em nome de um olimpismo universalizante, em que pesa uma debilitação técnico-somática encarnada nessa perversa reinscrição moral de alguns a favor de “todos” os outros. Em um sentido, a possibilidade de determinada incorporação social assim como sua legitimação e reconhecimento no esporte de alto rendimento ainda se condiciona pela capacidade de cultivo, disputa e sedimentação dos valores da história, da verdade e da soberania.

Os juízos feitos com base em atributos, discursos e valores que informam nosso conhecimento técnico-científico contemporâneo são delineados nas cristalizações e estabilizações momentâneas de certos passados. Em um capítulo de *Magia e Técnica, Arte e Política* (1987), Walter Benjamin desenvolveu uma análise crítica sobre o regime de excecionalidade com a finalidade de construir um novo conceito da história já que o passado sempre dirige um apelo ao materialismo deste presente que vivemos. Nesse sentido, o “estado de exceção (...) é na verdade regra geral” (Ibid., p. 226), que deve ser compreendida como descrição e representação conflituosa desse processo histórico coletivo, em que a rememoração também serve para “encantar” o futuro. Mas se torna um futuro que precisa ser adensado pelas experiências dos “oprimidos”, mesmo que haja um risco de ruptura com esse passado contínuo da historiografia oficial, ou seja, também acompanhamos um confronto sobre as histórias comunicadas e partilhadas globalmente.

Em outras palavras, a *instrumentalização da violência* como um meio para obter determinado fim atravessa a própria construção do estado de exceção, então também estamos discutindo essa indistinção da relação da soberania com qualquer direito normalizado que

implica na vida humana (Agamben, 2007). Quero dizer que essas formas irreduzíveis de inscrever certo corpo sexuado estão dentro de estratégias morais e políticas sobre os modos de pertencer, narrar e reconhecer. Por isso, será que podemos questionar qual o papel dessa imaginada soberania esportiva cravada em encarnações sexuadas diversas? Ou melhor, será que ainda podemos falar de um “estado de exceção permanente” (Id., 2004) quando relacionamos a matabilidade das populações vulneráveis com a debilidade (para-)administrativa de certos corpos atléticos? De fato, são maneiras distintas de se imaginar, calcular e regular as corporalidades populacionais, mas são relações que ainda precisamos entender, especialmente com as histórias que são acionadas e lembradas dentro dessas tradições de controle ou de proteção social.

Na verdade, vemos que uma pendência histórica sobre o funcionamento da “inclusão-exclusão” se repete e então precisamos pensar de que modo as construções dessas “novas” *narrativas* – sobre populações, nações, comunidades e indivíduos – também se traduzem em um elemento central da governamentalidade contemporânea (Gupta, 2012, p. 111). Neste sentido, narrativas históricas e valorosas sobre *autenticidade* ou *verdade* dentro de uma tradição moral disputada servem, por exemplo, para normalizar ou justificar formas de violência que são repetidas cotidianamente. Dessa maneira, concordo que

Há algo muito mais intenso, aparentemente banal, cotidianamente perverso no processo histórico que culminou na transformação de povos marcados pelo exotismo e subordinação, em indivíduos para os quais uma certa noção de humanidade vem sendo exclusivamente aludida e corporificada através de retóricas da pureza, força física, masculinidade e da diversidade cultural. (Cunha, 2002, p. 159)

A história de Caster Semenya aquebranta narrativas antigas de imaginação e reconhecimento da alteridade, notadamente dentro dos variados *processos de racialização* (Foucault, 2005; Mbembe, 2017) que fundam os sujeitos e conformam as realidades. Vamos ver como sua história também tensiona os lugares onde a *virilidade feminina* existe, assim como desvela alguns dos caminhos institucionais que forçam em consolidar nos corpos de cor. Queremos entender como as relações morais, afetivas, científicas e sociais dessas práticas administrativas se aproximam ou se afastam dos modos de governo estabelecidos pelos estados nacionais com seus atletas e cidadãos.

Em 2012, por exemplo, logo que a Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF) voltou a permitir a elegibilidade de Caster Semenya na categoria feminina, ela foi escolhida pelas organizações esportivas da África do Sul para ser porta-bandeira do país na abertura das Olimpíadas de Londres em 2012. Este momento, chamado de “Parade of Nations”,

define a *identidade cultural* do país aos olhos do mundo, em uma grande cerimônia – no caso, com um discurso de abertura feito pela rainha Elizabeth II – que costuma ser televisionada para vários países. Mais um episódio de visibilidade que marcou o que tento articular sobre as disputas valorativas em torno da soberania e da autenticidade do corpo – sexuado, atlético, político – no âmbito esportivo internacional. Foi uma representação acentuada de protesto e de proteção em relação à atleta. Em 2009, assim que a investigação de Semenya foi noticiada pela imprensa, o então ministro de Esporte e Lazer Makhenkesi Stofile ameaçava começar uma “terceira guerra mundial” se a atleta fosse barrada, como de fato foi durante onze meses, pois “Caster é uma mulher, ela permanece sendo nossa heroína, nós precisamos protegê-la”.¹⁶⁸ Algumas figuras políticas que representavam o Estado sul-africano também buscaram se posicionar formalmente ao demarcar essa necessidade de proteção da atleta e, conseqüentemente, da imagem pública do país. Havia (como ainda há) uma tensão imaginativa acerca da interpretação reconhecida do corpo e da incorporação social deste sexo/gênero escancarado pela atleta.

Nos tópicos que seguem, busco analisar essa complicada interseção entre o *desejo de integridade* segundo uma proteção administrativa, como vimos ao longo do capítulo passado, com as narrativas de justiça e de autenticidade que cercam as regulações, os discursos, os governos e as pesquisas nessa saga pela verdade da biologia que sustenta as encarnações de feminilidade e de masculinidade com seus tons racializados dentro do mundo esportivo. Todas essas vinculações estão circunscritas aos tempos particulares que desfilamos até agora, partem de afetos (anti-)imperiais e disputas nacionalistas ao mesmo tempo em que humanitárias, emboladas em combalidas relações de poder sobre quem determina e herda os modos de gestar nossa realidade.

O conflito de narrativas: entre ciência, verdade, tradição e autenticidade

A escolha pela conceituação de “cor” no título do capítulo e não simplesmente “raça” passa por um entendimento de que os processos de racialização inscritos na sujeição desse emaranhado regulatório do sexo/gênero e da sexualidade no esporte de alto rendimento são diversos, isto é, não falo sempre das mesmas populações ou dos mesmos modos de racializar com a finalidade de segregação ou de dominação. De maneira complementar, também é uma

¹⁶⁸ A matéria em referência pode ser encontrada no seguinte link:
<http://news.bbc.co.uk/sport2/hi/athletics/8249948.stm>

categoria descritiva politicamente [*people of color*] dentro das esferas do direito internacional para identificar grupos e pessoas em espaços socioculturais de contínua violação e desigualdade. Não menos importante, o termo carrega um valor do *apagamento* encarnado mais evidente (Lugones, 2008), denunciando o que está em disputa a partir das racionalidades e dos modelos que buscam integrar, representar e narrar do mundo comum.

No primeiro capítulo, acompanhamos uma cena da Rio 2016 que definiu os lugares da afetividade e representação na busca pela justiça esportiva segundo esse “level playing field” costurado e desejado. Algumas formas de marcar racialmente e nacionalmente foram justificadas como a conexão moral que faltava para entender essas dinâmicas de controle protetivo no esporte. Neste registro, uma *economia da discriminação* operou e ainda opera a partir da especulação e da dúvida, onde a ambiguidade e a incerteza modulam os valores das encarnações do corpo atlético, dando carnatura para essas narrativas de (in)justiça e (in)segurança que se entrelaçam com o ideal normativo do dimorfismo sexual do que seria a condição humana. Assim, o *racismo institucional* (ou “estrutural”, ver Almeida, 2019a) seria mais uma maneira insidiosa em que as angústias, os pânico morais e os preconceitos que movem as políticas contemporâneas se introjetam nessas narrativas valorativas de igualdade, violência, proteção e justiça.

Seguindo a cobertura dos Jogos Olímpicos de 2016, a sexta colocada da prova dos 800 m feminino, a escocesa Lynsey Sharp, recebeu bastante espaço na mídia anglofônica para comentar os efeitos dessa dinâmica regulatória em sua vida profissional. Em uma matéria já citada do *The Guardian*, o jornal descreve como era tudo bastante difícil, triste e emotivo para a atleta, que tinha até escrito um *paper* sobre Semenya em sua graduação em direito, na Edinburgh Napier University, mas simplesmente não conseguia “acompanhar o que acontece lá na frente”, referindo-se ao desempenho de Caster, Francine e Margaret, as três atletas africanas que conseguiram o pódio olímpico.¹⁶⁹

Seus constantes posicionamentos críticos em relação às atletas “hiperandrogênicas”, assim como reclamações feitas por outras atletas do Norte Global, tinham raízes na institucionalidade esportiva. A IAAF foi de certa maneira reformulada em 2015 depois de alguns anos no epicentro de um escândalo de corrupção estruturado pelo ex-presidente senegalês Lamine Diack. O antigo mandatário da entidade (de 1999 à 2015) parece ter sido responsável por inúmeras situações de extorsão, manipulação, fraudes e desvios – um relatório

¹⁶⁹ As referências da matéria e da entrevista pós-corrida podem ser encontradas a seguir:
<https://www.theguardian.com/sport/2016/aug/21/caster-semenya-wins-gold-but-faces-scrutiny>
<https://www.youtube.com/watch?v=4JeLO8RCtoQ>

feito por uma comissão independente da Agência Mundial Antidoping (WADA) constata que Diack criou uma “estrutura de governança ilegítima” com a finalidade de organizar e permitir que “a conspiração e a corrupção” tomassem conta da IAAF.¹⁷⁰ Neste cenário que o britânico Sebastian Coe – ordenado Barão de Ranmore nos anos 2000 – assumiu a entidade. Em 2014, quando anunciou sua candidatura para o cargo de presidente da instituição, Lorde Coe publicou um manifesto chamado “Growing Athletics in a New Age”.¹⁷¹ Na proposta, além de indicar a necessidade de mudança e reforma, de descentralização e empoderamento, bem como reforçar o crescimento comercial do atletismo, também afirma a importância de construir *confiança* e *integridade* dentro da entidade porque “nossas ações devem ter como objetivo proteger as ambições da grande maioria dos atletas limpos”.

Dentro deste registro que outras atletas conhecidas por seus desempenhos, recordes e medalhas na história britânica, como a ex-maratonista Paula Radcliffe (igualmente intitulada com uma ordem de cavalaria), também se sentiram confortáveis para repetir a mesma narrativa de injustiça e de dificuldade a partir desse lugar protetivo comum: “por mais que ela tente e treine, por mais que Jenny Meadows [outra competidora britânica da modalidade] vá lá e treine, eles nunca serão capazes de competir com essa quantidade de força e de recuperação que esses níveis de testosterona elevada trazem”. Em outra entrevista para o jornal *The Telegraph*, Radcliffe sugere que garantir a elegibilidade das atletas “hiperandrogênicas” sem que modifiquem suas corporalidades geraria “um dano ao esporte feminino” porque “seria ingênuo pensar que não teriam pessoas *lá fora*, gestores e federações, que procurariam ativamente meninas com essa condição e diriam ‘certo, agora você vai praticar esse esporte e esse evento para que então possamos vencer’” (grifo meu).¹⁷²

Veja só, o lugar de *dentro* e de *fora* da regulação permaneciam sendo continuamente demarcados. Com isto não estou dizendo que a proteção estava sendo justificada para acontecer somente com o acolhimento de corpos brancos, não quero reforçar uma simplificação dos vários processos de racialização a partir de uma única cristalização da imagem e da representação que garantiria certos cuidados ou controles regulatórios, o ponto também passa por aí, mas quero

¹⁷⁰ O documento pode ser encontrado no seguinte link:

https://web.archive.org/web/20160121075247/https://wada-main-prod.s3.amazonaws.com/resources/files/wada_independent_commission_report_2_2016_en.pdf

¹⁷¹ O manifesto pode ser visto a seguir:

http://www.verocom.co.uk/wp-content/uploads/2015/08/SebCoe_2015_Manifesto_EN_vFINAL_141202.pdf

¹⁷² As publicações podem ser lidas a seguir:

<https://www.sportsintegrityinitiative.com/dsd-transgender-athletes-paula-radcliffes-view/>

<https://www.telegraph.co.uk/athletics/2019/04/18/paula-radcliffe-reveals-aggressive-abuse-suffered-online-since/>

dizer algo além. Significa que essas agências e instituições esportivas foram gestadas dentro de um lugar de valor e de um território muito particular. Falamos sobre a ideia humanista do movimento olímpico e das filiações corporativistas e burocráticas dessas entidades. Por exemplo, na mesma matéria do *The Guardian* em que Sharp e Radcliffe – duas mulheres brancas – justificaram suas análises sobre Caster, seu corpo e rendimento esportivo, outro atleta britânico chamado Nigel Levine também se posicionou a favor de sua compatriota. Levine escreveu em sua conta no *Twitter* em 2016: “Feliz por Lynsey Sharp ter ficado em terceiro lugar na prova dos 800 m feminino”. Sharp, como vimos, ficou em sexto lugar. Levine, um atleta negro nascido na Inglaterra, prestava sua solidariedade em termos de nacionalidade e não a partir de seus pertencimentos raciais.

Enquanto isso, grande parte da população da África do Sul se engajava através da mesma rede social para defender sua atleta. Criaram uma *hashtag* chamada #HandsOffCaster que foi acionada durante toda a duração da Rio 2016 como forma de proteger, de contra-argumentar e de denunciar racismos generificados perpetrados contra Semenya. A questão, afinal, não era apenas se os processos de racialização dentro da institucionalidade esportiva marcavam mais atletas de cor, assim como selecionavam e investigavam mulheres mais masculinas e musculosas, muitas das vezes dentro de relações homoafetivas, mas que esse processo de racialização específico estava submerso em explosivas histórias coloniais. De modo que ele não parece funcionar apenas com o decisivo par *negritude/branquitude* que tonaliza a estrutura simbólica e social de vários territórios (Nascimento, 1978; Kilomba, 2010; Munanga, 2015; Mbembe, 2018), como o Brasil ou a África do Sul, ambos marcados por escravaturas e *apartheids*, mas tende a se fortalecer dentro de uma contínua *fabulação e encarnação moral* dos corpos de cor, com o perverso nivelamento de nacionalidades, classes e sensibilidades, repertórios afetivos e composições fisiológicas, capacidades e desejos. Em suma, as vinculações que se travam em torno da proteção, segurança ou justiça no esporte de alto rendimento navegam em versões mais ou menos estabilizadas que são aceitas e legitimadas sobre o que seria a “verdade” ou a “autenticidade” do corpo humano.

Neste sentido, discutir sobre o corpo atlético – politizado como o ideal da excepcionalidade do corpo humano no esporte de elite – não seria o mesmo que falar sobre o corpo intersexo historicamente patologizado, invisibilizado e medicado, ou até mesmo entender que essas duas versões conversam conflituosamente com o corpo sul-africano já disputado em suas próprias histórias nacionais. Faço aqui uma frágil aproximação entre os termos. A questão da *colonialidade* (Quijano, 2009; Lugones, 2008; Mignolo, 2005) surge, então, como uma forma de nivelar esses *posicionamentos biopolíticos* em contextos díspares que buscam tanto

na ciência, em uma tradução da “verdade” biológica, quanto pesam na tradição, em uma resposta vinda da “autenticidade” cultural, a fim de validar arbítrios e narrativas sobre o mundo. É preciso reforçar, de todo modo, que esses dois lugares não estão separados de maneira rígida nem espaçada, mas se encontram em uma dicotomia fundacional sobre as soberanias imaginadas, em condições cada vez mais globais, em torno dos valores gestados e disputados nacional-historicamente.

Assim que a investigação de Caster foi exposta e noticiada, o governo da África do Sul se moveu em peso para reparar e contornar os danos infligidos. Na época o mandatário da *Athletics South Africa* (ASA), Leonard Chuene, argumentou publicamente que “nós estamos falando de uma criança, cujo nome foi arrastado na sujeira por uma organização que deveria saber melhor, se fosse necessário um teste de gênero, ele deveria ter sido feito silenciosamente”. Essa posição do cuidado e sigilo era reforçada porque o assunto era considerado um “tabu” – “como uma garota pode viver com este estigma?”, ele se perguntava. Esse descontentamento com a investigação, que gerava uma solidariedade em termos de proteção, encontrava eco em outros gestores e políticos. O Parlamento sul-africano, ainda em 2009, preparava-se para apresentar uma queixa ao Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos sobre a violação de direitos e o tratamento degradante direcionado à Semenya. Butana Komphela, representante do comitê parlamentar de Esporte e Lazer, também falou que “a humilhação de Semenya foi um sinal de uma ação sexista por parte da IAAF, pois mina as realizações das mulheres, foi muito grosseiro e dá a impressão de que a entidade só reconhece coisas boas quando são feitas por homens”.

Enquanto outra representante da ala da juventude do Partido Comunista Sul-Africano (SACP), que governava (e ainda governa) em aliança com o majoritário Congresso Nacional Africano (ANC), afirmou que “as acusações contra Semenya refletem os estereótipos mais comerciais de como uma mulher deveria ser, sua aparência física e facial, ainda perpetuada por uma definição eurocêntrica de beleza”. Estava desenhado o roteiro contra hegemônico bem no nervo de uma antiga briga antirracista e anti-imperialista. A mesma porta-voz confirmou que “nós rejeitamos com desprezo essa agenda que tem como objetivo insultar Semenya em particular e às mulheres africanas em geral”. Justamente porque, para ela e outros sul-africanos, essa investigação representou a conformação de uma perspectiva de feminilidade do que seria a “raça branca”, de modo que “se ela não se enquadrasse nessa raça ou não passasse fome nem se pintasse para parecer com a raça branca, então ela não seria feminina” (ver fig. 19).¹⁷³

¹⁷³ As referências que constam nos dois parágrafos anteriores podem ser encontradas a seguir:

Figura 19: Caster Semenya na capa da revista sul-africana *YOU*, edição de setembro de 2009, assim que começou a investigação de feminilidade sob responsabilidade da IAAF.



Fonte: Google Images.

A *especulação científica* sobre o sexo/gênero de Semenya abriu feridas profundas em torno do escrutínio, da segregação e da desigualdade desse corpo negro sul-africano que se machucava na cortante relação com o corpo branco, domesticado e medicalizado vinculado às raízes dessa realidade imperial. As angústias surgiam adornadas pela raiva (Lorde, 2007) que ainda se respirava dentro do enquadramento da colonialidade, onde formas de conhecimento, mensuração e definição da realidade eram continuamente impostas, hierarquizadas e/ou disputadas na construção dessa imaginação de nação e de cidadania, conforme acusou Chuene:

Quem são os brancos para questionar a forma de uma garota africana? Eu digo que isso é racismo, puro e simples. Na África, assim como em qualquer outro país, os pais olham para seus filhos podem ver imediatamente se devem criá-los enquanto menino ou menina. Agora nos dizem que não é tão simples. Mas as pessoas que questionam essas coisas não têm ideia do quanto essa maneira

de nomear [*slur*] pode trazer vergonha para a família. Estão duvidando dos pais desta criança e questionando a maneira como eles a criaram. Deus tem a palavra sobre o que as pessoas são. Ele nos fez todos. Uma jovem não tem opinião ao entrar no mundo sobre como será sua aparência. É ultrajante para pessoas de outros países nos dizerem ‘queremos levá-la a um laboratório porque não gostamos do nariz ou da figura dela’.¹⁷⁴

Mas nem toda denúncia estava livre de contradição. Um relatório de uma reunião do Parlamento sul-africano em outubro de 2009 esclareceu que a atleta sofreu uma investigação de feminilidade ainda no próprio país, antes de ir para o Mundial de Atletismo, em Berlim. À princípio também a pedido da IAAF. Detalharam como foi sugerido pela entidade que ela fosse retirada previamente da corrida fingindo estar machucada, o que foi ignorado pelos gestores nacionais já que consideravam o resultado do teste inconclusivo. Semenya competiu na modalidade, ganhou a medalha de ouro e aí passou por toda a investigação humilhante sob a responsabilidade da federação internacional de atletismo. Nos registros do Parlamento, os congressistas deixam claro que Diack – o presidente da IAAF na época – não seria bem recebido no país caso a instituição não se desculpasse pelo vazamento das informações sigilosas da atleta. Por outro lado, Leonard Chuene, o presidente da ASA – que foi suspenso do cargo e posteriormente foi afastado por denúncias de corrupção – insistiu que tomou a decisão correta ao negar que a entidade nacional tivesse feito um teste sexual na atleta antes de enviá-la para competir internacionalmente. A justificativa, novamente, era pela necessidade de proteção e de garantia da privacidade de Semenya.¹⁷⁵

Em suma, uma *autenticidade* do que seria esse corpo sul-africano foi então colocada em dúvida segundo uma *verdade* estabelecida pelo discurso científico hegemônico. O acionamento do uso do conhecimento local que se contrapõe verticalmente ao embasamento médico-científico não era apenas retórico. Os meios de proteção que sustentavam as representações e os direitos estavam sendo dilapidados entre acusações e acolhimentos. De maneira similar a outros cenários, havia essa disputa férrea em torno dos valores (ou sobre as “virtudes”) que definem e qualificam nossas vidas modernas (Himmelfarb, 2005). O assentamento de afetos, de ideias e de comportamentos como *ethos* e sensibilidades – por exemplo, nutridas em sistematizações feitas por autores conservadores que buscam preservar suas verdades e narrativas – nos ajuda a compreender como esse conflito normativo se forma. Um conflito que se dá especialmente em torno do conceito que a historiadora Gertrude Himmelfarb articulou em

¹⁷⁴ O trecho citado pode ser lido no seguinte link:

<https://www.theguardian.com/sport/2009/aug/23/caster-semenya-athletics-gender>

¹⁷⁵ O relatório da reunião parlamentar pode ser encontrado aqui:

<https://pmg.org.za/committee-meeting/10910/>

seu livro *The Roads to Modernity* (2005): a “imaginação moral”. Um tipo de imaginação que almejava à ordem. Dito de outra maneira, essa forma de imaginar valorosamente ainda ocorre na medida em que se necessita tanto de rastro histórico quanto de lastro simbólico para mobilizar os modos de fazer política. Mas às custas de quem? Acredito que esse seja o ponto de atenção. Porque o desejo de manter a coesão de determinada ordem social obviamente trouxe diversos danos à vida de Caster, assim como de outras atletas em regulações passadas. Então podemos torcer uma certa tradição e dizer que essa ideia de *imaginação moral* se fundamenta com o que se nutre ou o que se debilita do *desejo de integridade*. Seu técnico à época, Wilfred Daniels, se demitiu assim que a investigação ganhou esse contorno expositivo e sensacionalista justamente porque considerava que tinha sido “negligente” já que participou da verificação de gênero feita em Pretória antes do Mundial de Berlim. A atleta não foi informada sobre os testes, mais uma vez usaram a desculpa do exame antidopagem, então quando chegou ao hospital “ela não entendeu o que estavam fazendo e ficou muito constrangida”. Caster depois explicou para a psicóloga que “tiraram fotos de suas partes íntimas”.¹⁷⁶

Esse nível de violência foi tão público e marcante, sendo qualificado diversas vezes como uma exposição racista e imperialista, que permitiu uma rejuvenescida união nacional. Por um lado, a denúncia e a investigação em torno de Semenya aproximou alguns atores locais que em outros momentos viviam em conflito ou representavam o aparato estatal que não conseguia diminuir os níveis alarmantes de violência sexual no país (Hoad, 2010; Schuhmann, 2010; Matebeni, 2017). O que Munro (2010, p. 393) descreveu “como a encarnação da unidade nacional enquanto os corpos que a espelham continuam sendo desmembrados”. Mas, por outro lado, essa “essencialização” do corpo sul-africano que deveria ser protegido frente as táticas e os controles ainda coloniais das corporações esportivas também fizeram com que se rachasse a “certeza” científica do corpo intersexo tal como foi cultivado, descrito e tratado ao longo da história ocidental. Zine Magubane (2014, p. 781) pontua em artigo que “o lamento de Chuene captura a centralidade da branquitude na construção da subjetividade intersexo já que, na verdade, sempre foi uma questão de estigma e trauma, não de biologia”. Por isso que importa pensar relações sobre cor/raça, nacionalidade e geopolítica quando tentamos compreender como a categoria da intersexualidade vai ser absorvida ou regulada em cada tempo e espaço.

¹⁷⁶ As referências podem ser vistas a seguir:

<https://www.telegraph.co.uk/sport/othersports/athletics/6152585/Caster-Semenya-was-tricked-into-taking-gender-test-claims-former-coach.html>

<https://www.theguardian.com/sport/2009/sep/18/caster-semenya-gender-tests-south-africa>

Neste registro, o repertório sociocultural que permitia que Caster convivesse de maneira mais autêntica (ainda que também contraditória) com sua representação de “masculinidade feminina” (Halberstam, 1998) foi abruptamente alterado. Do mesmo modo que foi marcada fisicamente, pelos testes, fotografias, discursos e documentações diversas para que pudessem dissecar e enquadrar os excessos de sua feminilidade, ela também foi afetada emocionalmente. Sentiu-se humilhada. Perdeu sua capacidade de competir e de receber profissionalmente durante onze meses, até a IAAF permitir novamente sua elegibilidade, no fim de 2010. A tentativa de garantir uma *passabilidade* (Garfinkel, 2006) como vimos pela capa da revista YOU demonstra como a atleta tentou lidar com o *estigma* dessa investigação pela manipulação e reorganização (Goffman, 1982) das referências de feminilidade que nutriam e sedimentavam tanto a interação como o ordenamento do mundo esportivo internacional.

Esse confronto deslocou Semenya para o seio dessa antiga instabilidade imperialista (ver fig. 20). No mesmo período, ninguém menos que Winnie Madikizela-Mandela constatou que a “ASA mentiu e justificou suas mentiras, então em vez de protegerem Caster, na verdade eles aumentaram a *ferida*” (grifo meu).¹⁷⁷ Então com uma colocação semelhante, como nos orientou tanto Frantz Fanon (1968) como Gloria Anzaldúa (1987), esse nó ontológico se refere ao *processo de descolonização* de uma “ferida colonial” ainda aberta, pulsante e fronteiriça. Dar conta da dor e da exclusão implica em uma tentativa de repensar as formas de conhecimento e conseqüentemente as maneiras com que os corpos são inscritos e validados por determinado saber, já que todo sujeito teria direito a uma encarnação política e enunciação epistêmica. Neste registro, a interpretação em termos de uma *colonialidade do poder* busca evidenciar a dicotomia que centraliza ao mesmo tempo em que espraia formas racializadas e generificadas de constituir a humanidade, em uma tentativa de desvelar o *discurso de universalidade* que condiciona as categorias da modernidade, entre elas, as maneiras com que mulheres em situações (pós-) coloniais são assujeitadas, representadas e reguladas.

¹⁷⁷ A matéria pode ser lida no seguinte link:

<https://www.telegraph.co.uk/sport/othersports/athletics/6508147/Caster-Semenya-affair-Athletics-South-Africa-president-suspended.html>

Figura 20: Caster Semenya acena para a multidão enquanto é escoltada pela polícia e gestores assim que chega na África do Sul após o Mundial de Atletismo de 2009, no Aeroporto O.R. Tambo, em Johannesburg.



Fonte: Karel Prinsloo / AP Photo.

Por isso, não intercalei as falas nem os discursos sobre ordenamento social, corrupção, reestruturação institucional, verdade e autenticidade à toa. É complicado não cair em uma crítica antirracista sem retornar para um protecionismo nacionalista, porque este também pode (como deve) estar embebido no enquadramento e na qualificação da colonialidade. O que eu quero dizer é que, na verdade, estamos falando sobre as relações intrínsecas entre os *diagramas* de poder (ou as formas mais virtuais dos dispositivos de poder) com as *sedimentações* (ou as representações capitalistas mais estanques e momentâneas) do saber/poder. Não podemos confundir esses lugares. O horizonte do movimento olímpico que se traduz em regulações esportivas específicas não começa nem se finda com as políticas públicas de certos estados-nações. Essas institucionalidades corporativas também estruturam e fomentam os limites discursivos em que o corpo racializado continua a ser enquadrado. Então compreender algo sobre os usos dessas tecnologias por meio de exames, dados, diagnósticos, protocolos e estratégias se torna imprescindível para entender a configuração contemporânea dos novos processos de racialização dos sujeitos. O projeto de pertencimento e de produtividade do mundo

esportivo pode ser destrinchado em suas minúcias, muitas vezes escondidas, às vezes até inconscientes, para que achemos seus afetos, suas virtudes, seus modos de exploração, imagens e memórias.

Afinal, a representação que está sendo imaginada e encarnada do corpo sexuado, em suas formas atléticas, racializadas e/ou generificadas, continua a ser fio a fio delineada. De modo que qualquer representação vai ser, em alguma medida, construída como um relato fictício “sem referência ou compatibilidade significativa com algo real (...) porque deve construir imaginativamente” o seu eleitorado, a ideia de um rendimento, a determinação de um lugar (Bahri, 2013, p. 666 e 668). Uma representação que sempre vai ser parcial. Essa seria a virada que buscamos, ou seja, constatar que uma representação específica de mulher não pode ser aglutinada como expressão de toda a feminilidade. Então não podemos dizer que seria a mesma definição (e o mesmo valor) de pessoa quando nos referimos ao corpo como feito de “características sexuais atípicas”, ou a partir de uma “identidade de gênero” autodeterminada, ou pela solidariedade da “menina africana”, ou até mesmo por uma noção de “habilidade corporal” esportiva disputada nessas moralidades. Podem existir várias versões díspares (como também desiguais) de sujeição dentro de uma incorporação de elegibilidade na prática esportiva mais normativa. Mas aqueles que têm o poder tanto de descrever como de representar os outros estão certamente regulando como esses outros serão inscritos, vistos e dispostos em relação. A *gestão esportiva* funciona, então, como um mecanismo de proteção e de tutela pautada em uma autoridade científica medicalizante que se funda e se exprime dentro de uma moralidade ocidental particular quando define, regula e constitui a maneira de integrar seus atletas para garantir sua própria autonomia regulatória.

Essa forma de descrever, representar e regular os corpos fica ainda mais evidente com a nova regulação que a IAAF implementou, em 2018, assim que a extensão do prazo estipulado pela Corte Arbitral do Esporte (CAS) no julgamento de Dutee Chand se finalizou mais uma vez. Em vez de demonstrar com evidências científicas se haveria e qual seria a magnitude da vantagem das atletas com variações intersexuais – que ainda eram chamadas de “hiperandrogênicas” – em relação às atletas sem variações intersexuais, como foi pedido pelo tribunal, a entidade promulgou uma outra regulação ainda mais arbitrária, restritiva e discriminatória. Neste novo protocolo, chamado de “Regulações de Elegibilidade para a Classificação Feminina (Atletas com Diferenças do Desenvolvimento Sexual)” – ou simplesmente “*DSD Regulations*” no original – a entidade finalmente confirmou que sempre esteve investigando mulheres com variações intersexuais. A mudança mais óbvia é que agora a IAAF determinou exatamente quais os tipos de etiologia desejam restringir e regular, nesta

versão, seriam sete. Assim como definiram que só querem investigar atletas que estejam competindo nos eventos dos 400 m, 400 m com obstáculos, 800 m, 1500 m e uma milha. Por fim, também abaixaram o nível de testosterona endógena estabelecido como parâmetro de elegibilidade para a categoria feminina, em vez do limite de 10 nmol/L, agora a “normalidade” seria definida em 5 nmol/L.

Caster pareceria ser o alvo prioritário da nova regulação. Então assim que ela foi publicada, em abril de 2018, a atleta também entrou com um pedido de suspensão da política de elegibilidade na CAS. O desenvolvimento deste processo foi longo, como toda a investigação em torno da atleta, durando mais de dez meses entre documentações, análises e audiências na corte. Uma primeira diferença para o julgamento de Dutee Chand foi que o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos requisitou uma submissão de *amicus curiae* para acompanhar os procedimentos. O termo indica exatamente a função de auxiliar e dar subsídios ao tribunal, isto é, quando uma pessoa ou um organismo que teria profundo interesse na questão jurídica discutida acompanha a tramitação para chamar atenção da corte para fatos ou circunstâncias não observadas, assim como garantir segurança jurídica e preservação dos princípios e da ordem constitucional. Outra diferença significativa foi que a entidade modificou parte de sua regulação *durante* o julgamento (IAAF, 2019).¹⁷⁸ Em vez das *setes* etiologias investigadas no protocolo do ano anterior, de 2018, diminuíram para *cinco* condições de intersexualidade.¹⁷⁹ Desta vez, mantiveram as variações que atingem principalmente o cariótipo 46, XY. Dito de outra maneira, tornou-se notório o principal (e antigo) interesse da instituição: banir mulheres viris que tenham cromossomos sexuais tipicamente masculinos.

Na mediação feita pela CAS, essa velha representação fica ainda mais evidente, com a IAAF reiteradamente qualificando atletas com variações intersexuais como “biologicamente masculinas” [*biologically males*] (CAS, 2019, § 67, 86, 118, 127, 252-254, 285, 289, 296, entre outros). Só que mesmo com críticas contundentes contra o embasamento científico da nova regulação, a maioria do painel – dois juízes de três – decidiu que, de acordo com os debates e as evidências apresentadas durante o julgamento, regulações como esta proposta pela IAAF, ainda que discriminatórias, devem ser implementadas para *proteger* a categoria feminina. Tanto a presidente do arbítrio, como outro mediador do caso, participaram do julgamento de Dutee

¹⁷⁸ O informe à imprensa pode ser visto aqui:

<https://www.iaaf.org/news/press-release/cas-female-eligibility-regulations>

¹⁷⁹ As etiologias são as seguintes: Deficiência de 5 α -redutase tipo 2 (5-ARD), Insensibilidade Parcial aos Andrógenos (PAIS), Deficiência 17 β -hidroxiesteroide desidrogenase tipo 3 (17- β -HSD3), Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC), Deficiência 3 β -hidroxiesteroide desidrogenase (3 β -HSD), DDS ovotesticular e qualquer outra “desordem” genética envolvendo variações gonadais na esteroidogênese. A HAC e a 3 β -HSD foram retiradas do protocolo de 2019. As descrições dessas etiologias podem ser vistas no glossário.

Chand em 2015. Assim, contrariando suas decisões anteriores, consideraram que a *discriminação do sexo/gênero* era um nivelamento “necessário, razoável e proporcional” (Ibid., § 626) para a manutenção da *justiça* e da *integridade* do esporte feminino.

Com a decisão imposta, Caster foi banida das pistas de corrida – nos eventos restritos – em todos os níveis internacionais. Prontamente sua equipe de defesa apelou para o Supremo Tribunal Federal da Suíça, mais uma vez com o auxílio e o interesse da Athletics South Africa (ASA), que participou de todo o arbítrio na Corte Arbitral do Esporte. Só que da mesma maneira que a CAS, o tribunal suíço que inicialmente suspendeu o banimento de Semenya, também voltou atrás com uma argumentação feita pela IAAF, em julho de 2019, mantendo a suspensão da elegibilidade da atleta até o processo legal ser avaliado em sua totalidade.¹⁸⁰ Nas palavras do STF da Suíça:

À luz dos argumentos apresentados à CAS após uma avaliação completa e exaustiva, a saber, sobre a *integridade* do atletismo feminino, nem a alegação de violação do princípio da não-discriminação nem a alegação de violação da “ordem social” [*ordre public*] devido a uma usurpação de sua personalidade e dignidade humana parecem ser bem fundamentadas. Pelas mesmas razões, o pedido da ASA [assim como foi da atleta] também deve ser julgado improcedente.¹⁸¹ (inserção e grifo meu)

Enquanto Caster segue com uma gigantesca batalha jurídica para conseguir competir novamente “livre de drogas, livre de especulação e livre de julgamentos” (CAS, 2019, § 73), outros personagens dessa história também tiveram desfechos não tão favoráveis. Levine está banido das pistas, desde o fim de 2018, por doping de clenbuterol. Um afastamento que vai durar quatro anos. Sharp, que finalmente pode competir sem Semenya ou outras atletas com variações intersexuais, só conseguiu a quarta colocação na sexta bateria da modalidade dos 800 m no Mundial de Atletismo de 2019, em Doha, no Catar. Não se classificou para a semi, nem competiu a final, que foi vencida pela ugandesa Halimah Nakaayi. Radcliffe, por sua vez, também perdeu o recorde da maratona, que durava de maneira persistente por 16 anos, para a corredora queniana Brigid Kosgei, em outubro de 2019, na Maratona de Chicago.

Encontrar uma dignidade na derrota (Halberstam, 2011), ou melhor, perceber as vinculações e os sentidos que cada indivíduo ou grupo carrega quando se espera sempre ter êxito – uma expectativa que atravessa a própria constituição do mundo esportivo – também

¹⁸⁰ As referências da temporalidade do julgamento do STF Suíço podem ser vistas aqui:

<https://www.theguardian.com/sport/2019/jun/03/caster-semenya-800m-swiss-supreme-court-ruling-iaaf>
<https://www.theguardian.com/sport/2019/jul/30/caster-semenya-blocked-defending-800-metres-title-athletics-world-championships>

¹⁸¹ A nota para imprensa do STF Suíço pode ser lida a seguir:

https://www.bger.ch/files/live/sites/bger/files/pdf/en/4A_248_2019_yyyy_mm_dd_T_e_09_54_21.pdf

parece ter relação com o lugar e o valor do reconhecimento nesta cena política. Afinal, o desejo de ser bem-sucedido está sendo instigado ao mesmo tempo em que definimos e materializamos quem está integrado neste imaginário coletivo capaz de se adequar ou de pertencer aos escopos da inteligibilidade (Santos, 2018). Por isso, achar as palavras certas para nomear e representar se torna mais do que um modo de garantir autonomia para os sujeitos, que culminaria em fornecer esse espaço de competição e de visibilidade para as mulheres se tornarem excepcionais e exitosas em suas modalidades esportivas, na verdade esse crivo vinculatório que sustenta uma verdade sobre o corpo sexuado se torna um trabalho de emoldurar e de fraturar a realidade de acordo com os valores que informam as burocracias, instituições e histórias do esporte global dentro da modernidade.

Então o conflito de narrativas vai persistir. Em meio a ameaças de morte, difamações diversas e críticas sem fim, por todos os lados ainda se disputam os valores que precisam ser protegidos.¹⁸² Só que esses valores não são auto evidentes, eles estão sempre imersos nesse emaranhado regulatório que tem uma história, atravessam algumas moralidades específicas, assim como são embasados em conhecimentos técnico-somáticos que também estão em jogo. Quando Sebastian Coe, Lorde britânico, marcado socialmente de forma mais privilegiada, com posição consolidada de presidente da IAAF, argumenta em entrevista que seria sobre “musculatura, oxigenação, densidade óssea”, ele está nivelando os parâmetros fisiológicos para aceitabilidade dessa categoria feminina. Assim, se essas são as “características dominantes” para determinar mulheres, para ele, não se poderia ter “mulheres – *mulheres legais* – com testículos que estão produzindo testosterona em níveis masculinos, porque você tem claramente uma enorme vantagem – uma imensa desvantagem para as *mulheres biológicas*” (grifo meu).¹⁸³ No fim das contas, estamos querendo descobrir quem inscreve, quem qualifica, quem regula, sobretudo, quais são as maneiras e os efeitos dessa incorporação, são essas as perguntas que devemos fazer quando nos deparamos com tais situações que determinam corpos, vidas e realidades inteiras.

¹⁸² Tanto Sharp quando Radcliffe foram muito perseguidas por seus comentários contra atletas “hiperandrogênicas”, especialmente em relação à Semenya, mesmo assim, continuam a falar abertamente sobre a necessidade de regulação e de proteção de “todas” as mulheres.

<https://www.bbc.com/sport/athletics/48157271>

<https://www.sportsintegrityinitiative.com/dsd-transgender-athletes-paula-radcliffes->

¹⁸³ A entrevista de Sebastian Coe pode ser lida a seguir:

<https://www.sportsintegrityinitiative.com/sebastian-coe-defends-iaafs-dsd-regulations/>

A confiabilidade do ecossistema regulatório: entre o “sexo atlético” e a integridade científica

A decisão da Corte Arbitral do Esporte foi surpreendente não só porque o tribunal não tem histórico de contrariar suas próprias jurisprudências (Bersagel, 2012), mas também porque toda construção e validação científica da regulação foi bastante criticada. O processo de produção de consenso foi amplamente corrosivo, gerando uma falta de confiabilidade nas pesquisas e nos dados apresentados pelas entidades esportivas, chegando ao ponto de associações e conselhos internacionais como a *World Medical Association* (WMA) se manifestaram publicamente (em diversos momentos) contra qualquer aplicação clínica que endosse esses tipos de investigações e intervenções regulatórias.¹⁸⁴ Ainda assim, foi um controle mais uma vez implementado com outra grande parcela de apoio público e institucional. A IAAF, que usamos como referência na maior parte da tese, não é a única entidade que regulamenta tais políticas. O Comitê Olímpico Internacional (COI), como vimos, também possui um vasto histórico com pesquisas e protocolos voltados para a classificação da categoria feminina. Outras federações internacionais também produzem suas próprias regulações, como a *Federação Internacional de Futebol* (FIFA), ou a *Federação Internacional de Judô* (IJF) que acompanhamos durante o capítulo cinco. Todas essas regulações são estabelecidas com a anuência e a votação do Conselho Deliberativo de cada entidade. Existe um corpo político que garante a legitimidade desse tipo de escrutínio institucional. Justificando essas políticas de elegibilidade, encontramos determinados saberes, grupos e publicações científicas. É uma intrincada rede de governança esportiva que se sustenta com posições médicas, técnicas e sociais segundo uma linhagem de conhecimento que possui uma força muito significativa.

Só que não seria apenas de valores afinados ou de histórias comuns que se compõe o pertencimento. Grande parte do orçamento da CAS acontece pelo deslocamento de recursos do COI e de outras federações internacionais. São instituições que se derivam uma das outras. A entidade representa um sistema autônomo de regulação privada de determinados assuntos globais, onde o esporte se tornou uma perigosa armadilha, porque se negocia em larga escala as expectativas e possibilidades populacionais em um momento em que toda filiação está sendo continuamente testada e disputada. Os conflitos em torno do julgamento de Semenya e ASA

¹⁸⁴ As três notas oficiais da entidade podem ser lidas aqui:

<https://www.wma.net/news-post/physician-leaders-reaffirm-opposition-to-iaaf-rules/>

<https://www.wma.net/news-post/wma-reiterates-advice-to-physicians-not-to-implement-iaaf-rules-on-classifying-women-athletes/>

<https://www.wma.net/news-post/physician-leaders-reaffirm-opposition-to-iaaf-rules/>

contra a IAAF alimentavam essa dança entre os posicionamentos éticos e políticos internacionais. Na medida em que a entidade era questionada por alguma associação de proteção, rede de direitos ou organização não-governamental, soltava informes¹⁸⁵ para a imprensa onde confirmava não estar vinculada à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 ou à Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1953, nem mesmo obrigada a respeitar à Declaração de Helsinque de 1964 (assim como sua sétima revisão de 2013) ou à Declaração de Brighton de 1994, por exemplo, que em sua forma mais atual reforça a responsabilidade de governos, autoridades e organizações funcionarem para “o desenvolvimento de um sistema mais justo e equitativo de esporte e de atividade física que seja totalmente inclusivo para mulheres e meninas” (IWG, 2014).¹⁸⁶

Essas notas oficiais ecoavam defesas e afirmações que a entidade já tinha repetido perante a CAS, em julgamento, como quando determinou que: “A IAAF é um órgão *privado*, não um órgão *estatal*. Portanto, *não está sujeito aos instrumentos de direitos humanos*, como a UNDHR ou a ECHR. A IAAF, no entanto, compromete-se com o princípio da igualdade de tratamento e da não-discriminação” (CAS, 2019, § 293, grifo meu). A organização corporativista denunciava seu alinhamento mais particular: sempre possuiu interesses próprios bem discerníveis. Uma afirmação perigosa de se fazer se você não tem a articulação necessária para evitar processos, sanções e publicidade negativa. De modo que todos esses posicionamentos deslocavam a entidade da arena de direitos humanos que a enquadrava historicamente e que permitia que tal cobrança fosse feita.

Nos autos do processo, essa tentativa da equipe de Semenya de colocar em suspeição as motivações e os trabalhos dos profissionais vinculados à IAAF esclarece bem o que estou tentando elucidar sobre as filiações e as responsabilidades em torno dos direitos internacionais. Na arguição em sua defesa, argumentaram como “os estudos financiados pela IAAF foram produzidos por indivíduos com conflitos de interesse e vieses (conscientes ou inconscientes) contra mulheres que não se conformam a uma noção sociocultural particular de feminilidade” (CAS, 2019, § 54). Principalmente porque, de acordo com as publicações e os dados que

¹⁸⁵ Foram vários informes oficiais com essa mesma temática, por exemplo, respondendo aos questionamentos da World Medical Association (WMA), International Working Group on Women in Sport (IWG), Women Sport International (WSI), International Association for Physical Education and Sport for Women and Girls (IAPESGW), Athlete Ally & Women's Sports Foundation, entre outros:

<https://www.iaaf.org/news/press-release/iaaf-letter-wma>

<https://www.iaaf.org/news/press-release/iaaf-letter-iwg-wsi-iapesgw>

<https://www.iaaf.org/news/press-release/iaaf-response-to-womens-sports-foundation-and>

¹⁸⁶ Este tratado internacional sobre esportes, em que a IAAF é signatária, pode ser lido a seguir:

<https://iwgwomenandsport.org/wp-content/uploads/2019/03/Brighton-plus-Helsinki-2014-Declaration-on-Women-and-Sport.pdf>

embasaram as regulações atuais, “dos 21 eventos considerados, 4 eventos restritos pela regulação apresentaram apenas a segunda, a quinta, a sexta e a décima das maiores correlações entre desempenho atlético e testosterona” (Ibid., § 58). Em outras palavras, a testosterona endógena não tinha sido o principal fator para a vantagem no rendimento.

São diferenças alarmantes, que vamos retornar daqui a pouco, mas o ponto central dessa arguição da equipe de Semenya foi que apontaram que a *especulação* e a *arbitrariedade* eram os dispositivos que modulavam há anos essas políticas de elegibilidade. Muitos médicos, bioéticos e cientistas sociais que depuseram para tanto Caster quanto para ASA se esforçaram para evidenciar esse questionamento. Alguns especialistas que participaram dessas produções também analisaram os excessos e as falhas nas políticas de classificação da feminilidade, como o artigo feito por Ha *et al* (2014), mas sempre foram críticas feitas de dentro, isto é, análises que não levaram em conta a violência e a desigualdade do histórico regulatório, bem como o papel de autoridade das ciências médicas nessa produção de saber/poder sobre os corpos racializados e femininos no esporte moderno.

De maneira mais preocupante, em nenhum momento foi questionado pelo painel o fato de que se as instituições esportivas tivessem mais cuidado em propor assunções científicas em termos regulatórios, muitas atletas não teriam passado por processos investigativos e intervencionistas debilitantes, humilhantes e irreversíveis. Não precisamos voltar muito longe para perceber esta constatação, a própria Dutee Chand, que foi marcada pela regulação da IAAF e do COI de 2011 e 2012, respectivamente, que precisou recorrer à CAS para garantir seus direitos e assegurar sua elegibilidade, esse mesmo painel que agora avaliava o corpo e a história de Semenya. Dutee não seria mais uma “atleta relevante” (IAAF, 2019) dentro do novo protocolo para classificação da categoria feminina. Desde 2015, ela compete sem restrições. Mais além, até seus eventos esportivos, especialmente a modalidade dos 100 m, não foram incorporados na nova regulação porque a entidade agora considera que esses eventos não constituem em vantagem para as mulheres com variações intersexuais. Então como tamanha lacuna ética e científica pode ainda garantir uma *confiabilidade regulatória*?

Uma alternativa parece estar na carga de reconhecimento e de legitimidade dos profissionais que integram as formulações regulatórias. Nesta nova regulação da IAAF, de 2019, apontam no documento quinze profissionais de saúde vinculados como “medical experts” que podem ser convocados para participar da investigação de feminilidade de uma determinada atleta, assim como também registram que suas instituições de origem são “centros de referência” onde as atletas podem ser encaminhadas para serem avaliadas mais detidamente. O único médico do continente africano é o cirurgião pediátrico Rinus Wiersma, da África do Sul,

professor da Universidade de KwaZulu-Natal. No caso da América do Sul, temos a presença da professora Berenice Bilharinho de Mendonça, endocrinologista ligada à Faculdade de Medicina e ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.¹⁸⁷ Além deles, constam dois médicos australianos, um chinês e um japonês, todos os outros profissionais são do circuito em que as instituições esportivas nasceram e ainda existem: Reino Unido, França, Suécia, Holanda e Estados Unidos. Todos são médicos que pesquisam e gerenciam casos contemporâneos de intersexualidade. O Peter Lee, por exemplo, endocrinologista pediátrico no Penn State Children's Hospital, nos Estados Unidos, foi um dos principais autores da publicação de consenso sobre a terminologia, o manejo e o tratamento das “diferenças de desenvolvimento sexual”, em 2006, como também sua atualização em 2016.

No julgamento, a equipe da IAAF leu uma declaração conjunta assinada por 42 profissionais das ciências médicas e esportivas (CAS, 2019, § 491). Então peso que se dá para o apoio e a participação desses profissionais nas políticas regulatórias do mundo esportivo é muito expressivo, ainda que seja uma forma particular de ciência e conhecimento, mas talvez seja rigorosamente por ter essa particularidade de expertise alinhada ideologicamente que toda essa vinculação produza tanta *coerência sistêmica*. São esses médicos que atendem crianças e jovens com variações intersexuais, constroem seus diagnósticos, confortam familiares preocupados com a “ambiguidade genital” dos filhos, fazem suas cirurgias e acompanham seus tratamentos ao longo dos anos. São eles que também produzem coletâneas e artigos com as taxas de normalidade hormonal, definem os marcadores genéticos que condicionam corporalidades e comportamentos, explicam os métodos e as técnicas cirúrgicas, aplicam os novos medicamentos em parcerias com as indústrias farmacêuticas e desvelam os discursos biológicos (portanto, obviamente verdadeiros) sobre os níveis de virilização. Por isso, cabe um questionamento de como seria possível apontar a probabilidade de desvio ou de erosão da *integridade científica* com essa vinculação tão fortalecida?

Dentro do arbítrio e em confrontos distribuídos entre várias publicações científicas, esse percurso vai ser mais esclarecido. Do lado da IAAF, novamente temos artigos financiados pela entidade com alguns profissionais que trabalharam em regulações antigas, como Stéphane

¹⁸⁷ A professora tem uma longa e profunda história de atuação clínica com casos de intersexualidade. Ela participou ativamente da formulação de alguns protocolos médicos e regulações esportivas. Ativistas do movimento intersexo brasileiro, como Amiel Vieira, foram atingidos por seus gerenciamentos sociomédicos. Atualmente, Amiel escreve uma tese sobre sua história de vida no seu doutoramento em Bioética pela UFRJ. A visão da Dra. Bilharinho sobre o tema não é uma novidade, como podemos notar nesta entrevista para o Nexo Jornal em fevereiro de 2018: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/02/17/Uma-vis%C3%A3o-m%C3%A9dica-sobre-intersexualidade>

Bermon, Angelica Lindén Hirschberg e Pierre-Yves Garnier, além de outros nomes mais recentes. Do outro lado, alguns cientistas, médicos e pesquisadores também se organizaram para contrapor as publicações sustentadas pelas instituições esportivas. Essa divergência aconteceu em termos clínicos, com pesquisas feitas pelo grupo de Peter Sönksen, além de publicações na área da bioética e da estatística, neste caso, os artigos mais significativos foram publicados por Roger Pielke Jr., Ross Tucker e Erik Boye. Então a principal *controvérsia* entre os especialistas que argumentaram no arbítrio da CAS gravitava ao redor da maneira com que os dados foram coletados, mensurados e interpretados, ou seja, uma *disputa metodológica* sobre os modos de acessar, filtrar e produzir saber científico.

Com a necessidade de apresentar evidências depois do julgamento de Chand, as instituições esportivas financiaram novos estudos clínicos sobre o impacto da testosterona endógena na performance atlética. No primeiro deles, em Bermon e Garnier (2017), os autores utilizam dados derivados de amostras coletadas de 1332 mulheres e 795 homens que competiram nos Mundiais de Atletismo de 2011 e 2013. Dessa amostra de mulheres, 24 atletas estavam com testosterona plasmática acima de 3.08 nmol/L, considerado no artigo anterior de Bermon *et al* (2014) o limite da normalidade feminina, sendo que 9 foram diagnosticadas com alguma variação de intersexualidade, 9 tinham dopado e 6 não foram classificadas (Bermon, Garnier, 2017, p. 2). Do mesmo modo, nessa amostra de homens, 101 atletas estavam com testosterona livre (fT) abaixo de 0.23 nmol/L, o que seria uma biodisponibilidade abaixo da média para a população masculina. Separaram ainda todos os atletas em três grupos de concentração de fT para comparar suas performances. Essa escolha metodológica entre T e fT já foi mencionada no capítulo passado, sendo significativa para a controvérsia que se desenrola. O ponto foi que – ao comparar os grupos de maiores e menores concentrações calculadas de fT – não encontraram nenhuma evidência de diferença de performance na categoria masculina, mas encontraram na categoria feminina uma vantagem na performance das atletas com *maiores* concentrações de fT em *cinco* eventos: 800 m, 400 m, 400 m com obstáculos, salto com vara e lançamento de martelo (em ordem crescente, respectivamente, com valores que seriam de 1.78%, 2.73%, 2.78%, 2.94% e 4.53%).

De maneira distinta à pesquisa anterior, desta vez não excluíram atletas “hiperandrogênicas” da amostra em análise, então confirmaram que os valores das taxas hormonais foram aumentados, como já se reconhece em atletas de alto rendimento. Outra questão que parece significativa foi o fato de que não perceberam nenhuma diferença de performance relacionada com testosterona na categoria masculina, mas, na verdade, notaram que em vários eventos (por exemplo, nas modalidades de lançamento) uma *menor* concentração

de T e SHBG definia a organização biológica desses atletas de elite. Os autores sugerem (entre outros fatores) que essa variação se deve a um uso exógeno de hormônios androgênicos, ou seja, ao doping de substâncias EAA. No geral, os autores mais uma vez especulam sobre essa *causalidade*, como na seguinte argumentação: “levando em conta uma relação linear de dose-resposta entre os níveis séricos androgênicos e a capacidade atlética, é possível que a magnitude dessa vantagem seja ainda maior para uma atleta sensível aos andrógenos com concentrações de T ou fT dentro da faixa de normalidade do sexo masculino” (Ibid., p. 5). Articulam ainda a agressividade, o comportamento de risco e a ativação neural visuoespacial como fatores para essa suposta vantagem atlética. Em outra parte do artigo, entretanto, eles afirmam que não conseguem provar tal causalidade, só podem “indicar *associações* entre as concentrações androgênicas e o desempenho atlético” (Ibid., p. 3, grifo meu).

Em outros dois artigos do mesmo ano, Handelsman (2017) e Eklund *et al* (2017), que também estavam alinhados com as institucionalidades esportivas,¹⁸⁸ buscaram novamente comparar taxas hormonais com resultados atléticos. A primeira publicação foi uma revisão de literatura e de dados, indicando que existe uma variação de performance entre homens e mulheres depois da puberdade. Fato consolidado. Só que mais uma vez se *extrapola* da comparação do desempenho para *vincular estritamente* com uma temporalidade bioquímica do corpo sexuado, no sentido de que toda vantagem esportiva deveria ser derivada de uma alteração androgênica generificada. A segunda publicação foi uma pesquisa feita com 106 atletas suecas que participaram de Londres 2012 ou Sochi 2014 em comparação com 117 controles, com a finalidade de comparar suas composições corporais, além de notar variações nas atletas olímpicas segundo modalidades classificadas enquanto “força, resistência e técnica”.

Neste sentido, descobriu-se que “as atletas tinham uma composição corporal mais anabólica, com valores mais altos de densidade muscular óssea e massa muscular do que as controles” (Ibid., p. 5). Os pesquisadores encontraram níveis similares de testosterona entre os dois grupos, com diferenças apenas em deidroepiandrosterona (DHEA) – um precursor da testosterona, com fraca ação androgênica, quimicamente muito similar aos estrógenos – etiocolanolona inativa (ETIO-G) e androstenediol ($\Delta 5$ -diol), ambos metabólitos androgênicos.¹⁸⁹ São hormônios que não possuem efeitos anabólicos (quando administrados

¹⁸⁸ David Handelsman aparece como um dos médicos da Austrália que colaboram como especialistas na regulação da IAAF de 2019. Emma Eklund trabalha no mesmo instituto que Angelica Lindén Hirschberg, que também participa da publicação e é uma antiga colaboradora das instituições esportivas neste tipo de controle. Ela também consta como uma das médicas que devem ser chamadas enquanto especialistas na regulação da IAAF de 2019.

¹⁸⁹ Esse último, em especial, consta como uma biossíntese padrão dos hormônios androgênicos, conforme apresentada na figura 2 inserida no capítulo três. A ETIO-G parece ser um hormônio derivado da testosterona,

externamente) em atletas masculinos (Ibid., p. 7). De modo que não souberam explicar os motivos para essas alterações endógenas, apenas especularam que talvez fosse por outras “disfunções menstruais” que não foram excluídas da análise, como a “síndrome dos ovários policísticos” (PCOS). Contudo, também confirmaram que “não achamos correlação entre T plasmática e performance física” (Ibid.).

Mesmo com todas essas ressalvas, que demonstram que os hormônios atuam de maneira diferenciada – em um *nível individual* – segundo certas especificidades dos corpos sexuados, todas as publicações foram utilizadas como argumentos consensuados e estabilizados na mediação da CAS. Do lado oposto, assim que “BG17” foi publicado (Bermon, Garnier, 2017), alguns pesquisadores questionaram o cálculo dos dados apresentados. Com as escolhas metodológicas feitas, como a “diferença estatisticamente significativa” entre os grupos [*tertiles*] de atletas com maiores e menores concentrações de fT, na verdade revelava que, no caso do salto com vara, todas as mulheres no grupo com maior performance atlética tinham concentrações de fT abaixo de 29.4 pmol/L, representando um valor de T menor que 2.12 nmol/L (Menier, 2018). Assim, nenhuma das atletas do salto com vara tinham objetivamente valores de T ou fT acima da média de normalidade para a categoria feminina, mesmo com as diferenças de performance atlética entre os grupos. Várias publicações apresentaram críticas similares, como Franklin, Betancurt e Camporesi (2018) ou Sönksen *et al* (2018a), destrinchando em minúcias as falhas metodológicas e estatísticas do trabalho.

Seguindo essa mesma linha, Pielke, Tucker e Boye (2019) não conseguiram replicar fielmente os dados de BG17. Os pesquisadores pediram as amostras agregadas (logo, sem violação de privacidade dos valores médicos das/os atletas) tanto para Bermon e Garnier quanto para a revista acadêmica *British Journal of Sports Medicine* (BJSM) com a finalidade de refazer de maneira independente toda a análise. Bermon compartilhou apenas 25% da amostra de performance (CAS, 2019, § 131). Com o material, eles recalcularam os dados dos quatro eventos restritos da regulação, achando algumas anomalias significativas, como tempos e atletas duplicados, tempos fantasmas, atletas dopados, com erros acumulados que variavam de 17.2% (800 m) até 32.8% (400 m). De maneira mais uma vez assombrosa, paralelamente ao trabalho desenvolvido pelos pesquisadores, a BJSM publicou um novo artigo de Stéphane

em uma forma inativa, que se metaboliza no fígado e acaba secretado pela urina. Ambos podem ter ou não ter relação com a performance atlética, já que as pesquisas ainda se contradizem bastante, não conseguindo evidenciar o grau de efeito de cada hormônio e/ou metabólito no organismo humano em modalidades esportivas específicas.

Bermon, Angelica Lindén Hirschberg, Jan Kowalski e Emma Eklund (2018), sem qualquer revisão por pares, confirmando alguns dos malfeitos criticados por todos os especialistas.

Nesta nova publicação, abreviada de “BHKE18” entre os pesquisadores (Pielke, Tucker e Boye, 2019), os autores reconhecem erros de amostras e cálculos, refazem “dados sensíveis”, como também justificam que implementaram um “estudo exploratório” sem qualquer pretensão de ter “resultados confirmatórios” (Bermon *et al*, 2018, p. 1). Ainda que reconheçam suas falhas, não parece ser crível o esclarecimento na forma de um estudo preliminar, já que foram essas pesquisas que embasaram as políticas regulatórias das instituições esportivas (IAAF, 2019, end notes). Para que fique evidente a gravidade dos desvios: entre os *onze* eventos de corrida analisados, *oito* tiveram alterações no resultado. De maneira mais vexatória, a maior parte das modalidades passaram a demonstrar uma vantagem na performance das atletas com *menores* concentrações de fT no corpo, contrariando diretamente a tese sustentada por BG17 e BHKE18. Os pesquisadores, então, pediram a retirada do artigo da base online da revista acadêmica (o que foi prontamente negado pela BJSM), assim como indicaram a fragilidade das evidências apresentadas pelos autores vinculados à IAAF, denunciando uma falta de “integridade científica” em todo o processo de formulação dessas políticas regulatórias. Eles argumentam no artigo que:

A presença de dados não confiáveis no BG17 é inequívoca: nós o documentamos empiricamente, o autor principal admitiu a presença de erros e uma análise subsequente procurou refazer o estudo depois de eliminar 220 amostras, reconhecendo explicitamente esses “erros”. Além disso, parece que uma certa quantidade de dados não confiáveis persiste em BHKE18, uma vez que os dados que nos foram fornecidos não coincidem com os utilizados no documento atualizado do BHKE18. (...) Nesse caso, inexplicavelmente, a BJSM também ficou aquém dos padrões consensuados entre editores científicos. (...) Não achamos apropriado que as empresas de cigarros forneçam a base científica para a regulamentação do fumo ou que as empresas de petróleo forneçam a base científica para a regulamentação dos combustíveis fósseis. A regulamentação do esporte deve ser feita e mantida com os mesmos padrões altos que esperamos de pesquisadores em outros contextos em que a ciência informa a regulamentação e a política. (Pielke, Tucker e Boye, 2019, p. 5)

Outras postagens e artigos foram divulgados e continuam a expandir essa controvérsia ética e metodológica (ver, por exemplo, Gelman, 2017; Caldwell, Kreutzer, 2018; Karkazis, Carpenter, 2018; Sönksen *et al*, 2018b; Tannenbaum, Bekker, 2019). Sinceramente, considero não ter ainda capacidade técnica de interpretar todos os erros que parecem ter sido cometidos nessas análises e regulações. São discussões estatísticas que não fazem parte do meu escopo analítico, por exemplo, como entender quando os critérios para o “valor-p” dentro de uma probabilidade de significância não estão esclarecidos, especialmente quando se tem erro de

medição, o que parece ter sido o caso. Em outras palavras, ter um valor-p baixo não significa que você provou uma teoria ou mostrou evidências objetivas de um relacionamento entre amostras. Fora as dificuldades de campo científico, quero dizer que todo esse debate importa a partir do momento em que diversos pesquisadores ao redor do mundo apontam as mesmas falhas metodológicas e os mesmos malfeitos éticos dos cientistas vinculados às entidades esportivas. Ainda assim, o painel da CAS entendeu que essas pesquisas controversas e criticadas fossem asseguradas como o embasamento necessário para a manutenção desse tipo de regulação de elegibilidade (Pape, 2019). Do mesmo modo, esse mesmo painel contrariou sua decisão anterior em Chand (2015) quando esses dados apresentados pela IAAF continuaram não demonstrando uma vantagem das atletas com variações intersexuais de magnitude similar aos 10-12% verificados entre homens e mulheres típicos (Betancurt *et al*, 2018).

Em um dos informes para imprensa, em 2019, a IAAF anexou algumas leituras adicionais para desenvolvimento do tema. Uma das referências foi um artigo opinativo na revista de direita conservadora *Quillette*, escrito por Doriane Lambelet Coleman, uma professora de direito na Duke Law School, que constantemente se refere às atletas com variações intersexuais como “biologicamente machos (...) que se identificam como mulheres”.¹⁹⁰ Ainda nele, a professora recorda que nos Jogos Olímpicos de 2016 as três competidoras que venceram a modalidade dos 800 m tinham variações intersexuais, o que gerou “0% de participação das mulheres biológicas no pódio”. De fato, além de Semenya, Francine Niyonsaba e Margaret Wambui também foram banidas de competir em eventos restritos pela nova regulação da IAAF. Francine, em abril de 2019, participou de um vídeo feito pelo canal *Olympic Channel* comentando sua diversidade corporal: “Eu não escolhi nascer assim. Para mim, é sobre discriminação. Isso não faz sentido”. Margaret, que também conversou com o canal oficial do Comitê Olímpico Internacional, confessa que sente muita falta de correr, mas que “tomar drogas não é uma opção”. Ela foi banida da mesma maneira no começo de 2019 pela federação nacional do Quênia como orienta a política regulatória da IAAF com as atletas que não consentirem abaixar seus níveis de testosterona endógena.¹⁹¹

¹⁹⁰ Doriane Coleman já publicou alguns artigos científicos em que usa linguagem completamente estigmatizante e preconceituosa (por exemplo, ver Coleman, 2018). Um trecho que sumariza o valor disputado: “Hoje, o esporte também busca exibir corpos e hierarquias femininas, além de convidar a admirar aqueles que ocupam seus mais altos escalões. (...) Assim, o esporte incentiva a perfeição do corpo atlético feminino em seus aspectos estéticos e de desempenho. (...) Apagar o sexo seria destrutivo à missão principal das instituições” (Ibid., p. 85, 93 e 124). O artigo opinativo de Coleman na *Quillette* pode ser lido aqui:

<https://quillette.com/2019/05/03/a-victory-for-female-athletes-everywhere/>

¹⁹¹ Os vídeos e as notícias de banimento das duas atletas podem ser vistos a seguir:

<https://www.olympicchannel.com/pt/video/detail/exclusivo-francine-niyonsaba-eu-nao-escolhi-nascer-assim/>

Portanto, para fechar algumas pontas, vamos especular de volta. Se realmente não há sobreposição nem semelhança nas taxas hormonais de mulheres e homens típicos,¹⁹² se de fato o problema está nesta distinção fisiológica tão profunda e determinante, já que de acordo com a entidade “não é sobre mulheres biológicas e como seus corpos respondem a testosterona, é sobre homens biológicos com 5-ARD (além de outras variações de ‘46, XY DDS’) e como seus corpos respondem a testosterona” (CAS, 2019, § 292), então como descobrimos efetivamente esses aspectos fisiológicos, receptividades corporais e impactos anatômicos em competições esportivas? Como articulamos a *inteligibilidade sexual* que determina a elegibilidade com a feitura do conhecimento biológico e a necessidade da regulação generificada? Essas diferenças de performance atlética, quando existem em determinados eventos esportivos, são derivadas de variações biológicas que não se integram desde o começo na preocupação protetiva do saber/poder que conforma nossa realidade. Assim, deseja-se descobrir o “sexo atlético” das competidoras quando ele já está consolidado valorosamente, pois toda a produção de dados e definições de normalidade foram há muito tempo estabelecidas dentro de certos parâmetros tipificados, em vista disso, essas corporalidades não-usuais se tornam distúrbios descartáveis, variações naturais não computáveis, cada vez mais estigmatizadas socialmente.

Só que identificar a *receptividade* e a *sensibilidade* andrógena não é uma tarefa simples. Como vimos, importa demais entender as diferenças entre *causalidade* e *correlação*. Não apenas como efeitos de gradação ou assunções de similitude, mas porque qualquer frequência tipificada muda drasticamente – em um nível individual – como determinado hormônio vai ser sintetizado, distribuído e metabolizado em um corpo sexuado. De modo que precisamos entender a capacidade de resposta de cada organismo, em suas sínteses proteicas ou em tecidos musculares, com os diferentes tipos de hormônios esteroidais (e não somente os androgênicos) para dar conta do impacto hormonal no fenótipo e no rendimento atlético. Por exemplo, não se sabe com certeza qual a equivalência nem qual a escala de estímulo de hormônios como a testosterona, o DHT ou o GH para além do esporte, em corpos cromossomicamente diversos, como os padrões XY ou XX, na medida em que genes particulares ativam transcrições e biossínteses de maneiras distintas. Então compreender essas realidades biológicas em corpos com variações intersexuais que continuam a ser sistematicamente “corrigidos” (especialmente

<https://www.olympicchannel.com/pt/video/detail/exclusivo-wambui-sobre-regra-de-testosterona-me-tornei-uma-vitima/>

<https://olympics.nbcsports.com/2019/04/17/francine-niyonsaba-testosterone/>

<https://runningmagazine.ca/the-scene/olympic-800m-bronze-medallist-margaret-wambui-banned-from-stockholm-diamond-league/>

¹⁹² Ver a revisão crítica feita por Pielke e Pape (2019).

na infância) ainda está bem distante do que já produzimos cientificamente. Mas principalmente, não podemos esquecer de que o método para inspecionar essa sensibilidade androgênica ainda hoje se concentra na virilização do fenótipo, isto significa na maior parte das vezes em uma observação e avaliação subjetiva – onde a “neutralidade” se constrói com o “olhar clínico” (Bonet, 2004; Machado, 2008a; Pires, 2015) – das características sexuais secundárias e do clitóris da atleta.

Então a IAAF vai continuar a argumentar que em alguns contextos, como do esporte de alto rendimento, “a realidade biológica tem que superar a identidade de gênero” (CAS, 2019, § 502). Reforçando, assim, uma separação ontológica desses dois aspectos interligados da vida humana. Como vimos, faz todo o sentido para a entidade fundamentar uma nova categoria chamada de “sexo atlético masculino” [*male sports sex*]. Justamente porque, em sua interpretação completamente medicalizante da realidade, esses procedimentos e essas intervenções não poderiam ser considerados nem confundidos enquanto “efeitos colaterais”, mas seriam de fato “efeitos desejados” de “afirmação de gênero”. Em outras palavras, “a perda de musculatura, a redução de concentrações de hemoglobina, o aumento de gordura corporal”, quaisquer modificações anatômicas-corporais tidas como enfraquecedoras seriam reconhecidas como “o melhor modelo de atendimento e de cuidado para transformar o corpo com a finalidade de refletir mais fielmente o sexo escolhido [no caso, o feminino]” (inserção minha).¹⁹³ Ainda neste informe, a entidade também sustenta a seguinte argumentação:

Direitos Humanos é um termo englobante para um longo espectro de direitos que são amplamente aceitos como inerentes a todos os seres humanos. Mas isso não significa que esses direitos sejam absolutos, invioláveis ou sacrossantos. Como exemplo, assim como neste caso, um direito contra a discriminação ou contra o tratamento desigual não seria absoluto: a discriminação ou o tratamento desigual ainda pode ser lícito, se tal lei ou política for um meio necessário e proporcional para alcançar um objetivo legítimo. Neste caso, o Painel da CAS constatou que a “DSD Regulations” foi um instrumento necessário, razoável e proporcional para alcançar o objetivo legítimo da IAAF de garantir uma competição justa e significativa para o atletismo feminino.

Não poderia sintetizar com palavras mais precisas do que as defendidas pela própria IAAF para então demonstrar o rasgo ético e a responsabilidade rastejante que tais políticas debilitantes evocam em nosso imaginário. Nesta forma de governança, alguns direitos não seriam gerais nem invioláveis a todos os tipos de humanos, mas seriam consideradas formas de privilégio dentro de uma regulação generificada, racializada e histórica-politicamente situada.

¹⁹³ A referência desse informe de Q&A pode ser encontrada aqui:

<https://www.iaaf.org/news/press-release/questions-answers-iaaf-female-eligibility-reg>

Assim como Karkazis e Jordan-Young argumentaram em artigo (2018), regulações como esta fazem com que alguns corpos femininos sejam permanentemente disponibilizados para a vigilância, o escrutínio público, a investigação e a coerção. Destrinchar quem merece a proteção dos direitos também se relaciona com o comprometimento vindo dessas racionalidades, seus usos e impactos em torno da violência. Neste sentido, toda a minha argumentação também se construiu a partir de um pertencimento específico. Gostaria de articular melhor essas vinculações e afinidades na última seção do capítulo, vejamos.

Fabricações modernas em tempos debilitantes: sobre testemunhos, esfacelamentos e ruínas

Depois de reviver todas essas histórias, me permito dizer que fomos moldados – enquanto representação de um “povo” material – com outros pertencimentos e outras referências. Com o risco de reificar, pensando especialmente em nossas elites econômicas e representantes políticos (e às vezes também intelectuais), podemos considerar que grande parte deles desejavam valores e instituições que não se trasladaram de uma vez em nossos territórios, porque fomos feitos de experiências com muita violência, desigualdade, convencimento e pacificação. Foram vários pactos em nome do “progresso” que não estavam necessariamente alinhados com os ideais das revoluções burguesas, proletárias ou emancipadoras dos recôncavos de poder. Podemos recordar os modos distintos com que a Revolução Americana (1776), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Haitiana (1791) foram vivenciadas, documentadas, respondidas e refletidas globalmente. Então sei que mesmo nos espaços onde se fomentou (e ainda se fomenta) essa humanidade idealizada, esses valores também foram forjados com a negação ou a debilitação de certas alteridades. Mesmo assim, aglutino algumas solidariedades vindas do Sul, ainda que tenham caminhos e conflitos únicos em termos culturais e históricos, para reconhecer que nos encontramos em lugares difíceis de se refazer. Vivemos em meio às ruínas originárias que se amontoam para funcionar em tramas tanto locais quanto globais, mas que se anulam diretamente. O papel da *memória*, dentro deste registro, me parece ser fundamental para comunicar nossa capacidade de vida tanto legível quanto política.

Novamente com Akhil Gupta, concordo com o autor que em um contexto pós-colonial “a noção de cidadania não nasce da esfera pública burguesa, mas dos discursos e das práticas de cada Estado-nação moderno”. Por isso, ela vai ser uma posição contraditória e hibridizada, “que tem ressonâncias muito diferentes do que em lugares onde ela foi completamente

imbricada com o surgimento da sociedade civil” (2012, p. 99). Do mesmo modo, esses valores que construíram o imaginário e a representação mais legítima do mundo moderno ocidental, como a liberdade ou mais recentemente a noção de integridade, são significativos, ressoam e contaminam nossos desejos e gestões, mas encontram-se mais aproximadas de um desenvolvimento liberal onde a violência estava sendo, de maneira mais acentuada, constituída externamente. Nossas violências continuam a ser mais internas. Nos inventamos com o despedaçamento ou a destruição completa de nós mesmos. Partindo dessa compreensão, a linguagem dos direitos contemporâneos às vezes cria uma lacuna entre quem de fato está integrado no saber/poder do Estado, em suas escalas de governança encarnada, com a atuação ordinária das práticas administrativas e burocráticas que visam alguma proteção, reparação e/ou reconhecimento populacional.

Então as formas com que os estados-nacionais e as institucionalidades privadas agem para garantir tanto a integração quanto a representação, costurando cidadania, banimento, justiça ou acolhimento a uma determinada atleta, passam pelas próprias concepções simbólicas e implementações materiais desses valores difusos que têm um rastro específico. Os significados culturais dados ao corpo sexuado informam os saberes e as práticas de regulação social. Todo esse emaranhado biopolítico possui um efeito material bem imediato. Afinal, podemos dizer que a lógica do paradigma da imunização foi levada ao extremo (Esposito, 2005 e 2008), pois a cura – isto é, essa correção humanitária em termos de saúde para se ter uma igualdade atlética – se entrelaçou e se confundiu cada vez mais com a debilitação. Com toda certeza essa proteção negativa da vida também se traduziu em espaços onde há uma gestão da morte em sua forma securitária, como a “tanatopolítica” dos regimes totalitários modernos ou a “necropolítica” dos modos de soberania contemporâneos (Lima, 2018), mas aqui me interessa pensar esses processos de *mutilação*, *adoecimento* e *cronicidade* implementados pelas políticas regulatórias do mundo esportivo com a finalidade de integração à elegibilidade.

Nesse contexto que, em setembro de 2019, a revista esportiva alemã Sportschau (subsidiária do consórcio de emissoras públicas ARD) lançou um documentário de quase uma hora sobre as políticas regulatórias no esporte de alto rendimento. No filme, retornam à casa da família de Pratima Gaonkar, em Sadgal, na Índia. Também entrevistam Dutee Chand em Bhubaneswar. Recuperam imagens de Caster Semenya competindo, assim como entrevistam outras atletas da modalidade dos 800 m que comentam sobre a integridade que gostariam de ter no esporte. Mas, principalmente, trazem à tona uma nova denúncia. Entrevistam duas ex-atletas, uma que se apresenta anonimamente com o pseudônimo de “Lara”, outra que foi medalhista

dos 800 m no Campeonato Africano de Atletismo Júnior e no All-Africa Games em 2011, chamada Annet Negesa, de Uganda (ver fig. 21).

As duas acusam à IAAF de coerção e falta de informação plenamente esclarecida. Em um momento do documentário, Lara passa a descrever como a entidade queria que ela cobrisse sozinha os custos de sua intervenção, mas seu técnico entrou em acordo com a federação para que pagassem metade dos procedimentos. Ela foi submetida a uma gonadectomia e logo em seguida foi liberada para ir para casa. Alguns meses depois, quando tenta retomar seu treinamento atlético, Lara não consegue mais correr, sentia-se muito cansada, desequilibrada, com as pernas fracas. A produção do documentário leva a ex-atleta para se consultar com um especialista em hormônios na Alemanha. O endocrinologista explica algumas das sequelas que Lara desenvolveu a partir da cirurgia, por exemplo, um quadro debilitante de osteoporose. Ela se sente psicologicamente machucada. A falta de hormônios esteroidais não promove apenas uma alteração físico-anatômica, na forma das características sexuais secundárias ou do desempenho esportivo, mas impacta fortemente no bem-estar psicossocial do corpo. Em outro momento do filme, ela reflete sobre como tinha contemplado o suicídio, o esgotamento derivado dessas intervenções era bastante significativo, ela ainda afirma: “eu gostaria de ter morrido nas mãos deles, porque assim eles seriam responsabilizados e punidos por essas ações”.

Figura 21: Annet Negesa em uma cena do documentário publicado por Sportschau / ARD.



Fonte: Google Images.

Annet passou por procedimentos clínicos e cirúrgicos similares. Ela vivenciou essa mesma saga biomédica antes dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012. Acusa explicitamente

o diretor do Departamento de Ciência e Saúde da IAAF: Stéphane Bermon. Um personagem que surge em muitos lugares desta tese. Recordam do artigo que cito no primeiro capítulo onde pesquisadores vinculados às instituições esportivas narram suas experiências atendendo quatro jovens atletas de “regiões montanhosas ou rurais de países em desenvolvimento” (Fénichel *et al*, 2013)? Então, a ex-atleta foi encaminhada justamente para um hospital em Nice, na França, com a finalidade de ser mais investigada e ter um prognóstico para seu tratamento. O Dr. Bermon participou como médico em sua avaliação. Ele de fato está vinculado ao Laboratório de Motricidade Humana, Especialização, Esporte e Saúde (LAMHES) da Université Nice Sophia Antipolis. Como também assina o artigo científico de 2013. No fim das contas, parece ter sido um trajeto de apenas trinta e dois minutos, de carro, da sede da IAAF no Principado de Mônaco até o hospital francês onde fizeram a avaliação de Annet.

Ela ainda lembra como explicaram que seria uma intervenção simples. Mas foi encaminhada de volta à Uganda para realizar a cirurgia porque não tinha dinheiro suficiente para pagar o procedimento em alguma clínica europeia. A IAAF não se responsabiliza financeiramente pelos custos dessas avaliações e intervenções que ela mesma demanda das atletas. Annet recorda que era uma segunda-feira. Ela não tinha comido nada para o pré-operatório. Contaram que só iriam puxar, com uma seringa, sua testosterona. Pela manhã, tinha cicatrizes em várias partes do corpo. Passou por uma gonadectomia, possivelmente também pela vaginoplastia e clitoroplastia que citaram no artigo de 2013. Depois dessa experiência, não conseguiu mais falar com o Dr. Bermon nem com o médico que a operou em Kampala. Nos primeiros dias, ela não conseguia andar. Sentia muita dor. Foi para sua vila a fim de ter ajuda dos pais. Mesmo assim, em nenhum momento foi aconselhada a realizar hormonioterapia ou algum acompanhamento endocrinológico. Não há efetivamente uma preocupação com a manutenção do corpo saudável dessas atletas depois desses procedimentos irreversíveis. Então da mesma forma que Lara, Annet não conseguiu mais ter um rendimento atlético relevante. Foi deixada de lado pelas organizações esportivas nacionais. Ela também sentia muitas dores nas articulações, nos pés, tinha pouco equilíbrio. Era o ciclo da debilitação se repetindo.

Depois da estreia do documentário, a IAAF publicou um informe para a imprensa onde falsifica sua história.¹⁹⁴ Negam que a entidade participou de qualquer investigação e tratamento de Annet Negesa. Informam que nunca aconselharam nem coagiram atletas a passar por intervenções para que pudessem ser outra vez elegíveis. Chegam ao ponto de dizer que esses

¹⁹⁴ O informe pode ser lido a seguir:

<https://www.worldathletics.org/news/press-release/iaaf-response-to-false-claims-made-by-athlete>

“ataques falsos” feitos pelas ex-atletas seriam respondidos legalmente por Bermon, com o auxílio da entidade, para que pudessem “proteger sua reputação”. Uma resposta que finge desconhecer o documento do hospital queniano citando nominalmente o especialista francês. Ou até mesmo que em outro artigo publicado em 2017, Bermon utiliza os dados de três atletas afetadas por essas intervenções de 2013 para justificar que “reduzir o nível de T da faixa normal masculina para a faixa normal feminina levou a uma diminuição média de 5.7% dos seus melhores desempenhos cronológicos em um período de 2 anos” (p. 249). Foi uma conclusão repetida pelo autor no julgamento *Semenya v. IAAF (CAS, 2019, § 325)*. Todo esse enclausuramento ético evidencia que grande parte das pesquisas que sustentam as políticas regulatórias foram feitas sem o devido compromisso legal, médico ou disciplinar, com esses profissionais especulando tanto hipóteses quanto protocolos a partir de amostras biológicas de mulheres cronicamente machucadas. Então ainda é incrivelmente assustador como o passado pode ser recontado para que novamente ele não se cristalice com a impressão de que violências e violações foram cometidas sistematicamente, já que esse comportamento institucional estaria encharcado tanto de compaixão e quanto de cuidado, em uma invenção espúria para garantir proteção e justiça a quem integra um *roteiro moral* específico.¹⁹⁵

Afinal, uma maneira de manter essas hierarquias organizacionais que se tornam desigualdades se desdobra com a deslegitimação da ação ou do discurso da pessoa racializada que se coloca nessa custosa tarefa de denunciar. A roteirização valorativa desse tipo de regulação é necessária porque serve para estabilizar estratégias racistas e imperiais ainda presentes nessas racionalidades e sensibilidades corporativas que possuem fundo em uma imaginação moral compartilhada. Como destrincha Silvio Almeida (2019b), manter a violência da normalidade social também passa pela autorização (e até pela comemoração) de certos corpos racializados enquanto outros continuam a ser negados, invisibilizados e machucados. Portanto, confunde-se propositalmente a “autorização” – de falar, de competir, de ganhar – com a “autoridade” exercida por essas gestões institucionais e administrativas.

Neste sentido, a questão da representação que pontuamos anteriormente, em conflitos de governança sobre a “verdade” ou a “autenticidade”, tem seus contornos adensados quando

¹⁹⁵ Em artigo já citado de Karkazis e Jordan-Young (2018), além de outras referências em redes sociais que corroboram a descrição feita pelas autoras, entendemos um pouco mais dessa *imaginação moral* defendida por Bermon. Quando citam uma apresentação que o médico fez no International Convention on Science, Education and Medicine in Sport (ICSEMIS) de 2012, conferência científica que acompanha toda Olimpíada, detalham que em um dos slides apresentados, com título de “Homens e Mulheres: Diferenças de Fenótipo”, Bermon utiliza a *La Maja Desnuda* de Francisco de Goya para representar essa idealização do fenótipo feminino, enquanto escolhe a imagem de Flex Wheeler (um fisiculturista negro estadunidense) para representar o extremo oposto do fenótipo masculino.

entendemos as diferenças de *visibilidade* e de *enunciação* que pode ter um/a atleta racializado/a. Especialmente quando determinado/a atleta está fazendo uma denúncia. Porque nesse espaço de governança global que existe em um passado específico vai se traduzir, ainda hoje, em maniqueísmos de função onde o que importa mesmo é a preservação da rede de influência e de poder da autoridade privada, que então conseguimos notar como os outros subalternizados (Spivak, 2010) são representados neste contexto e como eles de fato se percebem. Em artigo (2019), Payoshni Mitra conta como foi revelador ao mesmo tempo que também constrangedor se perceber como uma das únicas pessoas de cor, junto de Dutee Chand, durante o julgamento da CAS em Lausanne, na Suíça. Em suas próprias palavras:

Na Corte Arbitral do Esporte (CAS), em Lausanne, eu também me senti uma desajustada. Em 2014, duas mulheres de cor, Dutee Chand, a apelante, e eu, sua assessora e testemunha nomeada pelo governo, estávamos presentes em um tribunal predominantemente branco. Chand era tímida e dependia de mim para traduzir a discussão do inglês. Ela ficou sentada desenhando imagens de deuses e deusas, de meninos e meninas. Ocasionalmente, ela escrevia algumas linhas em sua língua materna ou algumas palavras em inglês. Eu estava lá sentada, tendo lutado muito para levar o caso à CAS, mas também ciente da minha falta de compreensão de como as coisas funcionavam no tribunal. Eu era muito ingênua e tímida, assim como Chand. Nós não percebíamos o que estávamos fazendo. Que o nosso ato de estar presente estava causando interrupções. Que nós estávamos causando interrupções. (...) [Mas] Enquanto os atletas com quem tenho trabalhado, como tantos atletas do Sul global, sempre devem explicar a si mesmos e suas tribulações pessoais, os indivíduos no poder permanecem protegidos sob o manto da ciência e uma suposição de neutralidade.

Com essas denúncias, reflexões e apresentações, aos poucos o roteiro moral de cuidado e de salvação que alimenta as regulações esportivas internacionais vem se fraturando. Mas são posições ambivalentes, por sinal, com a centralidade da proteção sempre espraiada em muitos lugares e vivenciadas de muitas maneiras, como descrevemos ao longo dos dois capítulos passados. Todas essas formas de representação e de pertencimento não estão estáticas. Por exemplo, Arjun Appadurai (2015) descreveu como a disseminação moral e social do críquete na Índia pós-colonial estava intercalada com sentimentos de masculinidade, classe, solidariedade comunal e nacionalismos diversos que ajudaram tanto no funcionamento ordinário do “império inglês” como na consequente organização (simbólica e material) do Estado-nação indiano. A necessidade de criar formas de apresentar, explicar e financiar o esporte após a independência se aproximou de um processo cada vez mais contemporâneo de massificação e de comercialização do entretenimento. Então às vezes pode ser interessante para um/a atleta compactuar momentaneamente com os repertórios valorativos dessas institucionalidades esportivas e racionalidades administrativas, seja para garantir um diagnóstico preciso e tratamento específico, seja para manter sua elegibilidade e fonte de renda,

seja para crescer profissionalmente e se engajar na equipe nacional, entre outros fatores que mobilizam cada individualidade dentro desse sistema de relações capitalistas.

De modo que esse enquadramento tanto figurativo quanto burocrático da pessoa de cor como passível de ser civilizada, através das pedagogias e sensibilidades modernas, ao mesmo tempo em que também parece ser incontrolável, pronta para a resistência ou a violência, estruturou de maneira ambivalente todo o período imperial/colonial até o que compreendemos agora como um regime transnacional sedimentado pela colonialidade do poder. A construção do corpo negro, em especial, carrega essa força da representação contraditória que deve sempre ser enunciada a fim de reforçar certas projeções, comportamentos, marcas e afetos. Ben Carrington (2002) recorda da cobertura midiática em 1996 após Mike Tyson morder a orelha de seu oponente em uma luta de boxe. Não qualificaram sua atitude apenas como antiesportiva, ilegítima ou agressiva, o ex-pugilista foi caracterizado como uma “besta”, com associações à selvageria e ao canibalismo. Dois anos depois, quando o jogador de rúgbi Kevin Yates também mordeu a orelha de um adversário, foi duramente criticado, mas sem as vinculações animais em torno da degeneração da civilidade e do fair-play. Por isso, a forma de inscrever e de reconhecer segundo uma imaginação de alteridade notadamente desigual estrutura a própria experiência encarnada do atleta racializado.

Para Fanon (2008), o corpo do negro pode ser visto como um repositório de fantasias, medos e desejos brancos. Neste contexto de regulação da feminilidade de maneira mais técnico-somática, minuciosa e sistemática ao longo dos anos, podemos dizer que o corpo da atleta racializada também vai ser central para a constituição (através dessa alteridade da excecionalidade) da imaginação branca contemporânea. Assim, esse uso do vigor, do atletismo e da virilidade racializada constituem-se em produtos de valor comercial tal como, em alguma medida, também de *fetichê* (Carrington, 2002; hooks, 2015). Atualmente patrocinada pela PUMA, Dutee tem participado de várias campanhas a favor da diversidade, como feita pela revista *Vogue India*, onde foi premiada como a atleta do ano de 2019. Caster também tem seu corpo analisado e representado em outras versões mais positivas, especialmente com as fotos e os vídeos que sua patrocinadora, a estadunidense Nike, ocasionalmente publica em suas redes sociais.¹⁹⁶ Podemos dizer que esse tratamento diferenciado do corpo racializado no cenário global foi se deslocando de um corpo em resistência para visibilizar uma causa ou uma luta

¹⁹⁶ Dois vídeos publicitários foram lançados em 2019. O primeiro, em junho, chama-se “Athlete in Progress”, o segundo, em novembro, chama-se “Birthplace of Dreams”. Os dois podem ser vistos na conta oficial da Nike no Youtube. Seguem os links:

<https://youtu.be/YPaGjO8n5lg>

<https://youtu.be/qXYBcigxjpQ>

contra a negação de direitos até um corpo cada vez mais desejado como uma “commodity” midiática-comercial exatamente porque pode ser vinculado às narrativas de empoderamento e/ou de superação da suspeição. Lembremos de Tommie Smith e John Carlos nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968, com a capitalização atual em torno de Colin Kaepernick (ver fig. 22), atleta de futebol americano que desde 2017 não consegue mais um contrato com a National Football League (NFL) por ter protestado contra a violência policial se ajoelhando durante o hino nacional dos Estados Unidos.

Figura 22: Colin Kaepernick em uma publicidade lançada pela Nike em 2018.



Fonte: Google Images.

Infelizmente, essa construção do “sonho” que inspira e que circula em publicidades, mercados e redes sociais representa uma narrativa individualizante de muito sacrifício. Um fundamento que sempre foi basilar para o modelo capitalista de distribuição desigual da vida em seu formato neoliberal. Em outras palavras, são contratos de marcas que devem satisfazer afetivamente e ajudar financeiramente os/as atletas, mas que continuam a deslocar a responsabilidade da “transformação” para o indivíduo, sem pontuar as relações institucionais, sociais e políticas que envolvem essas vidas no mundo do esporte.

Então claro que nos emocionamos com o aumento dessa visibilidade, com a qualificação vencedora e esperançosa dessas histórias, mas não conseguimos tensionar nem deslocar nenhum dos valores meritocráticos, igualitários e capitalistas que embasam essas redes de criação e de consumo. Essa forma de ativismo corporativo pode existir porque efetivamente não modifica nem denuncia um modelo desigual de negócio esportivo ou uma justiça que se estrutura em diferentes formas precárias de cidadania. Neste sentido, o corpo atlético racializado ainda está sendo disposto e legitimado segundo imaginações e roteiros morais que se instauram e se modelam com essa herança colonial. Afinal, “a celebração de aspectos da fisicalidade que o atleta negro usufrui significa que ao passar do ‘infra-humano’ para o ‘super-humano’, eles são transportados [mais uma vez] para além do humano” (Gilroy, 2000, p. 348-349 *apud* Carrington, 2002, p. 36, inserção minha).¹⁹⁷

Com esta análise, não quero parecer imune nem mesmo alheia aos valores humanitários que compartilhamos em sociedade. Ainda que existam certas particularidades históricas em como eles são imaginados e movimentados ou por quais roteiros eles integram os sujeitos, são categorias de inteligibilidade que também nos fazem sentir, nos permitem agir, nos trazem alguma reparação, conciliação ou transformação. À princípio, não queremos desmontar nenhuma política de representação específica, ao contrário, na maior parte do trabalho se discutiu a importância da inclusão e da proteção, então isso passa por entender os sentidos, funcionamentos e efeitos da inscrição discursiva e material do saber/poder. Annet não pode mais retornar para Uganda com toda mudança e exposição que sofreu sob responsabilidade da IAAF. Mas exatamente por ter tido sua integridade corporal violada, com essa finalidade de readequar sua anatomia para o modelo do dimorfismo sexual que sempre qualificou as políticas regulatórias do esporte internacional, ela foi inscrita em um novo roteiro moral. Agora a ex-atleta recorre ao mesmo tempo em que também acaba inscrita em outro tipo de negociação sociopolítica, está pedindo asilo na Alemanha como refugiada.

Em uma conversa com o jornal *The Telegraph*, em novembro de 2019, Annet explicou que não estava exagerando nem um pouco quando afirmava não poder mais voltar para casa, pois arriscava perder sua própria vida.¹⁹⁸ Uganda ainda tem uma série de restrições legais (mais

¹⁹⁷ Tal *duplicidade corporativa*, que inspira ao mesmo tempo em que não denuncia demais, sustenta algumas outras reflexões na situação de Colin Kaepernick justamente porque integra camadas racializadas de convívio e de conflito social no contexto estadunidense, como pode ser vista mais detidamente neste trecho de um livro do jornalista esportivo Howard Bryant:

<https://lithub.com/howard-bryant-on-colin-kaepernick-and-the-moral-bankruptcy-of-the-nfl/>

¹⁹⁸ As matérias com as referências podem ser vistas a seguir:

<https://www.telegraph.co.uk/athletics/2019/11/07/exclusive-interview-dsd-athlete-annet-negesa-family-miss-go/>

uma vez remontando ao período colonial) que criminalizam ou invisibilizam a diversidade sexual (Nagamine, 2014). Então enquanto esperava os procedimentos administrativos, Negesa residia em um abrigo para pessoas LGBTIQ+ em Berlim.¹⁹⁹ Seu apelo humanitário de que seu “sonho foi castrado” e de que precisa de “tratamento para viver uma vida feliz” efetivamente mobilizou as autoridades porque no mês seguinte, em dezembro de 2019, Annet conseguiu confirmação de sua solicitação de asilo. Ela agradeceu ao Estado alemão, muito aliviada e feliz, já que agora podia sonhar com um “novo começo”. De maneira similar à fina análise feita por Ângela Facundo em sua tese (2014), esse acolhimento tanto imaginado quanto jurídico-administrativo em termos de uma “efetiva cidadania” passa a ocorrer na medida em que Annet foi incorporada aos mecanismos morais e burocráticos que documentam e reconhecem as histórias de refúgio. Seu pedido de que para se sentir segura novamente precisaria retomar alguma normalidade ordinária depois de sete anos em sofrimento parece se encaixar na súplica vinda desse deslocamento marginal que se perpetua no tempo. Essa (des)conexão entre o tempo do exílio e da violência, também alimentado pela experiência da humilhação venenosa que se espalha entre afetos, comunidades, relações diversas, assim como na própria integridade identitária, com a experiência administrativa do refúgio, pode ser lida como uma reconstituição de ordenamento individual e social a partir de uma outra reintegração à normalidade nacional.

Facundo ainda descreve um certo ritmo de gestão populacional do refúgio associado a tipos específicos de gramáticas morais e dispositivos narrativos. Esse gerenciamento produtivo em busca da verdade desejada que marcaria o sujeito refugiado atravessa processos similares de elegibilidade que passam por essa regulação da qualificação da pessoa autêntica, crível, reconhecida para ter uma proteção. Seguindo um processo de alinhamento comum às regulações esportivas, as marcas temporais dessa inscrição da precariedade, que vemos na carne, nas histórias, nos registros, em alguma medida congelam as pessoas “em um terreno pantanoso de dificuldades e carências” (Ibid., p. 273). Então estamos discutindo os modos particulares de enquadrar populações em um tipo de atraso tanto democrático quanto civilizatório onde se almeja uma certa tutela, proteção e acolhimento ou na mesma medida uma certa restrição, correção médica e justiça esportiva. São pessoas que neste limite da inscrição em direitos se tornam resíduos derivados de gestões e gerenciamentos valorativos que integram as múltiplas formações e administrações dos estados-nações, segundo maneiras de contar,

<https://www.telegraph.co.uk/athletics/2019/12/05/intersex-ex-athlete-annet-negesa-relieved-happy-granted-asylum/>

¹⁹⁹ O grupo de suporte que a auxilia em termos de advocacy, coordenado por Payoshni Mitra, criou um site para contar sua história, assim como uma petição e um crowdfunding em seu nome:

<https://support-annet.org/>

documentar, arquivar (Lowenkron, Ferreira, 2014) e, por que não, também de conhecer e investigar restritivamente os sujeitos.

De todo modo, não vemos a debilitação e o estigma persistirem somente em atletas à margem, que desistiram de competir há muito ou pouco tempo, seja por terem passado por procedimentos irreversíveis ou por terem sido marcadas em antigas políticas regulatórias. Caster, Francine e Margaret estão atualmente afastadas. Outras atletas que até alguns meses atrás competiam sem nenhum constrangimento, agora precisam explicar o motivo para abandonarem os “eventos restritos” cobertos pela nova regulação de elegibilidade. Tanto a privacidade como a confidencialidade que aparecem reforçadas no documento regulatório como um critério para manter a dignidade das atletas definitivamente não se asseguram. A nigeriana Aminatou Seyni, que participa mais da modalidade dos 400 m, confirmou em outubro de 2019 que também foi afetada pela regra imposta pela IAAF.²⁰⁰ Não está mais elegível no seu melhor evento (ver fig. 23). Agora tenta se reinventar competindo na modalidade dos 200 m que, por ora, ainda está sem restrições.

Figura 23: Aminatou Seyni no Mundial de Atletismo de 2019, em Doha, no Catar.



Fonte: Google Images.

Por isso que a repetição dessas suspeições, insultos, investigações, esperas e controles não dá conta apenas de regular a elegibilidade esportiva necessária para participação na categoria feminina, mas também faz adoecer psicossocial e fisiologicamente toda atleta que

²⁰⁰ A referência se encontra a seguir:

<https://olympics.nbcsports.com/2019/09/30/aminatou-seyni-testosterone-rule/>

experimenta essa humilhação venenosa compartilhada, tal como apresentamos a categoria anteriormente, como uma forma de acessar, marcar e ressoar uma sensação de estigma, vergonha e culpa que dilacera, forçando a mulher de cor a se responsabilizar por associações entre *corpo sexuado* e *corpo político* que a coloca desde o começo à deriva. Justamente porque o olhar racializado e generificado que alicerça as políticas regulatórias não só repete essa mancha timbrada de inscrição social, mas também transforma, desloca, aprisiona e objetifica (Fanon, 2008; Young, 2010). Já que em contextos coloniais tardios, “a vigilância está orientada tanto para o interior quanto para o exterior”, com o olhar instrumentalizado para ser arma (Mbembe, 2016, p. 136). Então as técnicas e também as sensibilidades desse tipo de regulação condicionam as maneiras de ler e de sustentar o corpo político, onde a *debilitação* funciona como um motor da racionalidade na qual se espera reduzir as anomalias que contaminam a imaginação da integridade fundando tais institucionalidades e governos.

Afinal de contas, quem pode ser protegida pela regulação de feminilidade? Quem deve ter seus direitos reconhecidos e garantidos na dança institucional dos afetos imperiais? Essa relação da Lei com a normalidade, que nasce com o enquadramento científico, moral e sociopolítico de uma determinada época, aqui se fundamenta nesta antecipação do conflito, onde o uso da violência se torna legítima como uma forma necessária de resolução da ameaça que periga desestabilizar o ordenamento em uma crise de representação. O triste é confirmar que em toda afoita construção de humanidade essa representação quase sempre nasceu cindida.

Digo isto porque vivemos, em muitas medidas, em uma normalidade que se instaura e se preserva por um cotidiano de exceção, de crise, de emergência. Por isso a narrativa de *superação* ou de *proteção* precisa ser aprofundada para entendermos quais sinais, repertórios e efeitos se tornam imperativos de se ter em certa filiação para que nos permitam sair vitoriosos. Em outras palavras, para também compreender os processos em que o dom de um corpo excepcional vai ser considerado natural e não simplesmente anormalidade.

Com isso em mente, precisamos nos assustar com a facilidade com que aceitamos a rotina do desastre e da debilitação como a forma hegemônica de integração política e cultural da vida contemporânea. Lembrando da minha pergunta no fim do primeiro capítulo, talvez não seja possível mantermos qualquer tipo de regulação do ordenamento social sem uma consequente normalização pautada em disputas por valor, que marca, machuca e coage alguns, ao mesmo tempo em que garante uma vida digna, justa e participativa para outros. Não temos como torcer nem modificar prontamente a complexa tessitura que sustenta a realidade. São séculos de rupturas, evoluções e desenvolvimentos, mas também de continuidades bem particulares. Neste registro que determinados valores, significados e práticas que informam a

encarnação do corpo – individual e político – podem passar por transformações vagarosas em cada escala social. Então não significa que devemos abandonar esse esforço em incorporar ou visibilizar novos modelos de inteligibilidade, composições morais e formas de vivência.

O trabalho do *testemunho* me parece imprescindível para alargar essas narrativas e políticas (Arendt, 2016). Pelo menos para deixar mais visível os processos afetivos e materiais que estão em jogo nessas abrangentes disputas de valor pelos sentidos do mundo. Em uma entrevista, em julho de 2019, após a decisão da CAS de validar a nova regulação da IAAF em nome da integridade do esporte feminino, Semenya articula essas palavras: “Eu não posso dizer que fui vitimizada, acho que dei um exemplo. Estou neste mundo por um motivo. Eu acho que sou um testemunho vivo”. Depois de também explicar que a continuidade do caso por tanto tempo a destruiu “mentalmente e fisicamente”, ela se compara com Jesus, dizendo que: “eu fui crucificada, eu fui maltratada, eu fui chamada de vários nomes, mas no fim do dia ainda estou aqui, ainda estou viva, ainda estou de pé”. Por isso, o que ela poderia fazer de mais significativo seria “simplesmente ir lá para fora, lutar por aqueles que não podem lutar por si mesmos, lutar por seus direitos”.²⁰¹ Uma construção biográfica com uma projeção de futuro em que o *sacrifício* é a norma para alguns, enquanto a possibilidade de estar completo e amparado são formas de imunidade que se sustentam com essa exclusão, negação e debilitação dos que precisam ceder para manter qualquer verdade ou valor firmando nosso tempo presente.

De outra maneira, essa distinção crítica entre *verdade* e *testemunho* acontece justamente para contrapor eticamente o valor dado à neutralidade dos documentos, das perícias, da historiografia oficial (Benjamin, 1987; Endo, 2008). Se a tradição foi esfacelada (Arendt, 2016), ou quase sempre foi cindida, o testemunho retoma um lugar de fronteira, como a ferida colonial, para cobrir esse espaço entre a *memória* e a *história*, a fim de considerar novas imaginações, transmissões e responsabilidades para montar um futuro comum. A integridade conflituosa da experiência subjetiva importa nesta forma de narrar. Justamente porque a maquinaria biopolítica da excecionalidade se articulou de várias maneiras ao longo do tempo (Arendt, 2013; Mbembe, 2018), seja com as colônias e os sistemas de *plantation* que tinham base na escravidão, seja com as grandes guerras e os campos de concentração calculados para a morte, seja com as políticas de classe higienistas para no limite chegar na racialização eugenista, com *apartheids*, controles reprodutivos, reassentamentos, encarceramento em massa. Afinal, as

²⁰¹ A entrevista pode ser lida aqui:
<https://www.bbc.com/sport/athletics/48820717>

racionalidades e os métodos para subjugar com fins normalizantes habitam no seio dessa disputa por soberania e representação na história ocidental.

De modo que já deve estar evidente que a “necessidade” de proteção e de justiça que são pleiteadas com as regulações esportivas, inscrita dentro do campo natural das diferenças sexuais entre homens e mulheres, na verdade sempre esteve composta a partir do campo cultural das disputas por valor que fundamentam a qualidade da realidade que se deseja, que se vive, que se regula. Queremos atenção, portanto, aos esforços em evidenciar, narrar e dar conta dos eventos ou das pessoas que resistem à representação, com a passagem da violência, porque há uma capacidade dessas regulações em apagar qualquer excesso de realidade. O excesso às vezes imposto ou por vezes encarnado que vaza à classificação. Seria um vagaroso trabalho para deixar mais visível os múltiplos processos dessa fabricação da realidade moderna em tempos debilitantes. Porque todo relato, protocolo, súplica ou informe para a imprensa estão cheios de significados polarizados nesse fluxo de projeções e encarnações que fomentamos (e que habitamos) cotidianamente.

Em outra escala, estima-se com os poucos dados disponíveis que 14% a 39% dos atletas de elite intencionalmente mudam suas corporalidades com alguma forma de doping (de Hon, Kuipers, van Bottenburg, 2014). Um estado sintomático dessa vontade de sobressair entre expectativas, tecnologias, honras e financiamentos sempre politizados. Em 2012, quando Caster ainda estava em hormonioterapia forçada para abaixar suas taxas naturais de testosterona, mesmo assim ela garantiu o segundo lugar na final dos 800 m nos Jogos Olímpicos de Londres. A primeira colocada, a russa Mariya Savinova, posteriormente perdeu a medalha de ouro (que foi transferida para Semenya) como também foi banida por quatro anos em meio ao escândalo de doping financiado pelo governo da Rússia.²⁰² Em um circuito afetivo similar, a ex-atleta de salto com vara Yelena Isinbayeva, que também foi banida com toda a delegação de atletismo do país e que não pode competir na Rio 2016, hoje apoia a implementação das regulações para a categoria feminina feita pela IAAF. Ela foi eleita neste mesmo ano para participar da Comissão de Atletas do COI. Um mandato de oito anos que ainda segue.²⁰³ Por isso digo que

²⁰² É interessante ilustrar três detalhes. 1) Esse escândalo de doping estatal foi primeiramente documentado por outro documentário produzido pelo conglomerado alemão de radiodifusão público ARD. 2) A prisão de Lamine Diack que era presidente da IAAF, em 2015, situação que comento no começo do capítulo, tem relação com esse esquema russo de corrupção e de fraude esportiva. 3) Essa mesma investigação está em andamento há anos, feita por vários organismos esportivos e pessoas vinculadas às institucionalidades, como o professor de direito Richard McLaren. Ele foi um dos três membros independentes apontados pela WADA para inicialmente investigar essa estruturação de doping estatal russo. Seus relatórios podem ser baixados no site da agência antidopagem. Ele também foi, além disso, um dos árbitros da CAS no julgamento de Dutee Chand contra a IAAF em 2015.

²⁰³ Ver referências a seguir:

<https://www.theguardian.com/sport/2014/dec/03/russia-accused-athletics-doping-cover-up-olympics>

não são equações morais simples. Outras variáveis históricas, políticas e sociais estão envolvidas na comparação que faço. As negociações sobre qual seria o atleta limpo, íntegro, merecedor de proteção legal e/ou institucional permeiam lugares conflituosos e contraditórios que se alastram para além do mundo esportivo. Entre as décadas de 1960 a 1980, atletas soviéticas e comunistas eram as principais suspeitas das políticas regulatórias de feminilidade, com seus corpos musculosos, viris e potencialmente dopados, um momento em que todo o aparato político e administrativo esportivo trabalhava para que fossem investigadas e escrutinadas em detalhes. Agora, quando muitas tentam retornar para a competição em esfera internacional, conquistando suas elegibilidades sem a suspeição da impureza e ilegalidade, várias também passam a apoiar políticas debilitantes que marcam e machucam cada vez mais outras atletas em situações periféricas.

São inscrições e relações que não tem fim, mas se complicam demais, especialmente quando saem dos roteiros das instituições corporativas para chegar nas mediações governamentais do jogo geopolítico propriamente dito. Em 2019, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) votou um pedido para que no próximo ano o Alto Comissariado para Direitos Humanos da organização (OHCHR) prepare um relatório sobre essa interseção entre raça e discriminação de gênero no esporte.²⁰⁴ Alguns meses antes, os relatores especiais de Saúde e de Tortura em conjunto com a relatora do Grupo de Trabalho sobre a Discriminação Contra as Mulheres na Lei e na Prática escreveram uma carta ao presidente da IAAF, Sebastian Coe, onde descreveram suas “sérias preocupações” com a aplicação da “DSD Regulations”, em especial porque contrariam normas e estatutos de direitos humanos definidos a nível internacional.²⁰⁵ Uma demanda que vimos ser repetida várias e várias vezes.

O esporte é tido como uma interface crucial da vida da humanidade, então é claro que ele não vai ser considerado imune às leis e aos direitos humanos negociados, consensuados e fortalecidos ao longo da nossa história coletiva. Por mais que esses valores que qualifiquem as normas e as regulações também tenham um roteiro moral muito preciso. Acredito que nossa

<https://www.theguardian.com/sport/2015/nov/09/wada-iaaf-russia-dick-pound-banned>

<https://www.worldathletics.org/news/press-release/iaaf-araf-suspended>

<https://www.theguardian.com/sport/2016/aug/18/yelena-isinbayeva-ioc-voted-athletes-commission-russia-pole-vault-ban>

<https://www.theguardian.com/sport/2017/feb/10/caster-semenya-given-london-2012-gold-after-rival-is-stripped-title-mariya-savinova-farnosova>

<https://www.insidethegames.biz/articles/1077368/isinbayeva-backs-iaaf-and-says-female-athletes-with-high-testosterone-have-colossal-advantage>

²⁰⁴ O documento com o pedido pode ser encontrado a seguir:

https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/40/L.10/Rev.1

²⁰⁵ A carta dos relatores especiais pode ser lida no seguinte link:

https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Health/Letter_IAAF_Sept2018.pdf

tarefa tanto científica quanto política é de tentar sustar, ou ao menos de denunciar, essa sistemática sujeição e regulação dos corpos de cor, dos corpos femininos e dos corpos sexualmente diversos em bases valorativas bem particulares que se tornam tão desiguais a ponto dessas corporalidades serem expostas a formas de violências e de humilhações consideradas “necessárias, razoáveis e proporcionais” pelos órgãos de controle e de justiça.

Porque o que dá liga ao tempo e sentido ao mundo não pode ser tão cruamente excludente como vem sendo. Um manejo de pessoas tanto ordinárias quanto excepcionais no limite do inteligível, que também se torna um limite para a própria justiça. De modo que precisamos alargar nosso futuro compartilhado para além do ciclo sociobiológico que legisla e autoriza uma determinada realidade que só pode ser subsumível ao controle valorativo da racialização e do dimorfismo sexual. Mesmo que alguma regulação social seja necessária, a qualificação dos seus modos de mensurar, conhecer e definir passam por histórias e valores típicos que são difíceis de serem ampliados para integrar mais pessoas, portanto, talvez seja interessante pensar em uma forma de *inscrição moral-material* que se estimule com uma *veracidade da ambiguidade*. Onde não seja necessária uma estabilização antecipada da “verdade” do corpo sexuado. Porque o saber científico e cultural que se transmuta (e que se adensa novamente) em emaranhados de poder pode ter uma autoridade em conferir validade e elegibilidade ao corpo sem uma verificabilidade imediata para que essa forma de vida seja considerada boa, plausível e encarnada. Sem que o medo se sobreponha ao transbordamento do excesso, que pode ser talhado, tratado ou mantido, mas não antes da pessoa ser capaz de compreender suas variações e singularidades. Imagino que isso só seja possível com uma persistente visibilidade que aos poucos dilata os modos de representação social, organização política e reprodução econômica-cultural que interligam as populações do planeta.

Enquanto isso, percorro esses caminhos acadêmicos para escancarar o que considero ser uma perversa arbitrariedade dessas políticas regulatórias. Já que mesmo pautadas em evidências científicas insipientes, frágeis consensos, desconfortos raciais e muito pânico generificado, esses lugares, organismos e racionalidades não querem deixar de se acostumar a determinar os modos de aceitabilidade dos corpos e das relações humanas. Então é preciso seriamente considerar se essas formatações mais atuais das regulações de feminilidade, ainda hoje feitas em nome da ciência e da justiça, não serão daqui a vinte, cinquenta, cem anos deixadas de lado com a mesma vergonha que acompanha esse longo histórico regulatório, com as versões mais antigas arquivadas e ignoradas em suas renovadas sedes institucionais. Precisamos nos perguntar se esses cientistas e gestores ainda tão ávidos em responsabilizar, designar e medicar mulheres de composições biológicas diversas também não serão esquecidos entre os farelos

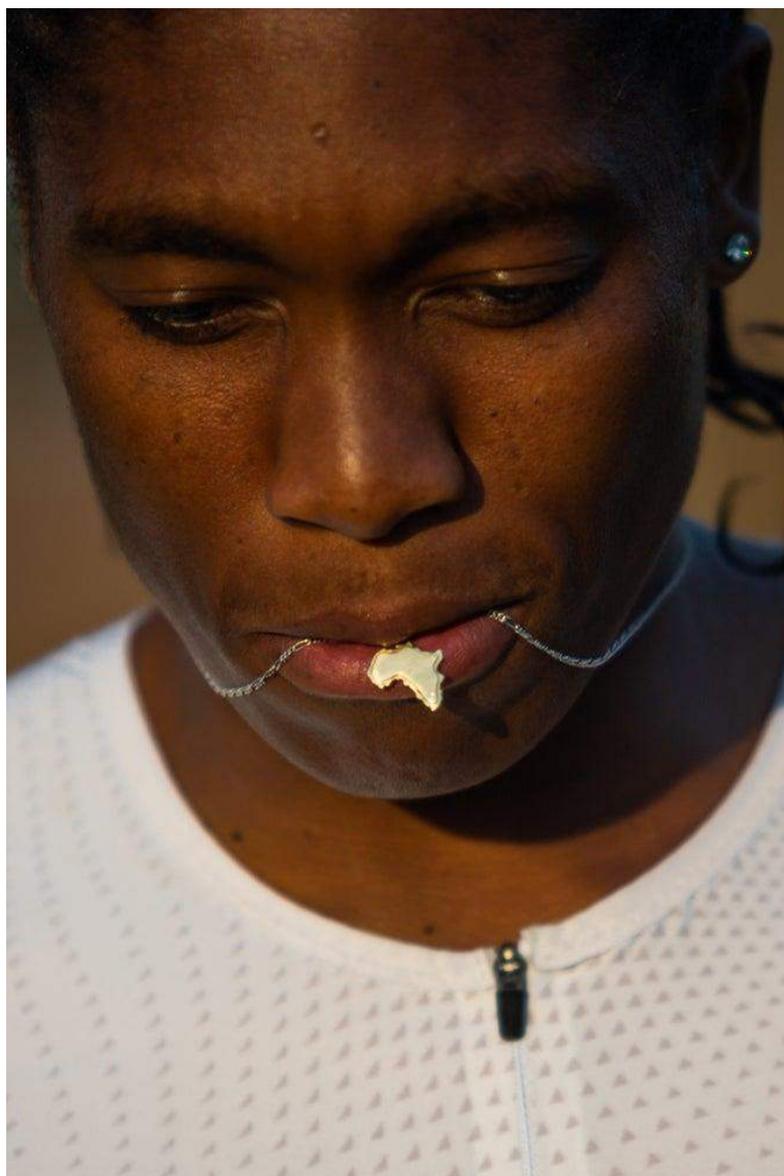
burocráticos que alimentam essas engrenagens modernas. Visto que esses recursos de esquadramento para uma vida comum marcam no tempo todas essas mulheres de cor que tiveram a coragem (imposta, mas não menos farta e inesquecível) de se refazerem inteiramente, de fora para dentro, para que pudessem comemorar o vigor do sucesso atlético (ver fig. 24).

Como importa esse trabalho afetivo e intelectual de deixar mais visível, de expandir as narrativas, de testemunhar sobre a vida, deixo traduzido logo abaixo a carta de Caster Semenya para a plataforma *The Players' Tribune*,²⁰⁶ publicada em setembro de 2019, depois que o Supremo Tribunal Suíço também dispensou a argumentação inicial de que a atleta sofria discriminação e violação de direitos com as políticas regulatórias e consequentemente também negou seu retorno à elegibilidade esportiva no alto rendimento nos eventos restritos.

²⁰⁶ A original pode ser lida a seguir:

<http://projects.theplayerstribune.com/caster-semenya-gender-rights/p/1>

Figura 24: Caster Semenya em fotografia feita para a publicação na plataforma The Players' Tribune.



Fonte: Lauren Mulligan / The Players' Tribune.

Quando eu era uma menina pequena, queria ser uma guerreira.

Eu queria proteger meu país. Eu queria representar meu país. Eu queria ser uma heroína.

Não são muitas meninas que sonham em ser militares de onde eu venho. Nós temos muito orgulho na África do Sul, mas o exército não é um trabalho para uma garota.

Eu cresci no mato com os meus irmãos. Éramos todas boas crianças, mas eu era um pouco bagunceira. Eu jogava futebol todos os dias. Não havia um clube de garotas, então eu brincava com os meninos. Eles achavam que eu era muito boa, então me deixavam jogar.

Minha mãe era professora e cuidou de mim e de meus irmãos. Ela estava em casa na maior parte do tempo. Meu pai trabalhava em Victoria e só voltava para casa uma vez por mês.

Sempre fui próxima dos dois. Ambos me educaram com respeito e me ensinaram sobre respeito – como deixar as pessoas serem quem elas querem ser. Meus pais me disseram que eu poderia fazer qualquer coisa.

Quando eu tinha 12 anos, comecei a correr. Eu era muito boa nisso. Isso me fez feliz. Nunca pensei em dinheiro – em correr como um emprego – porque não queria confundir o motivo que me fazia correr. Entende? No final do dia, eu corro porque adoro correr.

Quando eu era mais velha, em 2009, tive a oportunidade de representar meu país. Eu tinha 18 anos e foi minha primeira corrida profissional – os 800 metros em Berlim. Foi o Campeonato Mundial da IAAF. Eu ganhei o ouro. Minha primeira corrida profissional e eu ganhei ouro. Eu era a melhor do mundo.

Mas as pessoas não comemoraram isso. Não foi o que disseram sobre mim. Eles falaram que eu era um homem. Que eu tinha uma vantagem. Que minha testosterona estava muito alta.

Eles não falaram que eu fui a primeira mulher negra sul-africana a ganhar ouro em um campeonato mundial. Eles não disseram que eu era a melhor.

Eles não me viam como uma mulher de 18 anos. Eles não me viam como uma jovem garota do mato que era a melhor do mundo. Eles não me viam como um ser humano.

Eles me viram como ciência. Eles queriam testar o meu corpo.

Mas você sabe o que eu faço? Eu ignoro todos eles. Eu não leio essas coisas. Eu não os ouço.

Há dois tipos de pessoas neste mundo. Existem pessoas educadas – pessoas que respeitam as pessoas. Pessoas que deixam as pessoas serem quem elas são, quem elas querem ser. Meus pais são pessoas educadas. Minha família é educada. Eu sou educada. Eu respeito você quando você me diz quem você é e eu vejo quem você é.

Então tem essas outras pessoas. Pessoas ameaçadas pela grandeza. Pessoas inseguras ou que têm que criticar os outros por quem eles são. Essas são as pessoas que eu ignoro. Elas não existem. Eu os tranco fora de mim.

Eu tive que ignorar muitas pessoas na minha vida e, ainda agora, por 10 anos como corredora.

Eles testaram o meu corpo. Eles tentaram que eu mudasse meu corpo, que eu tomasse remédio para abaixar minha testosterona. Eu não quero mudar o meu corpo. Não sei quais são os efeitos que esse medicamento terá no meu corpo pelo resto da minha vida. Eu sei que a razão disso é porque sou ótima. Se eu tivesse testosterona alta e não estivesse ganhando, eles se importariam? Eu sei que é uma maneira de ter controle.

Nós na África do Sul sabemos sobre controle. Sabemos sobre dominação e poder. Eu não sou como as outras corredoras. Isso é uma ameaça.

Tinham regras em vigor que me permitiram correr até agora. Mas o presidente da IAAF quer mudar essas regras. É um disparate. Eu sei que eles – aqueles que estão no poder – têm filhas. Eu sei que alguns deles têm esposas. Eles têm filhos. No final do dia, eles vão para casa e não fazem isso com os próprios filhos. Eles acreditam nos filhos ou na esposa quando dizem quem são. Mas eles querem mudar o meu corpo? Submeter-me a testes vergonhosos quando eu digo a eles quem eu sou?

Eu sou a criança de alguém. Eu sou a filha de alguém. Eu também sou a esposa de alguém.

Você não faria isso com eles. Mas você faz isso comigo.

Eu sei quem eu sou. Sei que sou a melhor corredora do mundo. Mas eu também sei o que significa para mim, como mulher, ser a melhor.

Eu sei que inspiro meninas. Se uma jovem garota vem até mim na rua e me pergunta: “Caster, o que devo fazer da minha vida?”. Eu digo a ela: “Menina, o que você vê? O que você quer? O que te faz feliz? No final do dia, é isso que você deve fazer”.

O que vemos e o que queremos nos constitui. Eu diria a mesma coisa para os meninos.

Eles podem fazer qualquer coisa. Eles podem ser felizes. No final das contas, quem eles dizem que querem ser define quem eles podem ser.

Um dia eu vou contar aos meus netos sobre a minha vida. Vou contar sobre a minha infância. Sobre quem eu era. Vou dizer a eles que a avó deles foi a melhor corredora do mundo. Vou contar a eles como me senti quando perdi uma corrida pela primeira vez. Vou dizer a eles que a família é coisa mais importante. Sobre como o resto do mundo não é nada. Família é tudo. Vou ensiná-los sobre respeito. E conhecer a si mesmo. E que o resto do mundo nem sempre acredita em você.

Eu queria ser uma guerreira. E agora eu sou uma de certa forma – lutando pela justiça. Lutando pelos direitos de gênero. Este é um trabalho para uma garota. Mas como um militar de verdade, quando você sai, você pode nunca mais voltar para casa.

Todo dia eu chego em casa com o lindo sorriso da minha esposa.

Eu queria representar meu país. Eu faço isso toda vez que corro. Sou Caster Semenya, a garota do mato sul-africano que é a melhor corredora do mundo.

Eu queria ser uma heroína.

Ainda não posso ser uma heroína porque o meu trabalho não acabou.

Considerações Finais

Refratando o desejo de integridade

É preciso considerar que tanto o acionamento emergencial da regulação quanto a retórica da proteção, segurança e imunidade aos riscos e ambiguidades façam parte de um estranhamento particular que tem se acentuado nessa conjuntura de realidade que nos encontramos hoje, onde as tecnologias e as informações afastam ao mesmo tempo em que materializam tantas relações, conhecimentos e controles. Dito de outra maneira, digo que ao mesmo tempo em que conseguimos acessar e compartilhar experiências individuais como conquistas heroicas ou dramas coletivos, na medida em que somos afetados e representados em segundos por essas referências, também precisamos descobrir como os fios que estruturam as redes de violência e de colonialidade ainda continuam escondidos, operantes e espalhados em formas específicas de cuidado e de justiça. Neste sentido, quando se imagina e se coordena todo um projeto global de esporte de alto rendimento onde a noção de pureza e de unidade ainda é central para o seu funcionamento, com toda certeza teremos (como temos) situações de exclusão radical e/ou de exclusão constitutiva em que se disputam as formas, os conteúdos e os limites dessa mesma incorporação.

O esporte existe como um *lugar de valor*. Afinal, foi um espaço formado para dar conta de esquemas de sensibilidade, ordenamentos sociais e formas de relação. O que tentei fazer nestas páginas de tese foi demonstrar como se operou, ao longo do tempo, uma ramificação singular da classificação e da gestão do mundo esportivo – mesmo que seja uma ramificação crucial – porque integra os mesmos processos políticos em que a moralidade e o conhecimento ocidental sobre o corpo sexuado foram dotados de relevância, poder e carnatura. Foi uma história longa, com continuidades e rupturas, muitos desenvolvimentos técnicos, científicos e somáticos. Uma história sobre controle e constituição da elegibilidade feminina que se desdobrou em vários acontecimentos. Portanto, não se finda agora. A tarefa de narrar reflexivamente tais condições e experiências não permite a minha desvinculação dessa realidade, ao contrário, os conflitos em torno dessa regulação e normalização se amontoam e se intensificam a cada dia.

O esporte, então, continua a ser um lugar de valor. Em meados de 2019 nos deparamos com dois projetos de lei apresentados nas Câmaras Legislativas do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. No Rio, o PL nº 331/2019 foi apresentado pelo deputado estadual Rodrigo

Amorim do Partido Social Liberal (PSL), enquanto em São Paulo, o PL n° 346/2019 foi apresentado pelo deputado estadual Altair Moraes do Republicanos. São encaminhamentos legislativos distintos, mas ambos os projetos buscam estabelecer, em cada Estado, “o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais”. Com textos praticamente idênticos, os dois PLs sustentam que nenhum/a atleta poderia competir com a “identidade de gênero ou expressão de gênero diferente de seu sexo biológico”.²⁰⁷

Essa definição do *sexo biológico* encontra similitude no arcabouço folclórico e científico de toda argumentação que vimos até agora, a saber, que “do ponto de vista fisiológico (...) a formação orgânica não muda”, especialmente porque o corpo dos homens “foi moldado com auxílio do hormônio masculino testosterona”. Sem revisar as simplificações e os erros dessa argumentação falaciosa, pois acredito que uma sistematização do sexo/gênero no esporte de alto rendimento já foi suficientemente analisada ao longo desta tese, vale recriar mentalmente uma imagem: a interseção amplamente citada em trabalhos acadêmicos da fita de Möbius que exemplificaria o definitivo entrelaçamento do somático/biológico (tido como o lado de dentro) com o social/ambiental (tido como o lado de fora). Ambos os lados possuem, no fim das contas, o mesmo traçado, conteúdo e sentido.

De modo que a materialidade do corpo sexuado também se estrutura e se repete na encenação normativa dos trâmites jurídicos e administrativos que permite a validade e a elegibilidade dos modos em que a feminilidade e a masculinidade são incorporadas todos os dias – mesmo que não haja uma biologia imutável, essencialmente rígida e completamente dimórfica. Enfim, acompanhamos uma modulação reticular tanto das ideias, dos fluxos informacionais e das formas de conhecer quanto dos assentamentos materiais em códigos, leis, sistemas e obstáculos diversos que estão presentes nas forças de controle, de disciplina e de soberania. Essas forças se caracterizam pela gestão valorativa das pessoas e populações que

²⁰⁷ Ainda que tenham o mesmo texto e objetivo, a tramitação dos dois PLs são distintas. O PL no Rio de Janeiro está distribuído desde agosto de 2019 na Comissão de Constituição e Justiça com um pedido de vista feito pelo deputado estadual Waldeck Carneiro (PT). Enquanto em São Paulo, vários pareceres, documentações e votações já foram realizadas em algumas Comissões da Casa. Há um grave risco do PL ser aprovado no Estado, mesmo que tenha caráter aparentemente inconstitucional, pois fere o artigo 217 da Constituição Federal de 1988, que garante autonomia às entidades esportivas quanto a sua organização e funcionamento. Esse ponto, em especial, tem que ser esmiuçado futuramente, a fim de entender a origem e o impacto da “autonomia” dessas entidades esportivas com a “soberania” que garante a autoridade normativa do Estado brasileiro. Os dois PLs podem ser encontrados a seguir:

http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzZmVhZGU3M2E2NmZmNDMyYzgzMjU4M2QxMDA2NTg4NjU/T3BlbkRvY3VtZW50#

<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000261787>

sempre deslizam da estruturação antecipada do biológico para um agenciamento das figuras e vontades que existem na disputa pela humanidade.

Dito isto, gostaria de ter nesta conclusão algumas possibilidades mais concretas de resolução de qualquer crise de representação, de disputa por valor do corpo encarnado, de outras éticas, metodologias e formas de consenso científico que sejam mais inclusivas, cuidadosas e capazes de se refazerem para um aprofundamento da vida sem destruir o conforto de uma ideia de inteligibilidade na “verdade” que fundamenta nossa realidade comum. Mas não enxergo nenhuma solução que fuja desse modelo epistêmico em tão curto prazo. Possivelmente com a disseminação mais complexa e contraditória do que seria o corpo sexuado naturalmente feito e socialmente vivido poderíamos ter esse espraiamento das possibilidades de existência, tanto simbólica quanto material, conseguindo uma convivência sem tanta normalização regulatória. Não é o caso. Ainda vemos, com todas as histórias globais e a partir dos dois projetos de lei apresentados no Brasil, que esses espólios corporativistas, afetos imperiais, desconfortos raciais e pânticos generificados estão tentando se sedimentar cada vez mais localmente por serem inscritos e também por se perceberem dentro desse emaranhado imaginativo e regulatório de escala supranacional.

O questionamento que busco fazer agora segue a linha de outras demandas sociais contemporâneas, nesse sentido, como seria frear essas regulações desiguais e violações debilitantes (que acompanham gestões tanto nacionais como corporativas) com o recurso das cúpulas, relatorias, sanções e documentações sobre os direitos humanos segundo uma conciliação internacional que parece estar cada vez mais conflituosa, falível e/ou menosprezada? Em um momento em que os valores estão sendo mais emanados das instituições jurídicas e administrativas de cada país, ainda conseguimos denunciar essas situações como tortura e/ou mutilação para que elas efetivamente sejam revistas, reparadas e recontadas por esse prisma da colonialidade do poder? Ou será que a debilitação como um projeto especulativo e como um motor de racionalidade está tão fundida em nossas vidas que tais apelos se tornam retóricas esvaziadas de confiança e até de empatia, sendo incapazes de assujeitar, transformar ou proteger essas pessoas com diversidade corporal e/ou identitária? Pessoas que só vão ser integradas na medida em que perdem alguma coisa significativa pelo caminho, como lembramos pela história de mutilação e de refúgio vivida por Annet Negesa, enfim incorporada a um roteiro humanitário.

Precisamente porque a *integridade* que se forja nessas gestões, administrações e relações tem desejo de unidade, de completude, de responsabilidade. São valores que ocupam uma imaginação contemporânea em torno da “justiça” e da “igualdade” assim como o antigo

progresso que marcava a “civilização” e a “independência” já aqueceu os afetos imperiais e as tramas coloniais. A integridade então se encarna como desejo, busca e sacrifício. Aparece como ponto cardinal dentro das disputas morais que qualificam tanto as diretrizes científicas como as governanças globais. Afinal, ela não reflete nem informa apenas experiências singulares no esporte de alto rendimento, mas também enquadra esses fenômenos densos, (geo)políticas complexas e inscrições corporais diversas. A partir de uma análise multisituada dessa gestão esportiva moderna em seus aspectos históricos, científicos e sociais conseguimos evidenciar alguns conflitos, leituras e interseções que sustentam a *materialização* da feminilidade e da masculinidade, seus conteúdos, limites e referências na contemporaneidade.

O desejo de excluir ao mesmo tempo em que também se quer integrar surgiu no âmbito esportivo no mesmo momento em que essas instituições estavam se imaginando e se estruturando internacionalmente. Acompanhamos um pouco das transformações que fizeram com que a proteção se alterasse do formato da suspeição para a justiça, ainda que essa insatisfação e vigilância com a ambiguidade tenha se mantido, como nos métodos e protocolos antidopagem, em mais um artifício de gestão da pureza e do pertencimento. Então a necessidade de verificar como também de atestar a feminilidade de uma certa atleta seguiu esse *controle dos excessos* através das técnicas somáticas e dos conhecimentos científicos mais atuais de cada época. A regulação hormonal, portanto, aparece como mais um critério para determinação biológica dos tipos aceitáveis do corpo sexuado. Essa validação do natural, do dom, do sucesso atlético, vai atravessar toda uma *qualificação da normalidade* de fundo propriamente social, político e moral-afetivo. Uma forma específica de ser mulher, de ser atleta profissional, vai ser inscrita, regulada e disseminada.

O corpo, especialmente na figura do corpo sexuado, sempre foi concebido e administrado como um lugar de privilégio desse *desejo de integridade*. Por isso, o corpo atlético também foi minuciosamente investigado, regulado e capitalizado. Entendemos que esse corpo pode ser encarnado através de inscrições, materializações, estratégias e pedagogias vastamente diversas, que devem ser tanto produtivas como repressivas, fomentando agência, direitos e visibilidade como também humilhação, debilitação e adoecimento crônico. Os saberes e as práticas que informam essas produções regulatórias existem em espaços de conflito, com antigas disputas feitas por autoridade, metodologia, ética e distinção, ancorando e impelindo os próprios enquadramentos narrativos na medida em que eles são imaginados, regulados e legitimados como espaços de proteção e/ou de violência. De modo que toda essa amálgama de atuações, discursos e verdades se fazem e se refazem ao longo do tempo, definindo as maneiras (e os limites) com que os nossos sistemas de classificação, relação e governo são instituídos.

Neste sentido, a naturalização dessas conformações de vida, ou melhor, a *sedimentação* desse desejo por integridade que mobiliza a realidade, também alimenta um projeto valorativo que tentamos rastrear. O cuidado, a tutela ou o controle propriamente violento dos corpos femininos navegam em águas tumultuadas que vêm desse amplo processo de acumulação e de domínio movido pelas tradições ocidentais. Assim sendo, permitir a participação das mulheres no esporte era um obstáculo de virtuosismo no fim das contas necessário de se transpor, mas associar suas corporalidades e rendimentos com algo além de destreza, graciosidade ou beleza foi um salto no escuro além do imaginado. A vergonha, o estigma, a humilhação são sentimentos com marcas generificadas, vimos histórias que abriram mais o prurido dessa ferida, vimos também que ela pode ser muito mais ecoada quando sentida em um determinado local histórico e social. Mas todos esses caminhos minoritários nós conhecemos bem. Por isso tentei demonstrar como funciona a cadeia de mediação, aceitação e incorporação de marcadores, qualidades ou desempenhos, notadamente pelo arquétipo da *virilidade* que aparece em musculaturas, hormônios, capacidades, entre outras constituições corporais potentes e heroicas, porque ela também foi, continua a ser e vai ser permanentemente um *atributo feminino*.

A força e o vigor são composições corporais de todos os corpos sexuados. Elas surgem e se desenvolvem através de várias maneiras assintomáticas ou não, atléticas ou não, desejadas ou não. A identidade, a característica sexual, o rendimento esportivo – são aspectos que sempre vazam da rigidez do binarismo. Essa (des)conexão entre o que a masculinidade pode ser, sem limites de força ou de rendimento, com a sistemática limitação da *feminilidade excessivamente masculina*, que rasga suas fronteiras para assumir qualidades e materializações que jamais deveria possuir, parece ser o ponto nodal dessas complexas manifestações de imaginação, controle e valor. A *masculinidade feminina* não pode superar nem embaralhar os signos que legislam a realidade material dos corpos sexuados, ainda mais quando eles se vinculam às particularidades históricas, sociais e políticas que garantem essa longa série de desigualdades que significam os nossos processos de mensuração, conhecimento e representação. Em suma, ela rompe em vida em conjunto com essa necessidade de (re)integração ontológica do ordenamento orgânico das intimidades, corporalidades e verdades que nos fundamentam.

Enquanto essa organicidade não for entendida segundo a mesma produção de *excepcionalidade* que define a estruturação do real e do direito em nossas sociedades, todas essas violações, sedimentações e dores vão continuar sendo proliferadas sem efetiva contestação. Mesmo assim, quis demonstrar como essas mulheres com corpos atléticos diversos também podem pertencer em lugares não tipificados como femininos, que elas também são vitoriosas, têm força, potência e vigor, que elas encarnam musculaturas e virilidades bem específicas.

Afinal, a beleza dessas formações não surge apenas da reeducação do olhar, mas se encontra no entendimento de que, em meio aos cálculos populacionais e às moralidades hierárquicas, temos corpos inexoravelmente únicos que se ligam nessas complicadas tessituras sociais.

Então a *encarnação biológica* não está isenta de valores. É o seu oposto mais profundo. Qualquer acesso ou vivência das experiências sociais passa pela qualificação dos corpos tanto legíveis quanto aceitáveis. Enquanto comunidade, especialmente dentro da sociabilidade ocidental, temos permitido que certos corpos menos valorizados sejam publicamente avaliados, inspecionados, marcados e corrigidos porque a garantia de direitos ou de reconhecimento que são compartilhados e consolidados historicamente ainda se alinha com esse desejo de integração divergente. Neste sentido, a proteção estatal, a manutenção de privacidade, a capacidade de autonomia sem resistência ou a incorporação sem exclusão, tornam-se projetos de completude para poucos. Estamos falando dessa constituição contraditória da autoridade que permite os modos de representar, conciliar e proteger dentro de uma *imaginação moral* particular que o corpo político fomenta em determinada época. Um tipo de imaginação que, neste caso, se consome pela moralidade ensejada como mais íntegra. Então o vasculhamento de “corpos atípicos” para sustentar valores e justiças reforça essa lacuna discursiva que é a capacidade de integrar na medida em que se apaga possibilidades de existência com a exclusão, a mutilação e o sofrimento social.

No fim das contas, argumento que a tarefa regulatória é antes de tudo um exercício político. No sentido ontológico, isto é, tanto de dar como de garantir a vida, além de abrir o campo de possibilidade da realidade. Por isto a necessidade de entender seus emaranhados somáticos, científicos e socioculturais a partir dessa longa história sobre a concepção e o uso do corpo sexuado dentro de uma filosofia e uma economia acima de tudo moral que sempre esteve em constante disputa. Todos nós estamos continuamente revendo e reimaginando as concepções de corpo, vida, civilidade e coletividade que engordam de sentido à vida ordinária, todas essas categorias que avaliamos até agora que utilizam formas de *humanismo* como valor. Especialmente em um tempo histórico em que o jogo da política se faz por uma contaminação moral dos valores que precisam ser administrados e assegurados por lei. Neste sentido, as experiências transexuais e intersexo no mundo esportivo pavimentam mais um caminho para compreendermos essas transformações e cristalizações do corpo e da vida em sociedade. Suas histórias desvelam a violência por trás da proteção, mas também iluminam o que vaza de ambiguidade, de sobreposição, de complexidade nessa tentativa de forjar um controle dos corpos e do mundo comum.

Todas essas regulações são políticas altamente instáveis teimando em estabilizar imaginações e encarnações que representam parcelas específicas de populações diversas. Determina-se uma linha arbitrária (mas rastreável) de separação das atletas, dos sujeitos em referência ao corpo político, só que esta linha é muito frágil, degradada e perigosa, precisando ser sempre reajustada. Temos que lembrar desses bastidores e dessas histórias para não repetirmos decisões socialmente contingentes mascarando-as como questões e atributos imutáveis de uma natureza intransigente. A responsabilidade de agir eticamente surge dessa consciência das complexas interconexões nas formas de conhecimento, nos históricos afetivos dos estados, institucionalidades e corporações, nas disputas por autoridade científica e legitimidade em termos de cidadania, nas práticas materiais, administrativas e regulatórias que marcam e debilitam alguns corpos para benefício de outros. Portanto, enquanto não desfiarmos repetidamente o fio que nos embola, vamos permanecer nesse rumo da excecionalidade forjada como igualdade, que vai continuar sustentando o abismo da hierarquia, da violação e da reparação vergonhosamente atrasada.

Glossário

Cariótipo

É o conjunto cromossômico dentro do núcleo de uma célula, que representaria a composição cromossômica de uma espécie. O último par dos 23 pares de cromossomos em humanos são conhecidos como os cromossomos sexuais, neles que se inscrevem a grande maioria das chaves para a diferenciação sexual acontecer – mas não somente, pois também há ação dos cromossomos autossômicos, como apontam cada vez mais os estudos científicos. O exame de cariótipo é, portanto, um exame para determinação do sexo cromossômico ou de alguma condição congênita. Realiza-se ao extrair sangue para cultivo citogenético, com o objetivo de analisar células no estágio de metáfase da divisão celular, isto é, uma fase em que o DNA está em grau máximo de condensação e é possível a observação dos cromossomos através de um microscópio.

Clitoromegalia

Considerado, em mulheres, um aumento atípico do clitóris.

Clitoroplastia

Cirurgia feita para a correção estética do clitóris, a fim de reduzir seu volume e/ou aumentar sua área de exposição.

Consenso de Chicago

Foi uma conferência proposta em 2005 pela *Lawson Wilkins Pediatric Endocrine Society* (PES) e pela *European Society for Paediatric Endocrinology* (ESPE), que reuniu cerca de cinquenta médicos de várias especialidades (e, apesar de pioneira neste sentido, apenas duas participantes intersexo participaram, as ativistas Cheryl Chase e Barbara Thomas) para discutirem sobre os protocolos, manejos e gerenciamentos sociais, médicos e científicos que envolvem casos de intersexualidade. Como resultado da conferência foi publicado em 2006 o texto “Consensus Statement on Management of Intersex Disorders”, que servia de *guideline* atual, em níveis

internacionais, para tais protocolos, manejos e gerenciamentos das condições intersexuais. Em 2016, o documento foi atualizado pelos membros do *Global DSD Update Consortium*, com a publicação do artigo “Global Disorders of Sex Development Update since 2006: Perceptions, Approach and Care”.

Cromatina Sexual ou Corpúsculo de BARR

A cromatina sexual ou o corpúsculo de BARR acontece quando o cromossomo X está inativo e espiralizado. Isso ocorre em composições cromossômicas em que há mais de um X presente, por exemplo 46, XX ou 47, XXY. Em casos de somente um X presente (tipo 46, XY), o único X fica ativo no par dos cromossomos sexuais.

Deficiência de 17 β -hidroxiesteroide desidrogenase tipo 3 (17- β -HSD3)

Condição em que há mutação na enzima 17 β -HSD III em cariótipos 46, XY fazendo com que a produção de androstenediona aumente, ao mesmo tempo em que não há biossíntese de testosterona.

Deficiência de 3 β -hidroxiesteroide desidrogenase (3 β -HSD)

Condição que parece ser uma variação da Hiperplasia Adrenal Congênita que resulta da mutação da enzima 3 β -HSD e desequilibra toda a biossíntese do cortisol, por sinal, acontece em cariótipos tanto 46, XX quanto 46, XY.

Deficiência de 5 α -redutase tipo 2 (5-ARD)

Condição em que há mutação na enzima 5-ARD em cariótipos 46, XY fazendo com que a produção de testosterona seja mais elevada, ao mesmo tempo em que há uma complicação na biossíntese de DHT, um hormônio andrógeno mais potente. Toda a recepção hormonal desses hormônios androgênicos pode estar parcial ou completamente comprometida.

DDS ovotesticular

Condição em que há a presença gonadal de tecido tanto ovariano quanto testicular em qualquer tipo de cariótipo.

Distúrbios ou Diferenças do Desenvolvimento Sexual (DDS)

Proposta em 2006 pelo “Consenso de Chicago”, com atualização feita em 2016, configura uma nova terminologia científica e biomédica para tratar as condições intersexuais, afastando-se de termos anteriores como intersexual e *hermafrodita*.

Escala de Maturação Sexual (MXPX)

Método de diagnóstico dos estágios do desenvolvimento sexual de um indivíduo, proposto por J. M. Tanner, onde as mamas femininas são avaliadas quanto ao seu tamanho, forma e características. São definidas em uma tabela que vai do “M1”, estágio infantil e pré púbere, até o “M5”, estágio adulto e pós púbere. Esta identificação de maturação sexual é realizada em conjunto à análise dos pelos pubianos, cuja tabela de desenvolvimento sexual também é similar ao das mamas, indo de “P1” à “P5”.

Escala Prader (I-V)

A Escala Prader é uma classificação de virilização elaborada em 1954, por Andrea Prader, para sistematizar os níveis de ambiguidade genital e de separação generificada das anatomias corporais.

Esteroides Anabólicos Androgênicos (EAA)

São hormônios de origem androgênica, sendo compostos sintéticos ou naturais, que se ligam de formas distintas aos receptores androgênicos que existem no corpo humano. Essas substâncias variam em funcionalidade, como também efeitos anabólicos (possibilidade de desenvolver musculatura) e androgênicos (possibilidade de virilização dos caracteres secundários).

Genitoplastia

Cirurgia feminizante que engloba reconstruções clitorianas e vaginais, como a clitoroplastia e a vaginoplastia.

Guidelines

São publicações ou parâmetros científicos, neste caso também biomédicos de “consensos” protocolares, manejos e formas de conduta referentes às condições e aos casos de intersexualidade.

Hermafrodita, Pseudo Hermafrodita e Hermafroditismo

Classificação antiga, rastreada desde à Antiguidade, para identificar pessoas que supostamente continham os dois sexos ou assumiam publicamente os dois papéis sociais generificados, com posições e atitudes tanto masculinas quanto femininas. Essas definições se modificam ao longo da história com o uso do mesmo termo e seus acréscimos: pseudo, falso, verdadeiro. Como possui um rastro cheio de significados e registros pejorativos, sua utilização na atualidade não é bem vista por muitos acadêmicos, médicos, familiares e pessoas intersexo. Contudo, alguns ativistas ainda a utilizam como forma de denúncia e protesto frente às normalizações técnico-somáticas que ainda vivenciam.

Hiperandrogenismo

Considerado um distúrbio endócrino em mulheres em idade reprodutiva (ainda que também se desenvolva e afete homens) que se caracteriza pelo excesso de hormônios androgênicos, como a testosterona, culminando em manifestações clínicas que incluem acne, pele oleosa, aumento de pelos, aumento de libido, alterações menstruais, entre outras formas de “virilização” dos caracteres sexuais secundários, como queda de cabelo e voz grossa, além de outras associações endócrinas, como diabetes tipo 2 e obesidade.

Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC)

Condição em que há mutação na enzima 21-hidroxilase produzida no córtex adrenal em qualquer tipo de cariótipo. “A ausência ou inatividade funcional dessa enzima impede a produção normal de cortisol e de aldosterona (em até 75% dos pacientes), desviando os produtos intermediários acumulados para a síntese excessiva de andrógenos”, isto é, de hormônios androgênicos, como a testosterona. A literatura médica indica que a combinação dessas variações congênitas, genéticas e hormonais, que se manifestam desde o período intrauterino, são “responsáveis pelo surgimento, ao nascimento, de um quadro clínico clássico na criança: genitália externa ambígua com vários graus de virilização (nas meninas) e macrogenitossomia (nos meninos)” (Telles-Silveira *et al*, 2009, p. 1113). Em sua forma clássica a condição também é perdedora de sal, sendo assim o mais recorrente caso de intersexualidade que, à primeira vista, pode conter risco de vida.

Hipospádia

Variação anatômica – muito comum em homens e não tão comum em mulheres – em que o meato urinário, isto é, a abertura da uretra na genitália, não está localizado em sua posição típica, seja na ponta da glândula do pênis, seja na parte exterior da vagina.

Hormonioterapia

Administração ou supressão de hormônios para vários fins, como terapia de masculinização, feminização, tratamento de câncer, reposição hormonal após a menopausa, entre outros.

Intersexo e Intersexualidade

Inicialmente um termo biomédico para classificar as variedades de “ambiguidades sexuais” identificadas, foi aos poucos sendo abandonada pela literatura científica e médica, ao mesmo tempo em que se consolida como uma categoria identitária e de reivindicação social e política. Neste sentido, “intersexualidade” designa variedades de condições congênitas em que a anatomia em suas múltiplas camadas – genitais, gonadais, hormonais, cromossômicas e/ou moleculares – não se conforma em uma definição de masculinidade ou de feminilidade entendidos como típicos para homens e mulheres. Por sua vez, “intersexo” se fortalece como

uma categoria social e identitária que reflete as pessoas com essas variações biológicas atípicas para as composições sexuais hegemônicas.

Síndrome de Insensibilidade Parcial ou Completa aos Andrógenos (SIPA/SICA)

A Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos (SIA – e AIS, em inglês) é uma condição ligada ao cromossomo X que afeta indivíduos com cariótipo 46, XY, nos quais há “prejuízo total ou parcial” do processo de virilização intrauterina devido à alteração funcional do receptor de andrógenos, isto é, dos hormônios masculinos (Melo *et al*, 2005, p. 88). Essa virilização intrauterina diminuída significa que em casos totais o fenótipo será tipicamente feminino (com o desenvolvimento de genitália feminina, apesar das gônadas testiculares não desenvolvidas), já em casos parciais o fenótipo será ambíguo, o que levará às investigações e aos gerenciamentos sociomédicos de pacientes com tal condição.

Vaginoplastia

Cirurgia que serve para dois propósitos: reconstituir a anatomia vulvo-vaginal, por exemplo, com reconstruções estéticas dos lábios vaginais, ou também criar e aprofundar um canal vaginal, procedimento que requer o uso pós-cirúrgico de dilatadores vaginais.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGRAWAL, Anuja. “Gendered Bodies: The Case of the Third Gender in India”. **Contributions to Indian Sociology**, 31(2), 1997.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A Guerra não Tem Rosto de Mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Miguel Vale de. “O Corpo na Teoria Antropológica”. **Revista de Comunicação e Linguagens**, 33, 2004, p. 49-66.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019a.

ALMEIDA, Silvio. Neste delírio, o negro que afirma que não há racismo ou nega a consciência negra teria “autoridade” para falar. O negro, nesses casos, não tem autoridade, mas tem “autorização” dos racistas para falar apenas o que eles querem ouvir. Confunde-se autoridade com autorização. São Paulo, 21 nov. 2019. Twitter: @silviolual. Disponível em: <https://twitter.com/silviolual/status/1197583986945658885> Acesso em: 21 nov. 2019b.

ALMEIDA, Silvio. Racismo exige controle, estabilidade, capacidade de metabolização e normalização da subjugação do outro. Por isso, é comum que em uma sociedade racista haja espaços para que os racializados falem de si. Isso torna a violência racial algo “normal”. São Paulo, 21 nov. 2019. Twitter: @silviolual. Disponível em: <https://twitter.com/silviolual/status/1197581958219481088> Acesso em: 21 nov. 2019b.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London/New York: Verso, 1991.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: La New Mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

APPADURAI, Arjun. “Playing with modernity: The decolonization of Indian Cricket”. **Altre Modernita**, 14, 2015.

ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

AZIZE, Rogerio Lopes. “Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2008, p. 7-30.

BAHRI, Deepika. “Feminismo e/no pós-colonialismo”. **Revista Estudos Feministas**, v. 21 (2), 2013, p. 659-688.

BASSANI, Paulo; CARVALHO, Maria Aparecida. “Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 9, 2004, p. 69-76.

BEAMISH, Rob; RITCHIE, Ian. “From chivalrous ‘brothers-in-arms’ to eligible athlete: Changed principles and the IOC’s banned substance list”. **International Review for the Sociology of Sport**, 39 (4), 2004.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. *In*: Walter Benjamin. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERMON, Stéphane. “Androgens and athletic performance of elite female athletes”. **Curr Opin Endocrinol Diabetes Obes**, n. 24, 2017, 246-251.

BERMON, Stéphane; GARNIER, Pierre-Yves. “Serum androgen levels and their relation to performance in track and field”. **British Journal of Sports Medicine**, n. 51, 2017, p. 1309-1314.

BERMON, Stéphane *et al.* “Serum androgen levels are positively correlated with athletic performance and competition results in elite female athletes”. **British Journal of Sports Medicine**, n. 52, 2018, p. 1531-1532.

BERMON, Stéphane *et al.* “Serum Androgen Levels in Elite Female Athletes”. **Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, 99 (11), 2014, p. 4328-4335.

BERSAGEL, Annie. “Is there a Stare Decisis Doctrine in the CAS? An Analysis of Published Awards for Anti-Doping Disputes in Track and Field”. **Pepperdine Dispute Resolution Law Journal**, v. 12 (2), 2012.

BETANCURT, Jonathan Ospina *et al.* “Hyperandrogenic athletes: performance differences in elite-standard 200m and 800m finals”. **Journal of Sports Sciences**, 2018.

BHASIN, Shalender *et al.* “Testosterone dose-response relationships in healthy young men”. **Am J Physiol Endocrinol Metab**, 281 (6), 2001, p. E1172-E1181.

BHASIN, Shalender *et al.* “The Effects of Supraphysiologic doses of T on muscle size and strength”. **The New England Journal of Medicine**, v. 335 (1), 1996.

BLACKLESS, Melanie *et al.* **How sexually dimorphic are we?** Review and synthesis. **American Journal of Human Biology**, v. 12 (2), 2000, p. 151-166.

BOHUON, Anaís. “Gender Verifications in Sport: From an East/West Antagonism to a North/South Antagonism”. **The International Journal of the History of Sport**, 32:7, 2015, p. 965-979.

BONET, Octavio. **Saber e Sentir**: uma etnografia da aprendizagem da biomedicina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

BORBA, Rodrigo. “A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais”. **Cadernos Pagu**, n. 43, 2014, p. 441-474.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. *In*: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. “Como se pode ser desportista?”. *In*: **Questões de Sociologia**. Lisboa, Fim de Século Edições, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “Senso de Honra”. *In*: CORRÊA, M. (org.). **Ensaio sobre a África do Norte**. Campinas: Ed. IFCH/UNICAMP, 2002, p. 51-87.

BOYKOFF, Jules. **Power Games**: A Political History of the Olympics. Londres: Verso, 2016.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**, nº 26, 2006, p. 329-376.

BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora*. New York: Routledge, 1996.

BRODSKY, Jill; GENEL, Myron. “The 2015 Pediatric Endocrine Society Ethics Symposium: Controversies Regarding ‘Gender Verification’ of Elite Female Athletes”. **Horm Res Paediatr**, 85 (4), 2016.

BURTON, Antoinette. “Western encounters with sex and bodies in non-European cultures, 1500–1750 495”. *In*: Kate Fisher and Sarah Toulalan (eds.). **The Routledge History of Sex and the Body**: 1500 to the Present. New York: Routledge, 2013, p. 511-525.

BURTON, Jonathan. “Bodies, sex and race”. *In*: Kate Fisher and Sarah Toulalan (eds.). **The Routledge History of Sex and the Body**: 1500 to the Present. New York: Routledge, 2013, p. 495-510.

BUTLER, Judith. **Frames of War**: When is Life Grievable. London/New York: Verso, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Athletic Genders**: Hyperbolic Instance and/or the Overcoming of Sexual Binarism. *Stanford Humanities Review*, v. 6 (2), 1998.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUZUVIS, Erin. "Caster Semenya and the Myth of a Level Playing Field". **The Modern American**, v. 6 (2), 2010.

CADDEN, Joan. **Meanings of Sex Difference in the Middle Age: Medicine, Science, and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CADWALLADER, Jessica. "Diseased States: The Role of Pathology in the (Re)Production of the Body Politic". In: Nikki Sullivan; Samantha Murray (eds.). **Somatechnics: Queering the Technologisation of Bodies**. Farnham/Burlington: Ashgate Publishing, 2009.

CAHN, Susan K. **Coming on Strong: Gender and Sexuality in Twentieth-Century Women's Sports**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

CALDWELL, Aaron; KREUTZER, Andreas. **Case Study: Why bad [sport] science has real consequences**. In: Running the Numbers. 16 jul. 2018. Disponível em: <https://www.running-the-numbers.com/2018/07/16/case-study-why-bad-sport-science-has-real-consequences/> Acesso em: 13 nov. 2019.

CAMARGO, Wagner; KESSLER, Cláudia. "Além do Masculino-Feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte". **Horizontes Antropológicos**, n. 47, 2017, p. 191-225.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARPENTIER, Florence; LEFÈVRE, Jean-Pierre. "The Modern Olympic Movement". **The International Journal of the History of Sport**, 23 (7), 2006.

CARRINGTON, Ben. "Race, Representation and the Sporting Body". **CUCR's Occasional Paper Series**, 2002, p. 1-38.

CAS. **CAS 2018/0/5794 Mokgadi Caster Semenya v. International Association of Athletics Federations & CAS 2018/0/5798 Athletics South Africa v. International Association of Athletics Federations**, 2019. Disponível em: https://www.tas-cas.org/fileadmin/user_upload/CAS_Award_-_redacted_-_Semenya_ASA_IAAF.pdf Acesso em: 03 jan. 2020.

CAS. **CAS 2014/A/3759 Dutee Chand v. Athletics Federation of India (AFI) & The International Association of Athletics Federations (IAAF)**, 2015. Disponível em: https://www.doping.nl/media/kb/3317/CAS%202014_A_3759%20Dutee%20Chand%20vs.%20AFI%20%26%20IAAF%20%28S%29.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

CAULEY, JA. "Estrogen and bone health in men and women". **Steroids**. Jul 99 (Pt A), 2015, p. 11-5.

CECCHETTO, Fatima; MORAES, Danielle Ribeiro de; FARIAS, Patrícia Silveira de. "Distintos enfoques sobre esteroides anabolizantes: riscos à saúde e hipermasculinidade". **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 41, 2012, p.369-382.

CHAPELLE, Albert de la. "The Use and Misuse of Sex Chromatin Screening for 'Gender Identification' of Female Athletes". **JAMA**, 256 (14), 1986.

CHEUVRONT, Samuel *et al.* "Running Performance Differences between Men and Women: an update". *Sports Med*, 35 (12), 2005, p. 1017-1024.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Papéis Selvagens, 2016.

COELHO, Rafael Torres *et al.* "Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte". **Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO São Gonçalo**, vol. 3, n. 5, 2018.

COI. **Olympic Charter / Carta Olímpica**, 2019. Disponível em: Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/ES-Olympic-Charter.pdf> Acesso em: 03 jan. 2020.

COI. **Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism**, 2015. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Medical Commission**, 2014. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/AssetsDocs/OSC%20Section/pdf/LRes_Fonds_list_Medical_Commission.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Regulations on Female Hyperandrogenism, Sochi**, 2014. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/IOC-Regulations-on-Female-Hyperandrogenism.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Regulations on Female Hyperandrogenism, London**, 2012. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2012-06-22-IOC-Regulations-on-Female-Hyperandrogenism-eng.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Explanatory note to the recommendation on sex reassignment and sports**, 2009. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/Who-We-Are/Commissions/Medical-and-Scientific-Commission/EN-Explanatory-Note-to-the-Recommendation-on-Sex-Reassignment-and-Sports.pdf> Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports**, 2003. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_905.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Olympic Charter / Carta Olímpica**, 1996. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Olympic%20Charter/Olympic_Charter_through_time/1996-Olympic_Charter.pdf Acesso em: 03 jan. 2020.

COI. **The Official Report of the Centennial Olympic Games: Atlanta 1996**, v. 1, p. III, 1996. Disponível em: <https://library.olympic.org/Default/doc/SYRACUSE/41622/the-official-report-of-the-centennial-olympic-games-atlanta-1996-the-atlanta-committee-for-the->

[olymp?lg=en-GB#ga=2.243055810.1114173676.1577905544-93009999.1574792763](https://library.olympic.org/Default/doc/SYRACUSE/46841/games-of-the-xxii-olympiad-official-report-of-the-organising-committee-of-the-games-of-the-xxii-olym?lg=en-GB#ga=2.243055810.1114173676.1577905544-93009999.1574792763)

Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Games of the XXII Olympiad**, v. 2, p. II, 1980. Disponível em: <https://library.olympic.org/Default/doc/SYRACUSE/46841/games-of-the-xxii-olympiad-official-report-of-the-organising-committee-of-the-games-of-the-xxii-olym?lg=en-GB#ga=2.251638982.1114173676.1577905544-93009999.1574792763> Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Die Spiele**: the official report of the Organizing Committee for the Games of the XXth Olympiad Munich 1972, v. 1, p. I, 1972. Disponível em: <https://library.olympic.org/Default/doc/SYRACUSE/21535/die-spiele-the-official-report-of-the-organizing-committee-for-the-games-of-the-xxth-olympiad-munic?lg=en-GB#ga=2.18126073.1114173676.1577905544-93009999.1574792763> Acesso em: 01 jan. 2020.

COI. **Les jeux de la VIIIe Olympiade Paris 1924**. Disponível em: <https://library.olympic.org/Default/doc/SYRACUSE/32625/les-jeux-de-la-viii-olympiade-paris-1924-rapport-officiel-comite-olympique-francais-publ-sous-la-di?lg=en-GB#ga=2.18126073.1114173676.1577905544-93009999.1574792763> Acesso em: 01 jan. 2020.

COLEMAN, Doriane Lambelet. “Sex in Sport”. **Duke Law School Public Law & Legal Theory Series**, n. 2017-20, 2018.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. “Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 241-282.

CONRAD, Peter. **The Medicalization of Society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.

COOK, Bernard (ed.). **Women and War**: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbara/Denver/Oxford: ABC-CLIO, 2006.

COOK, Harold. “Medicine”. In: Katharine Park, Lorraine Daston (orgs.). **The Cambridge History of Science – Volume 3**: Early Modern Science. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CORTEZ, Marina. **Dualidade ou constelação?** Intersexualidade, feminismo e biomedicina, uma análise bioética. Dissertação de Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

COSTA, Anacely. **As (im)possibilidades do desenvolvimento**: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Anacely Guimarães. **Fé Cega, Faca Amolada**: reflexões acerca da assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault”. **Mana**, v. 8 (1), 2002, p. 149-163.

DA HORA PEREIRA, Leonardo. “Retomar a crítica interna do capitalismo? Revisitando a análise das crises em Problemas de legitimação no capitalismo tardio de Habermas”. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n. 21, 2013, p. 61-84.

DAMIANI, Durval *et al.* “Homem XX: relato de três casos na faixa etária pediátrica”. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 49, n. 1, 2005, p. 79-82.

DAMIANI, Durval; DICHTCHEKENIAN, Vaê; SETIAN, Nuvarte. “O enigma da determinação gonadal: o que existe além do cromossomo Y?”. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 44, n. 3, 2000, p. 248-256.

DAS, Veena. **Affliction: health, disease, poverty**. New York: Fordham University Press, 2015.

DAS, Veena. “O Ato de Testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. **Cadernos Pagu**, (37), 2011, p. 9-41.

DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2007.

DE HON, Olivier; KUIPERS, Harm; VAN BOTTENBURG, Maarten. “Prevalence of Doping Use in Elite Sports: A Review of Numbers and Methods”. **Sports Medicine**, v. 45 (1), 2014, p. 57-69.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. “Humilhação: anatomia de um fetiche”. **No prelo**.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. “O Gênero da Humilhação: afetos, relações e complexos emocionais”. **Horizontes Antropológicos**, v. 25 (54), 2019.

DOMENICE, Sorahia *et al.* “Aspectos Moleculares da Determinação e Diferenciação Sexual”. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 46, n. 4, 2002, p. 433-443.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

DOUGLAS, Mary. **Risk and Blame: Essays in Cultural Theory**. London/New York: Routledge, 1992.

DOYLE, Jennifer. “Dirt off her soulders”. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, 19 (4), 2013.

DREGER, Alice. **Hermaphrodites and the Medical Invention of Sex**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

DU BOIS, W. E. B. “The African Roots of War”. **Atlantic Monthly Company**, Maio, 1915, p. 707-714.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “O Paradoxo de Bergson: diferença e holismo na antropologia do Ocidente”. **Mana**, vol. 18, n. 3, 2012, p. 417-448.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença”. **Ciênc. saúde coletiva**, vol. 8, n. 1, 2003, p. 173-183.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: the caste system and its implications*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DUNNING, Eric; ROJEK, Chris. **Sport and Leisure in the Civilizing Process: Critique and Counter Critique**. Toronto: University of Toronto Press. 1992.

EKLUND, Emma *et al.* “Serum androgen profile and physical performance in women Olympic athletes”. **J Sports Med**, 2017, p. 1-9.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ELSAS, Louis *et al.* “Gender Verification of Female Athletes”. **Genetics in Medicine**, v. 2 (4), 2000.

ENDO, Paulo. “Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo”. **Psicanálise e Cultura**, 31 (47), 2008, p. 70-74.

ENGEL, Barbara; POSADSKAYA-VANDERBECK, Anastasia. **A Revolution of Their Own: Voices of Women in Soviet History**. Boulder: Westview Press, 1998.

EPSTEIN, David. **The Sports Gene: Inside the Science of Extraordinary Athletic Performance**. New York: Current Hardcover, 2013.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: Biopolitics and Philosophy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

ESPOSITO, Roberto. **Inmunitas: Protección y negación de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

FACUNDO, Ângela. **Êxodos e refúgios: Colombianos refúgiados no Sul e Sudeste do Brasil**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Cláudia. “Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras”. **Revista Estudos Feministas**, 19 (3), 2011.

FARO, Livi *et al.* “Homem com ‘H’: Ideais de masculinidade (re)construídos no marketing farmacêutico”. **Cadernos Pagu**, 40, Jan-Jun, 2013, p.287-321.

FASSIN, Didier. “Another Politics of Life is Possible”. **Theory, Culture & Society**, 26 (5), 2009, p. 44-60.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sex/Gender**: biology in a social world. New York: Routledge, 2012.

FAUSTO-STERLING, Anne. "Gender, Race, and Nation: The Comparative Anatomy of "Hottentot" Women in Europe, 1815-1817". In: Londa Schiebinger (ed.). **Feminism and the Body**. Oxford: Oxford University Press, 2000a.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body**: Gender Politics and the Construction of Sexuality. New York: Basic Books, 2000b.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Myths of Gender**: Biological Theories about Women and Men. New York: Basic Books, 1992.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (orgs.). **Identidades**: estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

FÉNICHEL, Patrick *et al.* "Molecular Diagnosis of 5 α -Reductase Deficiency in 4 Elite Young Female Athletes Through Hormonal Screening for Hyperandrogenism". **J Clin Endocrinol Metab**, 98 (6), 2013.

FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: Being the Recently Discovered Memoirs of a Nineteenth-Century French Hermaphrodite. New York: Pantheon Books, 1980.

FRANKLIN, Simon; BETANCURT, Jonathan; CAMPORESI, Silvia. "The debate continues: the new IAAF Eligibility Regulations for Female Classification". **Blog | British Journal of Sports Medicine**, 2018. Disponível em: <https://blogs.bmj.com/bjbm/2018/08/10/the-debate-continues-the-new-iaaf-eligibility-regulations-for-female-classification/> Acesso em: 01 jan. 2020.

FREEMAN, Erica; BLOOM, David; MCGUIRE, Edward. "A Brief History of Testosterone". **The Journal of Urology**, Vol. 165 (2), 2001, p. 371-373.

FREIRE, Lucas. **A Máquina da Cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GARFINKEL, Harold. "Passing and the managed achievement of sex status in an 'intersexed' person". In: Susan Stryker; Stephen Whittle (eds.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

GELMAN, Andrew. **Publish your raw data and your speculations, then let other people do the analysis**: track and field edition. In: Statistical Modeling, Causal Inference, and Social Science. 21 ago. 2017. Disponível em: <https://statmodeling.stat.columbia.edu/2017/08/21/publish-raw-data-speculations-let-people-analysis-track-field-edition/> Acesso em: 13 nov. 2019.

GENEL, Myron. "Transgender Athletes: how can they be accommodated?". **Curr Sports Med Rep**, 16 (1), 2017, p. 12-13.

GENEL, Myron. "Gender Verification No More?". **Medscape Women's Health**, 5 (3), 2000.

GENEL, Myron; SIMPSON, Joe Leigh; CHAPELLE, Albert de la. "The Olympic Games and Athletic Sex Assignment". **JAMA**, 316 (13), 2016, p. 1359-1360.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOOREN, Louis; BUNCK, Mathijs. "Transsexuals and Competitive Sports". **European Journal of Endocrinology**, 151 (4), 2004, p. 425-429.

Government of India. Ministry of Youth and Sports. **Standard operative procedure to identify circumstances (female hyperandrogenism) in which a particular sports person will not be eligible to participate in competitions in the female category**, 2013. Estava disponível em: <https://pib.gov.in/newsite/printrelease.aspx?relid=94015> Acesso em: 03 jan. 2020.

GREEN, Monica. "Introduction" & "Bodily Essences: Bodies as Categories of Difference". In: Linda Kalof (ed.). **A Cultural History of the Human Body: The Medieval Age**. London: Bloomsbury, 2014.

GREEN, Monica. "Caring for Gendered Bodies". In: Judith Bennett, Ruth Karras (eds.). **The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GREEN, Monica. **Making Women's Medicine Masculine**: The Rise of Male Authority in Pre-Modern Gynaecology. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GREEN, Monica. **The Trotula**: A Medieval Compendium of Women's Medicine. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres Perigosos**: erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

GUPTA, Akhil. **Red Tape**: Bureaucracy, Structural Violence and Poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

GUTTMANN, Allen. **The Olympics**: A History of the Modern Games. Urbana: University of Illinois Press, 1992.

HA, Nathan *et al.* “Hurdling Over Sex: Sport, Science, and Equity”. **Arch Sex Behav**, 43, 2014, p. 1035-1042.

HACKING, Ian. **Historical Ontology**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

HAIZLIP, K. M.; HARRISON, B. C.; LEINWAND, L. A. “Sex-Based Differences in Skeletal Muscle Kinetics and Fiber-Type Composition”. **Physiology**, 30, Jan., 2015, p. 30-39.

HALBERSTAM, Jack J. **The Queer Art of Failure**. Durham: Duke University Press, 2011.

HALBERSTAM, Jack J. **Female Masculinity**. Durham: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Antropologia do Ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, nº 5, 1995, p. 7-41.

HARING, Robin *et al.* “Age-Specific Reference Ranges for Serum Testosterone and Androstenedione Concentrations in Women”. **J Clin Endocrinol Metab**, 97 (2), 2012, p. 408-415.

HARPER, Joanna *et al.* “Implications of a Third Gender for Elite Sports”. **Curr Sports Med Rep.**, 17 (2), 2018, p. 42-44.

HARPER, Joanna. “Athletic Gender”. **Law and Contemporary Problems**, 80, 2017, p. 139-153, 2017.

HARPER, Joanna. “Race Times for Transgender Athletes”. **Journal of Sporting Cultures and Identities**, v. 6 (1), 2015.

HARPER, Joanna; OSPINA, Jonathan Ospina; MARTÍNEZ-PATIÑO, María José. “Analysis of the Performance of Transgender Athletes”. **Sportscience**, 2016.

HEALY, Marie-Louise *et al.* “Endocrine profiles in 693 elite athletes in the postcompetition setting”. **Clinical Endocrinology**, n. 81, 2014, p. 294-305.

HEGGIE, Vanessa. “Subjective Sex: science, medicine and sex tests in sports”. In: Eric Anderson, Ann Travers (eds.). **Transgender Athletes in Competitive Sport**. New York: Routledge, 2017.

HEGGIE, Vanessa. "Testing sex and gender in sports: reinventing, reimagining and reconstructing histories". *Endeavour*, 34 (4), 2010, p. 157-163.

HENNE, Kathryn. "The Emergence of Moral Technopreneurialism in Sport: Techniques in Anti-Doping Regulation, 1966–1976". *The International Journal of the History of Sport*, 31 (8), 2014a, p. 884-901.

HENNE, Kathryn. "The 'Science' of Fair Play in Sport: Gender and the Politics of Testing". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 39 (3), 2014b, p. 787-812.

HENNE, Kathryn. "The Origins of the IOC Medical Commission and its Technocratic Regime: An Historiographic Investigation of Anti-Doping Regulation and Enforcement in International Sport". *Postgraduate Research Grant Programme*, University of California, Irvine, 2009.

HERDT, Gilbert. *Third Sex, Third Gender: Beyond Sexual Dimorphism in Culture and History*. New York: Zone Books, 1994.

HIMMELFARB, Gertrude. *The Roads to Modernity: The British, French, and American Enlightenments*. New York: Vintage Books, 2005.

HIRST, Barry. "Secretin and the exposition of hormonal control". *J Physiol*, 560.2, 2004, p. 339.

HOAD, Neville. "'Run, Caster Semenya, Run!': Nativism and the Translations of Gender Variance". *Safundi*, v. 11 (4), 2010.

HOBERMAN, John. *Dopers in Uniform: The Hidden World of Police on Steroids*. Austin: University of Texas Press, 2017.

HOBERMAN, John. *Testosterone Dreams: Rejuvenation, Aphrodisia, Doping*. Berkeley: University of California Press, 2005.

HOLDEN, Constance. "An Everlasting Gender Gap?". *Science*, 305 (5684), 2004, p. 639-640.

hooks, bell. *Black Looks: Race and Representation*. New York : Routledge, 2015.

IAAF. **Eligibility Regulations for the Female Classification [Athletes with Differences of Sex Development]**, 2019. Disponível em: <https://www.iaaf.org/download/download?filename=fd2923ad-992f-4e43-9a70-78789d390113.pdf&urlslug=IAAF%20Eligibility%20Regulations%20for%20the%20Female%20Classification%20%5BAthletes%20with%20Differences%20of%20Sex%20Development%20in%20force%20as%20from%208%20May%202019> Acesso em: 06 jan. 2020.

IAAF. **Eligibility Regulations for the Female Classification [Athletes with Differences of Sex Development]**, 2018. Disponível em: [https://www.iaaf.org/download/download?filename=2ff4d966-f16f-4a76-b387-f4eeff6480b2.pdf&urlslug=IAAF%20Eligibility%20Regulations%20for%20the%20Female%20Classification%20\(Athletes%20with%20Differences%20of%20Sex%20Development\)%20in%20force%20as%20from%201st%20November%202018](https://www.iaaf.org/download/download?filename=2ff4d966-f16f-4a76-b387-f4eeff6480b2.pdf&urlslug=IAAF%20Eligibility%20Regulations%20for%20the%20Female%20Classification%20(Athletes%20with%20Differences%20of%20Sex%20Development)%20in%20force%20as%20from%201st%20November%202018) Acesso em: 01 jan. 2020.

IAAF. **Regulations Governing Eligibility of Females with Hyperandrogenism to Compete in Women's Competition**, 2011. Disponível em:

<http://www.iaaf.org/download/download?filename=58438613-aaa7-4bcd-b730-70296abab70c.pdf&urlslug=IAAF%20> Acesso em: 01 jan. 2020.

ILLANES, Renata. **Desenvolvimento e Validação de Método de Confirmação para AAS por CG-C-EMRI**. Dissertação de Mestrado em Química, Instituto de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

INGOLD, Tim. “An Anthropologist Looks at Biology.” *Man*, 25 (2), 1990, p. 208-229.

IWG. **Brighton plus Helsinki 2014 Declaration on Women and Sport**, 2014. Disponível em: <https://iwgwomenandsport.org/brighton-declaration/> Acesso em: 06 jan. 2020.

JOEL, Daphna; FAUSTO-STERLING, Anne. “Beyond sex differences: new approaches for thinking about variation in brain structure and function”. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 371 (1688), 2016.

JONES, Bethany *et al.* “Sport and Transgender People: a systematic review”. *Sports Med*, 47, 2017, p. 701-716.

JORDAN-YOUNG, Rebecca. **Brainstorm: The Flaws in the Science of Sex Differences**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

JORDAN-YOUNG, Rebecca; SÖNKSEN, Peter; KARKAZIS, Katrina. “Sex, health, and athletes”. *British Medical Journal*, v. 348, 2014.

KARKAZIS, Katrina. **Fixing Sex: Intersex, Medical Authority, and Lived Experience**. Durham: Duke University Press, 2008.

KARKAZIS, Katrina; CARPENTER, Morgan. “Impossible ‘Choices’: The Inherent Harms of Regulating Women’s Testosterone in Sport”. *Bioethical Inquiry*, v. 15, 2018, p. 579-587.

KARKAZIS, Katrina; JORDAN-YOUNG, Rebecca. “The Powers of Testosterone: Obscuring Race and Regional Bias in the Regulation of Women Athletes”. *Feminist Formations*, v. 30 (2), 2018, p. 1-39.

KARKAZIS, Katrina *et al.* “Out of Bounds: A Critique of the New Policies on Hyperandrogenism in Elite”. *The American Journal of Bioethics*, n. 12 (7), 2012, p. 3-16.

KASSEL, Lauren. “Medical understandings of the body, c. 1500–1750”. *In*: Kate Fisher and Sarah Toulalan (eds.). **The Routledge History of Sex and the Body: 1500 to the Present**. New York: Routledge, 2013.

KESSLER, Cláudia. **Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

KESSLER, Suzanne. **Lessons from the Intersexed**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2010.

KING, Helen. **The One-Sex Body on Trial: The Classical and Early Modern Evidence**. Farnham: Ashgate, 2013.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina Do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KRUIF, Paul de. **The Male Hormone**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1945.

KUHN, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

KURIYAMA, Shigehisa. **The Expressiveness of the Body and the Divergence of Greek and Chinese Medicine**. New York: Zone Books, 1999.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATOUR, Bruno. “Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência”. *In: João Arriscado Nunes, Ricardo Roque (orgs.). **Objetos Impuros: experiências em estudos sociais da ciência***. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

LATOUR, Bruno. “Body, Cyborgs and the Politics of Incarnation”. **Darwin Lecture given at Darwin College**, Cambridge University, February 19, 1999.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia do Gênero”. *In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural***. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LAVILLE, Helen. “Gender and Women's Rights in the Cold War”. *In: Richard Immerman; Petra Goedde (eds.). **The Oxford Handbook of the Cold War***. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 524-539.

LEE, Peter *et al.* “Global Disorders of Sex Development Update since 2006: Perceptions, Approach and Care”. **Horm Res Paediatr**, 2016, p. 1-23.

LEE, Peter *et al.* “Consensus Statement on Management of Intersex Disorders”. **Pediatrics**, (118), 2006, p. e488-e500.

LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

LIMA, Fátima. “Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. spe, 2018.

LJUNGQVIST, Arne. “Sex Segregation and Sport”. **British Journal of Sports Medicine**, 0 (1), 2017.

LJUNGQVIST, Arne; GENEL, Myron. "Essay: Transsexual athletes -- when is competition fair?". **The Lancet**, v. 366, special issue, 2005, S42-S43.

LJUNGQVIST, Arne; SIMPSON, Joe Leigh. "Medical Examination for Health of All Athletes Replacing the Need for Gender Verification". **JAMA**, 267(6), 1992, p. 850-852.

LOCK, Rebecca Ann. "The Doping Ban: Compulsory Heterosexuality and Lesbophobia". **International Review for the Sociology of Sport**, 38 (4), 2003, p. 397-411.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. "Anthropological perspectives on documents: ethnographic dialogues on the trail of police papers". **Vibrant: Virtual Braz. Anthr.**, v. 11 (2), 2014, p. 76-112.

LOWER, Wendy. **As mulheres do nazismo**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2014.

LUGONES, María. "Colonialidad y Género". **Tabula Rasa**, n. 9, 2008, p. 73-101.

MACHADO, Paula Sandrine. **O Sexo dos Anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008a.

MACHADO, Paula Sandrine. "Intersexualidade e o 'Consenso de Chicago': as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias". **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 23 (68), 2008b, p. 109-123.

MAGUBANE, Zine. "Spectacles and Scholarship: Semenya, Intersex, and Race". **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 39 (3), 2014.

MAHMOOD, Saba. **The Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MALUF, Sônia. "Biogitimidade, direitos e políticas sociais: novos regimes biopolíticos no campo da saúde mental no Brasil". In: Sônia Maluf; Érica Silva (orgs.) **Estado, Políticas e Agenciamentos Sociais em Saúde: Etnografias comparadas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

MARANISS, David. **Rome 1960: The Olympics That Changed the World**. New York: Simon & Schuster, 2008.

MARTÍNEZ-PATIÑO, María José. "Personal Account: a woman tried and tested". **The Lancet**, v. 366, special issue, 2005, S38.

MARWAH, Vrinda. "Gender bending, gender testing: reflections on the Pinki Pramanik case". **The Indian Journal of Medical Ethics**, v. 10 (1), 2013.

MATEBENI, Zethu. "Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer". **Revista De Antropologia**, 60 (3), 2017, p. 26-44.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MCKAY, John et al. **A History of Western Society: Eleventh Edition**. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2014.
- MELLO, Maricilda de; ASSUMPÇÃO, Juliana de; HACKEL, Christine. “Genes envolvidos na determinação e diferenciação do sexo”. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 49, n. 1, 2005, p. 14-25.
- MELO, Karla F.S. *et al.* “Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos: análise clínica, hormonal e molecular de 33 casos”. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 49 (1), 2005.
- MENIER, Amanda. “Use of event-specific tertiles to analyse the relationship between serum androgens and athletic performance in women”. **British Journal of Sports Medicine**, n. 52, 2018, p. 1540.
- MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution**. San Francisco: Harper & Row, 1980.
- MIGNOLO, Walter. **The Idea of Latin America**. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- MISKOLCI, Richard. **O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil finissecular**. São Paulo: Annablume, 2012.
- MITCHELL, Sheila. “Women's Participation in the Olympic Games 1900-1926”. **Journal of Sport History**, 4 (2), 1977, p. 208-228.
- MITRA, Payoshni. “The Female Athlete”. **The Indian Quarterly**, Oct-Dec., 2019.
- MITRA, Payoshni. “Male/female or other: the untold stories of female athletes with intersex variations in India”. *In: Jennifer Hargreaves; Eric Anderson (eds.)*. **Routledge Handbook of Sport, Gender and Sexuality**. London/New York: Routledge, 2014.
- MOL, Annemarie. **The Body Multiple: Ontology in Medical Practice**. Durham: Duke University Press, 2002.
- MOL, Annemarie. **The Logic of Care: health and the problem of patient choice**. London: Routledge, 2008.
- MONTEIRO, Marko. **Os Dilemas do Humano: reinventando o corpo numa era (bio)tecnológica**. Tese de Doutorado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MUNRO, Brenna. “Caster Semenya: Gods and Monsters”. **Safundi**, v. 11 (4), 2010.

NAGAMINE, Renata. “Os direitos de pessoas LGBTI em Uganda: redes transnacionais de advocacy e a lei anti-homossexualidade”. **Lua Nova**, n. 92, 2014, p. 273-302.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NIESCHLAG, Eberhard; BEHRE, Hermann; NIESCHLAG, Susan (eds.). **Testosterone: Action, Deficiency, Substitution** (4th ed.). Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2012.

NUCCI, Marina. “**Não chore, pesquise!**”: reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

O'DONNELL, L. *et al.* “Estrogen and spermatogenesis”. **Endocr Rev**, Jun 22 (3), 2001, p. 289-318.

OHNESORG, T; VILAIN, E; SINCLAIR, AH. “The genetics of disorders of sex development in humans”. **Sex Dev.**, v. 8 (5), 2014, p. 262-72.

OUDSHOORN, Nelly. **The Male Pill: A Biography of a Technology in the Making**. Durham: Duke University Press, 2003.

OUDSHOORN, Nelly. **Beyond the Natural Body: an archaeology of sex hormones**. London: Routledge, 1994.

OUTRAM, Dorinda. “Gender”. *In*: Katharine Park, Lorraine Daston (orgs.). **The Cambridge History of Science – Volume 3: Early Modern Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PAPE, Madeleine. “Expertise and Nonbinary Bodies: Sex, Gender, and the Case of Dutee Chand”. **Body & Society**, v. 25 (4), 2019, p. 3-28.

PARK, Katharine. “Medicine and Natural Philosophy: Naturalistic Traditions”. *In*: Judith M. Bennett, Ruth Mazo Karras (orgs.). **The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

PEREIRA, Georgia Martins Carvalho. **Viabilizando tecnologias improváveis: Uma análise sobre o fomento de novos contraceptivos masculinos pela ONG Male Contraception**. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. “Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil”. **Serv. Soc. Soc.**, n. 112, 2012, p. 729-753.

PIELKE, Roger; PAPE, Madeleine. “Science, Sport, Sex, and the Case of Caster Semenya”. **Issues in Science and Technology**, Fall, 2019.

PIELKE, Roger; TUCKER, Ross; BOYE, Erik. “Scientific integrity and the IAAF testosterone regulations”. **The International Sports Law Journal**, v. 19 (1-2), 2019, p. 18-26.

PIEPER, Lindsay. **Sex Testing: Gender Policing in Women's Sports**. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

PIRES, Barbara. “Gestão de Corpos, Regulação de Integridades: uma reflexão sobre direitos e intersexualidade”. *In*: Everton Rangel; Camila Fernandes; Fátima Lima. **(Des)Prazer da Norma**. Rio de Janeiro: Editora Papéis Selvagens, 2018a.

PIRES, Barbara. “‘Integridade’ e ‘Debilidade’ como gestão das variações intersexuais no esporte de alto rendimento”. *In*: Maria Berenice Dias (coord.); Fernanda Carvalho Leão Barreto (org.). **Intersexo**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018b, p. 535-543.

PIRES, Barbara. “Des-Fazer de Corpos: uma história sobre bem-estar, sofrimento e intersexualidade”. **Vivência: Revista de Antropologia**, n. 48, 2016, p. 13-24.

PIRES, Barbara. **Distinções do Desenvolvimento Sexual: percursos científicos e atravessamentos políticos em casos de intersexualidade**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 1, 1989, p. 3-15.

PORTO, Rodny; PÉREZ, Arístides; VIDAL, Margarita. “Diferenciación de esteroides endógenos y exógenos mediante Cromatografía de Gases-Combustión-Espectrometría de Masas de Relaciones Isotópicas”. **Revista CENIC Ciencias Químicas**, v. 38, (2), 2007.

POWER, Michael. “From risk society to audit society”. **Soziale Systeme**, 3 (1), 1997, p. 3-21.

PRECIADO, Paul B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2013.

PROUGH, RA; CLARK, BJ; KLINGE, CM. “Novel mechanisms for DHEA action”. **J Mol Endocrinol**, Apr 56(3), 2016, p. R139-55.

PUAR, Jasbir. **The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability**. Durham: Duke University Press, 2017.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. *In*: Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RANGEL, Everton. **Brazilian Dancers: a travessia dos corpos em um circo norte-americano**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Elizabeth. **Bodies in Doubt: An American History of Intersex**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

REZENDE, Regis Machado; PASSOS, Adriano. **A Multilateralidade da Biologia**. Melhor do Vôlei, 2018. Disponível em: <http://www.melhordovolei.com.br/a-multilateralidade-da-biologia> Acesso em: 01 jan. 2020.

RITZÉN, Martin *et al.* “The regulations about eligibility for women with hyperandrogenism to compete in women's category are well founded. A rebuttal to the conclusions by Healy et al”. **Clin Endocrinol**, 82 (2), 2015.

ROBERTS, Celia. **Messengers of Sex: Hormones, Biomedicine and Feminism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ROHDEN, Fabíola. “Vida saudável versus vida aprimorada: tecnologias biomédicas, processos de subjetivação e aprimoramento”. **Horizontes Antropológicos**, vol. 23, n. 47, 2017a, p. 29-60.

ROHDEN, Fabíola. “Sexual Desire, Testosterone and Biomedical Interventions: Managing Female Sexuality in ‘Ethical Doses’”. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, e143022, 2017b.

ROHDEN, Fabíola. “O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos”. **História, Ciências, Saúde**, v. 15, Jun, 2008, p. 133-152.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

ROHDEN, Fabíola; RUSSO, Jane. “Diferenças de gênero no campo da sexologia: novos contextos e velhas definições”. **Rev Saúde Pública**, 45(4), 2011, p. 722-729.

ROHDEN, Fabíola; RUSSO, Jane; GIAMI, Alain. “Novas tecnologias de intervenção na sexualidade: o panorama latino-americano”. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n.17, 2014, p.10-29.

ROITMAN, Janet. **Anti-Crisis**. Durham: Duke University Press, 2014.

RØNNESTAD, Bent *et al.* “Physiological elevation of endogenous hormones results in superior strength training adaptation”. **Eur J Appl Physiol**, 111, 2011, p. 2249-2259.

ROSE, Nikolas. **The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

RUSSO, Jane. “A terceira onda sexológica: medicina sexual e farmacologização da sexualidade”. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 14, 2013, p. 172-194.

RUSSO, Jane. “A Difusão da Psicanálise no Brasil na Primeira Metade do Século XX – Da Vanguarda Modernista à Rádio-Novela”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, Ano 2, n.1, 2002.

RUSSO, Jane *et al.* **Sexualidade, ciência e profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

SANTOS, Ana. “Corpos transviados, Corpos falhados: a arte queer do fracasso no desporto”. **Transversos: Revista de História**, n. 14, 2018.

SCHAAP, Jeremy. **Triumph: The Untold Story of Jesse Owens and Hitler's Olympics**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. “Women of Natural Knowledge”. *In*: Katharine Park, Lorraine Daston (orgs.). **The Cambridge History of Science – Volume 3: Early Modern Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SCHIEBINGER, Londa. **Plants and Empire: colonial bioprospecting in the atlantic world**. MA: Harvard University Press. 2004.

SCHIEBINGER, Londa. “Skeletons in the Closet: The First Illustrations of the Female Skeleton in Eighteenth-Century Anatomy”. *In*: Londa Schiebinger (ed.). **Feminism and the Body**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SCHUHMANN, Antje. “Taming Transgressions: South African nation building and body politics”. **Agenda**, 24 (83), 2010, p. 95-106.

SCHULSTER, Michael; BERNIE, Aaron; RAMASAMY, Ranjith. “The role of estradiol in male reproductive function”. **Asian J Androl**, May-Jun 18(3), 2016, p. 435–440.

SCHUMACHER, M et al. “Local synthesis and dual actions of progesterone in the nervous system: neuroprotection and myelination”. **Growth Horm IGF Res**, Jun 14 Suppl A, p. S18-33, 2004.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v. 20 (2), 1995.

SHAPIN, Steven. “The Man of Science”. *In*: Katharine Park, Lorraine Daston (orgs.). **The Cambridge History of Science – Volume 3: Early Modern Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State: A Reader**. Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

SILBERMANN, Marcos. **No Limiar do Humano: doping e performance esportiva em perspectiva antropológica**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SILVEIRA, Viviane. “Mulheres, Atletas, Testosteronadas: a história de Dutee Chand e tantas outras”. **Labrys: Études féministes / Estudos feministas**, v. 28, 2015.

SILVEIRA, Viviane; RIGO, Luiz. “O Programa Passaporte Biológico: Considerações sobre o governo dos atletas”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, 2015, p. 495-506.

SILVEIRA, Viviane; VAZ, Alexandre. “Doping e controle de feminilidade no esporte”. **Cadernos Pagu**, n. 42, 2014, p. 447-475.

SIMPSON, Joe Leigh *et al.* “Gender Verification in the Olympics”. **JAMA**, v. 284 (12), 2000.

SMITH, Justin E. H. **Nature, Human Nature, and Human Difference: Race in Early Modern Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SÖNKSEN, Peter *et al.* “Hyperandrogenism controversy in elite women’s sport: an examination and critique of recent evidence”. **British Journal of Sports Medicine**, n. 52, 2018a, p. 1481-1482.

SÖNKSEN, Peter *et al.* “Why do endocrine profiles in elite athletes differ between sports?”. **Clin Diabetes Endocrinol.**, n. 4 (3), 2018b.

SÖNKSEN, Peter. “Determination and regulation of body composition in elite athletes”. **British Journal of Sports Medicine**, 0 (1), 2016.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo”. *In*: Antonio Carlos de Souza Lima (org.). **Gestar e Gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 11-22.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEGER, Manfred; ROY, Ravi. **Neoliberalism: A Very Short Introduction**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

STORER, Thomas *et al.* “T dose-dependently increases maximal voluntary strength and leg power”. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, 88 (4), 2003, p. 1478-1485.

STRATHERN, Marilyn. “A Relação: acerca da complexidade e da escala”. *In*: Marilyn Strathern. **O Efeito Etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections**. Walnut Creek: Altamira Press, 2005.

STRYKER, Susan; SULLIVAN, Nikki. “King's member, Queen's body: transsexual surgery, self-demand amputation and the somatechnics of sovereign power”. *In*: Nikki Sullivan; Samantha Murray (eds.). **Somatechnics: Queering the Technologicalisation of Bodies**. Farnham/Burlington: Ashgate Publishing, 2009, p. 49-63.

SULLIVAN, Nikki. “Transmogrification: (Un)Becoming Other(s)”. *In*: Susan Stryker; Stephen Whittle (eds.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

TAMBOUKOU, Maria. “Writing Genealogies: an exploration of Foucault’s strategies for doing research”. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, n. 20 (2), 1999, p. 201-217.

TANNENBAUM, Cara; BEKKER, Sheree. “Sex, gender, and sports”. **BMJ**, 364, 2019, p. 11120.

TEETZEL, Sarah. “On Transgendered Athletes, Fairness and Doping: an international challenge”. **Sport in Society**, 9 (2), 2006, p. 227-251.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira. “Humor, ciência e política em Isabelle Stengers”. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2004, p. 435-440.

TELLES-SILVEIRA, Marina *et al.* “Hiperplasia adrenal congênita: estudo qualitativo sobre doença e tratamento, dúvidas, angústias e relacionamentos (parte I)”. **Arq Bras Endocrinol Metab, São Paulo**, v. 53 (9), 2009.

THIBAUT, Valérie *et al.* “Women and Men in Sport Performance: The Gender Gap has not evolved since 1983”. *J Sports Sci Med.*, 9(2), 2010, p. 214-223.

THIELE, S. *et al.* “Isoenzyme type 1 of 5alpha-reductase is abundantly transcribed in normal human genital skin fibroblasts and may play an important role in masculinization of 5alpha-reductase type 2 deficient males”. **Eur. J. Endocrinol.**, v. 152 (6), 2005, p. 875-880.

TRAMONTANO, Lucas. **Testosterona**: as múltiplas faces de uma molécula. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017a.

TRAMONTANO, Lucas. “A fixação e a transitoriedade do gênero molecular”. **Horiz. antropol.**, vol. 23, n. 47, 2017b, p.163-189.

TRAMONTANO, Lucas; RUSSO, Jane. “O diagnóstico de Deficiência Androgênica do Envelhecimento Masculino e os (des)caminhos do desejo sexual masculino”. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 1, 2015.

TUANA, Nancy. “Coming to Understand: Orgasm and the Epistemology of Ignorance.” **Hypatia**, 19 (1), 2004, p. 194-232.

VÄÄNÄNEN, HK; HÄRKÖNEN, PL. “Estrogen and bone metabolism”. **Maturitas**. May 23 Suppl, 1996, p. S65-9.

VASCONCELOS, Breno; DEL VECCHIO, Fabrício. “Transgêneros em Competições Esportivas: além de politicamente correto, é justo?”. *In: Amanda Basilio Santos; Juliana Porto Machado; Ronaldo Bernardino Colvero (orgs.). Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas: caminhos da pesquisa contemporânea.* Jaguarão: Editora CLAEC, 2017, p. 2406-2415.

VAZ, Alexandre. “Doping, esporte, performance: notas sobre os ‘limites’ do corpo”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.27, n.1, 2005, p.23-36.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica”. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 95, 1988, p. 119-126.

VERMEIR, Koen. “Historicizing Culture: a reevaluation of early modern science and culture”. *In: Evelyn Fox Keller, Karine Chemla (orgs.). Cultures Without Culturalism: the making of scientific knowledge.* Durham: Duke University Press, 2017.

VERTINSKY, Patricia. “Gender Relations, Women's History and Sport History: 1983-1993”. **Journal of Sport History**, v. 21 (1), 1994, p. 1-24.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. “A Guerra das Mães: dor e política em situações de violência institucional”. **Cadernos Pagu**, n. 37, 2011, p. 79-116.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. “O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens”. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

VILAÇA, Murilo Mariano; MARQUES, Maria Clara Dias. “Tratar, sim; melhorar, não? Análise crítica da fronteira terapia/melhoramento”. **Rev. Bioét., Brasília**, v. 23, n. 2, 2015, p. 267-276.

WACKWITZ, Laura. Verifying the Myth: olympic sex testing and the category ‘woman’. **Women's Studies International Forum**, 26 (6), 2003, p. 553-560.

WACQUANT, Loïc. “Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism”. **Social Anthropology**, 20 (1), 2012, p. 66-79.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WADA. **The Code**, 2015. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/en/what-we-do/the-code>
Acesso em: 11 fev. 2019.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

WIESNER-HANKS, Merry. **Gender in History: A Global Perspective**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.

WIJNGAARD, Marianne van den. **Reinventing the Sexes: The Biomedical Construction of Femininity and Masculinity**. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and Society: 1780-1950**. New York: Anchor Books, 1960.

WRYNN, Alison. “The Human Factor: science, medicine, and the IOC, 1900-70”. **Sport in Society**, 7 (2), 2004, p. 211-231.

YOUNG, Harvey. **Embodying black experience: stillness, critical memory, and the Black body**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2010.